PROFESSOR
JUNIOR TAVARES

RODADA DE QUESTÕES

DIREITO CONSTITUCIONAL	200 QUESTÕES
DIREITO ADMINISTRATIVO	200 QUESTÕES
DIREITO PENAL PARTE ESPECIAL	200 QUESTÕES
DIREITO PENAL PARTE GERAL	200 QUESTÕES
DIREITOS HUMANOS	200 QUESTÕES

/ProfessorJuniorTavares

professorjuniortavares

APRESENTAÇÃO DA RODADA DE QUESTÕES

O material de rodada de questões visa exaurir o máximo de questões possíveis voltadas para os **temas mais cobrados** nos concursos das Carreiras Policiais.

Cada rodada contém 20 questões de cada disciplina, **totalizando 100 questões, em cada rodada.**

Vale ressaltar que o pacote será com **10 rodadas.**

Disciplinas da rodada de questões:

- Direito constitucional – 200 questões
- Direito administrativo – 200 questões
- Direito penal parte geral – 200 questões
- Direito penal parte especial – 200 questões
- Direitos humanos – 200 questões

"Seja pelo amor, seja pela dor, a sua situação tem que servir de motivação para você. Fazer as coisas com verdade, intensidade, com fé é o caminho da conquista"

PROFESSOR JUNIOR TAVARES

PROGRAMA DA RODADA DE QUESTÕES

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DE CADA RODADA

Rodada 01

Constitucional = Constituição da república federativa do brasil: poder constituinte;

Administrativo = Administração pública: conceito e princípios

Penal geral= Da aplicação da lei penal (lei penal no tempo e no espaço)

Penal especial= Dos crimes contra a pessoa (homicídio, lesão corporal e rixa)

Direitos humanos= Precedentes históricos, direito humanitário, liga das nações e organização internacional do trabalho (OIT)

Rodada 02

Constitucional = Dos princípios fundamentais

Administrativo = Poderes administrativos

Penal geral= Fato típico

Penal especial= Dos crimes contra a liberdade pessoal (ameaça, sequestro e cárcere privado)

Direitos humanos= Declaração universal dos direitos humanos

Rodada 03

Constitucional = Direitos e deveres individuais e coletivos

Administrativo = Poderes administrativos

Penal geral= Fato típico

Penal especial= Dos crimes contra o patrimônio (furto, roubo, extorsão, apropriação indébita, estelionato e outras fraudes e receptação)

Direitos humanos= Pacto de são José da costa rica

Rodada 04

Constitucional = Direitos e deveres individuais e coletivos

Administrativo = Atos administrativos

Penal geral= “Iter criminis”

Penal especial= Dos crimes contra a dignidade sexual

Direitos humanos= Pacto de são José da costa rica

Rodada 05

Constitucional = Remédios constitucionais e nacionalidade

Administrativo = Atos administrativos

Penal geral= “Iter criminis”

Penal especial= Dos crimes contra a paz pública (associação criminosa)

Direitos humanos= Pacto de são José da costa rica

Rodada 06

Constitucional = Direitos políticos e organização político administrativa

Administrativo = Atos administrativos

Penal geral = Causas excludentes da ilicitude

Penal especial = Lei federal n° 9.455, de 07 de abril de 1997 (crimes de tortura)

Direitos humanos = Pacto internacional dos direitos econômicos, sociais e culturais.

Rodada 07

Constitucional = Organização político administrativa e servidores públicos

Administrativo = Atos administrativos e organização administrativa

Penal Geral = Causas excludentes da ilicitude

Penal Especial = Dos crimes contra o patrimônio (furto, roubo, extorsão, apropriação indébita, estelionato e outras fraudes e receptação)

Direitos Humanos = Pacto de são José da costa rica

Rodada 08

Constitucional = Segurança pública e poder executivo

Administrativo = Organização administrativa

Penal Geral = Culpabilidade

Penal Especial = Dos crimes contra a pessoa (homicídio, lesão corporal e rixa)

Direitos Humanos = Pacto internacional dos direitos civil e políticos

Rodada 09

Constitucional = Poder legislativo

Administrativo = Organização administrativa e agentes públicos

Penal Geral = Culpabilidade

Penal Especial = Dos crimes contra a administração pública

Direitos Humanos = Pacto de são José da costa rica

Rodada 10

Constitucional = Poder judiciário e funções essenciais à justiça

Administrativo = Agentes públicos

Penal Geral = Fato típico e contravenção penal

Penal Especial = Dos crimes contra a administração pública

Direitos Humanos = Precedentes históricos, direito humanitário, liga das nações e organização internacional do trabalho (OIT)

"O que revigora a esperança é entender que o impossível não é um fato, é só uma opinião".

"O sucesso é a soma de pequenos esforços repetidos dia a dia"

PROFESSOR JUNIOR TAVARES

QUESTÕES RODADA 01

➔ DIREITO ADMINISTRATIVO

01 - A administração pública direta e indireta, de quaisquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, obedecerá a alguns princípios previstos na Constituição Federal, entre os quais é correto citar o princípio

A) Da soberania.
B) Da cidadania.
C) Dos valores sociais do trabalho.
D) Da independência nacional.
E) Da eficiência.

02 - Assinale a alternativa correta.

A) Pelo princípio da legalidade da administração pública, os atos da administração pública são como os atos dos particulares, e poderão ser feitos de forma livre, salvo aqueles que a lei expressamente não autorizar.
B) Pelo princípio da finalidade, todo e qualquer ato administrativo deve ter um começo e um fim, jamais podendo ficar incompleto.
C) A supremacia do interesse público é o princípio que determina privilégios jurídicos ao Estado sobre o particular.
D) Pelo princípio da impessoalidade, toda atuação do agente público deverá ser subjetiva, razão pela qual deverá conter em cada obra pública logomarca expressa do administrador, pois isso facilita a identificação da gestão por ela responsável.
E) O princípio da moralidade poderá ser relativizado, pois, para o administrador, o importante é o bem comum, independentemente das vias que foram utilizadas para este fim.

03 - Princípios administrativos são postulados fundamentais que inspiram todo o modo de agir da Administração Pública, podendo ser expressos ou reconhecidos. O princípio que autoriza a Administração Pública, quando provocada ou de ofício, a rever os seus próprios atos é chamado princípio da:

A) Imperatividade;
B) Tipicidade;
C) Legalidade;
D) Tutela;
E) Autotutela.

04 - Prefeito municipal veiculou por toda a cidade, com verba do erário municipal, centenas de propagandas com cunho de promoção pessoal e interesse eleitoreiro, através de publicações por via de outdoors. Nesse caso, foi violado diretamente o princípio da Administração Pública da:

A) Segurança jurídica;
B) Publicidade;
C) Pessoalidade;
D) Autotutela;
E) Impessoalidade.

05 - A presunção de legalidade do ato administrativo tem íntima relação com o Princípio da Legalidade Administrativa, que se pode descrever, de forma sintética, através da seguinte alternativa:

A) O agente público deve fazer tudo aquilo que a lei determina ou autoriza.
B) O agente público deve fazer tudo aquilo que a lei sugere.
C) O agente público pode fazer tudo aquilo que a lei não proíba.
D) O agente público pode fazer tudo aquilo que a lei sugere.

06 - A Administração Pública tem relação aos princípios a serem obedecidos e resultados alcançados, um exige resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento às necessidades da comunidade e de seus membros, assim alcançando os objetivos dos gestores. Este verdadeiro dever da boa administração constitui o princípio da:

A) Impessoalidade.
B) Moralidade.
C) Legalidade.
D) Publicidade.
E) Eficiência.

07 - Em relação aos princípios que regem a atuação da Administração Pública, é correto afirmar que

A) Em relação ao princípio da legalidade, a Administração Pública não é obrigada a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

B) O princípio da eficiência impõe ao agente público um modo de atuar que produza resultados favoráveis à consecução dos fins a serem alcançados pelo Estado.

C) O princípio da eficiência, dada a sua natureza finalística, é prevalente em face do princípio da legalidade.

D) São aplicáveis à Administração Pública exclusivamente aqueles princípios mencionados no caput do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, que são o da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência.

E) O princípio da publicidade decorre do direito dos administrados em ter acesso a informações de interesse particular ou coletivo e, por essa razão, não admite a existência de informações públicas sigilosas.

08 - A proibição da contratação de parentes próximos para ocupar cargo em confiança, conhecida como nepotismo, ofende direta e intrinsecamente os seguintes princípios do Direito Administrativo:

A) Publicidade e autotutela.
B) Motivação e publicidade.
C) Hierarquia e responsabilidade.
D) Moralidade e impessoalidade.
E) Segurança jurídica e continuidade.

09 - Os atos administrativos são imputáveis ao órgão em nome do qual age o agente público, por força do princípio constitucional da:

A) Autonomia gerencial.
B) Responsabilidade.
C) Participação.
D) Impessoalidade.
E) Finalidade.

10 - Princípio da Administração Pública segundo o qual a Administração possui a prerrogativa de controlar seus próprios atos. Por meio desse Princípio, os atos administrativos ilegais poderão ser anulados pela própria Administração, podendo, ainda, revogar outros atos por considerá-los inconvenientes ou inoportunos. O enunciado se refere ao Princípio da:

A) Moralidade.
B) Eficiência.
C) Autotutela.
D) Legalidade.
E) Motivação.

11 - Conforme o regime jurídico administrativo, apesar de assegurada a supremacia do interesse público sobre o privado, à administração pública é vedado ter privilégios não concedidos a particulares.

CERTO ERRADO

12 - O Artigo 37 da Constituição Federal deixou expressos os princípios a serem observados por todas as pessoas administrativas de qualquer dos entes federativos. Eles revelam as diretrizes fundamentais da Administração, de modo que só se poderá considerar válida a conduta administrativa, se estiver compatível com esses princípios.

Pela Emenda Constitucional N°19/1998, foi incluído o seguinte princípio que passou a ser expresso na Constituição:

A) Eficiência.
B) Legalidade.
C) Publicidade.
D) Moralidade.

13 - Qual é o princípio fundamental da administração pública que determina de forma direta que a atividade administrativa seja destinada a todos os administrados, dirigidas aos cidadãos em geral, sem determinação de pessoa ou discriminação de qualquer natureza?

A) A publicidade.
B) A exclusividade.
C) A moralidade.
D) A impessoalidade.

14 - Sobre os princípios que norteiam a Administração Pública, assinale a alternativa INCORRETA.
A) Segundo o princípio da legalidade, a administração só está autorizada a fazer o que a lei permite.
B) De acordo com o princípio da impessoalidade, a administração não pode atuar com vistas a prejudicar ou beneficiar pessoas determinadas, uma vez que é sempre o interesse público que deve nortear o seu comportamento.
C) O princípio da publicidade exige a ampla divulgação dos atos praticados pela Administração Pública, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas em lei.
D) Uma atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé caracteriza a moralidade administrativa.
E) Para atender ao princípio da eficiência, a administração está autorizada a afastar, no caso concreto, outros princípios que causam a morosidade administrativa.

15 – A Administração pública segue regras e princípios no exercício de suas funções executivas. Referidos princípios:
A) São explícitos, tais como princípio da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade, todos que se submetem hierarquicamente ao princípio da supremacia do interesse público.
B) São diretrizes à atuação da Administração pública, sem coercibilidade, diferentemente das regras, cujo descumprimento implica sancionamento das autoridades públicas.
C) Estão expressos na Constituição Federal, mas também há princípios implícitos que submetem a Administração pública.
D) Dependem de previsão sancionatória para possuírem força coercitiva, não havendo consequência direta pelo descumprimento dos mesmos.
E) Se sobrepõem às regras, porque previstos em nível constitucional, bem como porque possuem âmbito de abrangência mais amplo que as normas infra legais.

16 - O Estado, consoante o Direito Administrativo, possui três elementos originários e indissociáveis:
A) Povo, território e governo soberano.
B) Povo, nação e governabilidade.
C) Povo, território e governabilidade.
D) Governo soberano, independência e nação.
E) Povo, soberania e governo independente.

17 - Os atos administrativos, além de regidos pelo preceito da legalidade, devem ser analisados sob os aspectos da lealdade, boa fé e honestidade, conforme previsto no princípio da:
A) Publicidade.
B) Moralidade.
C) Legalidade.
D) Autotutela.
E) Eficiência

18 - Todo agente público deve realizar suas funções com presteza, perfeição e rendimento pessoal.
Agindo assim, o agente público obedece:
A) O Princípio da Publicidade.
B) O Princípio da Moralidade.
C) O Princípio da Eficiência.
D) O Princípio da Impessoalidade.
E) O Princípio da Legalidade.

19 – O direito administrativo é um ramo do direito público que se encontra positivado (escrito) em nosso ordenamento jurídico, porém carece de codificação.
CERTO ERRADO

20 – Direito administrativo é o ramo do direito público que tem como escopo, órgãos, agentes e pessoas jurídicas que integram a administração pública. Trata-se da atividade jurídica não

contenciosa que decorre do sistema administrativo inglês.
CERTO ERRADO

➔ DIREITO CONSTITUCIONAL

21 - É característico do poder constituinte originário:
A) Ser inicial, autônomo, incondicionado, permanente e inalienável.
B) Ser inicial, autônomo, incondicionado, permanente e alienável.
C) Ser inicial, autônomo e condicionado.
D) Ser inicial, subordinado, condicionado, permanente e alienável.
E) Ser derivado, subordinado e condicionado.

22 - O Poder Constituinte é fundamental para a criação de uma Constituição. Conforme a teoria do poder constituinte, assinale a afirmativa CORRETA.
A) O rei é o titular da soberania e do Poder Constituinte originário.
B) Poder Constituinte derivado é aquele que não se prende a limites formais.
C) Poder Constituinte originário é inicial, político e ilimitado.
D) Poder Constituinte derivado é jurídico e autônomo.
E) Poder Constituinte derivado reformador é incondicionado e permanente.

23 - "É o poder criador, é o poder institucionalizador de uma Constituição central. Podemos dizer que a sua última manifestação no Brasil foi no dia 5 de outubro de 1988, quando da promulgação da nossa atual Constituição. " (BAHIA, Flavia. Descomplicando Direito Constitucional. 3 ed. Recife: Editora Armador, 2017)
O excerto acima se refere a que espécie de poder constituinte?
A) Poder constituinte derivado.
B) Poder constituinte reformador.
C) Poder constituinte originário.
D) Poder constituinte derivado de segundo grau.

24 - De acordo com a Constituição Federal, no art. 60, a constituição poderá ser emendada mediante proposta:
A) De no mínimo 2/3 do Senado Federal, somente.
B) De no mínimo 1/3 do Senado Federal e 2/3 da Câmara dos Deputados.
C) De no mínimo metade das Assembleias Legislativas das Unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros.
D) Do Presidente da República, ouvido o Conselho da República, com aprovação de moção por metade de seus membros.
E) De mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

25 - No que diz respeito à reforma constitucional, admite-se a emenda à Constituição brasileira desde que observados requisitos específicos, tais como:
I. Proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros.
II. A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, dois terços dos votos dos respectivos membros.
III. A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
Quais estão corretas?
A) Apenas I.
B) Apenas III.
C) Apenas I e III.
D) Apenas II e III.
E) I, II e III.

26 - Constitui poder dos Estados, unidades da federação, de elaborar as suas próprias constituições, o poder constituinte derivado:

A) Reformador.
B) Revisor.
C) Decorrente.
D) Regulamentar.
E) Subsidiário.

27 - A Constituição Federal de 1988 poderá ser emendada para incluir garantia social mediante proposta:

A) Da maioria simples dos membros da Câmara dos Deputados.
B) De três quintos dos membros do Senado Federal.
C) Do presidente da República.
D) De organização sindical, se a proposta for relativa a direito dos trabalhadores.
E) Do presidente da OAB Federal.

28 - Em relação ao Poder Constituinte Derivado Decorrente, marque a opção INCORRETA.

A) É o Poder competente e responsável para fazer, elaborar e reformar as Constituições dos Estados-membros integrantes da Federação, com autonomia legislativa.
B) Pode-se afirmar ser o Poder responsável para elaborar e reformar a Lei Orgânica do Distrito Federal.
C) Não existe Poder Constituinte Derivado Decorrente para elaboração e reforma das leis orgânicas municipais.
D) É majoritário na doutrina que o Poder Constituinte Derivado Decorrente nos municípios tem o poder de reformar a Lei Orgânica Municipal.

29 - Em relação ao processo legislativo, assinale a alternativa correta.

A) A emenda à Constituição será promulgada pelo Presidente da República, com o respectivo número de ordem.
B) Poderá ser objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir o voto direto, secreto, universal e periódico.
C) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
D) A proposta de emenda à Constituição será discutida e votada em única sessão conjunta do Congresso Nacional, considerando-se aprovada se obtiver dois terços dos votos dos seus membros.

30 - A respeito do poder constituinte originário e do poder constituinte derivado, assinale a alternativa correta:

A) As cláusulas pétreas são barreiras materiais impostas pela Constituição, consagrando restrições ao poder constituinte originário.
B) O poder constituinte originário possui características tradicionais que o diferenciam dos poderes constituídos, tratando-se de um poder inicial, autônomo e incondicionado.
C) O poder constituinte originário é responsável pelas alterações do texto constitucional, caracterizando-se por ser condicionado juridicamente.
D) O poder constituinte derivado caracteriza-se por limitações impostas pelo texto original, sendo correto dizer que a Constituição de 1988 consagrou limitações temporais para o poder derivado reformador.

31 - As assembleias legislativas estaduais dispõem de competência para propor emenda à CF, desde que a iniciativa parta de mais da metade das assembleias das unidades da Federação e pela maioria relativa dos membros de cada uma delas.

CERTO ERRADO

32 - O presidente da República é a autoridade competente para promulgar emendas à Constituição.

CERTO ERRADO

33 - Serão equivalentes às emendas constitucionais os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados:

A) Em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por cinquenta e cinco por cento dos votos dos respectivos membros.
B) Na Câmara dos Deputados, por maioria absoluta, e no Senado Federal, por maioria simples.
C) Em cada Casa do Congresso Nacional, em único turno, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
D) Em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
E) Em cada Casa do Congresso Nacional, em único turno, por maioria absoluta dos votos dos respectivos membros.

34 - O poder constituinte originário outorgado aos estados federados permite que estes elaborem e atualizem suas próprias constituições.
CERTO ERRADO

35 – Sobre o Poder Constituinte, assinale a alternativa CORRETA.
A) Reformador é incondicionado e ilimitado.
B) Originário é aquele que instaura uma nova ordem jurídica, provocando uma ruptura com a ordem jurídica anterior.
C) Dos estados-membros é incondicionado e ilimitado juridicamente.
D) Reformador pode suprimir cláusulas pétreas.
E) Decorrente é o conferido aos municípios dos territórios.

36 - A Constituição Federal de 1988 pode ser emendada por um procedimento do Poder Constituinte Derivado Reformador que irá reformular os dispositivos constitucionais sempre que for conveniente e necessário, haja vista a necessidade de tais dispositivos se adequarem à realidade social. Sobre as emendas constitucionais, assinale a alternativa correta:
A) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa se houver manifestação da maioria relativa dos membros de cada Casa do Congresso Nacional
B) Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir o voto direto, secreto, obrigatório e periódico
C) A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros
D) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros

37 - O poder que enseja a elaboração da Constituição de um Estado-membro da federação, organizando o arcabouço constitucional daquela unidade federada, é denominado:
A) Poder constituinte derivado decorrente reformador normal.
B) Poder constituinte derivado decorrente institucionalizador.
C) Poder constituinte derivado decorrente revisional anômalo.
D) Poder constituinte derivado decorrente reformador anômalo.
E) Poder constituinte derivado decorrente revisional normal.

38 - O Poder Constituinte, que consiste na possibilidade que os Estados-membros têm, em virtude de sua autonomia político-administrativa, de se auto-organizarem por meio de suas respectivas constituições estaduais, sempre respeitando as regras limitativas estabelecidas pela Constituição Federal, é classificado por:
A) Ilimitado.
B) Derivado reformador.
C) Originário.
D) Derivado decorrente.
E) Inicial.

39 - A Carta Magna de 1988 admite reforma do seu texto para a adequação às necessidades sociopolíticas atuais. Entretanto, se por um processo informal é modificada a forma de interpretar as suas normas jurídico-constitucionais, sem qualquer alteração efetiva em seu texto, está-se tratando:

A) Da mutação constitucional.
B) Do poder constituinte derivado de revisão.
C) Do poder constituinte derivado decorrente.
D) Do poder constituinte derivado reformador.
E) Do poder constituinte originário.

40 - O Poder Constituinte Derivado caracteriza-se por ser:

A) Derivado, insubordinado, incondicionado.
B) Decorrente, reformador, autônomo.
C) Decorrente, autônomo, incondicionado.
D) Derivado, subordinado, condicionado

➔ DIREITOS HUMANOS

41 - Todos os direitos humanos foram afirmados em um único momento histórico.

CERTO ERRADO

42 - A edição da Declaração Universal de Direitos Humanos foi o marco da universalidade e inerência dos direitos humanos.

CERTO ERRADO

43 - Os direitos humanos caracterizam-se pela existência da proibição de retrocesso, também chamada de "efeito cliquet".

CERTO ERRADO

44 - Na história, há dois grandes movimentos que foram fundamentais para a base da Declaração dos Direitos Humanos, elaborada pela Organização das Nações Unidas (ONU), criada em 1948. Quais foram esses dois acontecimentos históricos que influenciaram a Declaração Universal dos Direitos Humanos?
Com base no exposto acima, marque a alternativa correta.

A) A Revolução Industrial (1760) e a Revolta dos Malês (1835).
B) A Revolução Francesa (1789) e a Abolição da Escravidão no Brasil (1888).
C) A Revolução Francesa (1789) e a Independência dos Estados Unidos (1776).
D) A Independência dos Estados Unidos (1776) e a Bill of Rights (1689).
E) A Petition of Rights (1628) e a Guerra do Paraguai (1864).

45 - Esse documento histórico de remota conquista dos direitos humanos foi editado com o escopo de assegurar a Supremacia do Parlamento sobre a vontade do Rei, controlando e reduzindo os abusos cometidos pela nobreza em relação aos seus súditos, em especial declarando, dentre outras conquistas, o direito de petição, eleições livres e a proibição de fianças exorbitantes e de penas severas:

A) Petition of Rights, de 1628.
B) Habeas Corpus Act, de 1679.
C) The Bill of Rights, de 1689.
D) Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789.
E) Magna Carta, de 1215.

46 - No tocante à temática dos direitos humanos, considerando seu surgimento e sua evolução histórica, cronologicamente seus marcos históricos fundamentais são O iluminismo, a Revolução Francesa e o fim da Segunda Guerra Mundial.

CERTO ERRADO

47 - Considerando a evolução histórica dos direitos humanos, assinale a alternativa que indica corretamente as três gerações de direitos, na ordem histórica em que elas são classificadas pela doutrina:

A) Direitos da coletividade; direitos de solidariedade ou de fraternidade; e direitos e garantias individuais.
B) Direitos de liberdade positiva; direitos de liberdade negativa; e direitos de solidariedade ou de fraternidade.
C) Direitos civis e sociais; direitos de liberdades e garantias individuais; e direitos coletivos e transindividuais.
D) Direitos de liberdade negativa, civis e políticos; direitos econômicos, sociais e culturais; e direitos de fraternidade ou de solidariedade.
E) Direitos trabalhistas; direitos sociais; e direitos da democracia.

48 - É correto afirmar sobre direitos humanos:
A) São direitos limitados a determinadas pessoas e grupos sociais.
B) Tratam-se de direitos divisíveis a parcela a sociedade, como forma de autoproteção social.
C) A sua natureza indivisível, inalienável e irrenunciável permite, a qualquer tempo, que o seu beneficiário o renuncie quando violado.
D) De alcance geral, devem ser aplicados de forma igual e sem discriminação.
E) Somente poderão ser invocados para tutelar direitos quando houver ameaça a minorias étnicas.

49 - Atente ao seguinte enunciado: "[...] também guiada pelo ideário iluminista, veio a consagrar inúmeros direitos da pessoa, em documentos como a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, e as Constituições de 1791 e de 1793, que reconheceram expressamente a liberdade e a igualdade inerentes ao ser humano, bem como a necessidade de limitar os poderes estatais, de modo a que estes não interferissem na esfera de liberdade dos indivíduos".
No que diz respeito a direitos humanos, o enunciado acima faz referência ao legado resultante da:
A) Revolução Inglesa.
B) Revolução Francesa.
C) Revolução Industrial.
D) Primeira Guerra Mundial.

50 - Considerando as características dos direitos humanos, assinale a opção que completa corretamente a lacuna do seguinte enunciado: "Uma das principais características dos direitos humanos é a _____. Nesse sentido, os direitos humanos referem-se a todos os membros da espécie humana, sem distinção de qualquer espécie, seja de sexo, raça, cor, origem étnica, nacional ou social, nacionalidade, idade, religião, orientação sexual ou qualquer outra condição".
A) Historicidade
B) Proibição ao retrocesso
C) Complementariedade
D) Universalidade

51 - Assinale a opção que corresponde a uma característica dos direitos humanos.
A) Divisibilidade.
B) Prescritibilidade.
C) Primazia da norma mais favorável.
D) Disponibilidade.

52 - Abalados pela barbárie recente e com o intuito de construir um mundo sob novos alicerces ideológicos, os dirigentes das nações que emergiram como potências no período pós-guerra, lideradas por URSS e Estados Unidos, estabeleceram, em 1945, as bases de uma futura paz, definindo áreas de influência das potências e acertaram a criação de uma organização multilateral que promovesse negociações sobre conflitos internacionais, para evitar guerras, promover a paz e a democracia, e fortalecer os direitos humanos. A fim de que houvesse esse fortalecimento dos direitos humanos, foi elaborado documento em 1948, pela Organização das Nações Unidas, denominado:
A) Encíclica Rerum Novarum.
B) Magna Carta.

C) Declaração Universal dos Direitos Humanos.
D) Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.
E) Declaração do Bom Povo da Virgínia.

53 - Assinale a alternativa correta acerca da classificação dos Direitos Humanos em gerações.
A) A quarta geração de direitos é marcada pelos avanços sociais.
B) As liberdades políticas e civis marcam a segunda geração de direitos.
C) A terceira geração de direitos constitui direitos de igualdade.
D) Os direitos de fraternidade, como o progresso e a paz, são elementos dos direitos de primeira geração.
E) A quarta geração de direitos é ligada aos direitos tecnológicos, como o direito de informação.

54 - São características da Declaração Universal dos Direitos Humanos:
1. Disponibilidade.
2. Interdependência.
3. Renunciabilidade.
Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.
A) É correta apenas a afirmativa 2.
B) É correta apenas a afirmativa 3.
C) São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
D) São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
E) São corretas as afirmativas 1, 2 e 3.

55 - Dentre as gerações de Direitos Humanos, aquela que consagra a fraternidade, na certeza de que existem direitos que transcendem a lógica da proteção individualista e cuja tutela interessa a toda a Humanidade é a:
A) Primeira geração.
B) Terceira geração.
C) Segunda geração.
D) Quarta geração.
E) Quinta geração.

56 - Uma vez estabelecidos, os Direitos Humanos não podem ser retirados do ordenamento, em razão do princípio da:
A) Inter-relacionaridade.
B) Indisponibilidade.
C) Inerência.
D) Vedação do retrocesso.
E) Inesgotabilidade.

57 - Os direitos humanos são concebidos como indivisíveis e universais: basta ser pessoa para ser titular de direitos e dotado de dignidade.
CERTO ERRADO

58 - No que concerne às características dos direitos humanos, assinale a opção que completa corretamente a lacuna do seguinte enunciado: "Os direitos humanos caracterizam-se também pela _____, ou seja, por pertencerem à pessoa independentemente de sua nacionalidade ou mesmo do fato de serem apátridas".
A) Inerência
B) Indisponibilidade
C) Transnacionalidade
D) Imprescritibilidade

59 - Atente ao seguinte excerto: "O marco mais significativo da formação do Direito Internacional dos Direitos Humanos [...], a partir do qual o tema entrou definitivamente na agenda internacional e se tornou objeto de vasta regulamentação no Direito das Gentes e da atenção de vários foros internacionais e internos, bem como referência mínima, às quais deveriam se conformar todas as ordens jurídicas nacionais, e marco jurídico com pretensão de prevalência sobre valores tradicionais no Direito Internacional, como a soberania nacional, a não intervenção em assuntos internos e a vontade estatal".
O excerto acima se refere:
A) À Segunda Guerra Mundial.

B) À Revolução Francesa.
C) À Revolução Industrial.
D) Ao Iluminismo.

60 - Com relação às características fundamentais dos direitos humanos, assinale a alternativa que descreve corretamente uma delas.
A) Renunciabilidade
B) Soberania estatal
C) Alienabilidade
D) Prescritibilidade
E) Universalidade

➔ PENAL PARTE GERAL

61 - Marque a alternativa correta que representa o princípio da territorialidade:
A) Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território internacional.
B) Aplica-se a lei estrangeira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional.
C) Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional.
D) Aplica-se a lei brasileira, com prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional.
E) Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito nacional, ao crime cometido no território nacional.

62 - Em relação à aplicação da lei penal, assinale a opção correta.
A) A lei penal não admite a extraterritorialidade.
B) A falta de cominação legal não inviabiliza a aplicação de pena.
C) A lei penal não retroage quando uma conduta deixa de ser considerada crime.
D) A lei penal retroage quando uma conduta passa a ser considerada crime pelo ordenamento jurídico.
E) A lei temporária continua aplicável a fato praticado em sua vigência, ainda que decorrido o seu período de duração.

63 - Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional:
I - as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem.
II - as aeronaves brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem no espaço aéreo correspondente.
III - as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem em alto-mar.
Estão corretas somente as afirmativas constantes nos itens:
A) I, II e III.
B) I e II.
C) I.
D) II e III.
E) III.

64 - Constitui hipótese de aplicação da lei penal brasileira, independentemente de qualquer condição, a mera prática de delito em outro país que não o Brasil, exceto os crimes:
A) Praticados por brasileiros.
B) Contra a vida ou liberdade do Presidente da República.
C) Contra o patrimônio ou a fé pública da união, do DF, de Estado, Território ou Município.
D) Contra a administração pública, por quem está a seu serviço.
E) De genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil.

65 - Em sete de janeiro de 2017, João praticou conduta que, à época, configurava crime punível com prisão. O resultado desejado pelo autor, no entanto, foi alcançado somente dois meses depois, ou seja, em sete de março do mesmo ano, momento no qual a conduta criminosa tinha previsão de ser punida com pena menos grave, de restrição de direitos.

Nessa situação hipotética, de acordo com a lei penal,
Considera-se praticado o crime somente em sete de março de 2017, momento em que se alcançou o resultado desejado.
CERTO ERRADO

66 - Ainda que se trate de tentativa delituosa, considera-se lugar do crime não só aquele onde o agente tiver praticado atos executórios, mas também aquele onde deveria produzir-se o resultado.
CERTO ERRADO

67 - A lei mais benéfica deve ser aplicada pelo juiz quando da prolação da sentença — em decorrência do fenômeno da ultra atividade — mesmo já tendo sido revogada a lei que vigia no momento da consumação do crime.
CERTO ERRADO

68 – Fausto foi condenado por sentença transitada em julgado por crime cometido em 2010, encontrando-se em cumprimento da pena de 10 anos. Em 2015, entrou em vigor uma lei que não mais considera como crime a conduta que levou Fausto à prisão. Neste caso, Fausto:
A) Será beneficiado pela nova lei, pois a lei penal retroage.
B) Não será beneficiado pela nova lei, pois a Constituição Federal garante a irretroatividade da lei penal.
C) Será beneficiado pela nova lei apenas se esta favorecer ao menos 10 condenados.
D) Não será beneficiado pela nova lei, pois a Constituição garante a retroatividade apenas da lei civil.
E) Não será beneficiado pois a nova lei não pode prejudicar a coisa julgada.

69 - Com relação ao tempo do crime, adota-se no CP a teoria da ubiquidade.
CERTO ERRADO

70 - As leis temporárias, diversamente das leis excepcionas, têm ultra atividade
CERTO ERRADO

71 - Segundo o disposto no Código Penal (CP), a lei posterior que, de qualquer modo, favorecer o agente se aplica aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado. Trata-se do princípio da novatio legis in mellius.
CERTO ERRADO

72 - Sobre a aplicação da lei penal, assinale a alternativa correta.
A) A lei temporária aplicar-se-á ao fato praticado durante sua vigência, desde que dentro do período de sua duração.
B) Nem em caso de lei excepcional ou temporária é possível punir o agente pelo cometimento de um crime, ainda que lei posterior deixe de considerá-lo infração penal.
C) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
D) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, excluindo-se o lugar onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
E) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, não se aplicará aos fatos anteriores, desde que condenado por sentença condenatória transitada em julgado.

73 - Acerca do princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica, assinale a afirmação INCORRETA.
A) Determina que a lei penal poderá retroagir para atingir fatos praticados antes da sua entrada em vigor quando possuir sanção mais branda ao acusado.
B) Deverá alcançar também as sentenças penais condenatórias transitadas em julgado.
C) Não incide em casos envolvendo crimes hediondos em razão do elevado grau de lesividade causado por crimes dessa espécie.
D) Impõe a extinção da punibilidade quando a lei nova descriminalizar a conduta imputada ao acusado.

E) Impõe o arquivamento do termo circunstanciado quando a lei nova descriminalizar a conduta imputada ao autor do fato.

74 - A lei penal brasileira tem vigência espacial precipuamente regida pelo postulado denominado:
A) Competência universal.
B) Subsidiariedade.
C) Nacionalidade.
D) Proteção.
E) Territorialidade.

75 - Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal. Trata-se do postulado constitucional que se consagrou com a denominação de:
A) Presunção de inocência.
B) Devido processo legal.
C) In dubio pro reo.
D) Estrita legalidade.
E) Princípio da culpabilidade.

76 - É correto afirmar que a pena cumprida no estrangeiro:
A) Não é nela computada, quando de natureza idêntica.
B) Não produz qualquer efeito, para os fins de atenuação ou de agravação de penas no Brasil pelo mesmo crime.
C) Agrava a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando de natureza idêntica.
D) Atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando de natureza diversa.
E) É nela computada, quando de natureza diversa.

77 - O marinheiro Jonas matou seu colega de farda a bordo do navio-escola NE Brasil, da Marinha Brasileira, quando o navio estava em águas sob soberania do Japão. Assim:
A) A lei penal brasileira será aplicada ao caso, em razão do princípio da territorialidade.
B) A lei penal brasileira será aplicada ao caso, em razão do princípio do pavilhão.
C) A lei penal brasileira será aplicada ao caso, em razão do princípio da justiça universal.
D) A lei penal brasileira será aplicada ao caso, em razão do princípio da defesa.
E) A lei penal japonesa será aplicada ao caso, em razão do crime ter ocorrido em águas sob soberania do Japão.

78 - Assinale a alternativa correta de acordo com o Direito Penal:
A) A lei penal é irretroativa.
B) Na contagem de prazo no Direito Penal computa-se o dia de início e exclui-se o dia final.
C) Não se admite a ultra atividade da lei no direito penal.
D) O dia de início é excluído no Direito Penal, devendo-se na contagem do prazo ser considerado o dia final.
E) As frações de dias, e, na pena de multa, as frações de pecúnia, deverão sempre ser consideradas para fins de execução da pena.

79 - A tripulação de determinado navio africano de propriedade privada, quando a embarcação já se encontrava em águas territoriais brasileiras, percebeu a presença de um passageiro clandestino que, jogado ao mar antes de a embarcação atracar no porto de Maceió, morreu afogado.
A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta a respeito da aplicação da lei penal.
A) A lei penal brasileira só será aplicada ao caso se os responsáveis pelo delito não forem julgados em seus países de origem.
B) Nesse caso, aplica-se a lei penal brasileira para a punição dos responsáveis pelo delito, ainda que todos sejam de nacionalidade estrangeira.
C) Deve ser aplicada ao caso exclusivamente a lei penal do país de origem do navio, já que não se trata de embarcação que estava a serviço de país estrangeiro.
D) Aplica-se a essa situação a lei penal do país onde se localizava o último

porto em que a embarcação havia atracado antes de ingressar em águas marinhas brasileiras.
E) Segundo previsão expressa do Código Penal, a lei brasileira será aplicada ao caso narrado apenas se a vítima for de nacionalidade brasileira.

80 - Em tema de aplicação da lei penal, é INCORRETO afirmar:
A) Na contagem do prazo pelo Código Penal, não se inclui no seu cômputo, o dia do começo, nem se desprezam na pena de multa, as frações de Real.
B) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
C) O princípio da legalidade compreende os princípios da reserva legal e da anterioridade.
D) A regra da irretroatividade da lei penal somente se aplica à lei penal mais gravosa.
E) As leis temporárias ou excepcionais são autorrevogáveis e ultrativas.

➔ PENAL PARTE ESPECIAL

81 - O indivíduo que mata um integrante do sistema prisional, no exercício da função ou em decorrência dela, em razão dessa condição, comete crime de:
A) Tortura.
B) Homicídio culposo.
C) Homicídio qualificado.
D) Homicídio majorado.
E) Homicídio simples.

82 - Maria, foi morta por seu companheiro Gilmar motivado por razões de sua condição de sexo feminino, com o menosprezo e discriminação à condição feminina e violência doméstica e familiar. A tipificação penal para este crime é:
A) Homicídio culposo.
B) Homicídio qualificado à traição, por se tratar de companheiro.
C) Homicídio qualificado pelo feminicídio.
D) Genocídio.
E) Homicídio simples.

83 - Em relação ao crime de homicídio, observada a jurisprudência majoritária dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que:

A) O homicídio somente pode ser praticado a título de dolo direto ou eventual, não sendo admitida a forma culposa.
B) Se trata de crime enquadrado como hediondo, sempre que for homicídio qualificado, podendo, ainda, o homicídio simples, em algumas hipóteses legais, ser enquadrado como crime hediondo.
C) Se trata de crime previsto em lei como hediondo, mesmo em se tratando de homicídio privilegiado.
D) O homicídio simples, em qualquer hipótese legal, se enquadra como crime hediondo.
E) Apenas o homicídio qualificado se enquadra legalmente como crime hediondo.

84 - Sobre o Crime de Homicídio, assinale a alternativa INCORRETA.
A) Se o agente age sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, ele comete homicídio privilegiado.
B) Sendo doloso o homicídio, a pena é aumentada se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (quatorze) ou maior de 60 (sessenta) anos.
C) No homicídio culposo, a pena é aumentada, se o crime resulta de inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício, ou se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima, não procura diminuir as consequências do seu ato, ou foge para evitar prisão em flagrante.
D) O perdão judicial pode ser aplicado em caso de homicídio culposo ou privilegiado.

E) A pena do feminicídio é aumentada se o crime for praticado na presença de descendente ou de ascendente da vítima.

85 - Um profissional foi contratado para cuidar de um homem muito idoso. Certo dia, deixou o idoso sentado em uma praça pública para pegar sol. Em determinado momento, o idoso saiu andando, pensando que tinha sido esquecido pelo cuidador. O cuidador ficou inerte ao ver o idoso cruzar a rua próxima, mesmo vendo avançar um veículo, que estava a toda marcha, concebendo-se, portanto, o propósito de deixá-lo morrer, o que ocorreu. O cuidador:

A) Não praticou crime algum, pois não houve nexo de causalidade da sua conduta e a morte do idoso.
B) Praticou crime de omissão de socorro, com pena triplicada pela morte.
C) Praticou crime de homicídio doloso na modalidade omissão imprópria.
D) Praticou o crime de omissão de socorro (artigo 135 do CP) na modalidade omissão imprópria.
E) Praticou crime de homicídio culposo na modalidade omissão própria.

86 - Ficou comprovado que houve assassinato, pela única razão de menosprezo à condição de mulher, praticado por Samuel contra sua vizinha Maria de Fátima, de trinta anos de idade, que possuía um filho ao qual deu à luz dois meses exatos antes do crime. Com base nas disposições legais, o crime de homicídio qualificado pelo feminicídio:

A) Está caracterizado e a pena prevista em lei será aumentada de um terço até a metade.
B) Não está caracterizado, pois não houve violência doméstica.
C) Está caracterizado em sua modalidade simples, não havendo aumento de pena.
D) Está caracterizado e a pena prevista em lei será aumentada de um a dois terços.
E) Está caracterizado e a pena prevista em lei será aumentada de um sexto a um terço.

87 - Determinado motorista, embriagado, que percorria, a 150 km/h, trecho de movimentada via pública onde a velocidade máxima permitida era de 50 km/h, atropelou e feriu gravemente um pedestre que circulava pela calçada. Única vítima, o pedestre faleceu cinco dias após o acidente, em consequência das lesões sofridas com o atropelamento.
Nessa situação hipotética, o motorista deverá ser responsabilizado pelo crime de:

A) Lesão corporal grave.
B) Lesão corporal culposa.
C) Lesão corporal seguida de morte.
D) Homicídio culposo.
E) Homicídio doloso.

88 – Thiago tentou suicidar-se e cortou os pulsos. Em seguida arrependeu-se e chamou uma ambulância. Léo, que sabia das intenções suicidas de Thiago, impediu dolosamente que o socorro chegasse e Thiago morreu por hemorragia. Nesse caso, Léo responderá por:

A) Auxílio a suicídio.
B) Homicídio doloso.
C) Instigação a suicídio.
D) Induzimento a suicídio.
E) Homicídio culposo.

89 - João, movido por motivo torpe, procurou Pedro, uma criança de nove anos de idade, e o agrediu a socos, pontapés e pedradas, causando-lhe ferimentos graves. No mesmo contexto, vendo que Pedro continuava vivo, deferiu-lhe um tiro na cabeça, ocasionando-lhe a morte. João responderá por:

A) Infanticídio.
B) Lesão corporal seguida de morte.
C) Homicídio qualificado.
D) Homicídio simples.
E) Lesão corporal agravada.

90 - Levando-se em consideração o seguinte fato: ALTAMIR VALENTE, com dolo de homicídio, esfaqueou seu colega de farra por motivo fútil, perfurando-lhe o intestino delgado, o qual recebeu atendimento médico e cirúrgico no HUT. Apesar da excelência do tratamento, veio a óbito em decorrência das lesões, um mês após o fato. Dessa forma, é CORRETO afirmar que o autor responderá por:

A) Tentativa de homicídio (art. 121, combinado com art. 14, II, do Código Penal), haja vista o decurso de tempo entre a conduta e o resultado;
B) Lesão corporal seguida de morte (at. 129, § 3º, do Código Penal);
C) Homicídio simples (art. 121, caput, do Código Penal);
D) Homicídio qualificado (art. 121, §2º, II, do Código Penal);
E) Homicídio culposo (art. 121, §3º, do Código Penal).

91 - Após uma discussão em um bar, Pedro decide matar Roberto. Para tanto, dirige-se até sua residência onde arma-se de um revólver. Ato contínuo, retorna ao estabelecimento e efetua um disparo em direção a Roberto. Contudo, erra o alvo, atingindo Antônio, balconista que ali trabalhava, ferindo-o levemente no ombro. Diante do caso hipotético, Pedro praticou, em tese, o(s) crime(s) de:
A) Lesão corporal leve.
B) Lesão corporal culposa.
C) Homicídio tentado e lesão corporal leve.
D) Lesão corporal culposa e tentativa de homicídio.
E) Homicídio na forma tentada.

92 - Em uma briga de trânsito, um motorista sai do carro e com a vontade de lesionar dá um soco em outro motorista e este cai, batendo com a cabeça na calçada e depois de algumas horas morre no hospital. O melhor enquadramento do crime é:
A) Lesão corporal culposa
B) Lesão corporal dolosa
C) Lesão corporal seguida de morte
D) Homicídio com dolo eventual
E) Homicídio culposo

93 - Durante uma discussão entre Carla e Luana, que eram amigas, Carla desfere, com intenção de causar lesão leve, um tapa na face de Luana, que a havia ofendido. Ocorre que, de maneira totalmente surpreendente, Luana vem a falecer no dia seguinte, em virtude do tapa recebido e da lesão causada, pois rompeu-se um desconhecido coágulo sanguíneo na cabeça, mesmo diante do fraco golpe. Na semana seguinte, a família de Luana, revoltada, procura a Delegacia, narra o ocorrido e afirma ter interesse em ver Carla processada criminalmente.
Confirmados os fatos, assim como a intenção de Carla, o Ministério Público poderá imputar a Carla a prática do(s) crime(s) de:
A) Lesão corporal leve dolosa e homicídio culposo;
B) Lesão corporal seguida de morte;
C) Lesão corporal leve;
D) Homicídio doloso;
E) Homicídio culposo.

94 - Tício, desejando lesionar Mévio, contra ele desfere violentos soco no rosto. Socorrido por terceiros, Mévio é transportado às pressas ao hospital, onde vem a falecer no mesmo dia, em razão de uma parada cardíaca sofrida durante a cirurgia de reparação da fratura óssea causada na face. Tício responderá por:
A) Lesão corporal seguida de morte;
B) Homicídio doloso consumado;
C) Homicídio culposo;
D) Homicídio tentado;
E) Lesão corporal grave.

95 - Se da lesão corporal dolosa resulta morte e as circunstâncias evidenciam que o agente não quis o resultado morte, nem assumiu o risco de produzi-lo, configura(m)-se:

A) Lesão culposa e homicídio culposo, cujas penas serão aplicadas cumulativamente.
B) Lesão corporal seguida de morte.
C) Homicídio culposo qualificado pela lesão.
D) Homicídio doloso (dolo eventual).
E) Homicídio doloso (dolo indireto).

96 - De acordo com o Código Penal, a incapacidade para as ocupações habituais, por mais de trinta dias, caracteriza o crime de:
A) Lesão corporal simples.
B) Lesão corporal leve.
C) Lesão corporal grave.
D) Lesão corporal gravíssima.
E) Lesão corporal seguida de morte.

97 - De acordo com o Código Penal (CP), a lesão corporal será classificada como:
A) Grave, caso resulte em enfermidade incurável.
B) Gravíssima, caso provoque debilidade permanente de membro, de sentido ou de função da vítima.
C) Grave, caso provoque dano estético definitivo na vítima.
D) Gravíssima, caso a vítima fique permanentemente incapacitada para o trabalho.
E) Gravíssima, caso provoque a aceleração do parto da vítima.

98 - De acordo com o Artigo 129 do Código Penal Brasileiro, trata-se de lesão corporal de natureza gravíssima:
A) Aceleração de parto.
B) Debilidade permanente de membro, sentido ou função.
C) Deformidade permanente.
D) Perigo de vida.

99 - O artigo 129 do Código Penal Brasileiro estabelece o crime de lesões corporais. Sobre esse assunto, analise as afirmativas.
I. A lesão corporal que tem como resultado aborto é classificada como lesão corporal seguida de morte.
II. Inutilização de função é classificado como lesão gravíssima.
III. Perda de sentido é classificada como lesão grave.
Assinale a alternativa correta.
A) Todas as afirmativas estão corretas
B) Estão corretas apenas as afirmativas I e II
C) Estão corretas apenas as afirmativas I e III
D) Está correta apenas a afirmativa I
E) Está correta apenas a afirmativa II

100 – A lesão corporal se enquadra nas hipóteses expressas no art. 129, § 2º do Código Penal, doutrinariamente denominada gravíssima, se ocorrer:
A) Aceleração de parto.
B) Enfermidade incurável.
C) Incapacidade para as ocupações habituais, por mais de trinta dias.
D) Debilidade permanente de membro, sentido ou função.
E) Perigo de vida.

"Seja FODA!!! O mundo está cheio de gente mais ou menos"

PROFESSOR
JUNIOR TAVARES

GABARITO RODADA 01

ADMINISTRATIVO				
1- E	2- C	3- E	4- E	5- A
6- E	7- B	8- D	9- D	10- C
11- Errado	12- A	13- D	14- E	15- C
16- A	17- B	18- C	19- Certo	20- Certo

CONSTITUCIONAL				
21- A	22- C	23- C	24- E	25- B
26- C	27- C	28- D	29- C	30- B
31- Certo	32- Errado	33- D	34- Errado	35- B
36- C	37- B	38- D	39- A	40- D

DIREITOS HUMANOS				
41- Errado	42- Certo	43- Certo	44- C	45- C
46- Certo	47- D	48- D	49- B	50- D
51- C	52- C	53- E	54- A	55- B
56- D	57- Certo	58- C	59- A	60- E

DIREITO PENAL- PARTE GERAL				
61- C	62- E	63- A	64- A	65- Errado
66- Certo	67- Certo	68- A	69- Errado	70- Errado
71- Certo	72- C	73- C	74- E	75- D
76- D	77- A	78- B	79- B	80- A

DIREITO PENAL – PARTE ESPECIAL				
81- C	82- C	83- B	84- D	85- C
86- A	87- E	88- B	89- C	90- D
91- E	92- C	93- C	94- A	95- B
96- C	97- D	98- C	99- E	100- B

PROFESSOR JUNIOR TAVARES

QUESTÕES RODADA 02

→ Direito Administrativo

01- Analise as assertivas abaixo concernentes aos poderes administrativos.
I - O Poder de polícia é decorrente da supremacia geral da Administração Pública, aplicando-se a todos os particulares, sem necessidade de demonstração de qualquer vínculo de natureza especial.
II - O Poder discricionário concede à Administração, a prática de atos administrativos com liberdade, exercendo o juízo de conveniência e oportunidade, dentro dos limites legais, na busca pelo interesse público.
III - No Poder vinculado o administrador está restrito ao texto legal, não possuindo margem de escolha em sua conduta.
IV - O Poder hierárquico configura um poder de estruturação externa, portanto, permitindo a hierarquia entre a União, o Distrito Federal, os Estados e Municípios.
A quantidade de itens CORRETOS é igual a:
A) 0.
B) 1.
C) 2.
D) 3.
E) 4.

02 - Os poderes administrativos surgem com a Administração e se apresentam conforme as demandas dos serviços públicos. Analisando os itens abaixo relacionados, qual melhor se insere no conceito de "poder de polícia"?
A) Visa condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais.
B) Pode agir em três áreas de atuação estatal, administrativa, judiciária e legislativa.
C) Em relação à polícia sanitária, tem como se medir o seu campo de atuação.
D) É a faculdade exclusivamente focada na coletividade que dispõe a Administração Pública.
E) É o mecanismo de frenagem de que dispõe a Administração Pública para conter os abusos do direito coletivo.

03- O poder hierárquico está vinculado à definição de infrações e às respectivas penalidades aos particulares.
CERTO ERRADO

04 - A edição de um decreto pelo Poder Executivo é expressão do poder disciplinar.
CERTO ERRADO

05 – Os poderes administrativos são prerrogativas instrumentais conferidas aos agentes públicos para que, no desempenho de suas atividades, alcancem o interesse público. Considerando a temática Poderes Administrativos, assinale a alternativa correta.
A) O exercício ao poder de polícia compreende 4 fases distintas, denominadas de ciclos de polícia: ordem, consentimento, fiscalização e sanção.
B) São características ou atributos do poder disciplinar: discricionariedade, coercibilidade e autoexecutoriedade.
C) O poder de polícia é inerente apenas às atividades de polícia judiciária.
D) Caracteriza-se desvio de poder a atuação do agente público que extrapola a competência delimitada na lei.
E) Ao disciplinar determinada rotina administrativa interna, a Administração Pública está exercendo seu poder disciplinar.

06 - O poder do administrador público — que constitui, ao mesmo tempo, dever para com a comunidade — é irrenunciável pelo seu titular.
CERTO ERRADO

07- A atuação da Administração pública possui vertentes discricionária e vinculada. Também apresenta atuação discricionária da

Administração pública o exercício do poder

A) Disciplinar, na definição das sanções cabíveis diante das infrações disciplinares não expressamente previstas na legislação.

B) Hierárquico, que admite alteração das competências dos subordinados pela chefia imediatamente superior.

C) De polícia, a exemplo da decisão de aplicação das medidas de apreensão e interdição de estabelecimentos, observados os limites previstos na legislação.

D) Normativo autônomo, competência do Chefe do Executivo diante de lacunas nas matérias reservadas à lei.

E) Regulamentar, na escolha das matérias da lei que serão regulamentadas, permitido ao Chefe do Executivo suplementar as lacunas da lei.

08 - Poder conferido ao chefe do Poder Executivo para editar normas, visando a fiel execução da lei:

A) Vinculado.
B) Discricionário.
C) Disciplinar.
D) Hierárquico.
E) Regulamentar.

09 - Considera-se a atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos. Tal conceito se refere ao poder:

A) Vinculado.
B) Regulamentar.
C) De polícia.
D) Discricionário.
E) Hierárquico.

.

10 - Em relação ao poder de polícia administrativa, é correto afirmar que

A) Não há diferenças entre polícia administrativa e polícia judiciária.

B) A polícia administrativa envolve atos de fiscalização.

C) Os atos de fiscalização do Estado não podem ser remunerados por taxa.

D) A Administração deve buscar no Poder Judiciário prévia autorização para exercer o poder de polícia administrativa sempre que precisar interditar um estabelecimento particular.

E) A polícia militar em hipótese alguma atua na esfera de ação da polícia administrativa.

11 - A autoexecutoriedade é um dos atributos do poder de polícia que permite que o agente público utilize a força se necessário.

CERTO ERRADO

12 - O excesso de poder ocorre quando o agente público atua nos limites de sua competência, mas com finalidade diversa da que a lei determina.

CERTO ERRADO

13 – Os Poderes Administrativos são inerentes à Administração Pública e possuem caráter instrumental, ou seja, são instrumentos de trabalho essenciais para que a Administração possa desempenhar as suas funções atendendo o interesse público. De acordo com o Poder Administrativo, relacione as colunas e assinale a alternativa com a sequência correta.

1. Poder Vinculado.
2. Poder Discricionário.
3. Poder Hierárquico.
4. Poder Disciplinar.
5. Poder Regulamentar.

( ) Autorização para porte de arma.
( ) Aplicação de pena de suspensão ao servidor público.
( ) A prática de ato (portaria) de aposentadoria de servidor público.
( ) O chefe do poder executivo expediu um decreto explicando o conteúdo de uma lei.

( ) Distribuir e escalonar as funções de seus órgãos.

A) 3 – 4 – 2 – 1 – 5.
B) 1 – 5 – 3 – 4 – 2.
C) 2 – 4 – 1 – 5 – 3.
D) 5 – 2 – 4 – 3 – 1.
E) 4 – 3 – 5 – 2 – 1.

14 - Para cumprir suas funções e finalidades, a administração pública pode, à luz do princípio da supremacia do interesse público, exercer alguns poderes previstos na doutrina. Uma das espécies de poder administrativo é o poder

A) Disciplinar.
B) De ordem jurídica.
C) Negocial.
D) Enunciativo.

15 - Segundo a doutrina, ocorrerá desvio de poder se

A) O agente praticar ato buscando alcançar fim diverso daquele determinado pela lei.
B) O agente público agir fora dos limites de sua competência administrativa.
C) Houver a remoção de um servidor por agente incompetente, como forma de punição daquele.
D) A autoridade praticar ato administrativo que vá além do que a lei permita.
E) Houver violação ao requisito de motivo do ato administrativo, tornando-o arbitrário.

16 - Assinale a opção correta com relação ao poder hierárquico.

A)Decorre do poder hierárquico o poder de revisão, por superior, dos atos praticados por subordinado.
B) A disciplina funcional guarda relação com o poder disciplinar, não se ligando ao poder hierárquico.
C) A avocação é regra ampla e geral cuja difusão deve ser estimulada em prol da eficiência.
D) A hierarquia administrativa é restrita ao Poder Executivo.
E) Subordinação e vinculação, como decorrências do poder hierárquico, são institutos que se confundem e que se caracterizam pelo controle que se dá no âmbito de um mesmo ente.

17 - De acordo com a Lei nº 8.112/90, a aplicação da penalidade de demissão a agente público que tenha cometido inassiduidade habitual representa exemplo de

A) Abuso de poder.
B) Excesso de poder.
C) Exercício do poder de polícia.
D) Exercício do poder disciplinar.
E) Exercício do poder regulamentar.

18 - O poder regulamentar é a faculdade de que dispõem os Chefes do Executivo de expedir atos administrativos que explicitem o disposto nas leis a fim de garantir a sua execução. Os atos de caráter regulamentar estritamente limitado às disposições expressas e implícitas da lei, que tem o condão de clarificar pontos demasiadamente genéricos, recebem a seguinte denominação:

A) Decreto legislativo.
B) Regulamento independente.
C) Decreto vinculado.
D) Decreto autônomo.
E) Regulamento de execução.

19 - A hierarquia caracteriza-se pela existência de graus de subordinação entre os diversos órgãos e agentes do Executivo. Do exercício do poder hierárquico decorrem as prerrogativas, do superior para o subordinado. O poder que o superior possui de chamar para si a execução de atribuições cometidas por seus subordinados denomina-se:

A) Avocação.
B) Fiscalização.
C) Delegação.
D) Punição.
E) Objetividade.

20- O denominado Poder _____ é aquele de que dispõe a administração para a prática de atos administrativos

em que é mínima ou inexistente a sua liberdade de atuação.

A) Discricionário
B) De Polícia
C) Moderador
D) Vinculado

→ Direito Constitucional

21 - São princípios que regem a República Federativa do Brasil em suas Relações Internacionais, todos os citados abaixo, EXCETO

A) Independência nacional.
B) Prevalência dos direitos humanos.
C) Igualdade entre os Estados.
D) Imposição da força na solução dos conflitos.
E) Concessão de asilo político.

22 - Assinale a alternativa que <u>NÃO</u> representa um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.

A) A dignidade da pessoa humana
B) A soberania
C) A cidadania
D) O pluralismo político
E) Garantir o desenvolvimento nacional

23 - No seu Título I (Dos Princípios Fundamentais), a Constituição da República de 1988 diferencia os fundamentos do Estado de Direito dos seus objetivos fundamentais, bem como dos seus princípios regentes das relações internacionais. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

A) A dignidade da pessoa humana é um objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.
B) A garantia do desenvolvimento nacional é um fundamento do Estado de Direito brasileiro.
C) A prevalência dos direitos humanos é estabelecida pelo texto constitucional expresso tanto como um fundamento do Estado de Direito quanto como um objetivo da República e, ainda, como um princípio federativo.
D) A soberania é um fundamento do Estado democrático, enquanto a autodeterminação é um princípio das relações internacionais.
E) A erradicação da pobreza é considerada um objetivo fundamental constitucional implícito.

24 - No tocante às suas relações internacionais, a República Federativa do Brasil possui alguns princípios fundamentais. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

A) O Brasil prima pela sua vinculação às grandes potências internacionais como meio de desenvolvimento nacional.
B) Pode ser considerado um dever da República a busca pela integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina.
C) Segundo a Constituição brasileira, é prioridade fundamental das relações diplomáticas a promoção do Mercosul.
D) O Brasil repudia o terrorismo e o racismo e tem como política de Estado a negação de asilo político.
E) A prevalência dos direitos humanos implica em seu conteúdo que cabe ao Estado buscar o bem de todos mediante a vedação dos preconceitos de origem, raça, sexo, cor e idade, permitindo, todavia, outras discriminações, tais como as relativas à orientação sexual (cuja vedação é remetida à legislação infraconstitucional).

25 - Acerca da República Federativa do Brasil e dos princípios fundamentais, com base na constituição federal de 1988, julgue os itens a seguir:

I- A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos estados, dos municípios, e do distrito federal e dos territórios.
II- O pluralismo político e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa são alguns dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
III- A soberania, a cidadania e a independência nacional são alguns

dos fundamentos da República Federativa do Brasil.
IV- A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos princípios da soberania e da dignidade da pessoa humana dentre outros.
A) Os itens I, II e III são verdadeiros.
B) Os itens I e II são verdadeiros.
C) Apenas o item II é falso.
D) Os itens I, II e IV são verdadeiros.
E) Todos os itens são falsos.

26 - De acordo com o artigo 3° da Constituição Federal, constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil:
A) A solução pacífica dos conflitos.
B) O repúdio ao terrorismo e ao racismo.
C) A prevalência dos direitos humanos e a autodeterminação dos povos.
D) A erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais.

27 - A República Federativa do Brasil é composta pela união entre os estados federados, municípios e o Distrito Federal, não podendo ser nem mesmo objeto de deliberação uma proposta de emenda constitucional tendente a abolir a forma federativa.
CERTO ERRADO

28 - Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, EXCETO:
A) A construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
B) A erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais.
C) A promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
D) A garantia do desenvolvimento regional.

29 - Considerando a Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA:
A) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios, constitui-se em Estado democrático de direito.
B) A República Federativa do Brasil tem como fundamentos, entre outros, o pluralismo político.
C) São poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
D) Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição da República.

30 - Dentre as alternativas abaixo, assinale a única que não indica um dos princípios fundamentais que regem as relações internacionais do Estado brasileiro, definidos na Constituição Federal.
A) Autodeterminação dos povos.
B) Igualdade entre os Estados.
C) Solução pacífica dos conflitos.
D) Concessão de asilo político.
E) Dignidade da pessoa humana.

31 - A soberania, a cidadania e o pluralismo político são considerados fundamentos da República Federativa do Brasil, a qual, segundo se pode afirmar com base na Constituição Federal, tem por objetivos fundamentais:
I. construir uma sociedade livre, justa e solidária;
II. garantir a independência nacional;
III. erradicar a pobreza e promover a defesa da paz.
Analisando os itens acima, é correto afirmar que
A) Somente o item I está correto.
B) Somente o item II está correto.
C) Somente o item III está correto.
D) Somente os itens I e II estão corretos.
E) Somente os itens II e III estão corretos.

32 - A República Federativa do Brasil tem como fundamento a (o)
A) Nomeação de autoridades públicas.
B) Dignidade da pessoa humana.
C) Intervenção na propriedade privada.
D) Proibição de atividades artísticas e culturais.
E) Fomento do comércio entre estados e municípios.

33 - Constitui-se objetivo fundamental da República Federativa do Brasil
A) Prestar auxílio financeiro direito aos países vizinhos.
B) Declarar estado de guerra, quando houver impasse entre Estados.
C) Decretar intervenção em municípios com mais de 100.000 habitantes.
D) Fiscalizar as Assembleias Legislativas estaduais.
E) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.

34 - A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel de
A) Distrito Federal e Mercosul.
B) Estados, municípios e Distrito Federal.
C) Legislativo, Executivo e Judiciário.
D) Câmara dos Deputados, Senado e Assembleias Legislativas Estaduais.
E) Supremo Tribunal Federal e Tribunais de Justiça dos Estados.

35 - É fundamento da República Federativa do Brasil
A) A igualdade entre homens e mulheres.
B) A defesa da paz.
C) O valor social da livre iniciativa.
D) O repúdio ao racismo.
E) A solução pacífica de conflitos.

36 - O título I da Constituição Federal de 1988 trata dos princípios e objetivos fundamentais, incluindo, dentre esses, a:
A)Democracia como princípio de regência das relações internacionais da República Federativa do Brasil.
B) Garantia do desenvolvimento nacional como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.
C) Soberania e construção de uma sociedade livre, justa e solidária como objetivo do Estado Democrático de Direito.
D) Prevalência dos direitos humanos como fundamento do Estado Democrático de Direito.
E) Cidadania como princípio de regência das relações internacionais da República Federativa do Brasil.

37 - A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios, exceto:
A) Repúdio ao racismo
B) Concessão de refúgio
C) Prevalência dos direitos humanos
D) Autodeterminação dos povos
E) Não-intervenção

38 - A República Federativa do Brasil tem como fundamentos:
A) A soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político.
B) Construir uma sociedade livre, justa e solidária por meio da não-intervenção.
C) Em casos excepcionais de estado de guerra a soberania do Estado pode suspender os direitos e garantias fundamentais.
D) Em defesa da paz e da prevalência dos direitos humanos, como forma de combate e repúdio ao terrorismo as relações internacionais podem sobrepujar a igualdade entre os Estados e a solução pacífica dos conflitos.

39 - A defesa da paz e a solução pacífica de conflitos são fundamentos da República Federativa do Brasil.
CERTO ERRADO

40 - Nos termos da Constituição Federal de 1988 (CF), a República Federativa do Brasil constitui-se em

Estado Democrático de Direito e tem como fundamento o(a)

A) Cidadania.
B) Repúdio ao terrorismo.
C) Defesa da paz.
D) Autodeterminação dos povos.
E) Erradicação da pobreza.

,

→ Direitos Humanos

41 - A respeito da Declaração Universal dos Direitos Humanos, é INCORRETO afirmar que;

A) É admitida a conduta arbitrária, quando se trata de caso de exílio.
B) Ninguém será submetido à tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.
C) O documento defende que todos têm o direito de receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais, não apenas aqueles que lhe sejam reconhecidos pela constituição, como também pela lei.
D) Todo aquele que for vítima de perseguição tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países, exceto quando esta for legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos propósitos e princípios das Nações Unidas.

42 - Segundo o Estatuto da Igualdade Racial (Lei n. 12.288/2010), ações afirmativas são programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades.

CERTO ERRADO

43 - A edição da Declaração Universal de Direitos Humanos foi o marco da universalidade e inerência dos direitos humanos.

CERTO ERRADO

44 - Sobre os direitos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948-ONU), considere as afirmativas a seguir.

I. Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção fora das fronteiras de cada Estado.
II. Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.
III. Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei.
IV. Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.
Assinale a alternativa correta.

A) Somente as afirmativas I e II são corretas.
B) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
C) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
D) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
E) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

45 - A partir de 1945, com a criação das Nações Unidas, após a Segunda Guerra Mundial, normas e tratados têm conferido uma forma legal à prática dos direitos humanos para todos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (Resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948, dispõem em seus artigos: "Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será _____, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será _____ a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito.
Assinale a alternativa que completa correta e respectivamente as lacunas.

A) Paga, acessível
B) Parcialmente paga, gratuita
C) Paga, gratuita
D) Gratuita, paga
E) Gratuita, acessível

46 - Dispõe a Declaração Universal dos Direitos Humanos que

A) O trabalhador deve filiar-se à associação representativa de sua categoria profissional.
B) A vontade do povo será expressa em eleições periódicas e legítimas, por voto censitário, secreto ou aberto, ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto.
C) Todo ser humano tem direito à instrução, mas o acesso à instrução superior terá por critério o mérito.
D) Qualquer ser humano tem o direito de deixar seu país, desde que quite com suas obrigações legais e políticas perante o Estado.
E) O livre e pleno consentimento dos nubentes menores de 18 (dezoito) anos para o casamento pode ser substituído pela autorização de seus pais.

47 - Nos termos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, todo ser humano tem
A) Assegurado o direito ao amplo acesso à informação, sendo vedado, em qualquer hipótese, resguardar o sigilo da fonte.
B) Deveres para com a comunidade, na qual o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível.
C) Direito à prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.
D) Direito a obter gratuitamente certidões em repartições públicas para o exercício da ampla defesa.

E) Assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.

48 - Segundo o disposto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, "Se depois da perpetração do delito a lei dispuser a imposição de pena mais leve, o delinquente será por isso beneficiado." Essa norma de direito penal é representada pelo Princípio
A) Da Individualização da Pena.
B) Da Legalidade.
C) Da Norma Penal em Branco.
D) Da Presunção da Inocência.
E) Da Retroatividade.

49 - Tendo como base a Declaração de Direitos Humanos, diante das seguintes situações, podemos afirmar que se encontra de acordo com a referida Declaração:
A) Manuel é português e foi extraditado pelo Brasil para Portugal, após cumprir a pena que lhe foi imposta em Portugal, o referido país não o deixou abandonar o país, por ser nacional;
B) Ninguém pode ser arbitrariamente privado de sua propriedade;
C) Caio, perseguido politicamente, não pode deixar seu país, pois de acordo com o direito interno não é possível qualquer nacional solicitar asilo em outro pais;
D) É possível, em respeito às tradições, que os futuros esposos sejam prometidos, e que ambos devem se sujeitar ao casamento. Entretanto, nenhum poderá ser obrigado a permanecer casado;
E) Marcos resolveu vir para o Brasil, e seu país de origem, o privou de sua nacionalidade. Segundo a Declaração de Direitos do Homem, não há problema algum Marcos permanecer apátrida.

50 - Integram a denominada Carta Internacional dos Direitos Humanos − International Bill of Rights:
I. Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.
II. Carta da Organização das Nações Unidas − ONU.
III. Declaração Universal de Direitos Humanos.
IV. Convenção Americana de Direitos Humanos.
Está correto o que se afirma em
A) II e IV, apenas.
B) I e II, apenas.
C) I e III, apenas.
D) III e IV, apenas.
E) I, II, III e IV.

51 - A Declaração Universal dos Direitos Humanos

A) Prevê, expressamente, o dever da fraternidade no agir uns para com os outros.
B) Assevera que o acesso a cargos públicos pode ser mitigado em função de condições fáticas.
C) Estabelece que o princípio da fraternidade pode ser limitado em situações de calamidade.
D) É pensada a partir das situações ocorridas no Grande Terror da Revolução Francesa.
E) Retira de sua construção normativa a desnecessidade de o indivíduo ser responsável para com a comunidade na qual se insere.

52 - A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi a responsável por definir direitos e liberdades fundamentais que deveriam ser garantidos por todos os Estados.
Sem embargo, enquanto Carta de Declaração de Direitos, o texto não apresentava, por si próprio, força jurídica obrigatória e vinculante, donde indispensável o estudo de mecanismos capazes de assegurar o reconhecimento e a efetiva observância, pelos Estados, dos princípios por ela consagrados.
Tais estudos resultaram na formação da denominada Carta Internacional dos Direitos Humanos (International Bill of Rights), que decorre

A) Da conjugação do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e da Declaração Universal.
B) Da alteração do status conferido à Declaração Universal pela Comissão dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas.
C) Do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.
D) Da alteração do status conferido à Declaração Universal pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas.
E) Do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos.

53 - De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, todo indivíduo tem direito à:
1. vida.
2. liberdade.
3. segurança pessoal.
4. discriminação.
Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.
A) São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
B) São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
C) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
D) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
E) São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.

54 - A Declaração Universal dos Direitos dos Homens prevê que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos.
Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros:
A) Em espírito de fraternidade.
B) Em espírito de fragmentariedade.
C) Em espírito de preservar a estratificação social.
D) De modo a influenciar a vida privada alheia.
E) De forma a compartilhar as riquezas individuais.

55 - É correto afirmar sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos.
A) A proteção à opinião política é reduzida em razão da salvaguarda das liberdades.
B) Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos.
C) O caráter laico do Estado dispensa proteção ao direito de religião.
D) Por não possuir natureza comercial, não há previsão de proteção e satisfação de direitos econômicos.
E) A Declaração somente protege direitos de cidadãos residentes em

países ou territórios plenamente livres e soberanos.

56 - É correto afirmar sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A) Admite-se a tortura, excepcionalmente, para se penalizar crimes hediondos.

B) É vedada a escravatura, porém, admite-se a servidão de pessoas até dezoito anos.

C) Todo acusado deverá ser considerado culpado até que se prove a sua inocência.

D) Não se admite a prisão, a detenção ou o exílio arbitrário.

E) É obrigação dos Estados signatários da Declaração instituírem tribunais parciais e dependentes.

57 - Assinale a alternativa que indica corretamente o organismo internacional cujo preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos aponta que se compromete a promover, em cooperação com os Estados Membros, o respeito universal e efetivo dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais.

A) Comunidade Europeia

B) Organização do Tratado Norte

C) Organização das Nações Unidas

D) Organização Internacional do Trabalho

E) Fundo das Nações Unidas para a Infância

58 - Quanto à Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, é INCORRETO afirmar que

A) Os Estados-Membros se comprometeram a desenvolver, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos humanos e liberdades fundamentais e a observância desses direitos e liberdades.

B) Toda pessoa, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.

C) Toda pessoa tem o direito de tomar parte no governo de seu país, diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.

D) Toda pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade.

E) O Estado terá prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada às crianças e adolescentes, independentemente da manifestação dos pais.

59 - A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 enuncia que

A) Toda pessoa tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado.

B) Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade, exceto, no caso de crime de lesa-pátria.

C) Toda pessoa tem direitos em face de sua comunidade, contudo, deverá ser limitado o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade.

D) Com exceção no caso dos sindicatos, ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

E) Toda pessoa tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecida como cidadã de acordo com a lei de seu próprio país, ainda que em território estrangeiro.

60 - Conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos, os direitos humanos são

A) Revogáveis.

B) Absolutos.

C) Renunciáveis.

D) Imprescritíveis.

E) Individuais.

PROFESSOR JUNIOR TAVARES

→ Direito Penal (Parte Geral)

61 - Em relação a crime culposo, assinale a opção correta.

A) O agente de conduta culposa assume o risco do resultado produzido por sua conduta.

B) A conduta culposa é dirigida à prática de um fim ilícito.

C) O agente com culpa consciente prevê, mas não aceita, a superveniência do resultado de sua conduta.

D) O agente de crime culposo não tem previsibilidade objetiva do resultado de sua conduta.

E) A conduta negligente admite, em regra, tentativa no crime culposo.

62 - O erro sobre elemento do tipo

A) Caracteriza erro na execução.

B) É uma excludente de ilicitude.

C) Isenta a pena, caso fosse inevitável.

D) Exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposo, se previsto em lei.

E) Permite a diminuição de pena, nos parâmetros previstos em lei, caso o erro seja vencível.

63 - A respeito da pena de tentativa, é correto afirmar:

A) Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a metade.

B) Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a um terço.

C) Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços.

D) Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a um quinto.

E) Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois quintos.

64 - São elementos do fato típico, exceto:

A) Conduta.

B) Resultado.

C) Tipicidade.

D) Nexo causal.

E) Antijuricidade.

65 - Crime doloso é aquele em que o sujeito passivo age com imprudência, negligência ou imperícia.

CERTO ERRADO

66 - Aquele que assume os riscos de produzir o resultado criminoso pratica o delito sob a modalidade de:

A) Culpa consciente.

B) Culpa inconsciente.

C) Dolo direto.

D) Dolo eventual.

E) Preterdolo.

67 - O autor do fato estava limpando o quintal e deixou um pedaço de madeira escorada no muro. A vítima estava passando pelo local, momento em que a madeira caiu e atingiu o seu braço, causando um pequeno hematoma. O autor do fato tentou se explicar, confessando que agiu com desatenção e que poderia ter evitado o evento danoso, pois deveria ter colocado a madeira no chão. A vítima não aceitou as explicações e foi registrar a notícia crime, materializada no termo circunstanciado. Qual a tipificação do fato?

A) Lesão corporal dolosa, definida no artigo 129, caput do Código Penal.

B) Lesão corporal culposa, definida no artigo 129, § 6 do Código Penal

C) Atipicidade da conduta

D) Contravenção penal de deixar de colocar na via pública, sinal ou obstáculo, determinado em lei ou pela autoridade e destinado a evitar perigo a transeuntes (artigo 36 do Decreto Lei 3688/41)

68 - Considera-se o crime consumado, quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal. Entretanto, a tentativa de crime pode

gerar várias repercussões jurídicas. Nessa matéria, o código penal determina que

A) A tentativa é punível mesmo quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.

B) O crime é tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias decorrentes da vontade do agente.

C) A tentativa é punida, salvo disposição expressa em contrário, com pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços.

D) O ajuste, a determinação ou instigação mesmo sem disposição expressa em contrário, são puníveis, ainda que o crime não chegue a ser tentado.

69 - Jovelino Josualdo planejou a execução de sua esposa, grávida, pois tinha fortes suspeitas de que estava sendo traído por ela. No dia planejado para o homicídio, aguardou a vítima escondido e quando viu um vulto, executou o seu plano, desferindo cinco tiros na vítima, que faleceu no local. Contudo, ao certificar-se do falecimento da vítima, assustou-se ao ver que na verdade havia atirado em sua mãe. Diante do exposto, é correto afirmar que se trata de:

A) Error In Objecto.
B) Error In Persona.
C) Aberratio Ictus.
D) Aberratio Causae.
E) Aberratio Criminis.

70 - Maria, a fim de cuidar do machucado de seu filho que acabou de cair da bicicleta, aplica sobre o ferimento da criança ácido corrosivo, pensando tratar-se de uma pomada cicatrizante, vindo a agravar o ferimento. A situação descrita retrata hipótese tratada no Código Penal como:

A) Erro de proibição.
B) Erro na execução.
C) Estado de necessidade.
D) Exercício regular de direito.
E) Erro de tipo.

71 - É correto afirmar que Beltrano que efetuou disparos de arma de fogo contra Ciclano com a vontade de lhe matar, sem contudo atingi-lo, incorre:

A) No crime de homicídio consumado, visto que a intenção de Beltrano era ceifar a vida de Ciclano
B) Ameaça, visto que os disparos de arma de fogo não atingiram Ciclano.
C) No crime de disparo de arma de fogo em via pública.
D) A conduta e atípica, visto que Ciclano não foi atingido.
E) Em tentativa de homicídio.

72 - Dispõe o parágrafo único do art. 14 do CP que o crime tentado é punido, salvo exceção, com a pena

A) Correspondente à prevista para o crime consumado, diminuída de um a dois terços.
B) Igual à do crime consumado.
C) Correspondente à metade da prevista para o crime consumado.
D) Livremente estabelecida pelo Juiz, mas em patamar obrigatoriamente inferior à correspondente à prevista para o crime consumado.
E) Correspondente à prevista para o crime consumado, diminuída de um ano.

73 - Por si própria, a conduta de premeditar um crime de homicídio caracteriza

A) Início de execução.
B) Exaurimento.
C) Cogitação impunível.
D) Dolo.
E) Erro de proibição.

74 - Com relação ao plano subjetivo do crime,

A) As culpas concorrentes de regra se compensam.
B) Dolo indireto é aquele cometido com culpa consciente.
C) Não há tentativa de crime culposo e involuntário.
D) De regra os crimes são culposos e, excepcionalmente, dolosos.
E) A culpa inconsciente é impunível.

75 - Na estrutura do Direito Penal, a tentativa é instituto que diz respeito mais diretamente à ideia de

A) Tipicidade.
B) Antijuridicidade.
C) Culpabilidade formal.
D) Culpabilidade material.
E) Imputabilidade.

76 - A pena do crime consumado está prevista na parte geral do código penal, enquanto que a pena do crime tentado é a mesma do crime consumado diminuída de 1 a 2/3.

CERTO ERRADO

77 - No crime consumado, reúnem-se todos os elementos de sua definição legal.

CERTO ERRADO

78 – De acordo com o Código Penal o crime tentado é aquele que não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.

CERTO ERRADO

79 - Condutor dirige seu veículo e vê seu maior desafeto atravessando a rua na faixa de pedestres. Estando próximo à faixa, o condutor, consciente, deliberada e intencionalmente, acelera seu veículo e o coloca na direção de seu desafeto, acabando por atropelá-lo e matá-lo. De acordo com o Código Penal, o crime cometido deve ser considerado

A) Culposo porque o agente deu causa ao resultado por imperícia.
B) Doloso porque o agente não atentou para a faixa de pedestres.
C) Doloso porque o agente tinha intenção de matar seu desafeto.
D) Culposo porque o agente deu causa ao resultado por negligência.
E) Culposo porque o agente deu causa ao resultado por imprudência.

80 - "A", querendo causar a morte de "B", descarrega contra este sua arma de fogo, atingindo-o por seis disparos. "B", socorrido por populares e levado ao pronto-socorro, é submetido à cirurgia de emergência e sobrevive. Diante do exposto, "A" poderá responder pelo crime de:

A) Homicídio culposo tentado, pois "B" somente não morreu por circunstâncias alheias à vontade de "A".
B) Lesão corporal dolosa, uma vez que "B", apesar de ser atingido, não morreu.
C) Lesão corporal dolosa e homicídio doloso tentado, pois "B" somente não morreu por circunstâncias alheias à vontade de "A".
D) Homicídio doloso consumado, pois "B" somente não morreu por circunstâncias alheias à vontade de "A".
E) Homicídio doloso tentado, pois "B" somente não morreu por circunstâncias alheias à vontade de "A".

→ Direito Penal (Parte Especial)

81 - O delito de sequestro ou cárcere privado é classificado como crime:

A) Continuado
B) Permanente
C) Próprio
D) Habitual

82 - Assinale a afirmação correta em relação ao crime de ameaça (artigo 147 do Código Penal).

A) O Ministério Público e o ofendido têm legitimidade para promover a ação penal.
B) Trata-se de crime de ação penal privada.
C) Somente se procede mediante representação.
D) Só pode ser praticado por meio da palavra ou por escrito, não sendo possível a consumação por meio de gesto ou qualquer outro meio simbólico.

83 – De acordo com o artigo 147 do Código Penal, constitui crime de Ameaça. A conduta de ameaçar alguém por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave. Para esse crime a lei prevê penalidade de;

A) Detenção de 1 a 6 meses, ou multa

B) Reclusão de 2 a 4 anos.
C) Multa
D) Detenção de 6 meses a 2 anos.

84 - De acordo com o Artigo 147 do Código Penal o crime de Ameaça só se procede mediante representação.
CERTO ERRADO

85 – O artigo 148 do Código Penal prevê o crime de Sequestro e cárcere privado. Esse tipo penal terá a pena aumentada, se o sequestro for praticado contra menor de 18 anos.
CERTO ERRADO

86 – De acordo com o Código Penal brasileiro. O crime de Sequestro e Cárcere privado será qualificado quando:
A)A vítima é ascendente, descendente, cônjuge ou companheiro do agente ou maior de 70 anos
B)A vítima é ascendente, descendente, cônjuge ou companheiro do agente ou maior de 55 anos
C)A vítima é ascendente, descendente, cônjuge ou companheiro do agente ou maior de 60 anos
D)A vítima é ascendente ou descendente do agente apenas
E)A vítima é cônjuge ou companheiro do agente apenas.

87 - De acordo com o Código Penal brasileiro. O crime de Sequestro e Cárcere privado será qualificado quando:
A)Se o crime é praticado mediante internação da vítima em casa de saúde ou hospital
B)Se existe o concurso de agentes
C)Se praticado na presença de menor de 18 anos
D)Se praticado com finalidade lucrativa

88 - De acordo com o Código Penal brasileiro. O crime de Sequestro e Cárcere privado será qualificado quando:
A)Se a privação da liberdade dura mais de 30 dias
B)Se a privação da liberdade dura mais de 15 dias
C)Se a privação da liberdade dura mais de 10 dias
D)Se a privação da liberdade dura mais de 60 dias

89 - De acordo com o Código Penal brasileiro. O crime de Sequestro e Cárcere privado será qualificado quando:
A) Se o crime é praticado contra menor de 18 anos
B) Se o crime é praticado contra maior de 18 anos
C) Se o crime é praticado contra maior de 50 anos
D) Se o crime é praticado por motivo egoístico

90 – De acordo com o Código Penal brasileiro. O crime de Sequestro e Cárcere privado será qualificado quando:
A) Se o crime é praticado com finalidade lucrativa
B) Se o crime é praticado com fins libidinosos
C) Se a privação da liberdade dura mais de 30 dias
D) Se o crime é praticado contra maior de 50 anos

91 – O crime de Sequestro e cárcere privado qualificado, quando em razão de maus-tratos ou da natureza da detenção, resulte a vítima grave sofrimento físico ou moral terá penalidade de;
A) Reclusão de 2 a 4 anos
B) Reclusão de 2 a 8 anos
C) Detenção de 6 meses a 2 anos
D) Detenção de 1 a 2 anos

92 – De acordo com o Código Penal. Privar alguém de sua liberdade, mediante sequestro ou cárcere privado, constitui o crime de:
A) Extorsão qualificada
B) Extorsão mediante sequestro
C) Sequestro e cárcere privado
D) Ameaça
E) Constrangimento ilegal

93 - O crime de Sequestro e cárcere privado qualificado, quando a privação da liberdade da vítima for superior a 15 dias, terá penalidade de;

A) Reclusão de 3 a 6 anos
B) Reclusão de 2 a 8 anos
C) Reclusão de 2 a 5 anos
D) Reclusão de 1 a 3 anos

94 - A conduta de "opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio" caracteriza o crime de

A) Desacato.
B) Usurpação.
C) Resistência.
D) Ameaça.
E) Desobediência.

95 - O delito de sequestro ou cárcere privado é classificado como crime:

A) Permanente e de perigo.
B) Continuado e de perigo
C) Permanente e de dano
D) Habitual e de perigo.
E) Continuada e de dano

96 - O crime de sequestro e cárcere privado (art. 148, CP) consuma-se quando o sujeito passivo fica privado de sua liberdade de locomoção.

CERTO ERRADO

97 - Na doutrina, distinguem-se as figuras sequestro e cárcere privado, afirmando-se que o primeiro é o gênero do qual o segundo é espécie. A figura cárcere privado caracteriza-se pela manutenção de alguém em recinto fechado, sem amplitude de locomoção, definição está mais restrita que a de sequestro.

CERTO ERRADO

98 - Geraldino permitiu seu encarceramento pelo patologista André, para se submeter a uma experiência científica. Ao terminar o período da experiência, Geraldino procurou a delegacia de polícia da circunscrição de sua residência, alegando que fora vítima de crime, em face do seu encarceramento. Do relato apresentado, conclui-se:

A) Não há crime, pois o consentimento do ofendido excluiu a ilicitude.
B) André praticou o crime de sequestro ou cárcere privado qualificado, preceituado no artigo 148, § 1º, II (se o crime é praticado mediante internação da vítima em casa de saúde ou hospital) do CP.
C) André praticou o crime de sequestro ou cárcere privado qualificado, preceituado no artigo 148, § 2º (se resulta à vítima, em razão de maus-tratos ou da natureza da detenção, grave sofrimento físico ou moral) do CP.
D) André praticou o crime de lesão corporal, que absorve o crime de sequestro ou cárcere privado.
E) André praticou os crimes de lesão corporal e de sequestro ou cárcere privado, em concurso material.

99 – Não existe crime de ameaça por gesto.

CERTO ERRADO

100 – Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave, configura o crime de ameaça.

CERTO ERRADO

"A vida é um constante recomeço. Não se dê por derrotado e siga adiante. As pedras que hoje atrapalham sua caminhada amanhã enfeitarão a sua estrada".

PROFESSOR
JUNIOR TAVARES

GABARITO RODADA 02

ADMINISTRATIVO				
1- D	2- A	3- ERRADO	4- ERRADO	5- 5
6- CERTO	7- C	8- E	9- C	10- B
11-ERRADO	12- ERRADO	13- C	14- A	15- A
16- A	17- D	18- E	19- A	20- D

CONSTITUCIONAL				
21- D	22- E	23- D	24- B	25- E
26- D	27- CERTO	28- D	29- A	30- E
31- A	32- B	33- E	34- B	35- C
36- B	37- B	38- A	39- ERRADO	40- A

DIREITOS HUMANOS				
41- A	42- CERTO	43- CERTO	44- E	45-E
46-C	47- B	48- E	49- B	50- C
51- A	52- A	53- C	54- A	55-B
56-D	57- C	58- E	59- A	60- D

DIREITO PENAL- PARTE GERAL				
61- C	62- D	63- C	64- E	65- ERRADO
66-D	67- B	68- C	69- B	70- E
71- E	72- A	73- C	74- C	75- A
76- ERRADO	77- CERTO	78- ERRADO	79- C	80- E

DIREITO PENAL – PARTE ESPECIAL				
81- B	82- C	83- A	84- CERTO	85- ERRADO
86- C	87- A	88- B	89- A	90- B
91- B	92- C	93- C	94- C	95- C
96- CERTO	97- CERTO	98- A	99- ERRADO	100- CERTO

PROFESSOR JUNIOR TAVARES

QUESTÕES RODADA 03

➔ ADMINISTRATIVO

01- Assinale a alternativa CORRETA sobre os poderes administrativos.

A) Os poderes administrativos podem ser classificados como estruturais, diferentemente dos poderes do Estado, necessariamente instrumentais.

B) O poder hierárquico pode ser exercido por autoridades de órgãos públicos e esferas distintas da Administração Pública.

C) O exercício do poder de polícia pelo administrador deve respeitar as liberdades individuais e não pode restringir o uso da propriedade privada.

D) A autoexecutoriedade é um atributo inerente ao poder hierárquico.

E) A discricionariedade pode ser considerada um atributo do poder de polícia em sentido amplo.

02- No ato administrativo discricionário, o agente público tem liberdade para atuar, observando o interesse público, com oportunidade e conveniência nos seguintes elementos ou requisitos:

A) Competência e forma;

B) Motivação e finalidade;

C) Motivo e objeto;

D) Objeto e forma;

E) Forma e motivação.

03- Julgue o item com relação ao poder de polícia.

Os atos praticados no exercício do poder de polícia ostentam autoexecutoriedade que permite sua concretização imediata, inclusive no que diz respeito à cobrança de multas.

CERTO ERRADO

04- Julgue o item com relação ao poder de polícia.

O poder de polícia, embora muitas vezes se revista de grande margem de discricionariedade, não está imune a amplo controle judicial, mesmo no que toca a aspectos de conveniência e de oportunidade da medida adotada.

CERTO ERRADO

05- Julgue o item com relação ao poder de polícia.

Por força do contraditório e da ampla defesa, a fiscalização exercida em razão do poder de polícia assume viés essencialmente repressivo, e não preventivo, apenando transgressões quando essas ocorrerem.

CERTO ERRADO

06- Em relação aos poderes administrativos, assinale a opção CORRETA.

A) O excesso do poder ocorre quando o agente atua nos limites da competência legalmente definida, mas visando uma finalidade diversa daquela que estava prevista inicialmente.

B) O desvio do poder aparece toda vez que o administrador ultrapassa os limites de sua competência. É um vício que atinge a competência.

C) A avocação é a extensão de atribuições de um órgão a outro de mesma hierarquia ou de hierarquia inferior, desde que não sejam exclusivas.

D) É proibida a delegação de competência para decisão de recurso hierárquico.

E) O Poder de polícia consiste no poder que a Administração tem restringir o exercício de liberdades individuais e de restringir o uso, gozo e disposição da propriedade privada, na busca do interesse público, devendo ocorrer sempre de forma repressiva.

07- Analise o enunciado a seguir e em seguida, responda o que e pede:

"..... é a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado"

(MEIRELLES, Helly Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2018, 43ª edição.).

O enunciado acima descrito, refere-se a um tipo de Poder, atribuído à Administração Pública de acordo com o interesse público. Assinale a alternativa que se refere o enunciado acima citado:

A) Poder Vinculado
B) Poder Discricionário
C) Poder Regulamentar
D) Poder de Polícia
E) Poder Disciplinar

08- Poderes da Administração Pública são o conjunto de prerrogativas de direito público que a ordem jurídica confere aos agentes administrativos, com escopo de permitir que o Estado alcance seus fins. Como exemplo, destaca-se o:

A) poder regulamentar, que confere ao poder legislativo a possibilidade de complementar leis e atos normativos, estando, contudo, o regulamento sujeito ao controle de constitucionalidade;
B) poder discricionário, que permite ao administrador aferir a conveniência e oportunidade em praticar um ato vinculado, desde que observado o interesse público;
C) poder discricionário, que confere aos agentes públicos integrantes do poder judiciário liberdade para ditarem políticas públicas, desde que exercida com boa-fé;
D) poder de polícia, que autoriza a Administração Pública a restringir o uso e o gozo da liberdade e propriedade particular, em favor do interesse da coletividade;
E) poder de polícia, que é conferido aos agentes de segurança pública para prevenir e reprimir a prática de crimes.

09- Os poderes administrativos surgem com a Administração e se apresentam conforme as demandas dos serviços públicos. Analisando os itens abaixo relacionados, qual melhor se insere no conceito de "poder de polícia"?

A) Visa condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais.
B) Pode agir em três áreas de atuação estatal, administrativa, judiciária e legislativa.
C) Em relação à polícia sanitária, tem como se medir o seu campo de atuação.
D) É a faculdade exclusivamente focada na coletividade que dispõe a Administração Pública.
E) É o mecanismo de frenagem de que dispõe a Administração Pública para conter os abusos do direito coletivo.

10- Com relação ao poder disciplinar, assinale a alternativa correta.

A)Não pode ser exercido no âmbito do Poder Executivo.
B)É o processo judicial por meio do qual são cobradas as multas dos servidores.
C)É o poder pelo qual a Administração responsabiliza os próprios servidores pelas faltas cometidas.
D)Tem relação com as disciplinas das universidades públicas.
E)Somente pode ser exercido por autoridade judiciária que tenha competência hierárquica.

11- Constituem atributos específicos ao poder de polícia:

A) intervenção na propriedade privada, imprescritibilidade e não oneração.
B) impenhorabilidade, finalidade e moralidade.
C) discricionariedade, autoexecutoriedade e coercibilidade.
D) prevenção, finalidade e supremacia do interesse público.

12- De acordo com a lei e a jurisprudência dos tribunais superiores, julgue o item a seguir no que se refere ao poder de polícia.
Os conselhos de fiscalização profissional possuem delegação para exercício do poder de polícia.

CERTO ERRADO

13- De acordo com a lei e a jurisprudência dos tribunais superiores, julgue o item a seguir no que se refere ao poder de polícia.

As sociedades de economia mista, embora possam exercer poder de polícia administrativa, não estão autorizadas a aplicar multas em razão desse poder.
CERTO ERRADO

14- "Ao editar as leis, o Poder Legislativo nem sempre possibilita que elas sejam executadas. Cumpre, então, à Administração criar os mecanismos de complementação das leis indispensáveis a sua efetiva aplicabilidade."
(CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 26a Edição. São Paulo: Editora Atlas S/A, 2013. p. 57)
É possível relacionar a informação contida no período acima ao seguinte poder da Administração Pública:
A) de polícia.
B) regulamentar.
C) disciplinar.
D) hierárquico.
E) moderador.

15- A lei permite à Administração Pública aplicar penalidades às infrações funcionais de seus servidores, sendo que a aplicação da punição, por parte do superior hierárquico, é um poder-dever, pois se não o fizer incorrerá em crime contra Administração Pública. Esta hipótese refere-se ao exercício de poder:
A) disciplinar
B) discricionário
C) hierárquico
D) punitivo do Estado
E) de Polícia

16- Acerca do poder de polícia — poder conferido à administração pública para impor limites ao exercício de direitos e de atividades individuais em função do interesse público —, julgue o próximo item.
O poder de polícia é indelegável.
CERTO ERRADO

17- Acerca do poder de polícia — poder conferido à administração pública para impor limites ao exercício de direitos e de atividades individuais em função do interesse público —, julgue o próximo item.
A polícia administrativa propõe-se a restringir o exercício de atividades ilícitas e, em regra, tem caráter preventivo.
CERTO ERRADO

18- Julgue o item a seguir, acerca de poderes administrativos.
Decorre do poder disciplinar a prerrogativa da administração pública de punir internamente as infrações funcionais de seus servidores e as infrações administrativas cometidas por particulares com quem o ente público tenha algum vínculo.
CERTO ERRADO

19- Julgue o item a seguir, acerca de poderes administrativos.
As sanções administrativas aplicadas no exercício do poder de polícia decorrem necessariamente do poder hierárquico da administração pública.
CERTO ERRADO

20- O poder hierárquico está vinculado à definição de infrações e às respectivas penalidades aos particulares.
CERTO ERRADO

➔ CONSTITUCIONAL

21- Sobre os direitos e garantias fundamentais previstos no texto da Constituição de 1988, assinale a alternativa CORRETA.
A) É livre a manifestação do pensamento, assegurando-se o anonimato.
B) É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, não cabendo a indenização por dano material, moral ou à imagem.
C) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou

desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
D)É proibido o exercício de qualquer ofício ou profissão.
E)É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair, sem os seus bens.

22- Com base na Constituição Federal de 1988, julgue os itens subsequentes.
I - Serão cassados os direitos políticos nos casos em que ocorrerem condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.
II - Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
III - É livre a manifestação do pensamento, assegurado o anonimato.
IV - Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
V – ninguém será preso senão em flagrante delito ou por escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, inclusive nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.
A quantidade de itens INCORRETOS é igual a:
A) 1.
B) 2.
C) 3.
D) 4.
E) 5.

23- Acerca dos Direitos e Garantias Fundamentais, nos termos da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa INCORRETA:

A) é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.
B) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, e, locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.
C) a lei considerará crimes inafiançáveis, imprescritíveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evita-los, se omitirem.
D) aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.
E) os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada casa do congresso nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

24- "Uma razão religiosa, política ou filosófica alegada pela pessoa, a fim de que não seja obrigada a realizar um ato que fira suas convicções, mas que, em contrapartida, à ela será imposta uma prestação alternativa, fixada em lei". O trecho acima se refere a qual dos direitos individuais e coletivos, previsto no Art. 5 da CF?
A) Liberdade de crença.
B) Direito de escolha.
C) Liberdade de consciência.
D) Inviolabilidade de pensamento.
E) Escusa de consciência.

25- No que se refere aos direitos fundamentais, julgue o item que se segue.

A inobservância da exigência de comunicação à família do preso de sua detenção não tem o condão, por si só, de configurar a ilegalidade da medida.
CERTO ERRADO

26- A Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso IV, assim dispõe: "é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato". Trata-se da liberdade de expressão. Sobre este tema, julgue os itens abaixo em verdadeiros ou falsos.
I. A liberdade de expressão, constitucionalmente assegurada, permite que qualquer pessoa possa manifestar seu pensamento, seja oralmente ou por escrito, desde que não o faça de maneira anônima.
II. Ao mesmo tempo em que o referido dispositivo constitucional garante a liberdade de expressão, também determina a vedação ao anonimato, a fim de possibilitar a responsabilização daqueles que, exercendo abusivamente sua liberdade de expressão, causarem dano a outrem.
III. Delações anônimas, quando acompanhadas de documentos instrutórios, devem servir de base para a instauração da persecutio criminis, ainda que o Poder Público não tenha adotado outras medidas para verificar a verossimilhança das alegações apresentadas nestas delações, em virtude do princípio da economia processual.
IV. Em decorrência da vedação ao anonimato, o STF mantem o entendimento de que não são admitidas denúncias anônimas como única causa do exercício da atividade punitiva do Estado.
V. As manifestações favoráveis à legalização das drogas são consideradas atos criminosos, por interpretação do Código Penal, visto que o STF entende como constitucional a criminalização da defesa da legalização das drogas, uma vez que, segundo seu posicionamento, a liberdade de expressão "não pode abrigar, em sua abrangência, manifestações de conteúdo imoral que implicam ilicitude penal. ".
A) V, V, V, V, V.
B) V, V, F, V, F.
C) F, V, V, F, F.
D) V, V, F, F, F.
E) V, V, V, F, F.

27- Acerca dos direitos fundamentais estabelecidos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.
A) O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado.
B) A pena imposta ao acusado não depende de devido processo legal.
C) O habeas corpus não poderá ser utilizado por quem tenha sua liberdade de locomoção violada.
D) É proibida a prisão em flagrante delito.
E) O Estado não poderá prestar assistência jurídica gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.

28- Com base no disposto nos incisos do artigo 5º da Constituição Federal de 1988, marque a assertiva INCORRETA:
A) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.
B) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
C) É permitido reunir-se, pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de prévio aviso e autorização do Poder Público, desde que não frustre outra reunião convocada anteriormente para o mesmo local.
D) É livre a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
E) É assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas

entidades civis e militares de internação coletiva.

29- No que se refere à liberdade de expressão, à liberdade de imprensa e aos seus limites, assinale a opção correta.

A) De acordo com o STF, o consumo de droga ilícita em passeata que reivindique a descriminalização do uso dessa substância é assegurado pela liberdade de expressão.

B) A legislação pertinente determina que os comentários de usuários da Internet nas páginas eletrônicas dos veículos de comunicação social se sujeitem ao direito de resposta do ofendido.

C) A publicação de informações falsas em veículos de comunicação social não está assegurada pela liberdade de imprensa.

D) A retratação ou retificação espontânea de mensagem de conteúdo ofensivo à honra ou imagem de outrem impede eventual direito de resposta do ofendido.

E) Além do direito de resposta, a liberdade de expressão garante o direito de acesso e exposição de ideias em veículos de comunicação social.

30- O Supremo Tribunal Federal decidiu que a administração penitenciária possui a prerrogativa de fiscalizar a comunicação do preso realizada por meio de epístolas. (MORAES. 2014, p. 54)

Deste modo, entende-se que essa é a relativização de qual garantia fundamental?

A)Direito à livre manifestação.

B)Direito à inviolabilidade e sigilos das comunicações e correspondências.

C)Direito à igualdade.

D)Direito ao livre pensamento.

E)Direito à liberdade religiosa.

31- Com relação aos direitos e às garantias fundamentais previstos na Constituição Federal, analise as afirmativas a seguir.

I. A todos é assegurado, após o pagamento das taxas pertinentes, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra abuso de Poder.

II. Segundo previsão expressa do texto constitucional, podem ser extraditados os brasileiros e os estrangeiros que cometerem crimes políticos ou de opinião.

III. De acordo com a literalidade da Constituição, são vedadas, em qualquer hipótese, penas de morte ou de trabalho forçado.

IV. Todos podem reunir-se pacificamente em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

Está correto o que se afirma em:

A) I e II, somente.

B) I e III, somente.

C) II e IV, somente.

D) IV, somente.

E) I, III e IV, somente.

32- No que diz respeito aos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal, analise as seguintes afirmações:

I. A propriedade atenderá a sua função social, admitindo-se a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos em lei.

II. A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.

III. O Estado promoverá, na forma definida em Lei Complementar, a defesa do consumidor.

Quais estão corretas?

A) Apenas II.

B) Apenas I e II.

C) Apenas I e III.

D) Apenas II e III.
E) I, II e III.

33- Augusto Silva, candidato a vereador pelo Partido Ômega, ingressou na justiça para impedir a veiculação de matéria, em jornal de grande circulação, que relembra as acusações de desvio de verbas que lhe foram imputadas. O fato lhe rendeu um processo criminal, do qual foi inocentado por falta de provas, há mais de seis meses.
O candidato alega que, com o trânsito em julgado da sentença, não há mais interesse na divulgação da informação e que a matéria pode prejudicar sua campanha.
Sobre a hipótese narrada, assinale a afirmativa correta.
A) Augusto Silva pode impedir a circulação da matéria, em razão da proteção constitucional à intimidade, à honra e à imagem do indivíduo.
B) Augusto Silva pode impedir a circulação da matéria, uma vez que não há interesse público envolvido na divulgação de denúncia da qual foi inocentado.
C) Augusto Silva não pode impedir a circulação da matéria, em razão da liberdade jornalística e de comunicação, bem como da liberdade de informação.
D) Augusto Silva não pode impedir a circulação da matéria, uma vez que a inocência por falta de provas no processo criminal não afasta a possibilidade de ajuizamento de ação de improbidade.
E) Augusto Silva pode impedir a circulação da matéria, desde que consiga demonstrar minimamente que sua divulgação é capaz de alterar o resultado da eleição.

34- Nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal, a quebra do sigilo de comunicações telefônicas pode ser determinada
A) pelo Poder Judiciário e pelo Ministério Público.
B) pelo Poder Judiciário, somente.
C) por autoridade policial e pelo Ministério Público.
D) pela fiscalização tributária, somente.
E) pelo Ministério Público, somente.

35- Com relação ao direito à associação, assinale a opção correta.
A) As atividades das associações somente poderão ser suspensas por decisão judicial.
B) A liberdade de associação é plena, mesmo para associação de caráter paramilitar.
C) A criação de associação depende de autorização do poder público.
D) A associação pode prever, em seu estatuto, hipóteses para compelir alguém a permanecer associado.
E) As associações, ainda quando não autorizadas expressamente, possuem legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.

36- Acerca dos direitos e garantias fundamentais, analise os itens abaixo:
I. Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
II. A Constituição Federal de 1988, nos casos nela especificados, admite excepcionalmente a prisão civil por dívida.
III. As normas constitucionais definidoras dos direitos e garantias fundamentais, via de regra, são de eficácia limitada, exigindo regulamentação superveniente pelo legislador infraconstitucional.
Está(ão) correto(s) o(s) item(ns):
A) Apenas I e II.
B) Apenas I e III.
C) Apenas II e III.
D) Apenas III.

37- Foram disposições acrescentadas no art. 5º da Constituição Federal de 1988, por meio da Emenda

Constitucional n. 45, de 2004, EXCETO:

A) A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

B) As normas definidoras dos direitos e das garantias fundamentais têm aplicação imediata.

C) O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.

D) Os tratados e as convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

38- Sobre o direito de propriedade, na forma prevista na Constituição Federal de 1988, é INCORRETO afirmar que

A) a perda da propriedade ocorrerá por desapropriação, garantido o direito de indenização, em títulos públicos e ao final do procedimento.

B) a pequena propriedade rural, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.

C) o direito de autor é transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar.

D) a propriedade intelectual dos inventos industriais não é perpétua, mas assegurada aos seus autores por um período definido em lei.

E) a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ulterior indenização, se houver dano.

39- À luz da Constituição Federal de 1988 (CF) e da jurisprudência dos tribunais superiores, julgue os itens a seguir, a respeito dos direitos e das garantias fundamentais.

I A interceptação de comunicações telefônicas, submetida a cláusula constitucional de reserva de jurisdição, é admitida, na forma da lei, para fins de investigação criminal e apuração de ato de improbidade administrativa.

II Não viola o direito à intimidade a requisição, pelo Ministério Público, de informações bancárias de titularidade de órgão e entidades públicas, a fim de proteger o patrimônio público.

III Mesmo em caso de flagrante delito, o ingresso forçado de autoridade policial em domicílio, independentemente de autorização judicial, é condicionado à demonstração de fundada suspeita de ocorrência de crime no local.

IV A inviolabilidade domiciliar não afasta a possibilidade de agentes da administração tributária, no exercício da autoexecutoriedade, ingressarem em estabelecimento comercial ou industrial, independentemente de consentimento do proprietário ou de autorização judicial.

Estão certos apenas os itens

A) I e II.
B) I e IV.
C) II e III.
D) I, III e IV.
E) II, III e IV.

40- Com base nas disposições constitucionais acerca de princípios, direitos e garantias fundamentais, julgue o item a seguir.

A liberdade de pensamento é exercida com ônus para o manifestante, que deverá se identificar e assumir a autoria daquilo que ele expressar.

CERTO ERRADO

➔ DIREITOS HUMANOS

41- Assinale a alternativa correta. Segundo a CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (1969), toda pessoa acusada de um delito tem direito durante o processo às seguintes garantias mínimas:

A) O processo penal deve ser privado, de modo a preservar os interesses da justiça e da sociedade

B) O direito do acusado de ser assistido gratuitamente por um tradutor

ou intérprete, caso não compreenda ou não fale a língua do juízo ou tribunal
C) A comunicação prévia e pormenorizada ao acusado da acusação formulada deve ser obrigatoriamente bilíngue (inglês e língua oficial do pais, no qual aconteceu o delito)
D) A concessão ao acusado do tempo e dos meios necessários à preparação de sua defesa será de 30 (trinta) dias corridos, a contar da publicação em órgão oficial
E) Toda pessoa terá o direito de ser ouvida, com as devidas garantias e dentro do prazo máximo de 7 (sete) dias, por um juiz ou Tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação penal formulada contra ela, ou na determinação de seus direitos e obrigações de caráter civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer outra natureza

42- Assinale a opção que apresenta somente documentos do sistema global de direitos humanos.
A) Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e os Pactos sobre Direitos Civis e Políticos e sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ambos de 1966.
B) Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José) e os Pactos sobre Direitos Civis e Políticos e sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ambos de 1966.
C) Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José).
D) Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José) e a Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA).

43 - A Convenção Americana de Direitos Humanos, também conhecida por "Pacto de San José da Costa Rica", foi ratificada pelo Brasil em 25 de setembro de 1992. De acordo com o mencionado tratado internacional, é correto afirmar que;
A) toda pessoa tem direito a um prenome e aos nomes de seus pais ou ao de um destes. A lei deve regular a forma de assegurar a todos esse direito, sendo vedada a criação de nomes fictícios.
B) ninguém deve ser detido por dívidas, mesmo tratando-se de prisão do devedor de alimentos.
C) as penas privativas de liberdade devem ter por finalidade essencial a reforma e a readaptação social dos condenados.
D) é possível o restabelecimento da pena de morte nos Estados que a tenham abolido.
E) toda pessoa terá o direito de sair livremente de qualquer país, exceto de seu próprio país, o que dependerá de prévia autorização da autoridade competente.

44- O Decreto Federal n. 678/92, que ratifica a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, estabelece os procedimentos que devem ser seguidos quando da prisão de uma pessoa. Sobre esses procedimentos, analise as afirmativas a seguir.
I. Os processados devem ficar separados dos condenados, salvo em circunstâncias excepcionais, e devem ser submetidos a tratamento adequado à sua condição de pessoa não condenada.
II. As pessoas detentoras de diploma de nível superior devem ficar separadas dos presos com formação inferior.
III. Os menores, quando puderem ser processados, devem ser separados dos adultos e conduzidos a tribunal especializado, com a maior rapidez possível, para seu tratamento.
Assinale:
A) se somente a afirmativa I estiver correta.
B) se somente a afirmativa II estiver correta.
C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

45- Dentre os direitos civis e políticos constantes na Convenção Americana de Direitos Humanos, também conhecida como Pacto de San José da Costa Rica, está previsto o direito

A) à vida, que deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento da concepção.

B) à proteção da reprodução da imagem e voz humanas.

C) a não ser preso em virtude de inadimplemento de obrigação alimentar.

D) dos autores de permitir ou não a utilização, publicação ou reprodução de suas obras.

E) a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral.

46- A Convenção Americana de Direitos Humanos, também conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, aprovada e assinada em 22.11.1969, é um marco fundamental no sistema interamericano de proteção dos direitos humanos e entrou em vigor em 18.07.1978. Sua aplicação no Brasil acabou por gerar súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal (Súmula Vinculante n.º 25, DOU de 23.12.2009), que, em relação aos direitos humanos, decidiu que

A) ninguém poderá ser condenado ou sentenciado, sem o devido processo legal.

B) só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros.

C) não haverá penas cruéis e não será tolerada a tortura no Brasil.

D) é proibida a pena de morte no Brasil, exceto em tempo de guerra.

E) é ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.

47- A Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, também conhecido como Pacto de San Jose da Costa Rica, estabelece que

A) os direitos essenciais do homem derivam do fato de ele ser nacional de um determinado Estado e, por isso, merecem proteção no âmbito interno de cada país respectivamente.

B) os Estados-Partes, signatários da Convenção, obrigam-se a respeitar os direitos e liberdades nela reconhecidos e a garantir seu livre e pleno exercício, sem discriminação alguma, aos seus cidadãos nacionais.

C) os países que ainda não aboliram a pena de morte somente poderão impô-la aos delitos mais graves, tais como os crimes políticos, em cumprimento de sentença final de tribunal competente.

D) toda pessoa tem direito a ser indenizada por erro judiciário, no caso de haver sido condenada em sentença passada em julgado, conforme a lei estabelecer.

E) toda pessoa que for acusada de um delito tem direito a que se presuma sua inocência enquanto não se comprove legalmente sua culpa, mas, quando o delito em questão disser respeito à segurança nacional, a acusação formulada permanecerá sob sigilo, tendo acesso a ela apenas o Ministério Público.

48- A Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica) dispõe a respeito dos trabalhos forçados dos presos que

A) são admitidos como regra, desde que assegurada a dignidade do preso.

B) podem ser impostas administrativamente, ainda que não previstas na sentença judicial, desde que também beneficie o preso

C) podem ser implementados, desde que com a concordância do preso e quando este assina termo de responsabilidade.

D) a única limitação para a sua implementação relaciona-se à idade do preso, que não pode ser menor do que dezoito ou maior que sessenta anos de idade.

E) não são assim considerados quando exigidos do preso em cumprimento de sentença judicial.

49- O Pacto de São José da Costa Rica estipula que os Estados-Partes podem suspender as obrigações contraídas em virtude do referido Pacto, como por exemplo em situação de guerra, perigo público, ou de outra emergência que ameace a sua independência ou sua segurança. Dentre os direitos que podem ser suspensos nessas hipóteses, está

A) o Direito à Nacionalidade.
B) o Direito de Circulação.
C) o Direito ao Reconhecimento da Personalidade Jurídica.
D) a Liberdade de Religião.
E) o Princípio da Retroatividade da lei.

50- No que se refere à prisão civil por dívida, a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) estabelece que

A) é permitida apenas para o caso de inadimplemento de obrigação alimentar.
B) deve ser decidida pela Constituição de cada Estado-Parte.
C) deve ser abolida em todos os Estados-Partes.
D) é permitida apenas para hipótese de depositário infiel.
E) é autorizada para os casos de depositário infiel e de devedor de obrigação alimentar.

51- Com relação à pena de morte, a Convenção Americana de Direitos Humanos ("Pacto de San José da Costa Rica")

A) prevê que, em nenhum caso, pode a pena de morte ser aplicada a delitos políticos, sendo autorizada a aplicação aos delitos comuns conexos com delitos políticos.
B) prevê que não se deve impor a pena de morte à pessoa que, no momento da condenação, for maior de setenta anos.
C) prevê que não se pode restabelecer a pena de morte nos Estados que a hajam abolido.
D) prevê que não se deve impor a pena de morte à pessoa que, no momento da perpetração do delito ou de sua condenação, for menor de vinte e um anos.
E) não possui qualquer previsão.

52- Assinale a alternativa que contempla afirmativa em consonância com a Convenção Americana de Direitos Humanos.

A) Em nenhum caso pode a pena de morte ser aplicada por delitos políticos, nem por delitos comuns cometidos por menores de 21 anos de idade.
B) Toda pessoa terá direito a obter indenização decorrente de prisão ilegal, salvo por erro judiciário.
C) O preso tem direito de ser assistido por um defensor oferecido pelo Estado, vedado ao acusado se defender ele próprio.
D) O processo penal deve ser público, salvo no que for necessário para preservar os interesses da justiça.
E) Se depois da perpetração do delito a lei dispuser a imposição de pena mais leve, o delinquente não poderá ser por isso beneficiado.

53- Assinale a alternativa que está em harmonia com o disposto no Pacto de San José da Costa Rica.

A) As penas privativas da liberdade devem ter por finalidade essencial a proteção da sociedade contra os indivíduos que representam perigo à população e não demonstram estarem aptos ao convívio social.
B) Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida, sendo este um direito fundamental que deve ser garantido por todos os Estados Partes. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento do nascimento.
C) Os trabalhos ou serviços exigidos do preso em cumprimento de sentença devem ser executados sob vigilância e controle das autoridades públicas, e os

que os executarem não devem ser postos à disposição de particulares, companhias ou pessoas jurídicas de caráter privado.

D) Ninguém deve ser detido por dívidas. Este princípio não limita os mandados de autoridade judiciária competente expedidos em virtude de inadimplemento de obrigação alimentar e de depositário infiel.

E) Não deverá haver penas de morte. E, nos países em que a pena de morte não tiver sido abolida, está deverá ser extinta gradualmente, no prazo de até 10 (dez) anos após a adesão ao Pacto pelo Estado Parte.

54- Integram a denominada Carta Internacional dos Direitos Humanos − International Bill of Rights:

I. Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

II. Carta da Organização das Nações Unidas − ONU.

III. Declaração Universal de Direitos Humanos.

IV. Convenção Americana de Direitos Humanos.

Está correto o que se afirma em

A) II e IV, apenas.
B) I e II, apenas.
C) I e III, apenas.
D) III e IV, apenas.
E) I, II, III e IV.

55- Considere as seguintes disposições.

I- Todo indivíduo tem direito à liberdade e à segurança pessoais.

II- As finalidades essenciais das penas privativas da liberdade incluem a compensação, a retribuição, a reforma e a readaptação social dos condenados.

III- Todas as pessoas têm o direito de associar-se livremente com fins ideológicos, religiosos, políticos, econômicos, trabalhistas, sociais, culturais e desportivos.

IV- É proibida a expulsão coletiva de estrangeiros.

Decorrem da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José e Decreto n.º 678/1992) apenas as disposições contidas nos itens

A) I e II.
B) II e III.
C) III e IV.
D) I, II e IV.
E) I, III e IV.

56- Quanto à posição hierárquica do Pacto de São José da Costa Rica, no ordenamento jurídico brasileiro, segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal — STF —, é correto afirmar que

A)tem hierarquia equivalente às Emendas Constitucionais.
B)tem caráter infralegal.
C)tem caráter supralegal.
D)tem hierarquia equivalente às Leis Ordinárias.

57- Para a proteção dos direitos humanos, o instrumento de maior importância no sistema interamericano é a Convenção Americana de Direitos Humanos assinada em 1969, também denominada de Pacto de San José da Costa Rica. No âmbito dos direitos protegidos na Convenção Americana de Direitos Humanos, é correto afirmar:

A) No que se refere ao direito de liberdade pessoal, a Convenção Americana de Direitos Humanos autoriza a prisão civil por dívida, seja qual for a natureza do inadimplemento.

B) Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito não compreende a liberdade de buscar, receber e difundir informações e ideias de natureza política.

C) Ninguém deve ser submetido a torturas, nem a penas ou tratos cruéis, desumanos ou degradantes. Toda pessoa privada da liberdade deve ser tratada com o respeito devido à dignidade inerente ao ser humano.

D) A lei não deve proibir propaganda a favor da guerra, bem como apologia ao ódio nacional, racial ou religioso, para que não haja a limitação do direito de liberdade de expressão.

E) Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento da concepção. Ninguém pode ser privado da vida arbitrariamente, razão pela qual os Estados-Partes não deverão, em hipótese alguma, admitir a pena de morte, por violar os direitos previstos na Convenção.

58- Acerca da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, assinale a opção correta.

A) O preso não será constrangido a executar trabalho forçado ou obrigatório, ainda que o serviço exigido ocorra em casos de perigo ou de calamidade que ameacem a existência e o bem-estar da comunidade.

B) Há previsão, no Pacto de São José da Costa Rica, de que nenhuma pessoa poderá ser detida ou presa por dívida de qualquer natureza.

C) A autoridade policial está obrigada a comparecer em juízo para justificar os motivos pelos quais efetuou prisão em flagrante, para que o magistrado possa aferir a legalidade do ato constritivo.

D) A audiência de custódia prevê que a pessoa detida seja conduzida à presença do juiz, que, na ocasião, aferirá a legalidade do ato de constrição, para o fim de mantê-lo ou não.

E) O devedor de obrigação alimentar e o depositário infiel poderão ser presos pelas dívidas contraídas e não quitadas.

59- Acerca do pacto de São José da Costa Rica, assinale a alternativa correta.

A) Os menores de 18 anos não podem ser processados.

B) São vedados os trabalhos ou serviços normalmente exigidos de pessoa reclusa em cumprimento de sentença ou resolução formal expedida pela autoridade judiciária competente.

C) As penas privativas de liberdade devem ter por finalidade essencial a reforma e a readaptação social dos condenados.

D) Considera-se como trabalho forçado o serviço exigido em casos de perigo ou de calamidade que ameacem a existência ou o bem-estar da comunidade.

E) São proibidas as penas privativas de liberdade acompanhadas de trabalhos forçados, ainda que esses não afetem a dignidade nem a capacidade física e intelectual do recluso.

60- Recentemente, por meio de súmula vinculante, o Supremo Tribunal Federal aplicou ao direito brasileiro as disposições da Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), entendendo que essa Convenção considera ilícito(a).

A)a prisão de depositário infiel.

B)o nepotismo.

C)alguém culpado antes do trânsito em julgado de sentença penal condenatória

D)a elevação da idade mínima para que alguém possa responder por crime.

E)toda e qualquer prisão civil por dívida.

➔ PENAL PARTE GERAL

61- "Quando a ação dirigida à realização de um tipo penal não pode, por razões objetivo-reais ou jurídicas, alcançar a consumação, quer devido à inidoneidade do meio, quer devido à impropriedade do objeto". Trata-se de:

A) Delito putativo.

B) Crime improbitivo.

C) Delito absoluto.

D) Crime impossível.

E) Infração inversa.

62- A doutrina dominante define tipicidade como

A)a adequação de um ato praticado pelo agente com as características que o enquadram à norma descrita na lei penal como crime.

B)um juízo de valor negativo ou desvalor, indicando que a ação humana foi contrária às exigências do Direito.

C)a voluntária omissão de diligência em calcular as consequências possíveis e previsíveis do próprio fato.

D)um juízo de reprovação pessoal que recai sobre o autor do crime, que opta em praticar atos ou omissões de forma contrária ao Direito.
E)uma ação delitiva de maneira consciente e voluntária.

63- A culpa consciente ocorre quando o agente:
A) mesmo sem previsão do resultado que é previsível, avança na ação.
B)quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo.
C)prevê o resultado, mas espera, sinceramente, que possa evitá-lo, pelo emprego de habilidades.
D)não quer o resultado, mas assume o risco de produzi-lo.
E)de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado.

64- A babá que, distraída com o último capítulo da novela, observa impassível o sufocamento da criança sob os seus cuidados comete crime:
A) omissivo impróprio.
B) omissivo próprio.
C) omissivo por comissão.
D) comissivo impróprio.
E) comissivo próprio.

65- Aquele que assume os riscos de produzir o resultado criminoso pratica o delito sob a modalidade de:
A) culpa consciente.
B) culpa inconsciente.
C) dolo direto.
D) dolo eventual.
E) preterdolo.

66- O sonambulismo exclui o seguinte elemento do crime:
A) Fato típico.
B) Punibilidade.
C) Culpabilidade.
D) Antijuridicidade.

67- A Coação física quando irresistível exclui o crime
CERTO ERRADO

68- A aplicação do princípio da insignificância afasta a tipicidade material do fato.
CERTO ERRADO

69- O erro sobre elementos do tipo, previsto no artigo 20 do Código Penal,
A)exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposo, se previsto em lei.
B)sempre isenta o agente de pena.
C)não isenta o agente de pena, mas esta será diminuída de um sexto a um terço.
D)não tem relevância na punição do agente, pois o desconhecimento da lei é inescusável.
E)se inevitável, isenta o agente de pena; se evitável, poderá diminuir a pena de um sexto a um terço.

70- A coação moral irresistível afasta a tipicidade do crime, tendo em vista, a falta de conduta do agente ao praticar o fato.
CERTO ERRADO

71- Nos termos do Código Penal, pune-se o crime tentado com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços. Para o Supremo Tribunal Federal, a pena será diminuída
A)considerando as circunstâncias judiciais do artigo 59, do Código Penal.
B)tomando-se por base os antecedentes e a personalidade do acusado.
C)com base nas condições de ordem subjetiva do autor do delito.
D)na proporção inversa do iter criminis percorrido pelo agente.
E)de forma equitativa ao dano causado à vítima do crime

72- Fulano, querendo matar Beltrano, efetua um disparo de revólver contra este, mas erra o alvo, vindo a atingir Sicrano, ferindo este último levemente no braço. Nessa situação hipotética, conforme legislação aplicável ao caso, Fulano deverá responder por
A) homicídio tentado contra Sicrano.
B) homicídio tentado contra Beltrano.

C) lesões corporais leves contra Sicrano.
D) lesões corporais culposas contra Sicrano.

73- Na estrutura do Direito Penal, a tentativa é instituto que diz respeito mais diretamente à ideia de
A) tipicidade.
B) antijuridicidade.
C) culpabilidade formal.
D) culpabilidade material.
E) imputabilidade.

74- Não há crime sem.
A) dolo.
B) resultado naturalístico.
C) imprudência.
D) conduta.
E) lesão.

75- "Existe_____ quando o agente prevê o resultado, mas espera, sinceramente, que não ocorrerá; configura- se _____ quando a vontade do agente não está dirigida para a obtenção do resultado, pois ele quer algo diverso, mas, prevendo que o evento possa ocorrer, assume assim mesmo a possibilidade de sua produção."
Assinale a alternativa que correta e respectivamente completa as lacunas.
A) dolo indireto ... dolo alternativo
B) dolo eventual ... culpa consciente
C) culpa inconsciente ... culpa consciente
D) culpa consciente ... dolo eventual
E) culpa inconsciente ... dolo eventual

76- Diz-se crime tentado quando
A)ele não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente, após iniciada a execução.
B)impossível de se consumar em razão da ineficácia absoluta do meio ou da absoluta impropriedade do objeto.
C)o agente, por ato voluntário, até o recebimento da denúncia ou da queixa, repara o dano ou restitui a coisa.
D)o agente desiste, de forma voluntária, de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza.
E)o agente dá causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia.

77- Considerando que o Código Penal brasileiro considera o crime consumado quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal, assinale a alternativa correta.
A)O crime tentado é considerado contravenção penal.
B)O crime tentado é considerado infração administrativa.
C)Ninguém pode ser punido por crime tentado, senão quando o pratica culposamente.
D)O crime tentado é punido com a pena do crime consumado, porém diminuída, salvo disposição em sentido contrário.

78- A doutrina majoritária conceitua crime como o fato típico, ilícito e culpável. Por sua vez, o fato típico envolve o elemento subjetivo do tipo, que pode ser o dolo ou a culpa.
Sobre o tema, é correto afirmar que:
A)O agente que pretende causar determinado resultado e tem conhecimento de que, com sua conduta, causará, necessariamente, um segundo resultado e, ainda assim, atua, responderá por dolo eventual em relação ao segundo resultado;
B)Os tipos culposos estão sujeitos ao princípio da tipicidade, somente podendo ser punidos quando devidamente prevista em lei a punição a título de culpa;
C)O agente que não quer diretamente o resulto, mas o prevê e aceita sua ocorrência a partir de sua conduta, poderá ser responsabilizado pelo tipo culposo;
D)O tipo culposo exige a previsibilidade objetiva, mas se houver efetiva previsão, haverá dolo, ainda que eventual;
E)O tipo culposo próprio, se presentes todos os demais elementos, admite a punição na modalidade tentada.

79- Durante uma tragédia causada pela natureza, Júlio, que caminhava pela rua, é arrastado pela força do vento e acaba se chocando com uma terceira pessoa, que, em razão do choque, cai de cabeça ao chão e vem a falecer.
Sobre a consequência jurídica do ocorrido, é correto afirmar que:
A) A tipicidade do fato restou afastada por ausência de tipicidade formal, apesar de haver conduta por parte de Júlio;
B) A tipicidade do fato restou afastada, tendo em vista que não houve conduta penal por parte de Júlio;
C) O fato é típico, ilícito e culpável, mas Júlio será isento de pena em razão da ausência de conduta;
D) A conduta praticada por Júlio, apesar de típica e ilícita, não é culpável, devendo esse ser absolvido;
E) A conduta praticada por Júlio, apesar de típica, não é ilícita, devendo esse ser absolvido.

80- NÃO é um elemento do tipo culposo de crime:
A) Conduta involuntária.
B) Inobservância de dever objetivo de cuidado.
C) Previsibilidade objetiva.
D) Tipicidade.

➔ PENAL PARTE ESPECIAL

81- Em relação aos crimes de furto e de roubo, marque a alternativa CORRETA.
A) Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz deve substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa.
B) O crime de roubo será qualificado se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma.
C) No caso do roubo, se da violência resulta lesão corporal grave ou morte, o intervalo de pena a ser aplicado é o mesmo.
D) O furto ou roubo privilegiado permite a aplicação isolada da pena de multa.
E) O roubo impróprio possui a mesma pena do roubo simples.

82- Em relação ao crime de estelionato é CORRETO afirmar que
A) Pratica o crime quem obtém, para si ou para outrem, vantagem lícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.
B) A pena não é majorada quando cometido contra o idoso.
C) Pratica o delito quem subtrai, para si ou para outrem, coisa alheia móvel.
D) Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor o prejuízo, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa.
E) O referido delito não é um crime contra o patrimônio.

83- No que se refere aos crimes contra o patrimônio,
A) diminui-se a pena de um a dois terços, na apropriação indébita previdenciária, se o agente, voluntariamente, confessa, declara e efetua o pagamento das contribuições e importâncias devidas à Previdência Social.
B) todas as hipóteses de furto são de ação penal pública, em nenhuma delas procedendo-se mediante representação.
C) se o crime for de extorsão mediante sequestro e for cometido em concurso, o concorrente que o denunciar à autoridade, facilitando a libertação do sequestrado, terá extinta sua punibilidade.
D) tratando-se de esbulho possessório, se a propriedade for particular, havendo ou não emprego de violência, somente se procede mediante queixa.
E) no crime de furto, se o criminoso é primário, e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa.

84- A respeito dos crimes contra o patrimônio, considere as afirmativas a seguir.

I. O delito de furto pressupõe o dissenso da vítima, devendo ainda ser praticado na ausência desta, pois, do contrário, será crime de roubo.

II. O agente que, durante a prática do crime de furto, ao ser surpreendido pela vítima, logo depois de subtraída a coisa, empregar grave ameaça, a fim de assegurar a detenção da coisa para si, responderá pelo crime de furto e também pelo crime de ameaça.

III. O agente que, simulando ser manobrista de estacionamento, recebe o veículo do cliente para estacioná-lo e, ao invés disso, vende o carro para terceira pessoa, comete o delito de estelionato.

IV. Se o agente é primário e é de pequeno valor a coisa furtada, haverá o chamado furto privilegiado e, neste caso, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa.

Assinale a alternativa correta.

A) Somente as afirmativas I e II são corretas.
B) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
C) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
D) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
E) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

85- José revela a seu amigo João que tem a intenção de furtar determinado veículo e, considerando que João é dono de um "ferro velho" lhe propõe a compra do referido veículo após a consumação do furto. João aceita a proposta e, após o furto, compra referido veículo de José.

Considerando a situação hipotética, João terá cometido o crime de

A) furto qualificado.
B) receptação qualificada.
C) furto simples.
D) receptação simples.
E) favorecimento real.

86- Ao anoitecer de 28 de abril de 2017, o funcionário público municipal Mário Pança, ao sair da prefeitura de Passárgada, onde trabalha, encontra um pacote contendo cerca de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) em notas de R$ 100,00. Feliz com a possibilidade de saldar todas as suas dívidas, leva tal numerário para casa e, no dia seguinte, procura seus credores, saldando um a um. Marta Rochedo, que havia perdido tal numerário, procura a Delegacia de Polícia local pedindo providências a respeito. Os policiais civis realizam investigações, conseguindo apurar que Mário Pança havia encontrado tal numerário, dando cabo de suas dívidas com o mesmo. Diante de tal enunciado, a opção em que se enquadra a conduta praticada por Mário Pança é:

A) Apropriação indébita de coisa alheia achada.
B) Furto privilegiado.
C) Furto simples.
D) Peculato apropriação.

87- É causa de aumento da pena no crime de roubo

A) a subtração de substâncias explosivas ou de acessórios que, conjunta ou isoladamente, possibilitem sua fabricação, montagem ou emprego.
B) praticado durante repouso noturno.
C) se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Município.
D) ter sido praticado com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza.
E) ter sido cometido com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa.

88- Com relação aos crimes em espécie, julgue o item que se segue, considerando o entendimento firmado pelos tribunais superiores e a doutrina majoritária.

Situação hipotética: Um indivíduo, penalmente imputável, ameaçou com

arma de fogo um adolescente e subtraiu-lhe todos os pertences, incluindo-se valores e objetos pessoais. O autor foi preso logo depois, em flagrante delito, todavia, quando da abordagem policial, já não mais portava a arma utilizada no roubo. Assertiva: Nessa situação, o agente responderá pelo roubo na forma simples, sendo indispensável a apreensão da arma de fogo pela autoridade policial para a caracterização da correspondente majorante do crime.
CERTO ERRADO

89- Cada um do item a seguir apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada, a respeito da aplicação e da interpretação da lei penal, do concurso de pessoas e da culpabilidade.
Um indivíduo, penalmente imputável, em continuidade delitiva, foi flagrado por autoridade policial no decorrer da prática criminosa de furtar sinal de TV a cabo. Nessa situação, de acordo com o atual entendimento do Supremo Tribunal Federal, aplica-se a analogia ao caso concreto, no sentido de imputar ao agente a conduta típica do crime de furto de energia elétrica.
CERTO ERRADO

90- Rita, depois de convencer suas colegas Luna e Vera, todas vendedoras em uma joalheria, a desviar peças de alto valor que ficavam sob a posse delas três, planejou detalhadamente o crime e entrou em contato com Ciro, colecionador de joias, para que ele adquirisse a mercadoria. Luna desistiu de participar do fato e não foi trabalhar no dia da execução do crime. Rita e Vera conseguiram se apossar das peças conforme o planejado; entretanto, como não foi possível repassá-las a Ciro no mesmo dia, Vera levou-as para a casa de sua mãe, comunicou a ela o crime que praticara e persuadiu-a a guardar os produtos ali mesmo, na residência materna, até a semana seguinte.
Considerando que o crime apresentado nessa situação hipotética venha a ser descoberto, julgue o item que se segue, com fundamento na legislação pertinente.
Rita e Vera responderão pelo crime de furto qualificado pelo abuso de confiança.
CERTO ERRADO

91- Durante um ano e cinco meses, a empresa L&X recolheu as contribuições previdenciárias de seus empregados, mas não as repassou à previdência social, o que caracterizou o crime de apropriação indébita previdenciária. Nessa situação, se os representantes legais da empresa L&X, espontaneamente, confessarem e efetuarem o pagamento das contribuições antes do início da ação fiscal, ficará extinta a punibilidade.
CERTO ERRADO

92- Severino, maior e capaz, subtraiu, mediante o emprego de arma de fogo, elevada quantia de dinheiro de uma senhora, quando ela saía de uma agência bancária. Um policial que presenciou o ocorrido deu voz de prisão a Severino, que, embora tenha tentado fugir, foi preso pelo policial após breve perseguição. Nessa situação, Severino responderá por tentativa de roubo, pois não teve a posse mansa e pacífica do valor roubado.
CERTO ERRADO

93- Mário, fingindo ser manobrista de um restaurante famoso, recebe de um cliente seu veículo para estacionar. Em seguida, sai com o veículo para local distante, vindo a oferecê-lo para terceira pessoa de boa-fé. O cliente ao sair do restaurante não encontrou o veículo e o guardador, resolvendo registrar o fato na delegacia próxima. Encerrado o inquérito, identificado o autor e elaborado o relatório, os autos foram encaminhados ao Promotor de

Justiça que deverá oferecer denúncia em face de Mário pela prática do injusto de

A) furto simples.
B) furto qualificado.
C) estelionato.
D) apropriação indébita simples.
E) apropriação indébita majorada.

94- No roubo, a pena é aumentada

A)se o agente comete o crime sob coação a que podia resistir.
B)se o agente, ao tempo da ação, se encontrava em estado de embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos.
C)se o agente mantém a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade.
D)durante o repouso noturno.

95- Analise a seguinte situação hipoteticamente descrita:
Ratão e Cara Riscada, foragidos do sistema prisional gaúcho, dirigiram-se a uma pacata cidade no interior do Estado. Lá chegando, por volta das 11 horas, invadiram uma residência, aleatoriamente, e anunciaram o assalto à Mindinha, faxineira, que estava sozinha na casa. Amarraram a vítima, trancando-a em um dos quartos do imóvel. Os dois permaneceram por aproximadamente 45 minutos no local, buscando objetos e valores. Quando já estavam saindo, carregando um cofre, ouviram um barulho, que identificaram como sendo uma sirene de viatura policial. Temendo serem presos, empreenderam fuga, sem nada levar. Assim que percebeu o silêncio na casa, Mindinha tentou se desamarrar, porém, acabou se lesionando gravemente, ao tentar fazer uso de uma faca, para soltar a corda que a prendia. Socorrida a vítima e acionada a Polícia Civil, restou esclarecido que a sirene supostamente ouvida pelos assaltantes era a sineta de encerramento de aula de uma escola situada ao lado da residência. Os autores do crime foram descobertos em seguida, já que não conheciam a cidade e acabaram chamando a atenção dos moradores.
Assinale a alternativa que corresponde à melhor tipificação a ser atribuída a Ratão e Cara Riscada.

A) Roubo tentado qualificado pela lesão corporal grave sofrida pela vítima.
B) Roubo tentado qualificado pela lesão corporal grave e majorado pelo concurso de agentes e restrição da liberdade da vítima.
C) Roubo tentado majorado por concurso de agentes e restrição da liberdade da vítima.
D) Ambos não responderão pelo crime de roubo, pois ocorreu aquilo que a doutrina compreende como sendo uma desistência voluntária pelos agentes.
E) De acordo com a doutrina, pode-se dizer que, diante da ocorrência de um obstáculo erroneamente suposto, ambos respondem por tentativa abandonada ou qualificada.

96- Julgue o item seguinte, relativos aos tipos penais dispostos no Código Penal e nas leis penais extravagantes.
A distinção entre o roubo e a extorsão está no grau de participação da vítima, tendo em vista que, no segundo tipo penal, é exigida a participação efetiva do agente lesado.

CERTO ERRADO

97- Tendo como referência a jurisprudência sumulada dos tribunais superiores, julgue o item a seguir, acerca de crimes, penas, imputabilidade penal, aplicação da lei penal e institutos.
Na hipótese de tentativa de subtração patrimonial e morte consumada, o agente responderá pelo crime de latrocínio consumado.

CERTO ERRADO

98- Sobre os crimes contra o patrimônio:

A) O furto de energia elétrica é atípico por não consistir em coisa móvel.
B) Se o agente logo depois de subtraída a coisa, emprega violência contra pessoa, a fim de assegurar a

impunidade do crime, incorre na mesma pena do roubo.
C) A ameaça exercida com simulacro de arma de fogo é incapaz de configurar o crime de roubo.
D) Se durante a prática do roubo o agente mantém a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade, o crime é o de latrocínio.
E) Por falta de previsão legal, o princípio da insignificância é incabível no crime de furto.

99- Antônio utilizava diariamente o serviço de manobrista de determinado shopping center para estacionar seu carro. Lara, frequentadora do mesmo local, passou a observar a rotina de Antônio e, certa tarde, se apresentou ao manobrista como namorada daquele, informando que havia vindo buscar o carro a pedido do namorado. O manobrista entregou as chaves do carro a Lara, que entrou no veículo e saiu da garagem do estabelecimento em alta velocidade.
A conduta de Lara caracteriza crime de
A) estelionato.
B) furto mediante fraude.
C) furto com abuso de confiança.
D) apropriação de coisa havida por erro.
E) apropriação indébita.

100- Rui e Lino, irmãos, combinaram a prática de furto a uma loja. Depois de subtraídos os bens, Pedro, pai de Rui e de Lino, foi procurado e permitiu, em benefício dos filhos, a ocultação dos objetos furtados em sua residência por algum tempo, porque eles estavam sendo investigados.
Nessa situação hipotética, a conduta de Pedro configura
A) receptação.
B) favorecimento real.
C) favorecimento pessoal.
D) hipótese de isenção de pena.
E) furto.

“Não seja arrastado por seus problemas. Seja guiado por seus SONHOS.”

PROFESSOR
JUNIOR TAVARES

GABARITO RODADA 03

ADMINISTRATIVO

1- E	2- C	3- ERRADO	4- ERRADO	5- ERRADO
6- D	7- D	8- D	9- A	10- C
11- C	12- CERTO	13- CERTO	14- B	15- A
16- ERRADO	17- CERTO	18- CERTO	19- ERRADO	20- ERRADO

CONSTITUCIONAL

21- C	22- C	23- C	24- E	25- CERTO
26- B	27- A	28- C	29- C	30- B
31- D	32- A	33- C	34- B	35- A
36- A	37- B	38- A	39- C	40- CERTO

DIREITOS HUMANOS

41-B	42- A	43- C	44- C	45- A
46- E	47- D	48- E	49- B	50- A
51- C	52- D	53- C	54- C	55- E
56- C	57- C	58- D	59- C	60- A

DIREITO PENAL- PARTE GERAL

61- D	62- A	63- C	64- A	65- D
66- A	67- CERTO	68- CERTO	69- A	70- ERRADO
71- D	72- B	73- A	74- D	75- D
76- A	77- D	78- B	79- B	80- A

DIREITO PENAL – PARTE ESPECIAL

81- E	82- D	83- E	84- C	85- A
86- A	87- A	88- ERRADO	89- ERRADO	90- ERRADO
91- CERTO	92- ERRADO	93- C	94- C	95- C
96- CERTO	97- CERTO	98- B	99- A	100- B

PROFESSOR JUNIOR TAVARES

QUESTÕES RODADA 04

➔ ADMINISTRATIVO

1- A doutrina brasileira considera de grande importância o tema dos elementos e requisitos de validade dos atos administrativos. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

A) Os elementos dos atos administrativos estão previstos na chamada Lei de Improbidade Administrativa.

B) O elemento sujeito refere-se ao reconhecimento de competência para a prática do ato administrativo.

C) O objeto refere-se ao motivo ou causa do ato administrativo.

D) Segundo a legislação brasileira, a finalidade não é um elemento dos atos administrativos, apesar de seu reconhecimento doutrinário.

E) Forma é o modo de exteriorização dos atos administrativos que decorre de decisões discricionárias do administrador vinculadas ao princípio da constitucionalidade.

2- A administração pública pode produzir unilateralmente atos que vinculam os particulares. No entanto, tal vinculação não é absoluta, devendo o particular, para eximir-se de seus efeitos e anular o ato, comprovar, em juízo ou perante a própria administração, o defeito do ato administrativo contra o qual se insurge, por caber-lhe o ônus da prova. Essa descrição refere-se ao atributo do ato administrativo denominado

A) Autoexecutoriedade.

B) Imperatividade.

C) Presunção de legalidade/legitimidade.

D) Exigibilidade.

3- O ato administrativo unilateral e vinculado pelo qual a Administração Pública permite a realização de determinada atividade sujeita à fiscalização do Estado, desde que preencha os requisitos legais, caracteriza a:

A) Aprovação.

B) Permissão.

C) Concessão.

D) Licença.

E) Autorização.

4- Admissão e aprovação são espécies de atos administrativos:

A) Atos normativos.

B) Atos ordinatórios.

C) Atos negociais.

D) Atos enunciativos.

E) Atos punitivos.

5- A respeito da extinção dos atos administrativos, é correto afirmar que a revogação

A) É a retirada, do mundo jurídico, de um ato válido, mas que, segundo critério discricionário da administração, tornou-se importuno ou inconveniente.

B) Deve ocorrer quando há vício no ato, relativo à legalidade ou à legitimidade.

C) É a extinção do ato administrativo quando o respectivo beneficiário deixa de cumprir os requisitos que deveria permanecer atendendo, como exigência para a manutenção do ato e respectivos efeitos.

D) É o desfazimento do ato administrativo pelo mero cumprimento normal dos efeitos deste.

E) É a norma jurídica que impede que um ato administrativo continue existindo.

6- A Administração Pública pode promover a extinção de ato administrativo discricionário, perfeito e eficaz, fundada unicamente em razões de conveniência e oportunidade, desde que respeite os direitos adquiridos. Nessa hipótese, ocorrerá:

A) Revogação.

B) Convalidação.

C) Caducidade.

D) Conversão.

E) Anulação.

7- A respeito dos atos administrativos, analise as afirmativas abaixo:

1. É absolutamente vedada a prática de atos administrativos sob sigilo.

2. A anulação de ato administrativo decorre da atuação discricionária da Administração.

3. São requisitos fundamentais dos atos administrativos, somente: competência, finalidade e forma.

4. O ato administrativo não exige provas de sua validade, em decorrência do atributo da presunção de legitimidade.
Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.
A) É correta apenas a afirmativa 2.
B) É correta apenas a afirmativa 4.
C) São corretas apenas as afirmativas 1 e 4.
D) São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
E) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.

8- No que concerne aos elementos do ato administrativo, tem-se que o motivo
A) Não se insere entre os elementos essenciais do ato administrativo, que são apenas sujeito, objeto e forma, sendo, assim como a finalidade, um atributo do ato.
B) Consiste nos fins colimados pela Administração com a prática do ato, que deve ser, em última instância, o interesse público, sob pena de invalidar o ato por vício de mérito.
C) Corresponde às razões de fato e de direito que fundamentam a prática do ato, sendo que a ausência de motivo ou a indicação de motivo falso permitem a invalidação do ato, inclusive judicialmente.
D) Está presente apenas nos atos discricionários, correspondendo às razões de conveniência e oportunidade para a sua prática, ou seja, o mérito do ato administrativo.
E) Constitui um requisito específico para a prática de atos vinculados, consistente na indicação da subsunção dos requisitos de fato aos condicionantes legais fixados para o ato.

9- Pedro, após ter sido investido em cargo público de determinado órgão sem a necessária aprovação em concurso público, praticou inúmeros atos administrativos internos e externos.
Tendo como referência essa situação hipotética, julgue o item que segue.

Atos administrativos externos praticados por Pedro em atendimento a terceiros de boa-fé têm validade, devendo ser convalidados para evitar prejuízos.
CERTO ERRADO

10- Situação hipotética: Um servidor público efetivo em exercício de cargo em comissão foi exonerado ad nutum em razão de supostamente ter cometido crime de peculato. Posteriormente, a administração reconheceu a inexistência da prática do ilícito, mas manteve a exoneração do servidor, por se tratar de ato administrativo discricionário.
Assertiva: Nessa situação, o ato de exoneração é válido, pois a teoria dos motivos determinantes não se aplica a situações que configurem crime.
CERTO ERRADO

11- O ato administrativo é dotado de determinados atributos, entre os quais se insere a tipicidade,
A) Presente nos atos enunciativos e opinativos, bem como nos meramente declaratórios, porém ausente nos atos constitutivos, eis que a estes se aplica o atributo da executoriedade.
B) Que advém do princípio da supremacia do interesse público sobre o privado, decorrendo de tal atributo a produção de efeitos do ato administrativo sobre particulares independentemente da vontade dos mesmos.
C) Que constitui decorrência do princípio da presunção de legitimidade e veracidade do ato administrativo, própria apenas dos atos vinculados e que se opera com a observância dos requisitos para sua edição.
D) Decorrente do princípio da legalidade, que afasta a possibilidade de a administração praticar atos inominados, predicando a utilização de figuras previamente definidas como aptas a produzir determinados resultados.
E) Segundo a qual todo ato administrativo deve ter por finalidade a consecução do interesse público e cuja inobservância enseja a nulidade do ato, por desvio de finalidade.

12- Quanto ao ato administrativo, analise as afirmativas a seguir.

I. Os atos administrativos presumem-se legítimos, presunção relativa, pois que não se trata de presunção absoluta e intocável.
II. II. A teoria dos motivos determinantes está assentada no princípio de que o motivo do ato administrativo deve ser compatível com a situação de fato que gerou a manifestação de vontade.
III. III. Anulação é modalidade de extinção do ato administrativo por motivo de oportunidade ou conveniência, ao passo que revogação é a extinção por ilegalidade do ato.
IV. IV. A convalidação tem efeitos ex nunc, por não ser possível retroagir seus efeitos ao momento em que foi praticado o ato originário.
Estão corretas apenas as afirmativas
A) I e II.
B) II e IV.
C) III e IV.
D) I, II e III.

13- João, servidor público ocupante do cargo efetivo de Analista da Assembleia Legislativa de Rondônia, no exercício da função, praticou dois atos administrativos: no primeiro, elaborou um parecer com opinião na qualidade de órgão consultivo sobre assunto técnico de sua competência; no segundo, redigiu um memorando contendo comunicação interna entre agentes de um mesmo órgão, com solicitação de informações para melhor executar a atividade pública.
De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, os atos administrativos praticados por João são, respectivamente,
A) Discricionário e requisitório.
B) Enunciativo e ordinatório.
C) Vinculado e precário.
D) Executório e constitutivo.
E) Normativo e declaratório.

14- Atos administrativos são manifestações da vontade da Administração Pública de forma unilateral que têm por finalidade adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos ou impor obrigações aos administrados ou a si própria. No entanto, acontece de o ato possuir algum tipo de vício no momento de sua formação.
O ato administrativo que possui apenas aparência de manifestação da vontade da administração pública, mas que não se originou de um agente público, e sim de um usurpador de função, é chamado de ato:
A) Ato válido.
B) Ato inexistente.
C) Ato nulo.
D) Ato anulável.

15- Quando há desvio de poder por autoridade administrativa para atingir fim diverso daquele previsto pela lei, o Poder Judiciário poderá revogar o ato administrativo em razão do mau uso da discricionariedade.
CERTO ERRADO

16- Os atributos são prerrogativas conferidas à Administração Pública, das quais os particulares normalmente não desfrutam, para que possam alcançar os seus fins no exercício da função administrativa. Com base nessa afirmativa, o atributo do ato administrativo que diz respeito à qualidade que certos atos administrativos têm para constituir situações de observância obrigatória, em relação aos seus destinatários, independente da respectiva concordância ou aquiescência, é considerado
A) Presunção de legitimidade.
B) Exigibilidade.
C) Autoexecutoriedade.
D) Imperatividade.

17- Em relação aos atos administrativos, é INCORRETO afirmar:
A) O ato de delegação da competência para a prática de determinado ato administrativo retira da autoridade delegante a possibilidade de também praticá-lo.
B) A motivação não é obrigatória em todos os atos administrativos.
C) Há atos administrativos despidos de autoexecutoriedade.

D) Os atos administrativos, quando editados, trazem em si uma presunção relativa de legitimidade.
E) A motivação do ato administrativo se consubstancia na exposição dos motivos, sendo a demonstração das razões que levaram à prática do ato.

18- Sobre a anulação e revogação do ato administrativo, é correto afirmar.
A) A anulação do ato administrativo é ato privativo do poder judiciário, desde que não haja prejuízos a terceiros.
B) A Administração poderá anular seus próprios atos mesmo quando não provocada para tal.
C) Os atos administrativos vinculados são passiveis de anulação, enquanto os atos discricionários somente poderão ser objeto de revogação.
D) A revogação e a anulação se confundem na medida que tanto a Administração quando o poder judiciário poderão ser titulares de tais medidas excepcionais.
E) O ato administrativo somente poderá ser revogado pelo poder judiciário após provado pela parte lesada.

19- Ao vício de finalidade do ato administrativo é dado o nome de:
A) Excesso de poder.
B) Usurpador de função.
C) Desvio de poder.
D) Função de fato.
E) Avocação.

20- Atos administrativos eivados de vício de legalidade dever ser _____ pela própria administração.
A) Anulados.
B) Retificados.
C) Revogados.
D) Convalidados.

➔ CONSTITUCIONAL

21- Entre os direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição em vigência no nosso país, é correto afirmar que:
A) As entidades associativas, mesmo que não expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
B) O Estado promoverá a defesa do consumidor, mediante iniciativa de entes privados.
C) Ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.
D) Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, mesmo aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança do Estado.

22- A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, assegura que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Nesse contexto, é correto afirmar que é:
A) Livre a manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato, para fins de preservação da fonte em qualquer situação.
B) Plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.
C) Permitida a submissão a tortura e a tratamento desumano ou degradante, nos casos devidamente previstos em lei.
D) Livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, a depender de censura ou licença.

23- O brasileiro naturalizado poderá ser extraditado em caso de crime comum praticado antes da naturalização.
CERTO ERRADO

24- Sobre os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.
A) Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
B) O preso não tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.

C) Ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado, salvo no caso das agremiações sindicais.
D) É livre a manifestação do pensamento, sendo permitido inclusive o anonimato.
E) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, independentemente da existência de dano.

25- Com fulcro nos direitos e garantias individuais e coletivos previstos no texto constitucional, podemos afirmar que:
A) É assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa somente nas entidades civis de internação coletiva.
B) É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.
C) A casa é asilo violável do indivíduo, nela podendo penetrar sem consentimento do morador.
D) É assegurado a todos o acesso à informação, contudo não se resguarda o sigilo da fonte quando necessário ao exercício profissional.

26- Inciso XXV, do Art. 5º da Constituição Federal de 1988 - No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá:
A) Usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
B) Usar de propriedade pública, assegurada ao proprietário indenização posterior, se não houver dano.
C) Usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário anterior, se não houver dano.
D) Usar de propriedade pública, assegurada ao proprietário anterior, se houver dano.

27- Em relação aos incisos do Art. 5º, da Constituição Federal de 1988, assinale o que estiver INCORRETO.
A) Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.
B) É livre a manifestação do pensamento, não sendo vedado o anonimato.
C) É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.
D) São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

28- Dentre os direitos fundamentais estabelecidos pela Constituição Federal, NÃO se aplica aos estrangeiros residentes no país
A)O direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente da violação de sua imagem.
B) A inviolabilidade do sigilo da correspondência.
C)O livre exercício do trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
D) O direito de herança.
E) Nenhuma das respostas anteriores.

29- Acerca da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, responda a questão.
O princípio da igualdade estabelecido no art. 5° da Constituição Federal, traz garantias aos brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil, não sendo uma delas:
A) Inviolabilidade do direito à vida;
B) Dignidade da pessoa humana;
C) Liberdade;
D) Propriedade.

30- Acerca da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, responda a questão.
A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de:
I - Flagrante delito ou desastre;
II - Para prestar socorro;
III - Durante o dia, por determinação judicial.
Assinale a alternativa correta:

A) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.

B) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
C) Todas as afirmativas estão corretas.
D) Nenhuma afirmativa está correta.

31- Analise as assertivas abaixo.
I. No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
II. Será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.
III. São gratuitas as ações de "habeas-corpus" e "habeas-data", e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.
IV. O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.
De acordo com os direitos e deveres individuais e coletivos elencados na Constituição Federal de 1988, quais estão corretas?
A) I e II;
B) II e III;
C) I, III e IV;
D) Todas

32- A Constituição Federal Brasileira assegura, em seu artigo 5º, os seguintes direitos individuais e coletivos, EXCETO a(o):
A) Livre locomoção no território nacional em tempo de paz.
B) Liberdade de associação para fins lícitos, inclusive a de caráter paramilitar.
C) Liberdade de consciência e de crença, o livre exercício dos cultos religiosos e a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.
D) Livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão.
E) Livre manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.

33- Em relação aos direitos e garantias fundamentais determinados na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.
A) É a todos assegurado o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder, após o pagamento das devidas taxas.
B) Serão extraditados os cidadãos brasileiros e estrangeiros que cometerem crime político ou de opinião.
C) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, sendo dependente de licença a atividade científica e de comunicação.
D) Aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, intransmissível aos herdeiros.
E) É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

34- A respeito dos direitos e garantias fundamentais relativos ao direito à intimidade e à vida privada, a Constituição Federal de 1988 prevê que:
A) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
B) São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano exclusivamente moral decorrente de sua violação.
C) É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional e à investigação dos crimes hediondos e aqueles que lhe forem equiparados por lei.
D) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo por ordem judicial, para fins de investigação ou instrução processual cível ou penal.
E) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura, sendo exigível a licença prévia se tais manifestações atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade.

35- Assinale a alternativa correta considerando as disposições da Constituição Federal quanto aos direitos e garantias fundamentais.

A) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio pedido de autorização à autoridade competente.
B) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
C) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.
D) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, em ambos os casos, o trânsito em julgado.

36- Acerca do regramento constitucional dos direitos fundamentais, assinale a opção correta.
A) Conforme a CF, são imprescritíveis o crime de racismo e o crime consistente na ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado democrático de direito.
B) Não se admite a pena de morte no Brasil.
C) A liberdade de manifestação do pensamento é garantida, admitindo-se o anonimato.
D) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, sendo vedado à lei a criação de condições que possam limitar ou restringir o pleno desenvolvimento desse direito.
E) As associações podem ser dissolvidas por decreto do Poder Executivo, na hipótese de violação de direitos fundamentais.

37- A Constituição Federal arrola, dentre os direitos e garantias fundamentais, o princípio segundo o qual
A) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas em lei.
B) As associações não poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades judicialmente suspensas.
C) É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.
D) É assegurada, nos termos da lei, a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, salvo nas atividades desportivas, sujeitas a regulamentação internacional.
E) A lei considerará crimes inafiançáveis e imprescritíveis a prática do racismo e de tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

38- Considere as seguintes assertivas a respeito dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos:

I. São gratuitas as ações de habeas corpus e habeas data.
II. São gratuitos o registro civil de nascimento, a certidão de óbito e a certidão de matrimônio com as devidas averbações.
III. A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível.
IV. A lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.
Está correto o que se afirma em
A) I, II e IV, apenas.
B) I, II, III e IV.
C) I, III e IV, apenas.
D) II e III, apenas.
E) I e IV, apenas.

39 - Francisco reside em um imóvel de sua propriedade. Em caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá
A) Usar da propriedade particular de Francisco, mediante justa e prévia indenização em dinheiro.
B) Usar da propriedade particular de Francisco, assegurada a ele indenização ulterior, se houver dano.
C) Usar da propriedade particular de Francisco, assegurada a ele indenização ulterior, independentemente de dano.

D) Realizar o procedimento de desapropriação, assegurada a Francisco indenização ulterior, se houver dano.
E) Realizar o procedimento de desapropriação e, após a sua conclusão, usar da propriedade particular de Francisco, sem direito à indenização, já que há necessidade pública e que a propriedade não atende a sua função social.

40- A questão refere-se à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, previstos no art. 5o, assinale a alternativa que contém assertiva correta.
A) É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato, assim como é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, independentemente de qualificações profissionais estabelecidas em lei.
B)É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo por ordem judicial, para fins de investigação criminal ou de instrução processual de qualquer natureza.
C) É assegurada a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação e também o acesso de todos à informação, sendo revelada a fonte, mesmo quando necessário o sigilo da mesma em razão do exercício profissional.
D)É garantido o direito de reunião exercido pacificamente, em locais públicos, independentemente de autorização, sem frustrar outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo exigido prévio aviso à autoridade competente.

➔ DIREITOS HUMANOS

41- Assinale a alternativa correta. Segundo a CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (1969), toda pessoa acusada de um delito tem direito durante o processo às seguintes garantias mínimas:
A) O processo penal deve ser privado, de modo a preservar os interesses da justiça e da sociedade
B) O direito do acusado de ser assistido gratuitamente por um tradutor ou intérprete, caso não compreenda ou não fale a língua do juízo ou tribunal
C) A comunicação prévia e pormenorizada ao acusado da acusação formulada deve ser obrigatoriamente bilíngue (inglês e língua oficial do pais, no qual aconteceu o delito)
D) A concessão ao acusado do tempo e dos meios necessários à preparação de sua defesa será de 30 (trinta) dias corridos, a contar da publicação em órgão oficial
E) Toda pessoa terá o direito de ser ouvida, com as devidas garantias e dentro do prazo máximo de 7 (sete) dias, por um juiz ou Tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação penal formulada contra ela, ou na determinação de seus direitos e obrigações de caráter civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer outra natureza

42- Considere as seguintes disposições.
I- Todo indivíduo tem direito à liberdade e à segurança pessoais.
II- As finalidades essenciais das penas privativas da liberdade incluem a compensação, a retribuição, a reforma e a readaptação social dos condenados.
III- Todas as pessoas têm o direito de associar-se livremente com fins ideológicos, religiosos, políticos, econômicos, trabalhistas, sociais, culturais e desportivos.
IV- É proibida a expulsão coletiva de estrangeiros.
Decorrem da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José e Decreto n.º 678/1992) apenas as disposições contidas nos itens
A) I e II.
B) II e III.
C) III e IV.
D) I, II e IV.
E) I, III e IV.

43- Leia as assertivas a seguir.
I. Constituição Brasileira elaborou um catálogo fechado (rol taxativo) de direitos fundamentais com eficácia

imediata que contempla inúmeras garantias processuais.
II. Apresenta-se como direito fundamental o de recorrer da condenação e da pena, o chamado duplo grau de jurisdição (art. 8.°, item 2, h, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos - Pacto de São José da Costa Rica de 1969 e art. 14, item 5 do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos de 1966).
III. A audiência de custódia tem natureza jurídica de direito fundamental do preso, ex vi, art. 5.°, §2.° da CF/1988 c/c art. 7.°, 5 do Pacto de São José da Costa Rica e art. 9.°, 3 do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, tendo o STF reconhecido o instituto ao julgar a ADI 5240 afirmando como direito fundamental do preso ser levado sem demora à autoridade judicial.
IV. O preso tem que ser levado sem demora à autoridade prevista em lei, ainda que esta não tenha o poder sobre a liberdade e prisão do apresentado.
Estão corretas apenas as assertivas:
A) I e IV.
B) II e III.
C) I e II.
D) I e III.
E) II e IV.

44- Considerando a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, é correto afirmar que:
A) Não trata de delitos ou de direitos políticos.
B)Permite a escravidão
C)Estabelece que o direito à reunião não se submete à qualquer restrição.
D) A pena de morte não pode ser restabelecida nos Estados em que tenha sido abolida.
E)O Brasil não é signatário desta Convenção.

45- Para a proteção dos direitos humanos, o instrumento de maior importância no sistema interamericano é a Convenção Americana de Direitos Humanos assinada em 1969, também denominada de Pacto de San José da Costa Rica. No âmbito dos direitos protegidos na Convenção Americana de Direitos Humanos, é correto afirmar:
A) No que se refere ao direito de liberdade pessoal, a Convenção Americana de Direitos Humanos autoriza a prisão civil por dívida, seja qual for a natureza do inadimplemento.
B) Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito não compreende a liberdade de buscar, receber e difundir informações e ideias de natureza política.
C) Ninguém deve ser submetido a torturas, nem a penas ou tratos cruéis, desumanos ou degradantes. Toda pessoa privada da liberdade deve ser tratada com o respeito devido à dignidade inerente ao ser humano.
D) A lei não deve proibir propaganda a favor da guerra, bem como apologia ao ódio nacional, racial ou religioso, para que não haja a limitação do direito de liberdade de expressão.
E) Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento da concepção. Ninguém pode ser privado da vida arbitrariamente, razão pela qual os Estados-Partes não deverão, em hipótese alguma, admitir a pena de morte, por violar os direitos previstos na Convenção.

46- Assinale a opção correta de acordo com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica).
A)A pena de morte não deve ser aplicada em nenhuma hipótese, mesmo nos países que ainda não a tenham abolido.
B)Mesmo que manifeste a intenção de defender-se a si próprio, todo acusado da prática de um delito terá direito irrenunciável de ser assistido por um defensor proporcionado pelo Estado, remunerado ou não.
C) Toda pessoa acusada de um delito tem direito à comunicação prévia e pormenorizada da acusação formulada, salvo nos casos de crime de terrorismo, quando a comunicação colocar em risco as investigações dos fatos, os interesses da justiça ou a segurança nacional.
D) O processo penal, em qualquer hipótese, deve ser público.

E)O direito à vida deve ser protegido por lei e, em geral, a partir do momento da concepção.

47- De acordo com a Convenção Americana dos Direitos Humanos,
A) É possível a expulsão coletiva de estrangeiros.
B)A proteção legal do direito à vida inicia-se, em geral, a partir do momento do nascimento.
C)É reconhecida a existência de deveres da pessoa para com a família, a comunidade e a humanidade.
D) Nos países onde a pena de morte tenha sido abolida, essa forma de punição só poderá ser restabelecida para os crimes mais graves.
E) É inadmissível a limitação dos direitos estabelecidos na convenção.

48- Assinale a alternativa cuja afirmação está de acordo com o Pacto de San José da Costa Rica no que se refere à prisão civil.
A) É vedado todo e qualquer tipo de prisão civil por dívidas.
B) É permitida para os casos de descumprimento de obrigação em contrato de depósito.
C) É permitida por ordem judicial ou administrativa na hipótese de devedor que descumpre acordo de pagamento de pensão alimentícia devida aos filhos.
D) Ela é permitida por ordem judicial em razão de inadimplemento de obrigação alimentar.
E) É permitida nas hipóteses de inadimplemento de obrigação alimentar e de depositário infiel.

49- De acordo com o que dispõe a Convenção Americana de Direitos Humanos,
A)O Estado-parte não tem a obrigação de analisar pedido de indulto, anistia ou comutação de pena requeridos por condenado à morte.
B) O direito à vida deve ser protegido, como regra, desde a concepção.
C) A pena de morte pode ser restabelecida nos Estados-parte que a tenham abolido.
D) A pena de morte, nos Estados-partes que a adotem, pode ser aplicada a delitos políticos.
E) A pena de morte pode ser imposta a condenados por crimes conexos a delitos políticos.

50- Julgue os itens que se seguem acerca da Convenção Americana. Sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica).
A referida convenção estabelece que somente o casamento, ou a união estável, é o núcleo natural e fundamental da sociedade e deve ser protegido pela sociedade e pelo Estado.
CERTO ERRADO

51- Sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica). De acordo com a referida convenção, toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento e de expressão, porém está sujeita à responsabilidade ulterior e à censura prévia.
CERTO ERRADO

52- Sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica). A Convenção Americana sobre Direitos Humanos prevê a proibição da escravidão e da servidão, assim compreendidos, entre outras hipóteses, os trabalhos forçados exigidos de pessoa reclusa em cumprimento de sentença ou resolução formal expedida pela autoridade judiciária competente.
CERTO ERRADO

53- Com relação ao Pacto de São José da Costa Rica, julgue o item Abaixo.
Toda pessoa tem deveres para com a sua família, a sua comunidade e a humanidade, sendo que o direito individual é limitado pelo direito dos demais, pela segurança de todos e pelas exigências do bem comum, em uma sociedade democrática.
CERTO ERRADO

54- A convenção Americana de Direitos Humanos disciplina:
A)Toda pessoa detida pode ser informada das razões da detenção.
B) Toda pessoa retida pode ser conduzida à presença de um juiz.
C) Toda pessoa tem direito à liberdade e à segurança pessoais.

D) Toda pessoa pode ser submetida a encarceramento arbitrário.
E)Ninguém deve ser detido por dívidas.

55- Em face do que dispõe a Convenção Americana de Direitos Humanos quanto ao direito de defesa da pessoa acusada da prática de um delito,
A) É direito do acusado, sempre que o interesse da justiça assim o exija, ter um defensor designado ex officio, que atuará gratuitamente.
B) O Estado deve dispor de um órgão de assistência jurídica encarregado da defesa dos acusados que demonstrarem insuficiência de recursos.
C) A defesa pode ser realizada pessoalmente pelo acusado, caso o Estado não disponha de meios para lhe proporcionar um defensor.
D) A defesa pode ser realizada pessoalmente pelo acusado, caso seja ele tecnicamente habilitado e renuncie ao defensor indicado pelo Estado.
E) É obrigatória a existência de defesa técnica, fornecida pelo Estado, caso o acusado não indique advogado de sua confiança e nem se defenda por si mesmo.

56- No direito brasileiro, considerando os tratados internacionais de direitos humanos, bem como o entendimento atual do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar, a respeito da prisão civil, que
A) São admitidas apenas duas possibilidades de prisão civil: a do depositário infiel e a do devedor de pensão alimentícia.
B) É ilícita a prisão do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.
C) Foram abolidas todas e quaisquer hipóteses legais de prisão civil.
D) É ilícita a prisão do devedor de pensão alimentícia, sendo admitida apenas a prisão do depositário infiel.
E) Se admite, atualmente, no direito pátrio, a prisão civil somente em âmbito federal, desde que haja decisão judicial transitada em julgado.

57- No que se refere à Convenção Americana de Direitos Humanos, assinale a opção correta.
A) No caso de suspensão de garantias, esta não poderá atingir normas de direitos humanos qualificadas como jus cogens.
B) Nos Estados-partes organizados sob a forma federal, as reservas ao pacto poderão ser levadas a efeito pelas unidades federativas do respectivo Estado-parte.
C) A referida convenção impõe ao governo central do Estado- parte organizado sob a forma federal o dever de cumprir todas as disposições de proteção aos direitos humanos nela elencadas, mesmo aquelas que estejam na órbita de competência das unidades federadas desse Estado.
D) Essa convenção admite a sua própria suspensão in totum em caso de guerra, perigo público ou outra emergência que ameace a independência ou segurança do Estado-parte.
E) Segundo essa convenção, a suspensão de garantias nela previstas prescinde de qualquer comunicação aos Estados- partes do acordo.

58- Acerca da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH), Julgue os itens seguintes.
A CADH admite a possibilidade de asilo, em território estrangeiro, de pessoa que cometa crime comum não vinculado à atividade política.
CERTO ERRADO

59- Sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica).
Apesar de consagrar o direito à vida, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos prevê que a aplicação da pena de morte, para os países que a adotam, pode ser aplicada aos delitos mais graves, incluindo os delitos políticos.
CERTO ERRADO

60- Sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica).
A usura deve ser reprimida pela lei, de acordo com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos.
CERTO ERRADO

PROFESSOR JUNIOR TAVARES

➔ **PENAL PARTE GERAL**

61- "Quando a ação dirigida à realização de um tipo penal não pode, por razões objetivo-reais ou jurídicas, alcançar a consumação, quer devido à inidoneidade do meio, quer devido à impropriedade do objeto". Trata-se de:
A) Delito putativo.
B) Crime improbitivo.
C) Delito absoluto.
D) Crime impossível.
E) Infração inversa.

62- Madruga, num momento de destempero, atinge Joca com uma facada no tórax, mas, imediatamente, recupera o equilíbrio e socorre Joca, garantindo que ele tivesse pronto atendimento e se recuperasse das lesões. Nesse eventual contexto, configurar-se-á, segundo a doutrina e o código penal, a hipótese de
A) Crime tentado, respondendo Madruga pela tentativa de homicídio.
B) Desistência voluntária, respondendo Madruga pelos atos já praticados.
C) Arrependimento posterior, configurando-se, para Madruga, causa de diminuição de pena.
D) Arrependimento eficaz, respondendo Madruga pelos atos já praticados.

63- O arrependimento eficaz
A) Configura-se quando a execução do crime é interrompida pela vontade do agente.
B) Dá-se após a execução, mas antes da consumação do crime.
C) Decorre da interrupção casuística do iter criminis.
D) É causa inominada de exclusão da ilicitude.
E) Exige que a manifestação do autor do crime seja posterior à consumação do delito.

64- Fulano, querendo matar Beltrano, efetua um disparo de revólver contra este, mas erra o alvo, vindo a atingir Sicrano, ferindo este último levemente no braço. Nessa situação hipotética, conforme legislação aplicável ao caso, Fulano deverá responder por
A) Homicídio tentado contra Sicrano.
B) Homicídio tentado contra Beltrano.
C) Lesões corporais leves contra Sicrano.
D) Lesões corporais culposas contra Sicrano.

65- Quando o agente, em crime cometido sem violência ou grave ameaça à pessoa, repara voluntariamente o dano até o recebimento da denúncia, ocorre:
A) Arrependimento eficaz.
B) Arrependimento posterior.
C) Crime impossível.
D) Desistência voluntária.
E) Tentativa.

66- Diz-se crime tentado quando
A) Ele não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente, após iniciada a execução.
B) Impossível de se consumar em razão da ineficácia absoluta do meio ou da absoluta impropriedade do objeto.
C) O agente, por ato voluntário, até o recebimento da denúncia ou da queixa, repara o dano ou restitui a coisa.
D) O agente desiste, de forma voluntária, de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza.
E) O agente dá causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia.

67- Em dificuldades financeiras, Ana ingressa, com autorização da proprietária do imóvel, na residência vizinha àquela em que trabalhava com o objetivo de subtrair uma quantia de dinheiro em espécie, simulando para tanto que precisava de uma quantidade de açúcar que estaria em falta. Após ingressar no imóvel e mexer na gaveta do quarto, vê pela janela aquela que é sua chefe e pensa na decepção que lhe causaria, razão pela qual decide deixar o local sem nada subtrair. Ocorre que as câmeras de segurança flagraram o comportamento de Ana, sendo as imagens encaminhadas para a Delegacia de Polícia.
Nesse caso, a conduta de Ana:
A) Configura crime de tentativa de furto em razão do arrependimento posterior;

B) Configura crime de tentativa de furto em razão do arrependimento eficaz;
C) Configura crime de tentativa de furto em razão da desistência voluntária;
D) Não configura crime em razão da desistência voluntária;
E) Não configura crime em razão do arrependimento eficaz.

68- Não existe desistência voluntária no caso de agente que desiste de prosseguir com os atos de execução por conselho de seu advogado, já que ausente a voluntariedade.
CERTO ERRADO

69- O arrependimento posterior tem natureza jurídica de causa de exclusão da tipicidade, desde que restituída a coisa ou reparado o dano nos crimes praticados sem violência ou grave ameaça até o recebimento da denúncia ou queixa.
CERTO ERRADO

70- Leia as afirmações abaixo e, ao final, indique a alternativa CORRETA:

I. O crime somente se consuma quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal.
II. O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução do crime não responde pelos atos já praticados.
III. A tentativa não é punível quando o crime não se consuma por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto.
IV. O erro sobre a identidade da pessoa contra a qual o crime é praticado isenta de pena o agente, se o erro é inevitável.

A) Apenas as afirmações III e IV estão certas.
B) Apenas as afirmações I e II estão certas.
C) Apenas as afirmações I e III estão certas.
D) Apenas as afirmações II e IV estão certas.

71- Quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impraticável consumar-se o crime, configura-se o instituto

A) Da tentativa.
B) Do arrependimento eficaz.
C) Da desistência voluntária.
D) Do arrependimento posterior.
E) Do crime impossível.

72- Caio tem um desafeto a quem sempre faz ameaças de morte. O último encontro foi num bar. Caio observou que havia um revólver com seis munições sobre uma mesa e aproveitou para concretizar o desejo de matar seu oponente. Anunciou que iria matar seu desafeto PEDRO, efetuando um disparo na sua perna. Neste momento PEDRO suplica por sua vida. Caio, sensível ao apelo da vítima, desiste de continuar disparando, afirma que não iria mais matar o rival e deixa a arma em cima da mesa. Em seguida, se retira do local. Com relação aos fatos descritos indique a alternativa CORRETA.
A)Caio deve ser condenado por tentativa de homicídio.
B) Caio não deve responder por qualquer crime.
C) Há apenas o crime de ameaça a ser apurado.
D) Caio responde por tentativa de homicídio e ameaça.
E) Caio deve responder por lesão corporal.

73- O arrependimento posterior incide apenas nos crimes patrimoniais e sua caracterização depende da existência de voluntariedade e espontaneidade do agente.
CERTO ERRADO

74- João, funcionário público de determinado cartório de Tribunal de Justiça, após apropriar-se de objeto que tinha a posse em razão do cargo que ocupava, é convencido por sua esposa a devolvê-lo no dia seguinte, o que vem a fazer, comunicando o fato ao seu superior, que adota as medidas penais pertinentes.
Diante desse quadro, é correto afirmar que:

A)Houve arrependimento eficaz, sendo o comportamento de João penalmente impunível;

B) Houve desistência voluntária, sendo o comportamento de João penalmente impunível;
C)Deverá João responder pelo crime de peculato tentado;
D)Deverá João responder pelo crime de peculato consumado, com a redução de pena pelo arrependimento posterior;
E)Deverá João responder pelo crime de peculato consumado, sem qualquer redução de pena.

75- É admissível a incidência do arrependimento eficaz nos crimes perpetrados com violência ou grave ameaça.
CERTO ERRADO

76- João decide agredir fisicamente Pedro, seu desafeto, provocando-lhe vários ferimentos. Porém, durante a luta corporal, João resolve matar Pedro, realizando um disparo de arma de fogo contra a vítima, sem contudo, conseguir atingi-lo. A polícia é acionada, separando os contendores. Diante do caso hipotético, João responderá
A) Apenas por lesões corporais.
B) Apenas por tentativa de homicídio.
C) Por rixa e disparo de arma de fogo.
D) Por lesões corporais consumadas e disparo de arma de fogo.
E) Por lesões corporais consumadas e homicídio tentado.

77- De acordo com o Código Penal, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída
A) De um a dois terços.
B) De um a três quintos.
C) Da metade.
D) De um a dois quintos.
E) De um sexto.

78- O crime impossível é tentativa impunível.
CERTO ERRADO

79- No que tange ao conceito de crime, nos termos do Código Penal brasileiro, é CORRETO afirmar:
A) A tentativa é punida mesmo quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.
B) A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado.
C) Considera-se crime tentado quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal.
D) O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, responde nas mesmas penas aplicáveis ao crime consumado.

80- No que se refere a crime consumado e a crime tentado, assinale a opção correta.
A) No iter criminis, a aquisição de uma corda a ser utilizada para amarrar a vítima que se pretende sequestrar é ato executório do crime de sequestro.
B) Os atos preparatórios de um crime de homicídio, a ser executado com o emprego de arma de fogo que possui a numeração raspada, não caracterizam a tentativa e não podem constituir crime autônomo.
C) Situação hipotética: Policiais surpreenderam João portando uma chave-mestra enquanto circulava próximo a uma loja no interior de um shopping center em atitude suspeita. Assertiva: Nesse caso, João responderá por tentativa de furto, pois, devido ao porte da chave-mestra, os policiais puderam inferir que ele pretendia furtar um veículo no estacionamento.
D) Situação hipotética: José deu seis tiros em seu desafeto, que foi socorrido e sobreviveu, por circunstâncias alheias à vontade de José. Assertiva: Nesse caso, está configurada a tentativa imperfeita.
E) Situação hipotética: Maria entrou em uma loja de cosméticos e furtou um frasco de creme hidratante, em um momento de descuido da vendedora. Assertiva: Nesse caso, a consumação do crime ocorreu com a mera detenção do bem subtraído.

➔ PENAL PARTE ESPECIAL

81- João e Maria, com 18 e 13 anos de idade, respectivamente, iniciaram relacionamento amoroso que culminou em relações sexuais consensuais. Inconformado com o

fato, o pai de Maria procura a autoridade policial e solicita a instauração de inquérito policial contra João por entender que sua filha está sendo vítima de abuso sexual. No âmbito do direito penal,

A) João praticou o crime de satisfação de lascívia contra pessoa menor de 14 anos.

B) A existência de relacionamento amoroso entre o casal torna a conduta de João atípica.

C) O consentimento de Maria à conjunção carnal torna o crime de estupro impossível.

D) Comprovado que Maria tinha experiência sexual anterior, João praticou o crime de estupro privilegiado.

E) João praticou o crime de estupro de vulnerável.

82- No que concerne aos crimes contra a dignidade sexual, é correto afirmar que

A) Dadas as condições de evolução social, não se pune atualmente a violação sexual mediante fraude e nem a sedução.

B) O crime de favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de maiores de 18 anos não-vulneráveis só é punido se o agente tem intuito de lucro.

C) O crime de assédio sexual, por expressa disposição legal fruto de ativismo jurídico, é punido mais gravemente se cometido por homem contra mulher do que vice-versa.

D) É fato típico induzir menor de 14 (quatorze) anos a presenciar ato libidinoso diverso da conjunção carnal, a fim de satisfazer lascívia própria.

E) Apenas pessoas dignas são objeto de proteção penal, excluídas as pessoas que voluntariamente se entregam à má vida ou a práticas sexuais promíscuas.

83- Ato sexual praticado por maior de idade com menor de quatorze anos de idade não configura estupro de vulnerável se tiver havido consentimento da parte menor

CERTO ERRADO

84- Toques e apalpações fugazes nos seios e na genitália da vítima são atitudes insuficientes para configurar o tipo de estupro de vulnerável.

CERTO ERRADO

85- O crime de estupro de vulnerável, tipificado no art. 217-A, do Código Penal, prevê a pena em abstrato de oito a quinze anos de reclusão para aquele que tiver conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de catorze anos. De acordo com o entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como pelo que estabelece a legislação,

A) A existência de relacionamento amoroso da vítima com o agente é hipótese de excludente de antijuridicidade do crime em questão.

B) O consentimento da vítima para a prática do ato afasta o caráter delitivo do crime, constituindo causa de excludente de ilicitude.

C) A experiência sexual anterior da vítima é relevante para a tipificação do delito.

D) Incorre na mesma pena quem pratica as ações descritas no caput do art. 217-A com alguém que, por enfermidade, não tem o necessário discernimento para a prática do ato.

E) O referido crime não está elencado na Lei no 8.072/1990 como hediondo.

86- Com relação ao crime de estupro, considera-se vulnerável a vítima

A)Que morre em consequência da violência sexual.

B)Que pratica o ato sexual mediante fraude ou dissimulação.

C)Mentalmente enferma, sem discernimento para o ato sexual.

D)Com quatorze anos de idade completos.

E) Com até dezoito anos de idade.

87- No crime de estupro, exige-se da vítima retidão moral, não caracterizando constrangimento ilegal a prática do ato contra prostituta, ou pessoa que de qualquer modo utilize a relação sexual como modo de vida.

CERTO ERRADO

88- O ato de manter relações sexuais, mediante violência ou grave ameaça,

com pessoa maior de quatorze e menor de dezoito anos de idade caracteriza estupro de vulnerável, em virtude dos efeitos mais gravosos aos adolescentes.
CERTO ERRADO

89- O consentimento da vítima, maior e capaz, obtido por meio de constrangimento praticado em face de grave ameaça perpetrado pelo autor, não afasta a tipicidade formal do crime de estupro.
CERTO ERRADO

90- A mídia noticiou que um médico endoscopista foi flagrado em sua clínica tendo relação sexual com uma paciente de 35 anos enquanto ela estava sob efeito do sedativo utilizado para o exame de endoscopia digestiva alta. Desse modo, o médico foi acusado de ter cometido crime de
A) Estupro.
B) Atentado violento do pudor.
C) Estupro de vulnerável.
D) Sedução.
E) Assédio sexual.

91- O crime de estupro de vulnerável (art. 217-Ado CP):
A) Exige que a vítima seja mulher.
B) Pressupõe violência ou grave ameaça como meios executórios.
C) É uma hipótese de lenocínio.
D) É subsidiário ao estupro (art. 213 do CP).
E) Pode ser praticado mediante conjunção carnal ou ato libidinoso diverso.

92- Alaor, consciente sobre todas as circunstâncias do caso concreto, mediante grave ameaça, obrigou Brenda, criança de 12 anos de idade, a masturbá-lo. Alaor praticou crime de:
A) Corrupção de menores.
B) Constrangimento ilegal.
C) Ameaça.
D) Estupro de vulnerável.
E) Estupro.

93- Tício é enfermeiro de uma maternidade, durante a madrugada verificando que uma paciente de 19 anos de idade estava dormindo sob efeito de anestésicos praticou conjunção carnal com a mesma. Marque a alternativa CORRETA.
A) Praticou o crime de estupro.
B) Praticou o crime de estupro e de violência sexual mediante fraude.
C) Praticou o crime de estupro de vulnerável que também é considerado hediondo.
D) Praticou o crime de estupro que também é considerado hediondo.
E) Caso seja condenado por crime hediondo terá direito a progressão após o cumprimento de 2/5 (dois quintos) se for reincidente.

94- Glória, de 25 anos, foi contratada por determinada instituição privada de ensino para ser professora da turma do 2º ano do ensino fundamental.
O diretor da escola, superior de Glória, fica encantado pela beleza da nova contratada e, em determinada data, no interior da sala da direção, constrange-a a praticar ato sexual, sob o argumento de que todas as professoras devem o seu trabalho na escola a ele, que as contratou. Glória, não querendo perder seu emprego, cede ao constrangimento. Considerando a situação narrada, é corretor afirmar que a conduta do diretor da escola

A) É atípica.
B) Configura crime de assédio sexual.
C) Configura crime de atentado violento ao pudor.
D) Configura crime de estupro.
E) Configura crime de constrangimento ilegal.

95- **Constranger alguém à prática de conjunção carnal e outros atos libidinosos, no mesmo contexto fático e contra a mesma vítima, configura crime único.**
CERTO ERRADO

96- Cometerá o crime de estupro a mulher que constranger homem, mediante grave ameaça, a com ela praticar conjunção carnal.
CERTO ERRADO

97- De acordo com a Lei nº 12015/2009, que alterou o Código

Penal na parte relacionada aos crimes sexuais, marque a alternativa que apresenta uma circunstância em que a pena NÃO é aumentada.

A) Quando o crime é cometido com o concurso de 2 (duas) ou mais pessoas.
B) Se o agente possuir estreito grau de parentesco natural ou civil com a vítima
C) Se do crime resultar gravidez
D) Se o agente transmitir à vítima doença sexualmente transmissível de que sabe ou deveria saber ser portador.
E) Quando o crime é cometido com o fim de obter favorecimento pessoal.

98- Uma mulher de 30 anos de idade atrai para o seu apartamento, seu vizinho de 13 anos que, apesar da idade, apresenta porte físico bem desenvolvido. Após convencê-lo de que vai manter sigilo, pratica conjunção carnal com o mesmo. Trata-se de um crime de:

A) Estupro
B) Violação sexual mediante fraude.
C) Corrupção de menor.
D) Estupro de vulnerável
E) Assédio sexual.

99- "X", em um cinema, durante a exibição de um filme que continha cenas de sexo, é flagrado por policiais expondo e manipulando sua genitália. Tal conduta, em tese,

A) Tipifica o crime de mediação para satisfazer a lascívia de outrem.
B) Tipifica o crime de ato obsceno.
C) Tipifica o crime de favorecimento da prostituição.
D) Não tipifica crime algum, em razão da existência de excludente de ilicitude.
E) Não tipifica crime algum, uma vez que "X" estava em local apropriado para a prática desse tipo de conduta.

100- Aquele que constrange alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso, comete

A) Estupro.
B) Atentado violento ao pudor.
C) Violência sexual forçada.
D) Assédio sexual.
E) Satisfação de lascívia.

"Não seja arrastado por seus problemas. Seja guiado por seus SONHOS."

PROFESSOR
JUNIOR TAVARES

GABARITO RODADA 04

ADMINISTRATIVO

1- B	2- C	3- D	4- C	5- A
6- A	7- B	8- C	9- CERTO	10- ERRADO
11- D	12- A	13- B	14- B	15- ERRADO
16- D	17- A	18- B	19- C	20- A

CONSTITUCIONAL

21- C	22- B	23- ERRADO	24- A	25- B
26- A	27- B	28- E	29- B	30- C
31- C	32- B	33- E	34- A	35- C
36- A	37- C	38- C	39- B	40- D

DIREITOS HUMANOS

41- B	42- E	43- B	44- D	45- C
46- E	47- C	48- D	49- B	50- ERRADO
51- ERRADO	52- ERRADO	53-CERTO	54- C	55- E
56-B	57- A	58- ERRADO	59- ERRADO	60- CERTO

DIREITO PENAL- PARTE GERAL

61- D	62- D	63- B	64- B	65- B
66- A	67- D	68- ERRADO	69- ERRADO	70- C
71- E	72- E	73- ERRADO	74- D	75- CERTO
76- B	77- A	78- CERTO	79- B	80- E

DIREITO PENAL – PARTE ESPECIAL

81- E	82- D	83- ERRADO	84- ERRADO	85- D
86- C	87- ERRADO	88- ERRADO	89- CERTO	90- C
91- E	92- D	93- C	94- B	95- CERTO
96- CERTO	97- E	98- D	99- B	100- A

PROFESSOR JUNIOR TAVARES

QUESTÕES RODADA 05

➔ CONSTITUCIONAL

01- Cabe mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e das liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
CERTO ERRADO

02- Nos termos da Constituição Federal, sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade, poderá impetrar:
A) Habeas data.
B) Mandado de segurança.
C) Habeas corpus.
D) Mandado de injunção.
E) Ação popular.

03- São gratuitas as ações de habeas corpus, habeas data e mandado de segurança, bem como, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.
CERTO ERRADO

04- Conforme dispõe expressamente o texto constitucional, são gratuitas as ações de
A) Mandado de segurança e mandado de segurança coletivo.
B) Mandado de segurança e habeas corpus.
C) Mandado de segurança e habeas data.
D) Habeas corpus e mandado de injunção.
E) Habeas corpus e habeas data.

05- São catalogadas como garantias constitucionais expressas:
A) Habeas corpus coletivo e ação civil pública.
B) Habeas data e mandado de injunção.
C) Mandado de injunção e ação de improbidade.
D) Habeas corpus e ação de desapropriação para reforma agrária.
E) Ação civil pública e mandado de injunção

06- Jorge, cidadão brasileiro com dezoito anos de idade, deseja tomar medida jurídica, sob o fundamento de que determinada prerrogativa inerente a sua cidadania não pode ser usufruída em razão de omissão legislativa na edição de norma regulamentadora de dispositivo constitucional.
Nessa situação hipotética, para buscar tutela jurisdicional, de acordo com o rol de direitos e garantias fundamentais, Jorge deverá valer-se de
A) Habeas data.
B) Mandado de injunção.
C) Mandado de segurança.
D) Ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
E) Ação popular.

07- "Maristeu é brasileiro e reside na cidade do Rio de Janeiro. Recentemente descobriu que uma fábrica de eletrônicos vem, reiteradamente, despejando dejetos e resíduos tóxicos em um córrego." Com o intuito de proteção do meio ambiente, Maristeu poderá propor uma ação popular, desde que
A) Pague as custas processuais.
B) Comprove a condição de cidadão.
C) Denuncie o fato no Ministério Público.
D) O fato seja no bairro de sua residência.

08- De acordo com a Constituição Federal, a ação popular é cabível para anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural. A legitimidade para o ajuizamento dessa ação é
A) Exclusiva da Defensoria Pública.
B) Compartilhada entre o cidadão e o Ministério Público.
C) Compartilhada entre o Ministério Público e a Defensoria Pública.
D) Compartilhada entre o cidadão e a Defensoria Pública.
E) Exclusiva do cidadão.

09- O remédio constitucional que representa, no plano institucional, a

mais expressiva reação jurídica do Estado às instituições que lesem, efetiva ou potencialmente, os direitos de conhecimento de informações relativas à pessoa interessada constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, bem como de retificação de dados e complementação de registros existentes, é o(a)

A) Habeas data.
B) Mandado de segurança.
C) Habeas corpus.
D) Ação popular.
E) Mandado de injunção.

10- Conceder-se-á habeas data para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público. Dessa forma, caso ocorra recusa no fornecimento de certidões ou informações de interesse de terceiros, o remédio próprio constitucional a ser utilizado será o habeas data.

CERTO ERRADO

11- Segundo as disposições do art. 12 da Constituição Federal, são cargos privativos de brasileiros natos, EXCETO o cargo de:

A) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
B) Presidente e Vice-Presidente da República.
C) Oficial das Forças Armadas.
D) Senador.
E) Ministro de Estado da Defesa.

12- De acordo com a Constituição Federal de 1988, quais dos seguintes cargos são privativos de brasileiros natos?

A) Senador, Presidente e Vice-Presidente da República.
B) Oficial das Forças Armadas, Deputado Federal e Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
C) Oficial das Forças Armadas, Ministro do Supremo Tribunal Federal e Ministro de Estado da Defesa.
D) Ministros de Estado, Ministro do Supremo Tribunal Federal e Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
E) Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente do Senado Federal e Presidente das Assembleias Legislativas.

13- De acordo com a Constituição Federal, é privativo de brasileiro nato o cargo de:

A) Ministro de Estado.
B) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
C) Deputado Federal.
D) Carreiras diplomáticas.

14- Nos termos da Constituição Federal, o filho de pais holandeses, nascido durante período em que tanto o pai quanto a mãe estavam temporariamente no Brasil a serviço de empresas privadas, sediadas em seu país de origem, para o qual pais e filho posteriormente retornaram, será considerado

A) Brasileiro nato, estando sujeito à perda da nacionalidade brasileira, no entanto, caso lhe seja imposta a naturalização pela norma estrangeira como condição para permanência no território holandês ou para exercício de direitos civis.
B) Estrangeiro, reconhecendo-se a possibilidade, no entanto, de vir a adquirir a nacionalidade brasileira caso venha a residir no país e opte por esta, a qualquer tempo, depois de atingida a maioridade.
C) Brasileiro nato, podendo inclusive vir a ocupar cargos privativos de brasileiros natos, como os de Presidente da República e Ministro do Supremo Tribunal Federal, exceto na hipótese de aquisição voluntária de outra nacionalidade, caso em que perderá a brasileira.
D) Brasileiro naturalizado, caso resida no Brasil por mais de quinze anos ininterruptos, sem condenação penal, e requeira sua naturalização, que somente será cancelada por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.
E) Brasileiro naturalizado, caso resida no Brasil por um ano ininterrupto e possua idoneidade moral, estando sujeito à extradição, na hipótese de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes, na forma da lei.

15- O brasileiro naturalizado perderá essa condição se, voluntariamente, naturalizar-se por Estado estrangeiro; o brasileiro nato, ao revés, jamais perderá sua nacionalidade, ostentando dupla nacionalidade se vier a naturalizar-se em outro país.
CERTO ERRADO

16- Somente a CF estabelece as distinções possíveis entre brasileiros natos e naturalizados, vedada a discriminação pela lei.
CERTO ERRADO

17- São brasileiros
A) Natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros que estejam a serviço de seu país.
B) Natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que ambos estejam a serviço da República Federativa do Brasil.
C) Natos os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, quando completarem 21 anos, pela nacionalidade brasileira.
D) Naturalizados os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de cinco anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.
E) Naturalizados os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.

18- Peter, filho de cidadãos norte-americanos, nasceu em Alagoas quando seus pais ali estavam em gozo de férias. Após o nascimento, foi para os Estados Unidos da América do Norte e jamais retornou à República Federativa do Brasil.
À luz da sistemática constitucional, Peter:
A) É brasileiro nato;
B) É brasileiro naturalizado;
C) É brasileiro nato, desde que requeira a nova nacionalidade aos 18 anos de idade;
D) É brasileiro naturalizado, se requerer a naturalização aos 18 anos de idade;
E) Não é brasileiro.

19- Richard, brasileiro naturalizado, praticou crime comum após sua naturalização. Tom, também brasileiro naturalizado, teve comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins. Nesse caso e nos termos da Constituição Federal brasileira,
A) Não é admitida a extradição após a naturalização.
B) Apenas Tom será extraditado.
C) Richard e Tom serão extraditados.
D) Apenas Richard será extraditado.
E) Nenhum dos dois será extraditado, independentemente de quando ocorreu a naturalização.

20- Maria, brasileira, estava grávida quando viajou para a Alemanha. Em virtude de complicações de saúde, seu bebê nasceu antes do tempo, quando Maria ainda estava na Alemanha. Considerando apenas os dados apresentados, pode-se afirmar que, nos termos da Constituição Federal, o filho de Maria será considerado
A) Brasileiro nato, bastando que venha a residir na República Federativa do Brasil.
B) Brasileiro nato se Maria estiver, na Alemanha, a serviço da República Federativa do Brasil.
C) Brasileiro nato, bastando que o pai do bebê também seja brasileiro, nato ou naturalizado.
D) Brasileiro naturalizado desde que opte, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
E) Brasileiro nato, pois Maria é brasileira.

➔ ADMINISTRATIVO

21- São pressupostos necessários para a validade dos atos administrativos:

A) Competência e conteúdo econômico.
B) Objeto e atuação disciplinar.
C) Forma e Objeto.
D) Finalidade e meio de autoexecução.
E) Imperatividade e exigibilidade.

22- Os atos administrativos discricionários são passíveis de controle judicial no que concerne
A) Exclusivamente a eventual desvio de finalidade, quando evidenciado que a Administração praticou o ato visando a fim ilícito.
B) Às condições de conveniência e oportunidade para sua prática, com base nos princípios aplicáveis à Administração Pública.
C) Ao seu mérito, avaliando-se a aderência do mesmo ao interesse público que justificou a sua edição e às finalidades colimadas.
D) A vícios de legalidade, o que inclui também a avaliação da inexistência ou falsidade dos motivos declinados pela Administração para a edição do ato.
E) Apenas a vícios de competência, cuja convalidação poderá ser feita, contudo, mediante ratificação administrativa ou judicial.

23- A Administração Pública, ao constatar que um de seus atos foi praticado com desvio de finalidade deverá
A) Provocar o Poder Judiciário para que aquele poder revogue o ato viciado.
B) Provocar o Tribunal de Contas para que aquele órgão declare nulo o ato viciado.
C) Convalidá-lo, mediante provocação.
D) Declará-lo nulo, de ofício.
E) Revogá-lo, de ofício ou mediante provocação.

24- É correto afirmar sobre o ato administrativo.
A) Uma vez emanado pelo agente público legalmente investido na função, o ato somente poderá ser modificado ou anulado pelo poder judiciário.
B) Os motivos expostos como fundamento para a prática do ato administrativo não vinculam o gestor público, que poderá agir de forma discricionária.
C) Quando não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.
D) Consideram-se vinculados os atos praticados com liberdade de escolha de seu conteúdo e de destinatário, sob o aspecto legal da conveniência e da oportunidade.

25- Constitui hipótese de extinção do ato administrativo perfeito e eficaz, com eficácia ex nunc, praticada pela Administração Pública e fundada em razões de interesse público (conveniência e oportunidade):
A) Extinção por cumprimento integral dos seus efeitos.
B) Extinção por esgotamento do conteúdo.
C) Extinção por execução material.
D) Extinção por revogação.
E) Extinção por implemento de condição resolutiva.

26- Conforme dispõe a legislação que regula o processo administrativo, o direito da administração pública de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em:
A) 5 (cinco) anos.
B) 1 (um) ano.
C) 2 (dois) anos.
D) 3 (três) anos.

27- Se um ato administrativo é praticado com fundamento falso, vale dizer, incompatível com a verdade real, impõe-se a extinção do ato administrativo, por meio da
A) Revogação, que poderá ser praticada pela própria Administração, no exercício da autotutela, ou pelo Poder Judiciário, se devidamente provocado.
B) Anulação, que poderá ser praticada somente pela própria Administração.
C) Revogação, que poderá ser praticada somente pela própria Administração.
D) Anulação, que poderá ser praticada pela própria Administração, no

exercício da autotutela, ou pelo Poder Judiciário, se devidamente provocado.
E) Revogação, que poderá ser praticada somente pelo Poder Judiciário.

28- A Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal estabelece que a administração pública poderá _____ seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem _____, porque deles não se originam direitos; ou _____ por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho acima.
A) Revogar – ilegais – anulá-los
B) Anular – ilegais – revogá-los
C) Revogar – inconvenientes – anulá-los
D) Anular – inconvenientes – revogá-los
E) Anular – inoportunos – revogá-los

29- Considerando o entendimento da clássica e majoritária doutrina administrativista, quanto às espécies de atos administrativos, é INCORRETO afirmar que:
A) A instrução normativa pode ser classificada como ato administrativo negocial.
B) O alvará é ato administrativo que formaliza o consentimento da administração pública para o exercício de atividades pelos particulares.
C) O parecer é considerado ato administrativo que exterioriza manifestação técnica de caráter opinativo, salvo previsão legal em contrário.
D) O regimento interno é ato administrativo normativo.
E) As certidões podem ser classificadas como atos administrativos enunciativos.

30- Considere que a administração pública deseje desfazer ato administrativo porque determinado destinatário descumpriu condições obrigatórias para que continuasse a desfrutar de determinada situação jurídica. Nessa situação, a administração deverá adotar a seguinte modalidade de desfazimento do ato:
A) Invalidação.
B) Revogação.
C) Cassação.
D) Convalidação.
E) Ratificação.

31- Determinado prefeito exarou ato administrativo autorizando o uso de bem público em favor de um particular. Pouco tempo depois, lei municipal alterou o plano diretor, no que tange à ocupação do espaço urbano, tendo proibido a destinação de tal bem público à atividade particular.
Nessa situação hipotética, o referido ato administrativo de autorização de uso de bem público extingue-se por
A) Revogação.
B) Anulação.
C) Contraposição.
D) Caducidade.
E) Cassação.

32- Na classificação dos atos administrativos, um critério comum é a formação da vontade, segundo o qual, o ato pode ser simples, complexo ou composto. O ato complexo se apresenta como a conjugação de vontade de dois ou mais órgãos, que se juntam para formar um único ato com um só conteúdo e finalidade.

CERTO ERRADO

33- A doutrina administrativista brasileira aponta que, como regra, os atos administrativos possuem os seguintes atributos, EXCETO a:
A) Competência.
B) Imperatividade.
C) Autoexecutoriedade.
D) Presunção de legitimidade.
E) Tipicidade.

34- O objeto, também denominado conteúdo, corresponde ao efeito imediato que o ato administrativo produz.

CERTO ERRADO

35- Mateus, servidor público federal, removeu o servidor Pedro para localidade extremamente distante e de difícil acesso, no intuito de castigá-lo. Ocorre que Pedro merecia penalidade administrativa por ter cometido infração funcional mas não remoção. No caso narrado, a remoção, por não ser ato de categoria punitiva, apresenta vício de

A) Motivo.
B) Finalidade.
C) Objeto.
D) Forma.
E) Competência.

36- A administração pública pode revogar seus atos por motivos de conveniência ou oportunidade, competindo, no entanto, exclusivamente ao Poder Judiciário a anulação de atos administrativos eivados de vícios de legalidade.

CERTO ERRADO

37- A respeito da classificação do ato administrativo quanto à formação da vontade, podem ser:

A) Individuais, quando possuem destinatários ou casos específicos; ou gerais, quando atingem uma generalidade de pessoas numa situação
B) Imperfeitos, quando não completaram o ciclo de formação; pendentes, sujeitos à condição ou termo; e consumados, que já exauriram seus efeitos
C) Individuais, quando possuem destinatários ou casos específicos; imperfeitos, que não completam um ciclo de formação; ou gerais, quando atingem uma generalidade de pessoas numa situação
D) Simples, quando decorrem da declaração de vontade de um único órgão; complexos, que resultam da conjunção de mais de um órgão cujas vontades se fundem para formar um único ato; ou compostos, com a presença de dois atos, um principal e outro acessório, este como pressuposto ou complemento daquele

38- Assinale a alternativa que indica CORRETAMENTE a qualidade pela qual os atos administrativos dispõem de força executória e se impõem aos particulares, independentemente de sua concordância.

A) Presunção de legitimidade
B) Autoexecutoriedade
C) Exigibilidade
D) Imperatividade
E) Legalidade

39- A imperatividade é atributo indissociável dos atos administrativos.

CERTO ERRADO

40- São requisitos de validade dos atos administrativos; competência, finalidade, forma, motivo e objeto. Sendo que a motivação integra o elemento forma do ato administrativo.

CERTO ERRADO

➔ DIREITOS HUMANOS

41- É correto afirmar que consta,

A) Da Convenção Americana de Direitos Humanos, que as penas privativas de liberdade devem ter por finalidade essencial a reforma e a readaptação social dos condenados.
B) Do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, que a pena de morte não deverá ser imposta em casos de crimes cometidos por pessoas menores de 21 (vinte e um) anos nem aplicada a pessoas em estado de doença grave.
C) Da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que ninguém será submetido a tortura nem a tratamento ou castigo cruel, salvo nas hipóteses de investigação de terrorismo.
D) Da Convenção Americana de Direitos Humanos, que os menores, quando puderem ser processados, devem, se possível, ser separados dos adultos e conduzidos a tribunal especializado.
E) Da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado, exceto nas hipóteses previstas na Constituição.

42- Aceitar petições apresentadas por qualquer pessoa ou grupo de pessoas, que contenham denúncias ou queixas

de violação do Pacto de São José da Costa Rica por um Estado-Parte, é competência específica da(dos):
A) Corte do Pacto de São José da Costa Rica.
B) Corte Interamericana de Direitos Humanos.
C) Assembleia de magistrados ad hoc.
D) Juízes competentes para julgar casos de violação de direitos humanos.
E) Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

43- Assinale a alternativa que contempla afirmativa em consonância com a Convenção Americana de Direitos Humanos.
A) Em nenhum caso pode a pena de morte ser aplicada por delitos políticos, nem por delitos comuns cometidos por menores de 21 anos de idade.
B) Toda pessoa terá direito a obter indenização decorrente de prisão ilegal, salvo por erro judiciário.
C) O preso tem direito de ser assistido por um defensor oferecido pelo Estado, vedado ao acusado se defender ele próprio.
D) O processo penal deve ser público, salvo no que for necessário para preservar os interesses da justiça.
E) Se depois da perpetração do delito a lei dispuser a imposição de pena mais leve, o delinquente não poderá ser por isso beneficiado.

44- Assinale a alternativa que está em harmonia com o disposto no Pacto de San José da Costa Rica.
A) As penas privativas da liberdade devem ter por finalidade essencial a proteção da sociedade contra os indivíduos que representam perigo à população e não demonstram estarem aptos ao convívio social.
B) Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida, sendo este um direito fundamental que deve ser garantido por todos os Estados Partes. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento do nascimento.
C) Os trabalhos ou serviços exigidos do preso em cumprimento de sentença devem ser executados sob vigilância e controle das autoridades públicas, e os que os executarem não devem ser postos à disposição de particulares, companhias ou pessoas jurídicas de caráter privado.
D) Ninguém deve ser detido por dívidas. Este princípio não limita os mandados de autoridade judiciária competente expedidos em virtude de inadimplemento de obrigação alimentar e de depositário infiel.
E) Não deverá haver penas de morte. E, nos países em que a pena de morte não tiver sido abolida, está deverá ser extinta gradualmente, no prazo de até 10 (dez) anos após a adesão ao Pacto pelo Estado Parte.

45- Quanto à posição hierárquica do Pacto de São José da Costa Rica, no ordenamento jurídico brasileiro, segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal — STF —, é correto afirmar que
A) Tem hierarquia equivalente às Emendas Constitucionais.
B) Tem caráter infralegal.
C) Tem caráter supralegal.
D) Tem hierarquia equivalente às Leis Ordinárias.

46- Leia atentamente o seguinte excerto:
“Do ponto de vista técnico-formal, [...] é mera resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, com caráter de recomendação, juridicamente não vinculante. Com isso, os preceitos contidos [...] não seriam, em princípio, obrigatórios, ao menos à luz de um entendimento calcado em noções mais antigas do Direito, de caráter mais formalista e menos ligadas a valores, dentro das quais, a propósito, a proteção da dignidade humana não tinha o destaque de que hoje se reveste”.
O documento relacionado aos direitos humanos, ao qual o texto acima se refere, é denominado
A) Pacto de São José da Costa Rica.
B) Declaração Universal dos Direitos Humanos.
C) Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos.
D) Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

47- Considerando a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, é correto afirmar que:

A) Permite a escravidão

B) Não trata de delitos ou de direitos políticos.

C) O Brasil não é signatário desta Convenção.

D) Estabelece que o direito à reunião não se submete à qualquer restrição.

E) A pena de morte não pode ser restabelecida nos Estados em que tenha sido abolida.

48- A Corte Interamericana de Direitos Humanos é uma instituição judicial autônoma cujo objetivo é aplicar e interpretar a Convenção Americana, exercendo, dentre outras, a função contenciosa, na qual se encontra a resolução de casos contenciosos e o mecanismo de supervisão de sentenças. Para que um caso possa ser submetido à decisão da Corte, é necessário que ele seja apresentado

A) Por um dos Estados-Parte ou pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

B) Pelo próprio interessado ou por uma entidade internacional de direitos humanos devidamente reconhecida como tal pela Corte.

C) Por um Estado-Nação, integrante ou não do Sistema Internacional de Proteção aos Direitos Humanos.

D) Pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos ou por entidade de direitos humanos sediada no país onde o caso ocorreu.

E) Por um dos Estados-Parte, pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, ou pelo interessado ou seus sucessores.

49- Acerca do pacto de São José da Costa Rica, assinale a alternativa correta.

A) Os menores de 18 anos não podem ser processados.

B) São vedados os trabalhos ou serviços normalmente exigidos de pessoa reclusa em cumprimento de sentença ou resolução formal expedida pela autoridade judiciária competente.

C) As penas privativas de liberdade devem ter por finalidade essencial a reforma e a readaptação social dos condenados.

D) Considera-se como trabalho forçado o serviço exigido em casos de perigo ou de calamidade que ameacem a existência ou o bem-estar da comunidade.

E) São proibidas as penas privativas de liberdade acompanhadas de trabalhos forçados, ainda que esses não afetem a dignidade nem a capacidade física e intelectual do recluso.

50- O Decreto Federal n. 678/92, que ratifica a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, estabelece os procedimentos que devem ser seguidos quando da prisão de uma pessoa. Sobre esses procedimentos, analise as afirmativas a seguir.

I. Os processados devem ficar separados dos condenados, salvo em circunstâncias excepcionais, e devem ser submetidos a tratamento adequado à sua condição de pessoa não condenada.

II. As pessoas detentoras de diploma de nível superior devem ficar separadas dos presos com formação inferior.

III. Os menores, quando puderem ser processados, devem ser separados dos adultos e conduzidos a tribunal especializado, com a maior rapidez possível, para seu tratamento.

Assinale:

A) Se somente a afirmativa I estiver correta.

B) Se somente a afirmativa II estiver correta.

C) Se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

D) Se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

E) Se todas as afirmativas estiverem corretas.

51- Toda pessoa tem o direito de buscar e receber asilo em território estrangeiro, em caso de perseguição por delitos políticos ou comuns conexos com delitos políticos, de acordo com a legislação de cada

Estado e as convenções internacionais.

CERTO ERRADO

52- Considerando o disposto expressamente no Pacto Internacional de San José da Costa Rica (Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969), a respeito do direito à vida e do direito à integridade pessoal, é correto afirmar que

A) Os processados devem ficar separados dos condenados, salvo em circunstâncias excepcionais, e devem ser submetidos a tratamento adequado à sua condição de pessoas não condenadas.

B) Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida, e o direito de ser protegido pela lei, em geral, desde o momento do seu nascimento.

C) Todos os países estão proibidos de adotar a pena de morte e aqueles que já a adotem devem aboli-la de imediato.

D) É vedada pelos Estados a adoção da pena de prisão perpétua, exceto para casos de crimes hediondos.

E) A pena de trabalhos forçados será vedada unicamente a menores de vinte e um anos e a maiores de setenta anos.

53- É assegurado a qualquer pessoa apresentar à Comissão Interamericana de Direitos Humanos petições que contenham denúncias ou queixas de violação da CADH por um Estado-parte.

CERTO ERRADO

54- Somente os Estados-partes e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos têm o direito de submeter um caso à decisão da Corte Internacional de Direitos Humanos.

CERTO ERRADO

55- Considerando os direitos consagrados no Pacto de São José da Costa Rica, ao qual o Brasil subscreveu, marque a opção correta.

A) O Pacto expressa que o direito à vida ocorre após a 12a semana de gestação.

B) O Pacto expressa que é cabível a prisão do depositário infiel.

C) O Pacto expressa que é cabível a pena de morte nos casos do cometimento de delitos políticos, quando graves.

D) O Pacto expressa que a confissão não pode ser adotada como meio de prova.

E) O Pacto expressa o impedimento de os Estados signatários abolirem a ação do Habeas Corpus de suas legislações.

56- **Em casos que envolvam a prática de tortura sistemática, a Convenção Americana de Direitos Humanos permite o acesso direto do indivíduo à Corte Interamericana de Direitos Humanos.**

CERTO ERRADO

57- De acordo com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, assinale a opção incorreta.

A) Os processados devem ficar separados dos condenados, salvo em circunstâncias excepcionais, e submetem-se a tratamento adequado à sua condição de pessoas não-condenadas.

B) Toda pessoa detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou de outra autoridade autorizada pela lei a exercer funções judiciais e tem direito a ser julgada dentro de prazo razoável ou a ser posta em liberdade, sem prejuízo de que prossiga o processo. A sua liberdade pode ser condicionada a garantias que asseverem o seu comparecimento em juízo.

C) A liberdade de manifestar a própria religião e as próprias crenças está sujeita tão-somente às limitações prescritas pela lei, e que sejam necessárias para proteger a segurança, a ordem, a saúde ou a moral públicas ou os direitos ou as liberdades das demais pessoas.

D) Toda pessoa atingida por informações inexatas ou ofensivas emitidas em seu prejuízo por meios de difusão legalmente regulamentados e que se dirijam ao público em geral tem direito a fazer, pelo mesmo órgão de difusão, sua retificação ou sua resposta, nas condições estabelecidas pela lei.

E) Constituem trabalhos forçados os trabalhos ou os serviços normalmente exigidos de pessoa reclusa para cumprimento de sentença.

58- O Pacto de San José da Costa Rica garante direitos políticos e oportunidades de participação política ao cidadão. Segundo esse instrumento jurídico, o exercício de tais direitos e oportunidades poderá ser regulado pela lei, exceto por motivo de

A) Instrução.
B) Residência.
C) Idioma.
D) Capacidade intelectual.

59- toda pessoa detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou outra autoridade autorizada pela lei a exercer funções judiciais e tem direito a ser posta em liberdade, sem prejuízo de que prossiga o processo, não podendo sua liberdade ser condicionada a garantias.

CERTO ERRADO

60- ninguém pode ser privado de sua liberdade física, salvo pelas causas e nas condições previamente fixadas pelas constituições políticas dos Estados Partes ou pelas leis de acordo com elas promulgadas.

CERTO ERRADO

➔ PENAL PARTE GERAL

61- À luz do que dispõe o Ordenamento Penal brasileiro,

A) O agente que desiste de forma voluntária de prosseguir na execução do crime, ou impede que o resultado se produza, terá sua pena reduzida de um a dois terços.
B) O arrependimento posterior, nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, deve ocorrer até o oferecimento da denúncia ou da queixa.
C) Não há crime, quando a preparação do flagrante pela polícia torna impossível a sua consumação.
D) Crime impossível é aquele em que o agente, embora tenha praticado todos os atos executórios à sua disposição, não consegue consumar o crime por circunstâncias alheias à sua vontade.
E) Diz-se crime culposo, quando o agente assumiu o risco de produzi-lo.

62- Considerando que o Código Penal brasileiro considera o crime consumado quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal, assinale a alternativa correta.

A) O crime tentado é considerado contravenção penal.
B) O crime tentado é considerado infração administrativa.
C) Ninguém pode ser punido por crime tentado, senão quando o pratica culposamente.
D) O crime tentado é punido com a pena do crime consumado, porém diminuída, salvo disposição em sentido contrário.

63- Cristiano, maior e capaz, roubou, mediante emprego de arma de fogo, a bicicleta de um adolescente, tendo-o ameaçado gravemente. Perseguido, Cristiano foi preso, confessou o crime e voluntariamente restituiu a coisa roubada. Nessa situação, a restituição do bem não assegura a Cristiano a redução de um a dois terços da pena, pois o crime foi cometido com grave ameaça à pessoa.

CERTO ERRADO

64- "Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços." Trata-se da definição legal

A) Da exclusão da ilicitude.
B) Da exclusão da culpabilidade.
C) Da desistência voluntária.
D) Do arrependimento eficaz.
E) Do arrependimento posterior.

65- Adalberto decidiu matar seu cunhado em face das constantes desavenças, especialmente financeiras, pois eram sócios em uma empresa e estavam passando por dificuldades. Preparou seu revólver e se dirigiu até a sala que dividiam na empresa. Parou de fronte ao inimigo e

apontou a arma em sua direção, mas antes de acionar o gatilho foi impedido pela secretária que, ao ver a sombra pela porta, decidiu intervir e impedir o disparo. Em face do ocorrido, pode-se afirmar que Adalberto poderá responder por

A) Constrangimento ilegal.
B) Tentativa de homicídio.
C) Tentativa de lesão corporal.
D) Fato atípico.
E) Arrependimento eficaz.

66- João integra conhecida organização criminosa de âmbito nacional especializada em tráfico de drogas e lavagem de dinheiro. Com o objetivo de tornar legal o dinheiro obtido ilicitamente, ele convenceu Pedro e Jorge, conselheiros fiscais de uma cooperativa de mineradores que atuam na região Norte do país, a modificar valores obtidos em uma mina de ouro. Pedro, sem conhecer a fundo a origem dos valores, concordou em fazer a transação. Antes de concluí-la, entretanto, ele desistiu da ação, e tentou convencer Jorge a fazer o mesmo. Tendo Jorge decidido prosseguir no esquema, Pedro, então, fez uma denúncia sigilosa à polícia, que passou a investigar o fato e reuniu elementos necessários ao indiciamento dos envolvidos. Antes que concretizasse a ação final de registro de valores, Jorge foi impedido pela polícia, que o prendeu em flagrante.
Acerca dessa situação hipotética, julgue o item subsequente.

Pedro será punido com pena atenuada em virtude de arrependimento eficaz, e Jorge será punido por crime tentado.

CERTO ERRADO

67- Com relação à tentativa, à desistência voluntária e ao arrependimento, assinale a opção correta.

A) No arrependimento eficaz, o agente interrompe a execução do crime; na desistência voluntária, o resultado é impedido após o agente ter praticado todos os atos.
B) O arrependimento posterior pode ser aplicado aos crimes cometidos com violência ou grave ameaça.
C) Em se tratando de tentativa branca ou incruenta, a vítima não é atingida e não sofre ferimentos; se tratar-se de tentativa cruenta, a vítima é atingida e é lesionada.
D) A diferença entre a tentativa e a tentativa abandonada é que, no primeiro caso, o agente diz “eu consigo, mas não quero” e, no segundo, o agente diz “eu quero, mas não consigo”.
E) A desistência voluntária e a tentativa abandonada são espécies de arrependimento eficaz.

68- Édipo, irritado com as constantes festas que seu vizinho Laio promove à noite, atrapalhando seu descanso, resolve procurá-lo a fim de resolver definitivamente a situação. Para tanto, arma-se de uma espingarda e se dirige à casa de Laio, vindo a encontrá-lo distraído. Ato contínuo, aponta a arma em sua direção a fim de efetuar um disparo contra sua cabeça. Contudo, Jocasta, que, por coincidência, havia acabado de chegar ao local, surpreende e consegue impedir Édipo de seu intento, retirando-lhe a arma de sua mão, evitando, assim, o disparo fatal. A conduta de Édipo, para o Direito Penal, pode ser enquadrada no ordenamento jurídico como

A) Arrependimento posterior.
B) Desistência voluntária.
C) Crime tentado.
D) Circunstância atenuante.
E) Arrependimento eficaz.

69- Os itens abaixo dizem respeito à figura da tentativa em Direito Penal. Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.
I. Tentativa branca é aquela que ocorre quando o agente, embora tendo empregado os meios ao seu alcance, não consegue atingir a coisa ou a pessoa.
II. Constitui-se como sendo o único elemento constituidor da tentativa a interrupção da execução por circunstâncias alheias à vontade do agente.
III. Nos crimes preterdolosos não se admite a tentativa.

IV- A pena por crimes tentados é a mesma do consumado, mas diminuída em ¼ (um quarto).
Assinale a alternativa correta.

A) Apenas I e II estão corretos
B) Apenas II e IV estão corretos
C) Apenas I e III estão corretos
D) Apenas II e III estão incorretos
E) I, II, III e IV estão incorretos

70- Complete corretamente as frases abaixo assinalando a alternativa correta.
I- Configura-se o crime _____, quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal.
II- Configura-se o crime _____, quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo.
III- Configura o crime _____, quando por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, a finalização e consumação do ato típico, antijurídico e culpável é afetada.
IV- Configura – se o crime _____, quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia.

A) I. Doloso; II. Culposo. III. impossível; IV. Consumado
B) I. Consumado; II. Doloso; III. Impossível; IV. Culposo
C) I. Impossível; II. Consumado; III. Culposo; IV. Doloso
D)I. Culposo, II. Impossível, III. Doloso; IV. Consumado

71- Associe corretamente os blocos abaixo.
Nos termos da legislação penal vigente há:

I- crime tentado.
II- desistência voluntária e arrependimento eficaz.
III- arrependimento posterior.
IV- crime impossível.

( ) quando o agente esgota todos os meios de que dispõe para consumar a infração penal e se arrepende impedindo que o resultado ocorra, responde somente pelos atos praticados.
( ) quando o agente objetiva praticar determinado crime não alcança sua meta por ineficácia absoluta do meio empregado ou impropriedade absoluta do objeto.
( ) quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.
( ) quando os atos cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, por ato voluntário, o agente repara o dano ou restitui a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa.
Assinale a sequência correta:
A)II, IV, I, III.
B) III, I, IV, II.
C) II, IV, III, I.
D) I, III, II, IV.

72- Em se tratando do delito de furto, havendo subsequente arrependimento do agente e devolução voluntária da res substracta antes do oferecimento da denúncia, fica caracterizado o arrependimento eficaz, devendo a pena, nesse caso, ser reduzida de um a dois terços.
CERTO ERRADO

73- Se a preparação de flagrante pela polícia impedir a consumação do crime, estará caracterizado crime impossível.
CERTO ERRADO

74- No arrependimento posterior, o agente busca atenuar os efeitos da sua conduta, sendo, portanto, causa geral de diminuição de pena. Sobre esse instituto, assinale a alternativa correta.
A) A grave ameaça não o tipifica.
B) Pode ocorrer em crime cometido com violência, desde que o agente se retrate até a sentença.
C) O dano não precisa ser reparado quando o crime foi sem violência.
D) Deve operar-se até o recebimento da denúncia ou queixa.

75- São elementos da tentativa:
A) Início de execução do tipo penal; falta de consumação por circunstâncias

alheias à vontade do agente; dolo e culpa.
B) Início de execução do tipo penal; falta de consumação por circunstâncias alheias à vontade do agente; dolo.
C) Início de execução do tipo penal; falta de consumação por circunstâncias alheias à vontade do agente; culpa consciente.
D) Atos preparatórios; Início de execução do tipo penal; falta de consumação por circunstâncias alheias à vontade do agente; dolo e culpa.
E) Atos preparatórios; Início de execução do tipo penal; falta de consumação por circunstâncias alheias à vontade do agente; dolo.

76- Quanto às fases de realização da infração penal e à tentativa, assinale a alternativa correta.
A) Os crimes tentados podem ter a mesma pena dos crimes consumados, a depender do grau alcançado no iter criminis.
B) Tentativa abandonada ou qualificada ocorre quando há interrupção do processo executório em razão de o agente não praticar todos os atos de execução do crime por circunstâncias alheias à sua vontade.
C) No que diz respeito às fases do iter criminis, o auxílio à prática de crime, salvo determinação expressa em contrário, não é punível se o crime não chegar a ser, ao menos, tentado.
D) Os crimes omissivos, sejam próprios ou impróprios, não admitem tentativa.
E) Tentativa incruenta é aquela em que o agente, arrependendo-se posteriormente, pratica atos para evitar que o crime venha a se consumar.

77- "O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados". Tal hipótese refere-se:
A) Ao crime preterdoloso.
B) Ao crime consumado.
C) À tentativa branca.
D) Ao crime impossível
E) A desistência voluntária e arrependimento eficaz

78- Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de
A) Um a dois terços
B) Um sexto a um terço.
C) Um terço à metade.
D) Metade a dois terços.
E) Um sexto à metade.

79- Configura-se tentativa incruenta no caso de o agente não conseguir atingir a pessoa ou a coisa contra a qual deveria recair sua conduta.
CERTO ERRADO

80- Configura-se a desistência voluntária ainda que não tenha partido espontaneamente do agente a ideia de abandonar o propósito criminoso, com o resultado de deixar de prosseguir na execução do crime.
CERTO ERRADO

➔ PENAL PARTE ESPECIAL

81- Conforme o Código Penal constitui crime de associação criminosa. A associação de 4 ou mais pessoas, para o fim especifico de cometer crimes.
CERTO ERRADO

82- No delito de associação criminosa a pena será majorada se a associação for armada ou se houver a participação de criança ou adolescente
CERTO ERRADO

83- Associarem-se 3 ou mais pessoas, para o fim especifico de cometer crimes, configura o crime de associação criminosa previsto no artigo 288 do Código Penal.
CERTO ERRADO

84- Sobre o crime de associação criminosa é correto afirmar que
A) Demanda a associação de 4 ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas com o objetivo de praticar crimes.
B) Exige a demonstração do elemento subjetivo especial consistente

no ajuste prévio entre os membros com a finalidade específica de cometer crimes indeterminados.
C) Tem caráter hediondo, a despeito de ter pena menor do que a associação para o tráfico, que não é equiparado ao hediondo.
D) Exige para sua configuração o concurso de agentes e a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos.
E) Admite a colaboração premiada com redução de até 1/3 da pena, desde que ao menos um agente com cargo político seja delatado.

85- No caso de três ou mais pessoas associarem-se com a intenção de cometer um único assalto a banco, estará configurado o crime de associação criminosa.
CERTO ERRADO

86- No que se refere ao crime de associação criminosa (CP, art. 288), é correto afirmar que
A) A pena é dobrada se a associação é armada.
B) A pena é dobrada se houver a participação de criança ou adolescente.
C) A figura típica apenas se perfaz se ao menos um dos crimes articulados pela associação se concretiza.
D) Se configura mediante a associação de 3 (três) ou mais pessoas para o fim específico de cometer crimes.
E) Apenas pune-se a associação criminosa urbana, pois associação criminosa estabelecida em área rural configura fato atípico.

87- A estabilidade e a permanência nas relações entre os agentes reunidos em conjugação de esforços para a prática reiterada de crimes são essenciais para que se configure a associação criminosa, diferenciando-se essa do simples concurso eventual de pessoas para realizaram uma ação criminosa.
CERTO ERRADO

88- A associação criminosa, denominação atual do antigo crime de quadrilha ou bando, por ser crime material, só se realiza quando mais de três pessoas se reúnem, em caráter estável e permanente, para o cometimento de crimes, consumando-se com a prática efetiva de um delito.
CERTO ERRADO

89- Segundo a nova redação do art. 288 do Código Penal, conferida pela Lei n° 12.850/13, o crime de associação criminosa
A) Deve ter a pena aumentada até o dobro, se houver a participação de criança ou adolescente.
B) Consiste na associação de mais de três pessoas para o fim específico de cometer crimes.
C) Deve ter a pena aumentada até a metade, se houver a participação de criança ou adolescente.
D)Conduz à aplicação da pena em dobro, se a associação é armada.

90- No crime de associação criminosa, incide causa de aumento de pena o fato de a associação ser armada ou haver participação de criança ou de adolescente.
CERTO ERRADO

91- De acordo com a atual redação do artigo 288 do Código Penal, o crime de "associação criminosa" estará configurado quando se associarem:
A) 2 (duas) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes.
B)2 (duas) pessoas, para o fim específico de cometer crimes.
C) De 2 (duas) a 3 (três) pessoas para o fim específico de cometer crimes, somente se disso resulte consumação do crime.
D) 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes.
E)4 (quatro) pessoas, para o fim específico de cometer crimes, ainda que disso não resulte consumação do crime.

92- Aquele que faz, publicamente, apologia de fato criminoso pratica
A) Crime de "incitação ao crime".
B) Crime de "associação criminosa".
C) Crime de "apologia de crime".
D) Fato atípico, em vista de revogação expressa do CP trazida pela ordem constitucional de 1988.
E) Crime de "exercício arbitrário das próprias razões".

93- Em cumprimento a mandado de busca e apreensão em galpão mantido por João, Geraldo e Cleodomir − que inclusive se encontravam em reunião no local quando da ação policial −, foram apreendidos diversos cadernos em que os três preparavam a abertura e a contabilidade de uma central de jogos de azar, bem como panfletos de propaganda das atividades que ali se iniciariam em uma semana, além de mais de 20 máquinas caça-níqueis.
Nesse caso, a conduta dos agentes
A) Configura a prática de formação de quadrilha (art. 288 do CP).
B) Não é penalmente relevante.
C) Configura a prática da contravenção penal de exploração de jogos de azar (art. 50 do Decreto-lei n° 3.688/41)
D) Configura as práticas de formação de quadrilha (art. 288 do CP) e da contravenção penal de exploração de jogos de azar (art. 50 do Decreto-lei n° 3.688/41).
E) Configura a prática da contravenção penal de exploração de jogos de azar (art. 50 do Decreto-lei n° 3.688/41), em sua forma tentada.

94- Antônio e mais três pessoas, todas desempregadas, reuniram-se no intuito de planejar e executar crimes de roubos armados a carros-fortes.
Nessa situação hipotética, a conduta de Antônio
A) Não caracteriza crime de associação criminosa, pois, havendo mais de três agentes, caracteriza-se a organização criminosa, dado o princípio da especialidade.
B) Só poderá ser caracterizada como crime de organização criminosa se a pena máxima prevista pelos delitos praticados for igual ou superior a quatro anos e se estes tiverem caráter transnacional.
C)Configura crime de roubo em concurso de pessoas, em face da associação transitória dos agentes, já que não houve divisão de tarefas nem hierarquia entre eles.
D) Só poderá ser caracterizada como crime de associação criminosa se os outros agentes forem maiores de idade ou praticarem pelo menos um roubo.
E) Configura crime de associação criminosa, ainda que os agentes sejam quatro e a pena máxima prevista para a prática do crime de roubo seja superior a quatro anos.

95- O crime de associação criminosa dispensa estrutura ordenada e divisão de tarefas.
CERTO ERRADO

96- O art. 288 do Código Penal, com a redação dada pela Lei nº 12.805/2013, define o crime de associação criminosa como associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes.
A consumação de tal delito ocorrerá
A) Quando o grupo iniciar suas atividades criminosas.
B) Quando o grupo praticar ao menos dois delitos.
C) Quando, independentemente da prática de qualquer crime é demonstrada apenas a pretensão de habitualidade.
D) Quando o grupo, realizando os atos preparatórios de um único fato criminoso, denota animus socii.

97- No que concerne ao ato de fazer apologia a crime ou criminoso, descrito na legislação penal, nos termos: "Fazer, publicamente, apologia de fato criminoso ou de autor de crime", é correto afirmar que
A) A tentativa é teoricamente possível, desde que o meio de fazer apologia não seja o oral.
B) Se trata de contravenção penal.
C) Se trata de crime conta a incolumidade pública.
D) Se trata de crime próprio.
E) Se trata de crime material.

98- Associação criminosa é um crime contra a fé pública.
CERTO ERRADO

99- Associação criminosa é um crime contra a paz pública.
CERTO ERRADO

100- O crime de associação criminosa será qualificado se em decorrência do crime cometido ocorrer perigo de vida a pessoa.
CERTO ERRADO

PROFESSOR
JUNIOR TAVARES

GABARITO RODADA 05

CONSTITUCIONAL

1- CERTO	2- C	3- ERRADO	4- E	5- B
6- B	7- B	8- E	9- A	10- ERRADO
11- D	12- C	13- D	14- C	15- ERRADO
16- CERTO	17- E	18- A	19- B	20- B

ADMINISTRATIVO

21- C	22- D	23- D	24- C	25- D
26- A	27- D	28- B	29- A	30- C
31- D	32- CERTO	33- A	34- CERTO	35- B
36- ERRADO	37- D	38- D	39- ERRADO	40- CERTO

DIREITOS HUMANOS

41- A	42- E	43- D	44- C	45- C
46- B	47- E	48- A	49- C	50- C
51- CERTO	52- A	53- CERTO	54- CERTO	55- E
56- ERRADO	57- E	58- D	59- ERRADO	60- CERTO

DIREITO PENAL- PARTE GERAL

61-C	62- D	63- CERTO	64- E	65- B
66- ERRADO	67- C	68- C	69- C	70- B
71- A	72- ERRADO	73- CERTO	74- D	75- B
76- C	77- E	78- A	79- CERTO	80- CERTO

DIREITO PENAL – PARTE ESPECIAL

81- ERRADO	82- CERTO	83- CERTO	84- B	85- ERRADO
86- D	87- CERTO	88- ERRADO	89- C	90- CERTO
91- D	92- C	93- B	94- E	95- CERTO
96- C	97- A	98- ERRADO	99- CERTO	100- ERRADO

PROFESSOR JUNIOR TAVARES

QUESTÕES RODADA 06

➔ ADMINISTRATIVO

01- A emissão de uma licença de instalação cujos requisitos estão previstos na legislação de modo exaustivo, consubstancia-se em ato
A) Administrativo vinculado, uma vez que sempre há opção da Administração entre editá-lo ou não.
B) Discricionário, de competência exaustiva.
C) Discricionário impróprio, posto que passível de ser emitido por qualquer autoridade superior.
D) Administrativo vinculado, devendo ser emitido pela autoridade competente pela legislação.
E) Administrativo discricionário, uma vez que sempre há opção da Administração entre editá-lo ou não, prescindindo de fundamentação.

02- A respeito dos atos administrativos, é correto afirmar que:
A) A revogação atinge ato ilícito, enquanto que a anulação atinge ato licito.
B) A deliberação de um conselho ou de uma comissão é um ato composto.
C) A forma e a finalidade do ato são sempre vinculadas, mesmo em um ato discricionário.
D) A administração pública pode anular ato próprio, após o exaurimento de apreciação judicial.
E) Ato composto é a sequência de atividades da Administração, interligadas entre si, que visa alcançar determinado efeito final previsto em lei.

03- O mérito administrativo alcança os seguintes elementos (ou requisitos) do ato administrativo:
A) Presunção da legalidade e motivo
B) Objeto e tipicidade
C) Forma e competência
D) Motivo e objeto
E) Imperatividade e autoexecutoriedade

04- Com relação às espécies de atos administrativos, pode-se afirmar que os atos normativos são aqueles que possuem um comando geral do Poder Executivo.
Nesse sentido, as opções a seguir apresentam exemplos de atos normativos, à exceção de uma. Assinale-a.
A) Decretos
B) Deliberações
C) Instruções
D) Regimentos
E) Resoluções

05- Assinale a alternativa correta.
A) A cassação representa a extinção de um ato administrativo inválido e eficaz.
B) A presunção de legitimidade, atributo dos atos administrativos quer vinculados ou discricionários, é absoluta.
C) Nem todo ato administrativo admite apreciação pelo judiciário.
D) O ato administrativo discricionário não admite apreciação subjetiva por parte da Administração.
E) A revogação, prerrogativa da Administração Pública, representa controle quanto ao mérito de um ato administrativo discricionário.

06- Os atos administrativos são relevantes tanto para o funcionamento da administração pública quanto para a garantia dos direitos fundamentais dos indivíduos. Sobre os atos administrativos: A atuação da administração pública no exercício da função administrativa é vinculada quando a lei fixa uma única solução possível diante do caso, e é discricionária quando é possível apreciar a oportunidade e conveniência para escolher entre duas ou mais soluções.
CERTO ERRADO

07- Os atos administrativos são relevantes tanto para o funcionamento da administração pública quanto para a garantia dos direitos fundamentais dos indivíduos. Sobre os atos administrativos: A imperatividade é um atributo do ato administrativo e significa que o ato administrativo pode ser executado diretamente pela administração pública, independentemente de uma ordem judicial.
CERTO ERRADO

08- Agentes da fiscalização sanitária de determinado município, após inspeção de rotina, constatam a

utilização de produtos para o consumo humano armazenados de forma inadequada. Em face de tal circunstância, apreendem todo o estoque. À luz dos atributos dos atos administrativos, a apreensão efetuada pelos fiscais consiste na

A) Competência.
B) Finalidade.
C) Autoexecutoriedade.
D) Imperatividade.
E) Tipicidade.

09- São atributos do ato administrativo:

A) Presunção de contrariedade, imperatividade e autoexecutoriedade.
B) Presunção de ilegalidade, imperatividade e autoexecutoriedade.
C) Presunção de legitimidade, imperatividade e autoexecutoriedade.
D) Presunção de expectativa, imperatividade e autoexecutoriedade.
E) Presunção de ineficácia, imperatividade e autoexecutoriedade.

10- Acerca dos atos administrativos, assinale a alternativa CORRETA.

A) Todo ato da Administração Pública é considerado ato administrativo.
B) Não constituem elementos do ato administrativo o objeto e o motivo.
C) São praticados no exercício da função administrativa, sob o regime de direito privado, manifestando a vontade do Estado.
D) Os atos administrativos podem ser classificados, quanto à liberdade de ação, em atos vinculados e atos discricionários.
E) Consideram-se atributos dos atos administrativos, dentre outros, a presunção de legitimidade e veracidade, imperatividade e finalidade.

11- Um parecer elaborado por um advogado público é exemplo de ato administrativo:

A) Normativo;
B) Negocial;
C) Ordinário;
D) Enunciativo;
E) Punitivo

12- "É o ato que se forma pela conjunção de vontades de mais de um órgão administrativo. O essencial, nesta categoria de atos, é o concurso de vontades de órgãos diferentes para a formação de um ato único".
O trecho acima se refere a:

A) Ato simples.
B) Ato complexo.
C) Ato composto.
D) Ato circunspeto.

13- São vícios de competência a usurpação de função, o excesso de poder e o desvio de poder.

CERTO ERRADO

14- Ainda no que tange aos atos administrativos, é INCORRETO afirmar que:

A) O mérito do ato administrativo corresponde ao juízo de conveniência e oportunidade presente nos atos discricionários.
B) Os atos discricionários são passíveis de revogação pela administração.
C) Os atos vinculados são passíveis de anulação pelo poder judiciário.
D) A discricionariedade corresponde ao juízo de conveniência e oportunidade presente nos atos vinculados.

15- É atributo do administrativo que permite a imposição do ato ao destinatário:

A) Autoexecutoriedade.
B) Tipicidade.
C) Imperatividade.
D) Presunção de legitimidade e veracidade.

16- Sobre a invalidação dos Atos Administrativos, assinale a opção correta.

A) A administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornam ilegais.
B) A administração pode anular seus próprios atos por motivo de conveniência ou oportunidade.
C) A revogação do ato administrativo não impõe observância aos direitos adquiridos.
D) A anulação do ato administrativo não pode ser submetida à apreciação judicial.
E) A administração pode revogar seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornam ilegais.

17- A Teoria dos Motivos Determinantes apregoa que

A) Todo e qualquer ato administrativo demanda, sempre, motivação expressa.

B) O ato administrativo que contar com motivação expressa passa a ter sua validade aferida com base nesse motivo, além dos demais elementos de sua formação.

C) A motivação inválida de um ato administrativo não torna o próprio ato inválido.

D) O motivo de um ato administrativo não pode ser definido pela autoridade que o produziu, pois é determinado em lei.

E) Não existe ato sem motivo expresso: é determinante, para a formação do ato administrativo, a descrição expressa de seu motivo.

18- Assinale a alternativa que contém, apenas, atributos dos atos administrativos.

A)Presunção de legitimidade / autorização

B)Presunção de legitimidade / autoexecutoriedade

C)Resolução / portaria

D)Licença / ordem de serviço

E)Imperatividade / discricionariedade

19- São exemplos de atos negociais os a seguir indicados:

A) Licenças, autorizações, permissões.

B) Instruções, portarias, circulares.

C) Decretos, regulamentos, resoluções.

D) Demissão, multa, interdição de atividade.

E) Certidões, atestado, pareceres.

20- A exigência de que o agente que pratica o ato administrativo deve ser investido de legitimidade para realizá-lo corresponde a um dos elementos do ato administrativo conhecido como:

A) Finalidade.

B) Objeto.

C) Forma.

D) Motivo.

E) Competência.

➔ CONSTITUCIONAL

21- Com base na Constituição Federal de 1988, julgue os itens subsequentes.

I - Compete privativamente à União legislar sobre águas, energia, informática, telecomunicação e radiodifusão.

II - É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios legislar diretrizes e bases da educação nacional.

III - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação.

IV - É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios legislar sobre normas gerais de licitação.

V – Compete privativamente à União legislar sobre trânsito e transporte.

A quantidade de itens CORRETOS é igual a:

A) 1

B) 2

C) 3

D) 4

E) 5

22- Ao disciplinar a Organização do Estado, a Constituição da República Federativa do Brasil estabelece que

A) os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

B) os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por meio de emenda à Constituição.

C) os Territórios, vedada sua divisão em Municípios, terão suas contas submetidas ao Congresso Nacional, com parecer prévio do Tribunal de Contas da União.

D) compete aos Municípios organizar e prestar, diretamente ou sob

regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de gás canalizado, que tem caráter essencial.
E) compete privativamente à União legislar sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.

23- Sobre os Direitos Políticos, assinale a alternativa INCORRETA.
A) É condição de elegibilidade, na forma da lei, o pleno exercício dos direitos políticos.
B) Para ser Deputado Estadual é necessário ter a idade mínima de 21 anos.
C) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
D) O voto é facultativo para os analfabetos e os maiores de setenta anos.
E) Não é condição de elegibilidade, na forma da lei, o domicílio eleitoral na circunscrição.

24- De acordo com as normas de organização e distribuição das competências do Estado brasileiro, marque a alternativa CORRETA.
A) É competência dos Municípios realizar a exploração de gás canalizado diretamente ou, mediante concessão, o serviço de gás canalizado.
B) É competência dos Estados promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, parcelamento e da ocupação do solo urbano.
C) É competência da União prestar e organizar o serviço de transporte coletivo.
D) É competência do Município promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observadas a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.
E) É competência dos Estados emissão de moeda.

25- Para ser candidato a Deputado Federal, é necessário possuir idade mínima de
A) 18 anos.
B) 35 anos.
C) 16 anos.
D) 21 anos.

26- A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por
A) lei federal.
B) decreto federal.
C) lei estadual.
D) lei municipal.

27- Sobre as condições de elegibilidade, é correto afirmar que
A) para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até quatro meses antes do pleito.
B) o candidato a Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal precisa ter trinta e cinco anos.
C) o candidato a Prefeito precisa ter dezoito anos completos.
D) o candidato a Vereador precisa ter dezoito anos completos.

28- Constitui competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios promover
A) programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.
B) o processo legislativo sobre a demarcação de terras das populações indígenas.
C) a criação das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituindo agrupamentos de municípios limítrofes.
D) o estabelecimento de Diretrizes e Bases da cultura e educação nacional.

29- Quanto aos direitos e às garantias fundamentais, julgue o item.
São condições de elegibilidade, entre outras: a nacionalidade brasileira; o pleno exercício dos direitos políticos; e o domicílio eleitoral na circunscrição.
CERTO ERRADO

30- Marque V(verdadeiro) ou F(falso) e assinale a alternativa correspondente.
São bens da União:
( ) as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras
( ) os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva
( ) os potenciais de energia hidráulica;
( ) os recursos minerais, inclusive os do subsolo;
( ) terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

A) V – V – V – V – V
B) V – V – F – F – V
C) F – V – V – V – F
D) V – F – V – V – V

31- Considerando as disposições da Constituição Federal sobre organização político-administrativa, assinale a alternativa incorreta.
A) De acordo com o texto constitucional, é vedado à União criar distinções entre brasileiros ou preferências entre eles.
B) Os Estados podem desmembrar-se para formação de novos Estados ou Territórios Federais mediante aprovação da população interessada e do Congresso Nacional.
C) A criação e o desmembramento de Municípios demandam edição de lei estadual e elaboração de Estudos de Viabilidade Municipal, mas dispensam consulta à população.
D) É vedado à União estabelecer cultos religiosos ou manter com eles e seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.
E) Nos termos da Constituição, é defeso à União e aos Estados recusar fé aos documentos públicos.

32- Na véspera da eleição de 2014, o cidadão Tiago resolveu ingressar na vida política e lançou a própria candidatura a deputado federal. Eleito, e aproximando-se do final da legislatura, decidiu convencer outros integrantes da família dele a também ingressarem no mundo político, com lançamentos de candidatura para as eleições de 2018. O primo João decidiu lançar-se candidato ao Senado Federal, e Marcos, o irmão de Tiago, resolveu candidatar-se a deputado federal.
Em relação a esse caso hipotético, assinale a alternativa correta.
A)Não será possível a candidatura nem de João e nem de Marcos, tendo em vista a latente inelegibilidade relativa.
B)Somente será possível a candidatura de João e de Marcos caso Tiago renuncie seis meses antes das eleições.
C)Somente será possível a candidatura de João.
D)Não é necessário que Tiago renuncie ao respectivo mandato, pois, para cargos do Poder Legislativo, não há inelegibilidade na hipótese apresentada.
E)Somente será possível a candidatura de Marcos.

33- De acordo com a Constituição Federal, no art. 30, dentre as competências do Município, pode-se elencar:
A)Manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental.
B)Legislar sobre interesses da região metropolitana ao qual encontra-se inserido.
C)Criar ou suprimir distritos e vilarejos, de acordo com sua própria legislação.
D)Promover ordenamento territorial, independente de planejamento de uso de solo.
E) Promover a proteção de patrimônio histórico-cultural, mediante fiscalização exclusiva estadual.

34- Com base no Título III – Da Organização do Estado, da Constituição Federal, analise as seguintes assertivas e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.
( )A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
( ) Dentre os bens dos Estados Federados está o mar territorial e os recursos minerais, inclusive os do subsolo.
( ) Os Estados se organizam e se regem pelas Constituições e leis que

adotarem, observados os princípios da Constituição Federal.
( ) O Município rege-se por Lei Orgânica, votada e aprovada pelos membros da Câmara Municipal, atendidos os princípios e preceitos estabelecidos na Constituição Federal e na Constituição do respectivo Estado.
A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:
A) F – V – F – V.
B) V – F – V – V.
C) V – F – F – V.
D) V – V – F – F.
E) F – V – V – F.

35- Quanto aos Poderes da União é correto afirmar.
A) O Legislativo e o Executivo o representam, auxiliados pelo Judiciário.
B) São compostos exclusivamente pelos Estados-Membros.
C) São independentes e harmônicos entre si.
D)São exercidos privativamente pelo Congresso Nacional.
E) São independentes, mas não propriamente harmônicos.

36- Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre
A)organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões.
B)criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas.
C)águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão.
D)desapropriação.
E) seguridade social.

37- Quanto à Organização do Estado, em conformidade com a Constituição Federal, é defeso afirmar.
A) Compete, privativamente, aos Estados-membros legislar sobre populações indígenas.
B) Os Estados-membros podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados-membros ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
C)Compete à União, aos Estados-membros e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação.
D) É competência comum da União, dos Estados-membros, do Distrito Federal e dos Municípios preservar as florestas, a fauna e a flora.
E)Compete à União manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais.

38- A respeito da organização político-administrativa do Estado brasileiro e da administração pública, julgue o item seguinte. Caso não exista lei federal que disponha normas gerais relativas a tecnologia, os estados poderão exercer a competência legislativa plena, necessária ao atendimento de suas peculiaridades.
CERTO ERRADO

39- De acordo com a Constituição Federal, a soberania popular é exercida, nos termos da lei, por meio de instrumentos como
A) o plebiscito, o referendo, a iniciativa popular e o voto direto e aberto.
B) a iniciativa popular e o voto indireto e secreto.
C) o sufrágio universal e o voto indireto e secreto.
D) a iniciativa popular, o referendo e o voto indireto e aberto
E) o plebiscito e o referendo.

40- Assinale a alternativa que indica aqueles que são inelegíveis e inalistáveis:
A) Os conscritos.
B) Os analfabetos.
C) Os maiores de sessenta anos.
D) Os juízes de direito.

➔ DIREITOS HUMANOS

41- Segundo previsão expressa no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, os Estados-Partes reconhecem que, com o objetivo de assegurar o pleno exercício do direito à educação,

A) a educação primária, incluindo creches e pré-escolas, deverá ser obrigatória e acessível gratuitamente a todos.
B) a educação secundária deve ser voltada primordialmente à preparação profissional e técnica que habilite o estudante ao ingresso qualificado no mercado de trabalho.
C) dever-se-á promover campanhas que sensibilizem a população sobre a importância da escolarização formal e punam os pais que deixem de encaminhar os filhos para o ensino obrigatório.
D) a educação de nível superior deverá tornar-se acessível a todos, com base na capacidade de cada um, por todos os meios apropriados e, principalmente, pela implementação progressiva do ensino gratuito.
E) serão criados mecanismos que favoreçam a participação direta da comunidade escolar, no mínimo, na definição do conteúdo curricular, jornada e calendário letivos e formação do corpo docente.

42- Integram a denominada Carta Internacional dos Direitos Humanos − International Bill of Rights:
I. Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.
II. Carta da Organização das Nações Unidas − ONU. I
II. Declaração Universal de Direitos Humanos.
IV. Convenção Americana de Direitos Humanos.
Está correto o que se afirma em
A)II e IV, apenas.
B)I e II, apenas.
C) I e III, apenas.
D) III e IV, apenas.
E) I, II, III e IV.

43- O Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais entrou em vigor no ano de 1976 e é considerado um relevante instrumento dos direitos humanos, especialmente por
A) que a previdência social, apesar de não prevista no pacto, está no protocolo facultativo.
B) ser um relevante documento, mas omitiu-se quanto ao direito de greve, não tratando deste relevante direito social.
C) ser um importante documento, mas não goza de nenhum tipo de mecanismo de monitoramento.
D) ser reconhecido como um documento que venceu a resistência de vários Estados e mesmo a doutrina que viam os direitos sociais em sentido amplo como sendo meras recomendações ou exortações.
E) que as medidas cautelares estão previstas no próprio texto original do pacto.

44- O Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e o Protocolo de San Salvador em matéria de direitos econômicos, sociais e culturais prevêem que estes direitos têm aplicação
A) imediata, devendo ser implementados pelos Estados-partes no prazo de cinco anos a contar da ratificação dos aludidos tratados.
B) imediata, devendo ser implementados pelos Estados-partes no prazo de dois anos a contar da ratificação dos aludidos tratados.
C) progressiva, estando condicionados à prévia implementação dos direitos civis e políticos, vedado o retrocesso social.
D) imediata, devendo os Estados dispor do máximo dos recursos disponíveis para a sua realização, permitido o retrocesso social com base na reserva do possível.
E) progressiva, devendo os Estados dispor do máximo dos recursos disponíveis para a sua realização, vedado o retrocesso social.

45- O Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, adotado pela Resolução 2.200-A (XXI) da Assembleia-Geral das Nações Unidas, em 1969, e ratificado pelo Brasil, dispõe que os Estados-parte se comprometem a:
A) adotar medidas de proteção e assistência às crianças e aos adolescentes, sem distinção por motivo de filiação ou outra condição, estabelecendo o limite de idade sob o qual fica proibido o seu emprego assalariado.

B) reconhecer o direito de toda pessoa de desfrutar o mais elevado nível de saúde física e mental, estabelecendo no pacto um percentual mínimo da renda do país destinado a assegurar este direito.
C) reconhecer que nenhuma das suas disposições poderá ser interpretada em detrimento do direito inerente a todos os povos de desfrutar e utilizar plena e livremente suas riquezas e seus recursos naturais.
D) atentar para o direito de desfrutar o progresso científico e suas aplicações e prover meios para a aquisição material e humana para aqueles considerados de menor poder econômico
E) reconhecer o direito à educação e. com o objetivo de assegurar o pleno exercício desse direito, garantir a educação superior obrigatória e acessível gratuitamente a todos.

46- Julgue os itens que se seguem, referentes ao direito internacional dos direitos humanos e ao sistema interamericano de direitos humanos.
O Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais relaciona o direito ao trabalho ao gozo das liberdades políticas fundamentais.
CERTO ERRADO

47- Sobre os direitos assegurados pelo Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, leia as afirmações abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta:
I) Toda pessoa tem direito de gozar de condições de trabalho justas e favoráveis, que assegurem uma remuneração que proporcione, no mínimo, a todos os trabalhadores um salário equitativo e uma remuneração igual por um trabalho de igual valor, sem qualquer distinção.
II) Toda pessoa tem direito de gozar de condições de trabalho justas e favoráveis, que assegurem condições de trabalho seguras e higiênicas.
III) Toda pessoa tem direito de gozar de condições de trabalho justas e favoráveis, que assegurem o descanso, o lazer, a limitação razoável das horas de trabalho e férias periódicas remuneradas, assim como a remuneração dos feriados.
IV) Toda pessoa tem direito a um nível de vida adequado para si próprio e para sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequadas, assim como uma melhoria contínua de suas condições de vida.

A) Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.
B) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
C) Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.
D) Todas as afirmativas estão corretas.
E) Somente as afirmativas II e IV estão corretas.

48- O Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
A) impõe a todos os Estados-partes a gratuidade da educação primária e secundária, mas não da educação universitária.
B) reconhece implicitamente o direito à proteção contra a fome.
C) estabelece prazo mínimo de seis meses de licença-maternidade para as mães trabalhadoras.
D) ainda não foi ratificado pelo Brasil.
E) contém disposições que concernem ao direito do trabalho.

49- No que concerne à atuação internacional na área de direitos humanos, julgue os itens a seguir.
O Pacto Internacional de Direitos Sociais, Econômicos e Culturais não prevê o direito de petição da vítima de violação dos direitos nele protegidos ao comitê criado pelo próprio pacto.
CERTO ERRADO

50- Sobre os direitos assegurados pelo Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, leia as afirmações abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta:

I) Todos os povos tem o direito a dispor deles mesmos. Em virtude deste direito, eles determinam livremente o seu estatuto político e asseguram livremente o seu desenvolvimento econômico, social e cultural.

II) Para atingir os seus fins, todos os povos podem dispor livremente das suas riquezas e dos seus recursos naturais, com prejuízo das obrigações que decorrem da cooperação econômica internacional, fundada sobre o princípio do interesse mútuo e do direito internacional. Em nenhum caso poderá um povo ser privado dos seus meios de subsistência.
III) Os Estados Partes no presente Pacto, incluindo aqueles que têm responsabilidade pela administração dos territórios não autônomos e territórios sob tutela, devem promover a realização do direito dos povos a disporem deles mesmos e respeitar esse direito, em conformidade com as disposições da Carta das Nações Unidas.
A) Todas as afirmativas estão erradas.
B) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
C) Somente as afirmativas II, III estão corretas.
D) Todas as afirmativas estão corretas.
E) Somente as afirmativas I e III estão corretas.

51- Os Estados Partes no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais reconhecem o direito de todas as pessoas de gozar de condições de trabalho justas e favoráveis, que assegurem em especial:

I- Condições de trabalho seguras e higiênicas
II- Iguais oportunidades para todos de promoção no seu trabalho à categoria superior apropriada, sujeito a nenhuma outra consideração além da antiguidade de serviço e da aptidão individual;
III- Repouso, lazer e limitação razoável das horas de trabalho e férias periódicas pagas, bem como remuneração nos dias de feriados públicos.
A) Todas as afirmativas estão erradas.
B) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
C) Somente as afirmativas II, III estão corretas.
D) Todas as afirmativas estão corretas.
E) Somente as afirmativas I e III estão corretas.

52- Os Estados Partes Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais comprometem-se a assegurar o direito dos sindicatos de formar federações ou confederações nacionais e o direito destas de formarem ou de se filiarem às organizações sindicais internacionais
CERTO ERRADO

53- As medidas que os Estados Partes no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais tomarem com vista a assegurar o pleno exercício deste direito deverão compreender as medidas necessárias para assegurar:
a) A diminuição da mortinatalidade e da mortalidade, bem como o são desenvolvimento da criança;
b) O melhoramento de alguns aspectos de higiene do meio ambiente e da higiene industrial;
c) A profilaxia, tratamento e controlo das doenças epidêmicas, endêmicas, profissionais e outras;
d) A criação de condições próprias a assegurar a todas as pessoas serviços médicos e ajuda médica em todos os casos.

54- Os Estados Partes no no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais reconhecem que, a fim de assegurar o pleno exercício deste direito o ensino primário deve ser obrigatório e disponível a todos.
CERTO ERRADO

55- Os Estados Partes Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais comprometem-se a assegurar o direito de greve, sempre que exercido em conformidade com as leis de cada país.
CERTO ERRADO

56- Sobre os direitos assegurados pelo Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, é correto afirmar que o ensino

secundário, nas suas diferentes formas, incluindo o ensino secundário técnico e profissional, deve ser generalizado e tornado acessível a todos por todos os meios apropriados e nomeadamente pela instauração progressiva da educação gratuita.
CERTO ERRADO

57- Sobre os direitos assegurados pelo Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, leia as afirmações abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta:
a) O ensino superior deve ser tornado acessível para alguns, em função das capacidades de cada um, por todos os meios apropriados e nomeadamente pela instauração progressiva da educação gratuita;
b) A educação de base deve ser encorajada ou intensificada, em toda a medida do possível, para as pessoas que receberam instrução primária ou que não a receberam até ao seu termo;
c) É necessário prosseguir ativamente o desenvolvimento de uma rede escolar em todos os escalões, estabelecer um sistema adequado de bolsas e melhorar de modo esporádico as condições materiais do pessoal docente.
d) O ensino primário deve ser obrigatório e acessível gratuitamente a todos;

58- Os Estados Partes no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais reconhecem a todos o direito:
I) De participar na vida cultural;
II) De beneficiar do progresso científico e das suas aplicações;
III) De beneficiar da proteção dos interesses morais e materiais que decorrem de toda a produção científica, literária ou artística de que cada um é autor.
A) Todas as afirmativas estão erradas.
B) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
C) Somente as afirmativas II, III estão corretas.
D) Todas as afirmativas estão corretas.
E) Somente as afirmativas I e III estão corretas.

59- É correto afirmar que Os Estados Partes no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais reconhecem os benefícios que devem resultar do encorajamento e do desenvolvimento dos contatos internacionais e da cooperação no domínio da ciência e da cultura.
CERTO ERRADO

60- Os Estados Partes no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais reconhecem o direito de todas as pessoas de gozar de condições de trabalho justas e favoráveis, que assegurem em especial uma remuneração que proporcione, no mínimo, a todos os trabalhadores:

I) Um salário equitativo e uma remuneração igual para um trabalho de valor igual, sem nenhuma distinção, devendo, em particular, às mulheres ser garantidas condições de trabalho não inferiores àquelas de que beneficiam os homens, com remuneração igual para trabalho igual;
II) Uma existência decente para eles próprios e para as suas famílias, em conformidade com as disposições do presente Pacto.

CERTO ERRADO

➔ PENAL PARTE GERAL

61- "Tício veio a se desentender com determinado indivíduo, conhecido como suposto traficante na cidade de Belo Horizonte, que o ameaçou de morte na discussão. Sabendo que a referida pessoa tem fama de sempre cumprir as ameaças que faz, dias após o entrevero, Tício o encontra em local ermo e com baixa iluminação, momento em que percebe que o indivíduo levou a mão à cintura, como se fosse sacar algum objeto. Sem hesitar, ele empunha e dispara seu revólver, vindo a matar o sujeito. Descobre depois que, na realidade, o traficante iria lhe dar de presente uma Bíblia, pois sua intenção era tranquilizá-lo e dizer que fora convertido à religião, não se envolvendo com qualquer prática ilícita." Sobre a situação hipotética em apreço, é correto afirmar que

A) amolda-se ao conceito de legítima defesa de espécie putativa (imaginária), posto que Tício, por erro, acreditava que seria agredido injustamente.
B) amolda-se ao conceito de legítima defesa de espécie autêntica (real), uma vez que a conduta do traficante ensejou perigo que pode ser repelido pelo agente.
C) trata-se de descriminante putativa que afasta a antijuridicidade da conduta perpetrada por Tício, ante ao estado de necessidade exculpante do erro cometido.
D) trata-se de descriminante putativa que afasta a antijuridicidade da conduta perpetrada por Tício, ante ao estado de necessidade justificante do erro cometido.

62- Imagine dois náufragos em alto mar disputando um único colete salva-vidas, após um raio destruir totalmente o barco que utilizavam. Sobre esta situação é CORRETO afirmar que:
A) Nenhum deles pode invocar a legítima defesa contra o outro, mas sim o estado de necessidade.
B) Caso um dos náufragos morra, o sobrevivente não cometerá crime porque agiu no exercício regular de um direito.
C) Ocorrendo o falecimento de um deles, o sobrevivente responderá por induzimento, instigação ou auxílio a suicídio.
D) O estrito cumprimento do dever legal é a única causa de exclusão de ilicitude aplicada aos fatos, em caso de morte de um dos náufragos após a disputa.
E) Eventual sobrevivente responderá pelo crime de homicídio culposo, pois o raio causou o naufrágio.

63- NÃO há crime quando o agente pratica o fato
A) em decorrência da paixão.
B) sob violenta emoção.
C) em estado de embriaguez involuntária.
D) em estado de necessidade.
E) por erro sobre a ilicitude do fato.

64- Bruna é atacada a tiros desferidos por arma de fogo por Otávio, que não logra acertar os dois primeiros tiros. Antes de desfechar o terceiro tiro, Bruna saca de arma que carrega em sua bolsa com autorização legal e vem a atingir Otávio, que veio a óbito. Nesse caso, pode ser assentado que ficou caracterizado, nos termos do Código Penal, por parte de Bruna:
A) exercício regular de direito
B) estado de necessidade
C) arrependimento eficaz
D) legitima defesa

65- A respeito das causas excludentes de ilicitude, assinale a alternativa correta.
A) Age sob a causa justificante do estrito cumprimento do dever legal, aquele que cumpre uma ordem de superior hierárquico, independentemente de sua eventual legalidade.
B) Conforme o Código Penal, quanto ao estado de necessidade, embora seja razoável exigir-se o sacrifício do direito ameaçado, a pena poderá ser reduzida de um a dois terços.
C) Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo, atual ou próximo, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
D) O Código Penal prevê um rol taxativo, portanto exaustivo, das causas excludentes de ilicitude.
E) Para o reconhecimento da legítima defesa, a agressão injusta deve ser atual, pois o agente não pode ser beneficiado pela excludente se a agressão ainda não se iniciou.

66- A legítima defesa
A) é meio de exclusão da ilicitude em face de qualquer injusta agressão, desde que os bens jurídicos atacados sejam o patrimônio, a vida ou a integridade corporal.
B) é cabível ainda que o bem agredido esteja submetido a outra forma de especial proteção, como o proprietário que ameaça o inquilino para que preserve o imóvel.
C) se legitima como forma de exclusão da antijuridicidade diante de agressão injusta, entendida como aquela realizada mediante comportamento do agressor que implique em crime doloso.
D) quando praticada em excesso, após cessada a agressão, implica em punição na modalidade culposa.

E) exclui a antijuridicidade da conduta quando repele agressão injusta que esteja ocorrendo ou em vias de ocorrer, desde que a ação defensiva seja moderada e utilize os meios necessários.

67- São causas excludentes de ilicitude
A) a embriaguez e a menoridade.
B) o estrito cumprimento do dever legal e o exercício regular do direito.
C) a prescrição e o estado de necessidade.
D) o perdão judicial e a legítima defesa.
E) o estado de necessidade e a anistia.

68- Em um clube social, Paula, maior e capaz, provocou e humilhou injustamente Carlos, também maior e capaz, na frente de amigos. Envergonhado e com muita raiva, Carlos foi à sua residência e, sem o consentimento de seu pai, pegou um revólver pertencente à corporação policial de que seu pai faz parte. Voltando ao clube depois de quarenta minutos, armado com o revólver, sob a influência de emoção extrema e na frente dos amigos, Carlos fez disparos da arma contra a cabeça de Paula, que faleceu no local antes mesmo de ser socorrida.
Acerca dessa situação hipotética, julgue o próximo item.
Carlos agiu sob o pálio da legítima defesa putativa.
CERTO ERRADO

69- De acordo com o que estabelece o Código Penal,
A) não há crime quando o agente pratica o fato no exercício regular de direito.
B) entende-se em legítima defesa quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar.
C) é possível a invocação do estado de necessidade mesmo para aquele que tinha o dever legal de enfrentar o perigo.
D) é plenamente possível a compensação de culpas quando ambos os agentes agiram com imprudência, negligência ou imperícia na prática do ilícito.
E) considera-se praticado o crime no momento do resultado, ainda que outro seja o momento da ação ou omissão.

70- Quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem, age em:

A) legítima defesa.
B) estrito cumprimento de dever legal.
C) exercício regular de direito.
D) estado de necessidade.
E) obediência hierárquica.

71- Com relação às causas de exclusão da ilicitude, é CORRETO afirmar:
A) Astrogildo colocou cacos de vidro, visíveis, em cima do muro de sua casa, para evitar a ação de ladrões. Certo dia, uma criança neles se lesionou ao pular o muro da casa de Astrogildo para pegar uma bola que ali havia caído. Nessa situação, ainda que se tratando da defesa de um perigo incerto e ou remoto, a conduta de Astrogildo restaria acobertada por excludente da ilicitude.
B)No caso de legítima defesa ou estado de necessidade de terceiros, é imprescindível a prévia autorização destes para que a conduta do agente não seja ilícita.
C) Caio, lutador de boxe, durante uma luta em que seguia as regras desportivas, atinge região vital de Tício, causando-lhe a morte. Ante a gravidade da situação fática, a violência não encontra amparo em nenhuma causa de exclusão da ilicitude, devendo Caio responder pela morte causada.
D) Nos moldes do finalismo penal, pode a inexigibilidade de conduta diversa ser considerada causa supralegal de exclusão de ilicitude.

72- Aquele que pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se,
A) comete crime, embora esteja amparado por causa excludente de culpabilidade.
B) não comete crime, pois age amparado pelo estrito cumprimento do dever legal.

C) comete crime, embora esteja amparado por causa excludente de punibilidade.
D) não comete crime, pois age amparado pelo estado de necessidade.
E) não comete crime, pois age amparado pela legítima defesa.

73- Mévio, superior hierárquico de Tício, Oficial de Justiça, solicitou que ele alterasse o teor de determinada certidão em mandado de busca e apreensão. Apesar de ter conhecimento de que a conduta não era correta, Tício atendeu a solicitação de Mévio, já que este era seu superior hierárquico e os dois eram também amigos de infância. Descobertos os fatos, foi instaurado procedimento investigatório, razão pela qual Tício procura seu advogado para esclarecimentos.
Considerando apenas as informações narradas, o advogado de Tício deverá esclarecer que sua conduta configura:
A) fato típico, ilícito e culpável;
B) fato típico, mas não ilícito, em razão do estrito cumprimento do dever legal;
C) fato típico, mas não ilícito, em razão da obediência hierárquica;
D) fato típico e ilícito, mas não culpável, em razão da obediência hierárquica;
E) fato típico e ilícito, mas não culpável, em razão da coação moral irresistível.

74- O Código Penal, no art. 23, elenca as causas gerais ou genéricas de exclusão da ilicitude. Sobre tais excludentes, assinale a alternativa correta.
A) Morador não aceita que funcionário público, cumprindo ordem de juiz competente, adentre em sua residência para realizar busca e apreensão. Se o funcionário autorizar o arrombamento da porta e a entrada forçada, responderá pelo crime de violação de domicílio.
B) O estrito cumprimento do dever legal é perfeitamente compatível com os crimes dolosos e culposos.
C) Para a configuração do estado de necessidade, o bem jurídico deve ser exposto a perigo atual ou iminente, não provocado voluntariamente pelo agente.
D) O reconhecimento da legítima defesa pressupõe que seja demonstrado que o agente agiu contra agressão injusta atual ou iminente nos limites necessários para fazer cessar tal agressão.
E) Deve responder pelo crime de constrangimento ilegal aquele que não sendo autoridade policial prender agente em flagrante delito.

75- Considerando que crime é fato típico, ilícito e culpável, julgue o item a seguir.
São causas excludentes de culpabilidade o estado de necessidade, a legítima defesa e o estrito cumprimento do dever legal.
CERTO ERRADO

76- A respeito da culpabilidade, da ilicitude e de suas excludentes, julgue o item que se segue.
Situação hipotética: Um policial, ao cumprir um mandado de condução coercitiva expedido pela autoridade judiciária competente, submeteu, embora temporariamente, um cidadão a situação de privação de liberdade.
Assertiva: Nessa circunstância, a conduta do policial está abarcada por uma excludente de ilicitude representada pelo exercício regular de direito.
CERTO ERRADO

77- Durante o cumprimento de um mandado de prisão a determinado indivíduo, este atirou em um investigador policial, o qual, revidando, atingiu fatalmente o agressor.
Nessa situação hipotética, a conduta do investigador configura
A) legítima defesa própria.
B) exercício regular de direito.
C) estrito cumprimento do dever legal.
D) homicídio doloso.
E) homicídio culposo.

78- Determinado policial, ao cumprir um mandado de prisão, teve de usar a força física para conter o acusado. Após a concretização do ato, o policial continuou a ser fisicamente agressivo, mesmo não havendo a necessidade.
Nessa situação hipotética, o policial
A) excedeu o estrito cumprimento do dever legal.
B) abusou do exercício regular de direito.

C) prevaleceu-se de condição excludente de ilicitude.
D) agiu sob o estado de necessidade.
E) manifestou conduta típica de legítima defesa.

79- Considere:
I. Não provocação voluntária do perigo.
II. Exigibilidade de sacrifício do bem salvo.
III. Inexistência do dever legal de enfrentar o perigo.
IV. Conhecimento da situação justificante.
V. Agressão atual ou pretérita.
São requisitos do estado de necessidade o que se afirma APENAS em

A) I, III e IV.
B) II, III e IV.
C) I, II e V.
D) II, IV e V.
E) I, III e V.

80- Acerca da antijuridicidade e das causas de exclusão no direito penal, julgue o item subsequente.
Segundo o Código Penal, o agente que tenha cometido excesso quando da análise das excludentes de ilicitudes será punido apenas se o tiver cometido dolosamente.
CERTO ERRADO

➔ PENAL PARTE ESPECIAL

81- No que diz respeito ao crime de tortura, assinale a alternativa correta.
A) o crime de tortura é afiançável
B) o crime de tortura é suscetível de anistia
C) a condenação deve acarretar a perda do cargo público e a interdição para seu exercício pelo triplo do prazo da pena aplicada
D) constitui crime de tortura submeter alguém, sob sua guarda, com emprego de grave ameaça, a intenso sofrimento mental, como forma de aplicar castigo pessoal
E) o crime de tortura é suscetível de graça

82- Assinale a alternativa correta. No crime de tortura, a pena aumenta de um sexto até um terço se o crime é cometido:
A) contra pessoa maior de 50 anos
B) mediante rapto
C) por agente público
D) mediante extorsão
E) mediante violência ou grave ameaça

83- De acordo com a Lei nº 9.455/1997, se do crime de tortura resultar lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, a pena é de reclusão de
A) quatro a dez anos.
B) seis a doze anos.
C) um a quatro anos.
D) dois a oito anos.
E) seis a vinte anos.

84- O agente público que submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo, pratica o delito de:
A) tortura com aumento de pena.
B) tortura.
C) maus-tratos com aumento de pena.
D) exposição a perigo.
E) maus-tratos.

85- Em relação ao crime de tortura tipificado na Lei n. 9.455/97 (Lei da Tortura) o sofrimento físico ou mental ao qual foi submetida a vítima:
A)Sempre é antecedido da exigência de ter sido intenso;
B) É antecedido da exigência de ter sido intenso apenas quando o agente for funcionário público;
C) É antecedido da exigência de ter sido intenso apenas quando o agente for ascendente ou descendente da vítima;
D) É antecedido da exigência de ter sido intenso apenas quando houver o emprego de violência ou ameaça;
E) Nem sempre é antecedido da exigência de ter sido intenso.

86- Consoante a Lei de Tortura (Lei n° 9.455/1997), assinale a alternativa correta.
A) A Lei de Tortura aplica-se ainda quando o crime não tenha sido cometido em território nacional, sendo a vítima brasileira ou encontrando-se o agente em local sob jurisdição brasileira.

B) Se o crime é cometido contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou maior de 70 (setenta) anos, aumenta-se a pena um sexto até a metade.
C) O crime de tortura é inafiançável e suscetível de graça ou anistia.
D) A condenação pela prática do crime de tortura acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo triplo do prazo da pena aplicada.
E) O condenado por crime previsto na Lei de Tortura, via de regra, iniciará o cumprimento da pena em regime semiaberto.

87- Dentre as hipóteses contidas nas opções a seguir, assinale a única que NÃO faz parte das causas de aumento de pena de 1/6 (um sexto) a 1/3 (um terço) previstas na Lei N. 9.455/97, no que concerne a Crimes de Tortura.
A) Se o crime é cometido mediante o uso de arma de fogo ou em concurso de mais de duas pessoas.
B) Se o crime é cometido por agente público.
C) Se o crime é cometido contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou maior de sessenta anos.
D) Se o crime é cometido mediante sequestro.

88- O crime de tortura, definido pela Lei n° 9.455/1997, possui como causa especial de aumento de pena (majoração de um sexto a um terço) ser o delito cometido contra grupos específicos de pessoas. Não constitui, entretanto, hipótese de agravamento da pena, quando o crime for praticado contra:
A) mulher.
B) criança.
C) portador de deficiência física.
D) maior de sessenta anos.
E) portador de deficiência mental.

89- Os crimes previstos na Lei de Tortura (Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997) NÃO terão a sua pena aumentada de um sexto até um terço se o crime for cometido
A) por agente público.
B) mediante sequestro.
C) contra vítima de 55 anos.
D) contra portador de deficiência.

90- Sobre o crime de tortura, assinale a alternativa correta.
A) A pena do crime de tortura é aumentada, de um décimo até um sexto, se o crime é cometido por agente público.
B) Aquele que se omite em face das condutas típicas do crime de tortura, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de um a dois anos.
C) Quem submete pessoa presa a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei, incorre em um sexto da pena de tortura.
D) Constranger alguém com o emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental para provocar ação ou omissão de natureza criminosa, constitui crime de tortura.
E) A pena do crime de tortura é aumentada, de um décimo até um sexto, se o crime é cometido contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou maior de 60 (sessenta) anos.

91- Assinale a alternativa correta considerando as disposições da lei federal n° 9.455, de 07/04/1997, que define os crimes de tortura e dá outras providências.
A) Constitui crime de tortura, punível com reclusão de dois a seis anos, constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental para provocar ação ou omissão de natureza criminosa.
B) Constitui crime de tortura, punível com reclusão de dois a seis anos, submeter pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal.
C) Constitui crime de tortura, punível com reclusão de dois a oito anos, submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

D) O crime de tortura é afiançável por decisão da autoridade policial.

92- SITUAÇÃO HIPOTÉTICA: Um servidor público federal, no exercício de atividade carcerária, colocou em perigo a saúde física de preso em virtude de excesso na imposição da disciplina, com a mera intenção de aplicar medida educativa, sem lhe causar sofrimento. ASSERTIVA: Nessa situação, o referido agente responderá pelo crime de tortura.
CERTO ERRADO

93- Caso o crime de tortura seja cometido por agente público, a pena é aumentada de
A) um oitavo a um quinto.
B) um oitavo a um quarto.
C) um sexto a um terço.
D) um quinto a um terço.
E) um quarto a um meio.

94- Analise as assertivas a seguir:

I. ofender a integridade corporal de outrem;
II. expor a perigo a vida de pessoal sob sua autoridade, sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado;
III. constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental em razão de discriminação racial.
À luz da Lei n.º 9.455/97, constitui crime de tortura apenas o(s) fato(s) descrito(s) no(s) item(ns)
A) II
B) I e II
C) II e III.
D) III
E) I

95- De acordo com a Lei Federal nº 9.455/1997, NÃO será considerada causa de aumento da pena para o crime de tortura, se o delito for cometido:
A) Contra pessoa presa ou sujeita a medida de segurança, impondo-lhe sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal.
B) Por agente público.
C) Contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou maior de 60 (sessenta) anos de idade.
D) Mediante sequestro.

96- Em relação aos crimes de tortura (Lei n. o 9.455/1997), aos crimes contra as relações de consumo (Lei n. o 8.078/1990) e aos juizados especiais criminais (Lei n. o 9.099/1995), julgue os itens que se seguem.
Considere a seguinte situação hipotética.
O agente carcerário X dirigiu-se ao escrivão de polícia Y para informar que, naquele instante, o agente carcerário Z estava cometendo crime de tortura contra um dos presos e que Z disse que só pararia com a tortura depois de obter a informação desejada.
Nessa situação hipotética, se nada fizer, o escrivão Y responderá culposamente pelo crime de tortura.
CERTO ERRADO

97- Em cada um dos itens de 33 a 36 é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com base no disposto na Lei n.º 4.898/1965 e na Lei n.º 9.455/1997.
Um agente penitenciário federal determinou que José, preso sob sua custódia, permanecesse de pé por dez horas ininterruptas, sem que pudesse beber água ou alimentar-se, como forma de castigo, já que José havia cometido, comprovadamente, grave falta disciplinar. Nessa situação, esse agente cometeu crime de tortura, ainda que não tenha utilizado de violência ou grave ameaça contra José.
CERTO ERRADO

98- Analise as assertivas a seguir:
I. constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a não fazer o que a lei permite, ou a fazer o que ela não manda;
II. submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo;

III. constranger alguém com emprego de grave ameaça, causando-lhe sofrimento mental em razão de discriminação religiosa.
À luz da Lei n.º 9.455/97, constitui crime de tortura o que se afirma em:

A) I e III, apenas.
B) II, apenas.
C) I e II, apenas.
D) I, II e III.
E) II e III, apenas.

99- Quanto ao crime de tortura, é correto afirmar que
A) a lei brasileira que comina pena para o crime de tortura não se aplica quando o crime foi cometido fora do território nacional, mesmo sendo a vítima brasileira.
B) o condenado pelo crime de tortura cumprirá todo o tempo da pena em regime fechado.
C) é afiançável, mas insuscetível de graça ou anistia.
D) na aplicação da pena pelo crime de tortura, não serão admitidas agravantes ou atenuantes.
E) a condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

100- Acerca das leis penais extravagantes, julgue os itens subsecutivos, de acordo com o magistério doutrinário e jurisprudencial dominantes.
Suponha que João, penalmente capaz, movido por sadismo, submeta Sebastião, com emprego de violência, a contínuo e intenso sofrimento físico, provocando-lhe lesão corporal de natureza gravíssima. Nessa situação, João deverá responder pelo crime de tortura e, se condenado, deverá cumprir a pena em regime inicial fechado.
CERTO ERRADO

"Não seja arrastado por seus problemas. Seja guiado por seus SONHOS."

PROFESSOR JUNIOR TAVARES

GABARITO RODADA 06

ADMINISTRATIVO

1- D	2- C	3- D	4- C	5- E
6- CERTO	7- ERRADO	8- C	9- C	10- D
11- D	12- B	13- ERRADO	14- D	15- C
16- A	17- B	18- B	19- A	20- E

CONSTITUCIONAL

21- C	22- A	23- E	24- D	25- D
26- C	27- D	28- A	29- CERTO	30- A
31- C	32- D	33- A	34- B	35- C
36- B	37- A	38- CERTO	39- E	40- A

DIREITOS HUMANOS

41- D	42- C	43- D	44- E	45- C
46- CERTO	47- D	48- E	49- CERTO	50- E
51- D	52- CERTO	53- C	54- ERRADO	55- CERTO
56- CERTO	57- D	58- D	59- CERTO	60- CERTO

DIREITO PENAL- PARTE GERAL

61- A	62- A	63- D	64- D	65- B
66- E	67- B	68- ERRADO	69- A	70- A
71- A	72- D	73- A	74- D	75- ERRADO
76- ERRADO	77- A	78- A	79- A	80- ERRADO

DIREITO PENAL – PARTE ESPECIAL

81- D	82- C	83- A	84- A	85- E
86- A	87- A	88- A	89- C	90- D
91- C	92- ERRADO	93- C	94- D	95- A
96- ERRADO	97- CERTO	98- E	99- E	100- ERRADO

PROFESSOR JUNIOR TAVARES

QUESTÕES DE RODADA 07

➔ DIREITO ADMINISTRATIVO

01- Sobre as Autarquias, analise as afirmativas abaixo:
I- A autarquia, como entidade pública pratica atos administrativos típicos e atípicos, celebra contratos administrativos, se sujeita a licitação, tal como os entes políticos, no desempenho de suas funções.
II- Os bens das autarquias, são considerados bens públicos e como tal são insuscetíveis de usucapião, são impenhoráveis, inalienáveis e não admitem oneração.
III- São entes administrativos autônomos, criado por lei específica, com personalidade jurídica de Direito Público interno, patrimônio próprio e atribuições estatais específicas.
O número de afirmativas CORRETAS corresponde a:
A)Zero.
B)Uma.
C)Duas.
D)Três.

2- Sobre a distinção entre Empresa Pública e Sociedade de Economia Mista, assinale V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.
( ) As Empresas Públicas são pessoas jurídicas de direito privada criadas pelo poder público após autorização legislativa específica, cujo o capital é exclusivamente público, para prestação de serviço público ou a realização de atividade econômica de relevante interesse coletivo.
( ) A Sociedade de Economia mista não admite lucro e rege-se pelas normas do poder público, principalmente no que tange as leis que autorizam sua criação e funcionamento.
( ) O que caracteriza a Empresa Pública é seu capital exclusivamente público, sendo a Caixa Econômica Federal (CEF) e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT) dois exemplos.
( ) A Sociedade de Economia mista é uma pessoa jurídica de direito privado, com participação do poder público e de particulares em seu capital e na sua administração, para a realização de atividade econômica ou serviço público outorgado pelo Estado.
Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:
A) V F V F.
B) F V F F
C) V F V V.
D) F V F V.

3- Quando o Estado cria pessoas jurídicas transferindo a responsabilidade pelo exercício de atividades administrativas que lhe são pertinentes, tem-se o fenômeno da:
A)Atividade gerencial.
B)Centralização administrativa.
C)Descentralização administrativa.
D)Desconcentração administrativa.

4- Compõe a Administração pública direta da União:
A) A Agência Nacional de Aviação Civil.
B) O Banco Central do Brasil.
C) A Caixa Econômica Federal.
D) O Departamento de Polícia Federal.

5- No que tange as fundações públicas regidas pelo direito público, é INCORRETO afirmar que:
A) também são denominadas autarquias fundacionais.
B) gozam de prazos dilatados para manifestação em juízo.
C) seus contratos administrativos devem decorrer de procedimento licitatório, na forma da lei.
D) seus atos administrativos gozam de presunção de legitimidade.
E) seus atos constitutivos devem ser inscritos junto ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

6- Considerando as características concernentes às autarquias, analise as assertivas abaixo.
I - Integram a Administração direta.
II - Possuem personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios.
III - Executam atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.
IV - O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e a Empresa

Brasileira de Correios e Telégrafos possuem natureza jurídica de autarquia.
V – São controladas pelo ente da Administração Direta responsável pela sua criação.
A quantidade de itens CORRETOS é igual a:
A) 1
B) 2
C) 3
D) 4
E) 5

7- Analise as assertivas abaixo concernentes a Organização Administrativa.
I - As empresas públicas possuem regime de direito público.
II - As autarquias são pessoas jurídicas de direito público, hierarquicamente subordinadas aos entes federativos.
III - O capital da empresa pública é integralmente público, sem participação de particulares.
IV - Sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a entidade da administração indireta.
V – As empresas públicas deverão ser constituídas pela forma de sociedade anônima.
A quantidade de itens CORRETOS é igual a:
A) 1
B) 2
C) 3
D) 4
E) 5

8- A palavra autarquia é de origem italiana, tendo sido aplicada pela primeira vez 1897, por Santi Romano em seus estudos sobre descentralização. Que resposta não confere com as características de uma autarquia?
A) Criada por lei.
B) Regime de pessoal estatutário.
C) Personalidade jurídica.
D) Não possui patrimônio.
E) Receita própria.

9- Em relação à Administração Pública, julgue o item.
A administração direta compreende as autarquias, as fundações, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
CERTO ERRADO

10- Com referência às características dos órgãos e das entidades da administração direta e indireta federal, julgue o seguinte item.
Fundações públicas federais são órgãos que possuem personalidade jurídica de direito público e que realizam, precipuamente, a exploração de atividade econômica.
CERTO ERRADO

11- A respeito de organização administrativa, de atos administrativos e de autarquias, julgue o item a seguir.
Ao fazer uso de sua supremacia na relação com os administrados, para impor-lhes determinada forma de agir, o poder público atua com base na autoexecutoriedade dos atos administrativos.
CERTO ERRADO

12- O ato administrativo editado no exercício de competência vinculada, por meio do qual a Administração Pública formalmente declara terem sido preenchidos os requisitos legais exigidos, e que constitui o direito de um particular ao exercício de uma profissão ou atividade privada determinadas, é reconhecido como
A) Licença.
B) Autorização.
C) Permissão.
D) Concessão.

13- Um servidor público municipal e chefe de um determinado setor emitiu um ofício aos seus subordinados, em caráter oficial, contendo normas administrativas para a organização mais eficiente no trabalho. O ato administrativo emitido classifica-se como
A) Normativo.
B) Enunciativo.
C) Negocial.

D) Ordinatório.
E) Determinante.

14- Quanto à revogação do ato administrativo, é correto afirmar:
A) Ocorre diante de razões de ilegalidade do ato administrativo.
B) Encerra a extinção de um ato administrativo válido por razões de conveniência e oportunidade.
C) Seus efeitos são retroativos.
D) Pode envolver atos administrativos que já produziram todos os seus efeitos.

15- A ____(1)_____ é a extinção do ato administrativo perfeito e eficaz, com eficácia _____(2)_____, praticada pela Administração Pública e fundada em razões de interesse público. Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas.
A) Anulação (1) / ex tunc (2).
B) Revogação (1) / ex nunc (2).
C) Revogação (1) / ex tunc (2).
D) Invalidação (1) / ex tunc (2).
E) Invalidação (1) / ex tunc (2).

16- Se um determinado agente público se vale de uma competência que lhe é legalmente atribuída para praticar um ato válido, mas que possui o único e exclusivo objetivo de prejudicar um desafeto, é correto afirmar que tal conduta feriu o princípio da
A) Finalidade, que impõe aos agentes da Administração o dever de manejar suas competências obedecendo rigorosamente à finalidade de cada qual.
B) Supremacia do interesse público sobre o interesse privado, que é princípio geral de direito inerente a qualquer sociedade.
C) Razoabilidade, pelo qual o Administrador, na atuação discricionária, terá de obedecer a critérios aceitáveis do ponto de vista racional, com o senso normal.
D) Proporcionalidade, já que a Administração não deve tomar medidas supérfluas, excessivas e que passem do estritamente necessário à satisfação do interesse público.
E) Motivação, porque a Administração deve, no mínimo, esclarecer aos cidadãos aos razões pelas quais foram tomadas as decisões.

17- Tendo tomado conhecimento de que um ato vinculado possua vício que o torne ilegal, a administração deve revogar tal ato, independentemente de determinação do Poder Judiciário.
CERTO ERRADO

18- O processo de que se vale a Administração Pública para aproveitar atos administrativos com vícios superáveis (nos elementos forma ou competência), de maneira a confirmá-los no todo ou em parte, chama-se:
A) Ratificação, e ocorre desde que se observe o interesse público, independentemente de causar prejuízo a terceiros, operando efeitos ex nunc;
B) Convalidação, e ocorre desde que não cause prejuízo a terceiros e se observe o interesse público, operando efeitos ex tunc;
C) Cassação, e ocorre mediante regular processo administrativo, desde que se observe o interesse público, operando efeitos ex tunc;
D) Contraposição, e ocorre mediante regular processo administrativo, desde que não cause prejuízo a terceiros, operando efeitos ex tunc;
E) Confirmação, e ocorre mediante regular processo administrativo, desde que não cause prejuízo a terceiros, operando efeitos ex nunc.

19- Caracteriza-se como unilateral e vinculado o ato da administração denominado
A) Permissão.
B) Aprovação.
C) Parecer.
D) Autorização.
E) Licença.

20- Em geral, os atos administrativos são dotados, entre outros, dos atributos de.
A) Disponibilidade, presunção de legitimidade e imperatividade.
B) Consensualidade, autoexecutoriedade e a presunção de legitimidade.
C) Consensualidade, discricionariedade e disponibilidade.
D) Discricionariedade, imperatividade e autoexecutoriedade.

E) Presunção de legitimidade, imperatividade e autoexecutoriedade.

➔ DIREITO CONSTITUCIONAL

21- De acordo com a Constituição Federal 1988, assinale a alternativa CORRETA:

A) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, com direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

B) Será reservado até 20%(vinte por cento) dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.

C) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Executivo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Judiciário.

D) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

E) É vedado aos estrangeiros o acesso a cargos, empregos e funções públicas.

22- A respeito das disposições constitucionais referentes à Administração Pública, julgue o item.
São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo, sendo obrigatória a avaliação especial de desempenho.

CERTO ERRADO

23- Quanto aos agentes e serviços públicos, julgue o item.
Estrangeiros não podem ser agentes públicos.

CERTO ERRADO

24- A Constituição Federal brasileira, em um de seus dispositivos, do artigo 40, permite a aposentadoria voluntária para as mulheres, servidoras da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, desde que tenham cinquenta e cinco anos de idade e trinta anos de contribuição, além de terem cumprido tempo mínimo de

A) cinco anos de efetivo exercício no serviço público e no cargo efetivo.

B) cinco anos de efetivo exercício no serviço público e dois anos no cargo efetivo.

C) dez anos de efetivo exercício no serviço público e no cargo efetivo.

D) dez anos de efetivo exercício no serviço público e três anos no cargo efetivo.

E) dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo.

25- Considerando o disposto na Constituição Federal/88, analise as afirmações abaixo.

I. Os cargos em comissão, assim como as funções de confiança, são exercidos somente por servidor ocupante de cargo efetivo.

II. As funções de confiança e os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

III. É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

Está CORRETO o que se afirma APENAS em:

A) I.
B) III.
C) I e II.
D) I e III.
E) II e III.

26- Acerca da organização dos estados federados, assinale a alternativa correta.

A) Os estados não poderão criar regiões metropolitanas.

B) As Constituições estaduais devem ser aprovadas pelo Tribunal de Justiça de cada estado.

C) As terras devolutas não pertencentes à União são de propriedade da agência reguladora estadual.

D) Compete às Assembleias Legislativas dispor sobre seu regimento interno, polícia e serviços administrativos de sua secretaria, e prover os respectivos cargos.

E) Será de cinco anos o mandato de deputado estadual.

27- De acordo com a vigente Constituição da República Federativa do Brasil, no seu Art. 38, o servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, em caso de exercício de mandato eletivo de vereador:

A) ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.

B) será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

C) havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será afastado do cargo, emprego ou função, sendolhe facultado optar pela sua remuneração.

D) seu tempo de serviço durante o mandato eletivo será contado para todos os efeitos legais, inclusive para a promoção.

E) é vedada a participação do servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo.

28- De acordo com a vigente Constituição da República Federativa do Brasil, no seu Art. 37:

A) é permitida a vinculação ou equiparação de outras espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

B) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público poderão ser computados ou acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

C) ao servidor público, é vedado exercer greve durante a vigência do estágio probatório.

D) as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção.

E) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

29- Assinale a alternativa que contempla hipótese de acumulação de cargos públicos que, mesmo havendo compatibilidade de horários, infringe o disposto na Constituição Federal.

A) Dois cargos de professor.

B) Um cargo de professor com outro técnico.

C) Um cargo de professor com outro científico.

D) Dois cargos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas

E) Um cargo de policial civil ou militar com outro técnico ou científico.

30- Acerca da aplicação dessa garantia constitucional, bem como do contraditório e da ampla defesa, julgue o item a seguir.

Servidor público estável poderá perder o cargo mediante processo administrativo disciplinar, no qual lhe devem ser assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CERTO ERRADO

31- Acerca do conceito de Constituição, dos princípios e dos direitos fundamentais, bem como das disposições sobre os servidores públicos na Constituição Federal de 1988, julgue o item que se segue.

Os requisitos de idade e de tempo de contribuição para fins de aposentadoria serão reduzidos em cinco anos no caso de professor da rede pública de ensino que tenha exercido, ainda que parcialmente, a função de magistério.

CERTO ERRADO

32- Sobre as regras de previdência do servidor público previstas na Constituição Federal de 1988, é INCORRETO afirmar:

A) Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo temporário, aplica-se o regime geral de previdência social.

B) Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão

declarado em lei de livre nomeação e exoneração, aplica-se o regime geral de previdência social.
C) Ao servidor ocupante, exclusivamente, de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.
D) Os servidores titulares de cargos efetivos da União têm direito a regime de previdência sem caráter contributivo, sendo proibida a contribuição do ente público ao qual estão vinculados.
E) A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

33- A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório dos servidores públicos, nos termos da Constituição Federal, observará
A) A natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira.
B) Os requisitos para a investidura, podendo o servidor receber adicional por exercer cargo fora da administração direta ou indireta.
C) As peculiaridades dos cargos, levando-se em conta o grau de escolaridade, com direito à isonomia com carreira similar.
D) A realização de horas extras, estipuladas previamente na lei orgânica da carreira exercida.
E) A exigência de curso profissionalizante, cursado previamente à investidura do cargo público.

34- Sendo o Brasil uma federação, pode-se afirmar que
A) Os entes federativos podem se separar apenas por força de emenda à Constituição.
B) É vedada a secessão dos entes federativos.
C) É possível a criação de um novo Município, mediante a simples aprovação das populações envolvidas.
D) A secessão é permitida, desde que atendidos os requisitos constitucionais.

35- Suponha-se que o Governador do Estado de São Paulo queira nomear o Prefeito de Nova Odessa como Secretário Estadual de Meio Ambiente, para acumular ambas as funções.
De acordo com as previsões da Constituição Federal acerca das incompatibilidades e subsídios dos Prefeitos, a pretensão do Governador
A) É viável, desde que haja compatibilidade de horários entre ambas as funções e que seja respeitado o teto remuneratório também previsto na Constituição Federal.
B) Não é viável, pois perderá o mandato o Prefeito que assumir outro cargo ou função na Administração Pública Direta ou Indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público.
C) É viável, desde que haja compatibilidade de horários entre ambas as funções, e, nesse caso, por se tratarem de dois cargos de natureza política, não incidirá o teto remuneratório previsto na Constituição Federal.
D) Não é viável, pois perderá o mandato o Prefeito que assumir outro cargo ou função na Administração Pública Direta ou Indireta, mesmo que se trate de posse em virtude de concurso público.
E) É viável, sendo dispensável a demonstração de compatibilidade de horários, por ambos serem cargos de natureza política, incidindo, contudo, o teto remuneratório previsto na Constituição Federal.

36- Tendo por base a legislação e as práticas relativas à licitação, julgue o item subsequente.
A competência da União para estabelecer normas gerais de licitação não exclui a competência suplementar dos estados.
CERTO ERRADO

37- À luz do que disciplina a Constituição Federal sobre a organização da República Federativa do Brasil,
A) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por meio de emenda à Constituição.

B) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
C) Poderão ser instituídas pela União, mediante lei complementar, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
D) No âmbito da legislação concorrente, inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados não poderão exercer sua competência legislativa suplementar.
E) Compete aos Municípios organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte intermunicipal, que tem caráter essencial.

38- De acordo com a Constituição Federal, considerando apenas os dados aqui fornecidos, o servidor público ocupante, há cinco anos, de cargo efetivo da Administração direta, que se eleger Deputado Distrital, durante o exercício de seu mandato,
A) Ficará afastado de seu cargo, sendo contado seu tempo de serviço para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
B) Ficará afastado de seu cargo, sendo contado seu tempo de serviço para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.
C) Não ficará afastado do seu cargo se houver compatibilidade de horários, percebendo as vantagens de seu cargo efetivo, sem prejuízo da remuneração oriunda do mandato eletivo.
D) Não ficará afastado do seu cargo se houver compatibilidade de horários, percebendo apenas a remuneração referente ao exercício do mandato eletivo.
E) Perderá seu cargo e somente poderá prestar novo concurso público para exercer cargo no Distrito Federal após um ano do término do exercício do mandato eletivo.

39- De acordo com a Constituição Federal, compete
I. à União organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal.
II. privativamente à União legislar sobre direito civil, penal, eleitoral e do trabalho.
III. concorrentemente à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios legislar sobre desapropriação.
IV. privativamente à União zelar pela guarda da Constituição Federal.
Está correto o que se afirma APENAS em
A) I e II.
B) II e IV.
C) III e IV.
D) I, III e IV.
E) I, II e III.

40- Em relação ao regime de previdência de caráter contributivo e solidário assegurado aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, considere:
I. É vedada a percepção de mais de uma aposentadoria, sob dito regime, ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal.
II. O servidor que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória.
III. Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.
IV. Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de

referência para a concessão da pensão.
Em conformidade com a Constituição Federal, está correto o que se afirma em
A) II e III, apenas.
B) I, II, III e IV.
C) I, III e IV, apenas.
D) I, II e III, apenas.
E) I, II e IV, apenas.

➔ DIREITOS HUMANOS

41- Considerando a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, é correto afirmar que:
A) A pena de morte não pode ser restabelecida nos Estados em que tenha sido abolida.
B) Estabelece que o direito à reunião não se submete à qualquer restrição.
C) O Brasil não é signatário desta Convenção.
D) Permite a escravidão
E) Não trata de delitos ou de direitos políticos.

42- A Convenção Americana de Direitos Humanos proíbe que seja imposta a pena de morte a pessoa que, no momento da perpetração do delito, for menor de vinte e um anos ou maior de setenta.
CERTO ERRADO

43- A Convenção Americana de Direitos Humanos (1969), mais conhecida como Pacto de San José da Costa Rica, é importante norma internacional que, ao tratar de garantias judiciais, estabelece que "Toda pessoa acusada de um delito tem direito a que se presuma sua inocência, enquanto não for legalmente comprovada sua culpa".
Para tanto, durante o processo, toda pessoa tem direito, em plena igualdade, a algumas garantias mínimas, dentre as quais,
A) O direito do acusado de defender-se pessoalmente ou de ser assistido por um defensor de sua escolha e de comunicar-se, livremente e em particular, com seu defensor.
B) O direito do acusado de ser assistido por um tradutor ou intérprete, desde que o remunere adequadamente, caso não compreenda ou não fale a língua do juízo ou tribunal.
C) O acusado absolvido por sentença transitada em julgado não poderá ser submetido a novo processo pelos mesmos fatos, salvo se surgirem provas novas.
D) O processo penal deve ser sigiloso, dele somente devendo tomar conhecimento os órgãos repressivos estatais.
E) A confissão do acusado é válida, ainda que obtida mediante coação de qualquer natureza.

44- O Pacto de San José da Costa Rica proibiu a prisão civil por dívidas, mesmo aquelas relativas ao depositário infiel e em razão de inadimplemento de obrigação alimentar.
CERTO ERRADO

45- Segundo expressamente estabelecido pela Convenção Americana de Direitos Humanos, apresentar petições que contenham denúncias ou queixas de violação da Convenção por um Estado-parte perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos é da competência de:
A)Juízes criminais legalmente responsáveis para remeter o caso à Comissão
B)Membros da Defensoria Pública, do Ministério público, das Procuradorias Estaduais e Federais, além de representantes governamentais investidos na função de polícia judiciária.
C)Qualquer pessoa ou grupo de pessoas, ou entidade não governamental legalmente reconhecida em um ou mais Estados-membros da Organização.
D)Representantes do Ministério de Relações Exteriores de cada país interessado no esclarecimento da respectiva violação da Convenção.
E)Membros do Ministério Público legalmente investidos no respectivo cargo público de qualquer Estado-membro da Organização.

46- Em relação ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos, previsto na Convenção Americana

sobre Direitos Humanos (), assinale a alternativa correta.

A)Constitui atribuição da Comissão Interamericana de Direitos Humanos conhecer dos casos relativos à interpretação ou aplicação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos e proferir sentença que será definitiva e inapelável.

B)A Corte Interamericana de Direitos Humanos possui competência privativa para conhecer dos assuntos relacionados com o cumprimento dos compromissos as- sumidos pelos Estados Partes na Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

C)A Comissão Interamericana de Direitos Humanos compor-se-á de onze membros, que deverão ser pessoas de alta autoridade moral e de reconhecido saber em matéria de direitos humanos.

D)A Corte Interamericana de Direitos Humanos, a pedido de um Estado membro da Organização, poderá emitir pareceres sobre a compatibilidade entre qualquer de suas leis internas e os tratados concernentes à proteção dos direitos humanos nos Estados americanos.

E)No Estado brasileiro, compete privativamente ao Ministério Público Federal ou Estadual apresentar à Comissão petições que contenham denúncias ou queixas de violação da Convenção sobre Direitos Humanos por um Estado Parte.

47- Sobre o sistema interamericano de proteção dos direitos humanos, é correto afirmar que compõe - se de quatro principais instrumentos: a Carta da Organização dos Estados Americanos (1948), a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (1948), a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (1969) e o Protocolo Adicional à Convenção Americana em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1988), todos em vigor na ordem jurídica brasileira.

CERTO ERRADO

48- Considerando o Pacto de São José da Costa Rica, assinale a opção correta.

A)Mesmo não tendo sido prevista no referido pacto, a proteção da integridade psíquica de toda pessoa é dever dos Estados signatários, por força de orientação da Comissão Interamericana e da Corte Interamericana.

B)Os Estados signatários desse pacto comprometem-se a respeitar os direitos e liberdades nele reconhecidos e a garantir seu livre e pleno exercício às pessoas que estejam sujeitas à sua jurisdição.

C)Os Estados-partes são dispensados de adotar quaisquer medidas legislativas destinadas a garantir o exercício dos direitos e liberdades previstos nesse pacto, que se torna eficaz, no Estado-parte, a partir de sua assinatura.

D)Por não definir o significado da palavra pessoa, que é o sujeito dos direitos humanos por ele garantidos, o pacto possibilita que Estados-partes restrinjam, por meio da jurisprudência ou da legislação nacional, o significado do termo.

E)O pacto não prevê, expressamente, o direito de toda pessoa de ter reconhecida sua personalidade jurídica, embora se infira de suas disposições o dever de os Estados-partes reconhecerem esse direito.

49- Nos termos do previsto na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em caso de guerra, de perigo público, ou de outra emergência que ameace a independência ou segurança do Estado Parte, atendidas as demais disposições previstas no referido dispositivo legal, poderão ser suspensas obrigações contraídas pelo referido Estado Parte, EXCETO, aquelas relativas a:

A) Direito de reunião.
B) Liberdade de associação.
C) Direito à propriedade privada.
D) Direito à integridade pessoal.

50- O sistema internacional de proteção dos direitos humanos pode apresentar diferentes âmbitos de aplicação, daí poder se falar de sistemas global e regional. O instrumento de maior importância no sistema interamericano é a Convenção Americana de Direitos Humanos,

também denominada Pacto de San José da Costa Rica que;

A)Foi assinada em San José, Costa Rica, em 1969, tendo como Estados-membros todos os países das Américas do Norte, Central e do Sul, que queiram participar.

B)Substancialmente reconhece e assegura um catálogo de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, garantindo-lhes a plena realização.

C)Exige dos governantes dos Estados signatários estritamente obrigações de natureza negativas, como por exemplo o dever de não torturar um indivíduo.

D)Em face dos direitos constantes no texto, cada Estado-parte deve respeitar e assegurar o livre e pleno exercício desses direitos e liberdades, sem qualquer discriminação.

51- Quanto aos direitos civis contidos na Convenção Americana de Direitos Humanos, esta estabelece que;

A) Nos países em que não houverem abolido a pena de morte, esta só poderá ser imposta pelos delitos mais graves, em cumprimento de sentença final de tribunal competente e em conformidade com a lei que estabeleça tal pena, promulgada antes de o delito ter sido cometido.

B) Ninguém deve ser constrangido a executar trabalho forçado ou obrigatório, exceto em decorrência de crime considerado hediondo pela legislação do país que adotar punição específica para essa modalidade de crime, não podendo, porém, a respectiva pena ultrapassar 30 anos de reclusão.

C) Ninguém deve ser detido por dívidas. Este princípio, porém, não limita os mandados de autoridade judiciária competente expedidos em virtude de inadimplemento de obrigação alimentar ou do depositário infiel.

D) Todas as pessoas têm o direito de associar-se livremente com fins ideológicos, religiosos, políticos, econômicos, trabalhistas, sociais, culturais, desportivos ou de qualquer outra natureza, não podendo o Estado restringir ou suprimir o exercício do direito de associação aos membros das forças armadas e da polícia.

52- À luz da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto São José), julgue os seguintes itens.

I Admite-se a pena de morte em relação aos delitos políticos e aos delitos conexos com delitos políticos, devendo o Estado signatário fazer tal opção expressamente, quando da ratificação da Convenção.

II O direito à vida deve ser protegido pela lei desde o momento do nascimento, que se dá com o início do trabalho de parto.

III As penas privativas de liberdade têm por finalidade essencial a retribuição do mal causado.

IV Ninguém deve ser constrangido a executar trabalho forçado ou obrigatório. Nos países em que se prescreve, para certos delitos, pena privativa de liberdade acompanhada de trabalhos forçados, essa disposição não pode ser interpretada no sentido de proibir o cumprimento da dita pena, imposta por um juiz ou tribunal competente.

V Ninguém deve ser detido por dívidas. Esse princípio não limita os mandados de autoridade judiciária competente expedidos em virtude de inadimplemento de obrigação alimentar.

Estão certos apenas os itens

A)I e II.

B)I e III.

C)II e IV.

D)III e V.

E)IV e V.

53- Segundo o Pacto de São José da Costa Rica (Decreto 678/1.992), é INCORRETO afirmar que:

A) Ninguém pode ser privado de sua liberdade física, salvo pelas causas e nas condições previamente fixadas pelas constituições políticas dos Estados Partes ou pelas leis de acordo com elas promulgadas;

B) Toda pessoa detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou outra autoridade autorizada pela lei a exercer funções judiciais e tem direito a ser posta em liberdade, sem prejuízo de que prossiga o processo, não podendo sua liberdade ser condicionada a garantias;

C) Toda pessoa privada da liberdade tem direito a recorrer a um juiz ou tribunal competente, a fim de que este decida, sem demora, sobre a legalidade de sua prisão ou detenção e ordene sua soltura se a prisão ou a detenção forem ilegais; nos Estados- Partes cujas leis preveem que toda pessoa que se vir ameaçada de ser privada de sua liberdade tem direito a recorrer a um juiz ou tribunal competente a fim de que este decida sobre a legalidade de tal ameaça tal recurso não pode ser restringido nem abolido; o recurso pode ser interposto pela própria pessoa ou por outra pessoa;
D) Toda pessoa acusada de delito tem direito a que se presuma sua inocência enquanto não se comprove legalmente sua culpa;
E) Toda pessoa tem direito a ser ouvida, com as devidas garantias dentro de um prazo razoável, por um juiz ou tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação penal formulada contra ela, ou para que se determinem seus direitos ou obrigações de natureza civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer outra natureza.

54- A Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San Jose da Costa Rica) reproduz a maior parte das declarações de direitos constantes do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos de 1966. Contudo, existem novidades importantes, entre as quais se destaca o direito;
A)À propriedade privada cujo uso e gozo podem estar subordinados ao interesse social.
B)De toda criança adquirir uma nacionalidade.
C)Das minorias étnicas, religiosas ou linguísticas a ter sua própria vida cultural, de professar e praticar sua religião e usar sua língua.
D)À realização de greve, de acordo com condições preestabelecidas.
E)Das mulheres à licença-maternidade.

55- Na Organização dos Estados Americanos, qual dos tratados internacionais sobre Direitos Humanos prevê a proteção, a preservação e o melhoramento do meio ambiente?
A) Rio+20
B) Declaração de San José da Costa Rica
C) Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos
D) Protocolo de Cruz Alta sobre Direitos Humanos
E) Protocolo de Assunção sobre Direitos Humanos

56- A proteção, preservação e o melhoramento do meio ambiente estão previstos no Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos, também denominado;
A) Rio+20.
B) Protocolo de Cruz Alta.
C) Protocolo de Assunção.
D) Protocolo de San Salvador.
E) Declaração de San José da Costa Rica.

57- Nos termos do inciso LXVII do art. 5º da Constituição Federal de 1988, "não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel". À luz de decisão do Supremo Tribunal Federal, considerando os termos do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, assim como da Convenção Americana de Direitos Humanos, é CORRETO afirmar sobre a previsão constitucional da prisão civil do depositário infiel que;
A) É cláusula pétrea e, por tal razão, nenhum tratado internacional tem força suficiente para afastar a sua aplicabilidade sobre os casos concretos.
B) Foi revogada.
C) Não foi revogada e, exatamente por isso, continua sendo aplicável pelo poder judiciário brasileiro.
D) Não foi revogada, porém deixou de ter aplicabilidade diante do efeito paralisante desses tratados.

58- A Convenção Americana sobre Direitos Humanos e a Declaração Universal dos Direitos Humanos exigem a separação entre o suspeito de praticar infração penal que aguarda julgamento e o preso condenado.

CERTO ERRADO

59- A Constituição Federal não permite a sujeição do Brasil à jurisdição de Tribunais Internacionais.
CERTO ERRADO

60- A Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, também conhecido como Pacto de San Jose da Costa Rica, estabelece que;
A) Os direitos essenciais do homem derivam do fato de ele ser nacional de um determinado Estado e, por isso, merecem proteção no âmbito interno de cada país respectivamente.
B) Os Estados-Partes, signatários da Convenção, obrigam-se a respeitar os direitos e liberdades nela reconhecidos e a garantir seu livre e pleno exercício, sem discriminação alguma, aos seus cidadãos nacionais.
C) Os países que ainda não aboliram a pena de morte somente poderão impô-la aos delitos mais graves, tais como os crimes políticos, em cumprimento de sentença final de tribunal competente.
D) Toda pessoa tem direito a ser indenizada por erro judiciário, no caso de haver sido condenada em sentença passada em julgado, conforme a lei estabelecer.
E) Toda pessoa que for acusada de um delito tem direito a que se presuma sua inocência enquanto não se comprove legalmente sua culpa, mas, quando o delito em questão disser respeito à segurança nacional, a acusação formulada permanecerá sob sigilo, tendo acesso a ela apenas o Ministério Público.

➔ DIREITO PENAL PARTE GERAL

61-Uma conduta ilícita é contrária ao direito. Porém pode haver conduta típica que não seja ilícita, aparecendo as chamadas excludentes de ilicitude. Sobre esse assunto, assinale a alternativa correta.
A)Somente não será considerado crime quando o agente pratica o fato em estado de necessidade e legítima defesa.
B)As excludentes de ilicitude são apenas as definidas em Lei, especificamente determinadas pelo Código Penal, chamadas de excludentes de ilicitude legais.
C)No estado de necessidade, aplica-se a excludente ainda que o sujeito não tenha conhecimento de que age para salvar um bem jurídico próprio ou alheio.
D)Pode agir em estado de necessidade aquele que possui o dever legal de enfrentar o perigo.
E)São requisitos legais do estado de necessidade: perigo atual; ameaça a direito próprio ou alheio; situação não causada voluntariamente pelo sujeito; inexistência de dever legal de enfrentar o perigo.

62- Assinale a alternativa que NÃO contempla uma excludente de ilicitude.
A) Menoridade.
B) Exercício regular de direito.
C) Legítima defesa.
D) Estado de necessidade.
E) Estrito cumprimento de dever legal.

63- Não há de se falar em crime quando o autor pratica a conduta:
A)em estrito cumprimento de dever legal e no exercício regular de direito
B)em estrito cumprimento de dever legal e na obediência hierárquica
C)no exercício regular de direito e na coação moral irresistível
D)em excesso de estado de necessidade e na inimputabilidade
E)em legítima defesa recíproca e no erro de direito

64- Considere as regras básicas aplicáveis ao Direito Penal e ao Direito Processual Penal para assinalar a alternativa correta sobre a legítima defesa.
A) Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem
B) Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente ou não dos meios de que dispuser, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem
C) Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos

meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito próprio e não de outrem
D) Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente ou não dos meios de que dispuser, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito próprio e não de outrem
E) Entende-se em legítima defesa quem, usando dos meios de que dispuser, repele injusta agressão ou persegue quem a praticou, atual ou iminente, a direito próprio e não de outrem

65- Marque a alternativa CORRETA. MÉVIO adentrou numa residência subtraindo vários objetos de valor, mas ao sair colocou fogo na casa e trancou todos os moradores, caso
A)os vizinhos quebrem as portas da casa para salvar os moradores, eles praticam a legítima defesa.
B)os vizinhos quebrem as portas da casa para salvar os moradores, agem em estado de necessidade, pois o perigo era atual.
C)os vizinhos quebrem as portas da casa para salvar os moradores, não respondem pelo excesso doloso ou culposo.
D)os vizinhos quebrem as portas da casa para salvar os moradores, eles praticam apenas o crime de dano simples.
E)os vizinhos quebrem as portas da casa para salvar os moradores, eles praticam apenas o crime de violação de domicilio

66- Sabe-se que não há crime quando o agente pratica o fato em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento do dever legal ou no exercício regular de um direito, tratando-se os mencionados institutos de excludentes de ilicitude. Sobre essa temática, conforme o código penal, afirma-se que
A) pode alegar estado de necessidade quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo.
B) está em legítima defesa quem, usando imoderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu.
C) no estado de necessidade, embora seja razoável exigir-se o sacrifício do direito ameaçado, a pena poderá ser reduzida de um a dois terços.
D) o agente, em qualquer das hipóteses de excludente de ilicitude, responderá tão -somente pelo excesso doloso.

67- Quanto ao estado de necessidade, é CORRETO afirmar:
A) Há estado de necessidade, quando a pessoa atua diante de um perigo a que deu causa propositalmente.
B) Em situação que não extrapole os limites legais do exercício de sua profissão, pode o bombeiro militar deixar de socorrer uma pessoa em perigo alegando estado de necessidade.
C) Pode-se reconhecer o estado de necessidade se havia outro modo de evitar o perigo.
D) Caracteriza-se o estado de necessidade mesmo diante de situação de perigo que não seja atual ou iminente.
E) Um dos pressupostos do estado de necessidade é a demonstração da inevitabilidade do comportamento, ou seja, a demonstração de que não havia outra forma de atuar diante da situação de perigo.

68- Em relação à legítima defesa, assinale a opção INCORRETA.
A) Na legítima defesa, pode-se utilizar de qualquer meio à disposição para repelir ataque injusto.
B)A legítima defesa deve ser dirigida somente contra o agressor e não contra terceiros.
C)Não há que se falar em legítima defesa se uma pessoa se defende de um animal raivoso que a ataca na rua.
D)Considera-se requisito da legítima defesa: defesa de direito próprio (legítima defesa própria) ou de terceiros (legítima defesa de terceiros).
E)Considera-se a existência da legítima defesa somente quando se está diante de uma injusta agressão.

69- O abate de animal para proteger lavouras, ou pomares e rebanhos, da ação predatória, desde que autorizado pela autoridade competente, caracteriza
A)excludente de ilicitude.
B)descriminante putativa.
C)indiferente penal.

D)excludente da punibilidade.
E)erro sobre a ilicitude do fato.

70- Ângelo Asdrúbal, reconhecido mundialmente como notável lutador de boxe, já tendo sido campeão brasileiro e vice-campeão mundial na categoria de pesos médios ligeiros, em uma luta com Custódio na busca pela indicação para disputa do cinturão de campeão, obedecendo rigorosamente às regras do esporte lhe desfere diversos socos, os quais vêm a causar lesões gravíssimas em seu adversário (Custódio), ocasionando a morte. Analisando o caso proposto, pode-se afirmar que Ângelo:
A)praticou lesões corporais culposas (culpa inconsciente).
B)praticou lesões corporais de natureza grave, em razão dos ferimentos.
C)não será responsabilizado por ter agido em estrito cumprimento do dever legal.
D)não será responsabilizado por ter agido em exercício regular de direito.
E)praticou lesões corporais dolosas (dolo eventual).

71- Acerca da aplicação da lei penal, do conceito analítico de crime, da exclusão de ilicitude e da imputabilidade penal, julgue o item que se segue.
A legítima defesa é causa de exclusão da ilicitude da conduta, mas não é aplicável caso o agente tenha tido a possibilidade de fugir da agressão injusta e tenha optado livremente pelo seu enfrentamento.
CERTO ERRADO

72- No que se refere às causas de exclusão de ilicitude e à prescrição, julgue o seguinte item.
Ocorre legítima defesa sucessiva, na hipótese de legítima defesa real contra legítima defesa putativa.
Certo Errado

73- De acordo com o art. 23 do CP, não comete crime, por exclusão da ilicitude, aquele que pratica fato típico em
A)idade inferior a 18 (dezoito) anos.
B)circunstância de completa embriaguez, causada por força maior.
C)situação de extrema emoção.
D)situação de extrema paixão.
E)estado de necessidade, para salvaguardar direito alheio.

74- Considera-se em estado de necessidade quem
A) pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, ainda que nas circunstâncias seja exigível sacrifício.
B) exclusivamente em situação de calamidade pública, pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
C) pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se
D) exclusivamente em situação de calamidade pública, pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio (excluído direito alheio), cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se
E) pratica o fato para salvar de perigo iminente ou atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, ainda que nas circunstâncias seja exigível sacrifício.

75- Com relação à exclusão de ilicitude é correto afirmar:
A)Há crime quando o agente pratica o fato em exclusão de ilicitude, havendo, no entanto, redução da pena.
B)Considera-se em estado de necessidade quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.
C)Considera-se em legítima defesa quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas

circunstâncias, não era razoável exigir-se.
D)Pode alegar estado de necessidade mesmo quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo.
E)Ainda que o agente haja em caso de exclusão de ilicitude, este responderá pelo excesso doloso ou culposo.

76- Considere:
I. Cícerus aceitou desafio para lutar.
II. Marcus atingiu o agressor após uma agressão finda.
III. Lícius reagiu a uma agressão iminente.
Presentes os demais requisitos legais, a excludente da legítima defesa pode ser reconhecida em favor de
A)Lícius, apenas.
B)Cícerus e Marcus.
C)Cícerus e Lícius.
D)Marcus e Lícius.
E)Cícerus, apenas

77- Analise o caso a seguir.
Para repelir a arremetida de um cão feroz, o agente usa uma arma de fogo matando o animal. O animal tinha sido instado ao ataque pelo seu dono, o que era do conhecimento do agente.
O agente praticou o fato
A) em estado de necessidade.
B) em legítima defesa.
C) em exercício regular de direito.
D) em inexigibilidade de outra conduta.

78- Para o direito penal brasileiro, crime é o fato típico e ilícito. No entanto, a lei penal alinha causas que excluem a ilicitude da conduta típica, o que afasta a incidência da norma penal especial. Em relação às causas de exclusão de ilicitude, é correto afirmar:
A) Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que provocou por sua vontade, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
B) Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.
C) O exercício regular de direito consiste na atuação do agente dentro dos limites conferidos pelo ordenamento legal, afastando a incidência do crime mesmo quando o agente se excede dolosamente.
D) No estado de necessidade, ocorre uma repulsa contra um ataque, enquanto, na legítima defesa, há um conflito entre bens jurídicos legalmente tutelados.

79- Assinale a alternativa correta em relação à legítima defesa.
A)Exige o uso moderado dos meios.
B)Não admite o seu uso para defesa de direito de terceiro.
C)Pode ser usado como forma de repulsa a ato sofrido no passado.
D)Pode ser utilizada contra servidor público no exercício legal da função
E)Eventual excesso na sua utilização não poderá ser reprovado.

80- João passeava com seu filho de 3 anos em um bosque ermo quando um cão feroz, sem coleira e desacompanhado, tentou atacar a criança. Encontrando um tronco de madeira no chão, pegou o objeto e deu uma paulada no animal, que fugiu machucado. Diante da situação hipotética, João fo i denunciado.
Nesse caso, de acordo com o entendimento majoritário nos Tribunais pátrios,
A) João praticou o crime do Art. 32 da Lei n. 9.605 (Praticar ato de abuso, maus tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos.) e, por isso, deve ser condenado.
B) João atuou em legítima defesa, devendo ser absolvido.
C) João não poderá ter reconhecida a legítima defesa pelo fato de que esta causa de exclusão da ilicitude não pode ser aplicada quando a injusta agressão for praticada em face de terceiro.
D) João atuou em estado de necessidade, devendo ser absolvido.
E) João não poderá ter reconhecido o estado de necessidade, pois como pai ele tinha o dever legal de enfrentar o perigo.

PROFESSOR JUNIOR TAVARES

➔ DIREITO PENAL PARTE ESPECIAL

81- Considerando as seguintes alternativas, assinale a correta.
A) Quanto ao crime de extorsão mediante sequestro, é correto afirmar que a pena é aumentada quando o sequestro supera, no mínimo, 48 horas.
B) O emprego de arma não aumenta a pena no delito de extorsão.
C) O crime de furto ocorre quando o agente subtrai, para si ou para outrem, coisa alheia móvel, equiparando-se à coisa móvel, à energia elétrica ou a qualquer outra que tenha valor econômico.
D) A coisa abandonada pode ser objeto material do crime de furto.
E) De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, considera-se consumado o roubo apenas se o bem, objeto do delito, sai da esfera de vigilância da vítima.

82- Múcio, com o objetivo de ter a posse de um carro, abordou Cláudia, que dirigia devagar na saída de um estacionamento. Ao surpreendê-la, ele fez sinal para que ela parasse e, após Cláudia sair do veículo, Múcio a colocou, com violência, dentro do porta-malas, para impedir que ela se comunicasse com policiais que estavam próximos ao local. Horas depois do crime, Múcio liberou a vítima em local ermo.
Nessa situação hipotética, a conduta de Múcio o sujeita a responder pelo crime de
A) extorsão mediante sequestro.
B) roubo em concurso material com sequestro.
C) extorsão qualificada mediante a restrição da liberdade da vítima.
D) roubo qualificado, pelo agente ter mantido a vítima em seu poder, restringindo-lhe a liberdade.

83- No que diz respeito à extinção da punibilidade, julgue o item seguinte.
A extinção da punibilidade pela prática do crime de furto alcança o crime de receptação, haja vista que este último só foi possível em razão do primeiro.
CERTO ERRADO

84- Desejando roubar um estabelecimento comercial, Celidônio rouba primeiramente um carro, deixando-o ligado em frente ao estabelecimento para a facilitação de sua fuga. Quando Celidônio se afasta, Arlindo casualmente passa pelo local e, vendo o veículo ligado, opta por subtraí-lo, dirigindo ininterruptamente até ingressar em outro Estado da Federação. Nesse contexto, é correto falar que Arlindo cometeu crime de:
A) furto.
B) roubo.
C) receptação
D) roubo majorado
E) furto qualificado.

85- Considere as seguintes afirmações a respeito dos crimes contra o patrimônio.
I. Tratando-se de crime de roubo, o juiz poderá substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa, se o criminoso é primário e se é de pequeno valor a coisa objeto do roubo.
II. No delito de estelionato a pena será aplicada em dobro se o crime for cometido contra idoso.
III. O delito de receptação não admite a forma qualificada.
Quais são INCORRETAS?
A) Apenas I.
B) Apenas II.
C) Apenas III.
D) Apenas I e III.
E) I, II e III.

86- Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência caracteriza o crime de:
A) Furto.
B) Receptação.
C) Roubo.
D) Extorsão.
E) Furto qualificado.

87- NÃO pode ser objeto de furto:
A) bem imóvel.
B) energia elétrica.
C) aeronave.
D) cavalo de raça.

E) caixa de refrigerantes.

88- Um funcionário da Farmácia Vida Boa é o responsável pelo pagamento das contas da sociedade empresarial junto ao estabelecimento financeiro. Em determinada data, quando levava R$ 2.000,00 ao Banco para depósito a pedido do gerente da sociedade, decide, no caminho, ficar com R$ 1.000,00 para si e apenas depositar na conta os outros R$ 1.000,00. Não falsifica, porém, qualquer comprovante de depósito, mas simplesmente não o entrega ao responsável. Considerando a situação narrada, a conduta do funcionário configura:

A) apenas ilícito civil, sendo penalmente atípica;
B) crime de furto;
C) crime de estelionato;
D) crime de receptação;
E) crime de apropriação indébita.

89- Segundo entendimento do STJ, do STF e da doutrina dominante acerca do direito penal, julgue o item subsequente.
A utilização de arma inidônea, como forma de intimidar a vítima do delito de roubo, não caracteriza a elementar grave ameaça prevista nesse tipo penal.
CERTO ERRADO

90- O crime de estelionato é praticado quando alguém:

A) constrange outrem, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar fazer alguma coisa;
B) subtrai, para si ou para outrem, coisa alheia móvel consistente em vantagem ilícita, em prejuízo alheio, com abuso de confiança, ou mediante fraude;
C) obtém, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento;
D) se apropria de coisa alheia móvel, de que tem a posse ou a detenção, mediante grave ameaça ou recurso fraudulento;
E) se apropria de coisa alheia com valor econômico vinda ao seu poder por erro, caso fortuito ou força da natureza, mediante fraude.

91- A respeito dos crimes contra o patrimônio, julgue o item a seguir.
O crime de extorsão mediante sequestro, desde que se prove que a intenção do agente era, de fato, sequestrar a vítima, se consuma no exato instante em que a pessoa é sequestrada, privada de sua liberdade, independentemente de o(s) sequestrador(es) conseguir(em) solicitar(em) ou receber(em) o resgate.
CERTO ERRADO

92- A respeito dos crimes contra o patrimônio, julgue o item a seguir.
Considere que um indivíduo tenha encontrado, na rua, um celular identificado e totalmente desbloqueado. Considere, ainda, que esse indivíduo tenha mantido o objeto em sua posse, deixando de restituí-lo ao dono. Nessa situação, só existirá infração penal se o legítimo dono do objeto tiver reclamado a sua posse e o objeto não lhe tiver sido devolvido.
CERTO ERRADO

93- Beltrano, aproveitando-se da greve da força estadual de segurança pública, invade casa de eletrodomésticos a noite, arromba a porta de acesso e subtrai televisão. Após ampla divulgação do acontecido pelos meios de imprensa, Beltrano arrependido devolve a televisão. Considerando o exposto, e correto afirmar que Beltrano:

A) Não cometeu crime algum, visto que devolveu a televisão.
B) Cometeu o crime de roubo, visto que agiu quando a força de segurança do Estado se encontrava de greve.
C) Cometeu o crime de apropriação indébita, visto que inobstante tenha subtraído devolveu o objeto
D) Cometeu o crime de furto, sendo irrelevante para consumação do citado crime a devolução da televisão.
E) Cometeu o crime de estelionato visto que agiu com ardil se aproveitando da greve da força de segurança do Estado.

94- Dois rapazes, A e B, moradores do mesmo condomínio, praticam as seguintes condutas: A subtrai, com animus furandi, um aparelho de ginástica, que fica na área comum do condomínio, e o coloca no quarto de seu apartamento. B, aproveitando-se de que um vizinho viajou, pega as chaves do automóvel dele para "dar uma volta" durante a noite, devolvendo, horas depois, o referido automóvel, intacto e com o tanque cheio, no mesmo lugar
Se A e B forem descobertos, as infrações penais que eles responderão são
A)A, por furto qualificado, e B, por crime nenhum.
B)A, por furto de coisa comum, e B, por crime nenhum.
C)ambos por furto qualificado.
D)A, por furto de coisa comum e B, por apropriação indébita.
E)A, por furto qualificado, e B, por estelionato.

95- A respeito "Dos Crimes contra o Patrimônio", previstos no Código Penal, assinale a alternativa correta:
A)O crime de furto praticado pelo sobrinho em prejuízo do tio, em que ambos coabitam na mesma residência, somente se procede mediante representação.
B)O filho que pratica roubo contra o seu pai somente será processado mediante representação deste último.
C)O filho que pratica furto contra o seu pai maior de sessenta anos fica isento de pena.
D)Somente se procede mediante representação o crime de extorsão praticado pela esposa contra o seu marido, na constância da sociedade conjugal.

96- Tomando por base os tipos penais de crimes contra o patrimônio, complete as lacunas abaixo para, ao final, escolher a sequência CORRETA:
I - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência.
II - Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar fazer alguma coisa.
III - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.
IV - Exigir ou receber, como garantia de dívida, abusando da situação de alguém, documento que pode dar causa a procedimento criminal contra a vítima ou contra terceiro.
A) estelionato, extorsão indireta, roubo, extorsão
B) roubo, extorsão, estelionato, extorsão indireta.
C) estelionato, apropriação indébita, fraude, dano.
D) estelionato, roubo, extorsão indireta, extorsão

97- Astuto Mendes, ao tomar conhecimento de que a empresa Engemax faria o conserto e a manutenção em seu parque de informática, apresentou-se falsamente como técnico da empresa Betamax Manutenção de Computadores. Utilizando-se de uma carteira de identidade e crachá falsificados, fez-se passar por um funcionário da empresa que prestava assistência técnica a Engemax. Dessa forma, obteve autorização para recolher 24 computadores. De posse das máquinas, alienou-as imediatamente. Astuto Mendes cometeu o crime de
A) peculato.
B) apropriação indébita.
C) estelionato.
D) furto simples.
E) furto qualificado.

98- Eufrosina, experiente psicóloga e conhecedora profunda das técnicas de hipnose, propõe a sua amiga Ambrosia hipnotizá-la, sob o argumento de curá-la de um trauma da infância. Acreditando na cura, Ambrosia aceita a terapia. Estando sob os efeitos da hipnose e das determinações de Eufrosina, Ambrosia entrega-lhe um colar de brilhantes,

que já era cobiçado pela psicóloga há anos. Eufrosina vai embora surrupiando a joia. Assim, Eufrosina praticou o crime de:

A) roubo próprio.
B) furto simples.
C) furto qualificado
D) roubo impróprio.
E) apropriação indébita.

99- Paulo e João foram surpreendidos nas dependências da Câmara dos Deputados quando subtraíam carteiras e celulares dos casacos e bolsas de pessoas que ali transitavam. Paulo tem dezessete anos e teve acesso ao local por intermédio de João, que é servidor da Casa.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

A conduta de João se enquadra no tipo penal de apropriação indébita, uma vez que ele subtraía os referidos bens valendo-se da facilidade que lhe proporcionava sua atividade profissional.

Certo Errado

100- No que concerne ao crime de receptação, analise as seguintes assertivas:

I. Não é punível se desconhecido o autor do crime de que proveio a coisa.
II. Não é punível se isento de pena o autor do crime de que proveio a coisa.
III. A pena para a figura simples dolosa (CP, art. 180, caput) é aplicada em dobro caso se trate de bem da União.

As assertivas estão, respectivamente:

A) correta; correta; incorreta.
B) incorreta; correta; incorreta.
C) correta; correta; correta.
D) incorreta; incorreta; incorreta.
E) incorreta; incorreta; correta.

"O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos, no mínimo fará coisas admiráveis."

PROFESSOR JUNIOR TAVARES

GABARITO RODADA 07

ADMINISTRATIVO

1- D	2- C	3- C	4- D	5- E
6- C	7- B	8- D	9- ERRADO	10- ERRADO
11- ERRADO	12- A	13- D	14- B	15- B
16- A	17- ERRADO	18- B	19- E	20- E

CONSTITUCIONAL

21- D	22- CERTO	23- ERRADO	24- E	25- E
26- D	27- C	28- E	29- E	30- CERTO
31- ERRADO	32- D	33- A	34- B	35- B
36- CERTO	37- B	38- A	39- A	40- B

DIREITOS HUMANOS

41- A	42- ERRADO	43- A	44- ERRADO	45- C
46- D	47- CERTO	48- B	49- D	50- D
51- A	52- E	53- B	54- A	55- C
56- D	57- D	58- ERRADO	59- ERRADO	60- D

DIREITO PENAL- PARTE GERAL

61- E	62- A	63- A	64- A	65- B
66- C	67- E	68- A	69- A	70- D
71- ERRADO	72- ERRADO	73- E	74- C	75- E
76- A	77- B	78- B	79- A	80- D

DIREITO PENAL – PARTE ESPECIAL

81- C	82- D	83- ERRADO	84- E	85- D
86- C	87- A	88- E	89- ERRADO	90- C
91- CERTO	92- ERRADO	93- D	94- B	95- A
96- B	97- C	98- A	99- ERRADO	100- E

PROFESSOR JUNIOR TAVARES

QUESTÕES DE RODADA 08

➔ DIREITO ADMINISTRATIVO

01- De acordo com a Constituição Federal, as fundações têm sua criação autorizada por lei específica, e seu âmbito de atuação regulada por lei complementar. De acordo com a Constituição Federal, qual alternativa apresenta uma característica encontrada nas fundações?

A)Possuem personalidade jurídica de direito público.
B)Os seus patrimônios no são considerados públicos.
C)Pode incorrer a usucapião em relação ao seu patrimônio.
D)Suas regras são adversas a de uma autarquia.
E)Não respondem objetivamente pelos prejuízos causados pelos seus agentes.

02- A respeito das disposições constitucionais referentes à Administração Pública, julgue o item.

A proibição de acumulação remunerada de cargos públicos não se estende a empregos e funções nem abrange autarquias, fundações e empresas públicas.

CERTO ERRADO

03- Assinale a alternativa correta.

A)As sociedades de economia mista possuem personalidade jurídica de direito público e integram a administração pública direta.
B)As empresas públicas possuem personalidade jurídica de direito público e integram a administração pública direta e indireta.
C)As fundações não possuem personalidade jurídica e integram a administração pública direta.
D)As empresas públicas possuem personalidade jurídica de direito público e privado e integram exclusivamente a administração pública direta.
E)As autarquias possuem personalidade jurídica de direito público e integram a administração pública indireta.

04- Com referência às características dos órgãos e das entidades da administração direta e indireta federal, julgue o seguinte item.

O Ministério da Educação é um exemplo de órgão componente da administração pública direta integrado à estrutura administrativa da União.

CERTO ERRADO

05- Com referência às características dos órgãos e das entidades da administração direta e indireta federal, julgue o seguinte item.

Empresas públicas federais têm personalidade jurídica, não necessitam de lei específica que autorize sua criação e podem ter patrimônio próprio.

CERTO ERRADO

06- Assinale a opção que indica entidades que apresentam personalidade jurídica de direito privado, são criadas mediante autorização por lei, desempenham atividade econômica e estão sujeitas ao controle estatal.

A) autarquia e fundação
B) sociedade de economia mista e fundação
C) fundação e empresa pública
D) empresa pública e sociedade de economia mista
E) autarquia e empresa pública

07- Uma sociedade de economia mista prestadora de serviços públicos de abastecimento de água à população

A)integra a Administração pública indireta, submetendo-se a regime jurídico de direito privado em suas relações, sejam elas contratuais ou funcionais, o que impede a submissão das mesmas a normas e princípios típicos da Administração direta.
B)não se submete à necessidade de realização de licitações para contratação de serviços e outros objetos pertinentes à sua gestão operacional, pois se trata de pessoa jurídica de direito privado.
C)responde civilmente pelos danos causados por seus servidores no exercício de suas funções, sob a modalidade subjetiva, para evitar concorrência desleal e ofensa ao princípio da isonomia.
D)tem regime de bens integralmente aderente ao regime jurídico de direito público, para tutela do seu escopo de atividades, sendo necessária lei formal

para autorizar a alienação de qualquer de seus bens.
E)submete-se à responsabilidade extracontratual nos mesmos moldes da Administração direta, em razão do seu escopo de atuação, respondendo objetivamente pelos danos causados por seus agentes no exercício de suas atividades.

08- Os órgãos públicos são unidades de atribuições das funções estatais e, como tal,
A)só estão presentes na Administração direta, destinando-se à execução de atividades estritas de Estado, impassíveis de serem delegadas à Administração indireta.
B)são sempre unitários, não podendo se subdividir em outras unidades de atribuições, o que desnaturaria sua função.
C)devem apresentar somente um detentor do poder decisório, não admitindo a composição plural para emissão de vontades.
D)são sempre autônomos e independentes, não podendo se subordinar a outros órgãos para execução de suas tarefas.
E)também podem estar presentes na organização da Administração pública indireta, como, por exemplo, para estruturação de uma autarquia.

09- As sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica
A) editam atos administrativos e celebram contratos administrativos, independentemente de sua área de atuação, pois se submetem a regime jurídico de direito público, ainda que se trate de pessoas jurídicas de direito privado, na medida em que integram a Administração pública indireta.
B) submetem-se a regime jurídico integralmente de direito privado, não lhes sendo exigida a submissão a normas e princípios de direito público, sob pena de inviabilizar sua participação em igualdade de competição no mercado.
C) devem ter previsão em seus estatutos sobre o regime jurídico a que se sujeitam, público ou privado, o que as predicará para participação no mercado em igualdade de competição ou observância das normas de direito público, tal como obrigatoriedade de submissão à licitação.
D) são formas de participação do Estado em atividades econômicas, submetendo-se a algumas normas de direito público, em razão da participação pública na composição do capital, embora sujeitas a regime jurídico típico das empresas privadas.
E) atuam em regular competição no mercado, tal qual as sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos, e sob regime estritamente privado, a fim de que sua existência não configure ofensa à livre competição.

10- Quanto à definição legal, as empresas públicas são entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio e capital exclusivo da União, Distrito Federal, Estados ou Municípios, criadas por lei para exploração de atividade econômica que o governo seja levado a exercer por força de contingência, ou de conveniência administrativa, podendo ser constituída de quaisquer das formas admitidas em direito (S/A e Ltda.).
Assinale a alternativa que NÃO está de acordo com as características de uma empresa pública conforme a definição apresentada:
A) Personalidade jurídica de direito privado sob qualquer das formas jurídicas admitidas.
B) Prestação de serviço público ou exploração de atividade econômica com controle exercido pelo Tribunal de Contas.
C) Concurso público ou processo seletivo para contratação de pessoal, que se dá pelo regime celetista.
D) Autorização legal para criação e controle do capital da União, Distrito Federal, Estados ou Municípios.

11- Assinale a opção que indica a modalidade de administração do Estado em que há transferência de serviços e competências para outras pessoas jurídicas.
A) concentrada.
B) desconcentrada.
C) particularizada.
D) descentralizada.
E) funcionalizada.

12- Em decorrência de diversos escândalos de corrupção ocorridos no país, um município decide criar uma Controladoria Geral para aprimorar o controle interno na gestão municipal.
Acerca da criação da Controladoria Geral do município, assinale a afirmativa correta.
A) Possui personalidade jurídica própria.
B) Não será subordinada à Administração Direta.
C)Representa uma desconcentração da função administrativa.
D)É uma entidade política com capacidade de auto-organização.
E)Não integra a Administração Pública no sentido amplo.

13- A constituição de uma pessoa jurídica para integrar a Administração indireta depende
A) de autorização legislativa para instituição, no caso das sociedades de economia mista, cujo regime jurídico típico de direito privado não afasta a necessidade de se submeter a determinadas regras e princípios aplicáveis às pessoas jurídicas de direito público.
B) de lei para criação do ente, quando se tratar de empresas estatais de natureza jurídica típica de direito privado, independente do objeto social, não se lhes aplicando o regime jurídico de direito público.
C) de lei autorizativa, no caso das autarquias, seguida de afetação de patrimônio e arquivamento de atos constitutivos segundo a legislação civil vigente.
D) do arquivamento dos atos constitutivos no caso das autarquias, seguido de edição de Decreto homologatório pelo Chefe do Executivo.
E) de lei autorizativa para criação de qualquer ente, independentemente da natureza jurídica, fazendo constar como anexo do ato normativo os atos constitutivos da pessoa jurídica.

14- Centros de competência especializada dispostos na intimidade de uma pessoa jurídica, sem personalidade jurídica e vontade próprias, com intenção de garantir a especialização nas atividades prestadas com maior eficiência, são chamados pela doutrina de Direito Administrativo de:
A)órgãos, sejam da Administração Direta, sejam as entidades de direito público da Administração Indireta, e somente podem ser criados ou extintos por meio de lei;
B)autarquias, que fazem parte da Administração Indireta, e somente podem ser criadas por meio de lei específica, após regular processo legislativo;
C)fundações públicas, que fazem parte da Administração Indireta, e podem ser criadas por meio de qualquer ato normativo;
D)entidades da Administração Indireta, que podem ser criadas por meio de qualquer ato normativo, após regular processo administrativo ou legislativo;
E)entidades da Administração Direta, que somente podem ser criadas ou extintas por meio de lei, após regular processo legislativo.

15- São pessoas jurídicas da Administração Indireta de direito privado:
A) autarquias.
B) fundações públicas.
C) fundações governamentais.
D) agências reguladoras.
E) associações públicas.

16- Trata-se da constituição de uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União ou à entidade da administração indireta.
O texto acima faz referência à(às):
A) Sociedade de Economia Mista.
B) Fundações Públicas.
C) Autarquias.
D) Empresa Pública.
E) Sociedade individual.

17- Considerando que foi constituído uma empresa na forma de serviço autônomo, criado por Lei com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu

melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.
Com base no texto acima, a empresa constituída é uma:
A) Autarquia.
B) Empresa Pública.
C) Sociedade de economia mista.
D) Fundação Pública.
E) Empresa Municipal.

18- No que concerne às entidades integrantes da Administração indireta, tem-se que as
I. empresas públicas possuem personalidade jurídica de direito público, eis que desempenham serviço público não exclusivo.
II. sociedades de economia mista somente podem ter por objeto social a exploração de atividade econômica em regime de competição no mercado.
III. as autarquias são dotadas de poderes de autoadministração em relação ao ente instituidor, sujeitando-se, contudo, ao controle finalístico decorrente do poder de tutela.
Está correto o que se afirma APENAS em
A) I.
B) III.
C) II e III
D) I e II.
E) I e III.

19- Um determinado Estado da federação entendeu por bem distribuir determinado feixe de competências à pessoa jurídica a ser instituída que deverá, para bem desempenhá-lo, ter personalidade jurídica de direito público e integrar a Administração pública estadual. Para tanto,
A) poderá optar em criar, desde que obtenha autorização legislativa para tanto, autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista, sendo que estas duas últimas entidades se submetem a controle central, mas a autarquia, ao contrário, mantém relação de hierarquia com o ente criador.
B) poderá, por decisão discricionária, optar por criar autarquia ou empresa pública, a primeira por lei e a segunda obtendo-se, previamente ao registro de seus atos, autorização legislativa.
C) deverá criar por lei específica autarquia, atribuindo-lhe a titularidade e execução das referidas competências.
D) poderá, por contrato ou ato administrativo unilateral, transferir a execução das competências a pessoa jurídica preexistente.
E) deverá criar, por lei específica, consórcio público, constituindo-o como associação pública ou pessoa jurídica de direito privado, para a gestão das competências que se pretende descentralizar.

20- Considere que determinado Município do Estado do Amazonas entendeu por bem criar estruturas despersonalizadas e regionalizadas, integrantes de sua Secretaria da Saúde, destinadas à dispensação de medicamentos à população. A decisão considerou a grande dimensão territorial e densidade demográfica da urbe, o que permitiu concluir que a partição de competências racionalizaria e tornaria mais adequada a prestação do serviço público de saúde à população. As repartições regionalizadas em questão são exemplo de
A) desconcentração, sendo que os órgãos criados, a despeito de integrarem a estrutura da Administração direta, respondem pessoalmente por seus atos, podendo, como regra, figurar no polo passivo de ações.
B) desconcentração, técnica por meio da qual a Administração cria órgãos destituídos de personalidade jurídica, que compõem a hierarquia da Administração direta.
C) descentralização, técnica por meio da qual a Administração cria órgãos com personalidade jurídica própria, que passam integrar sua Administração indireta.
D) relação desenvolvida com o denominado terceiro setor, que passa a integrar a Administração, gerindo equipamentos públicos.
E) descentralização, técnica por meio da qual a Administração cria pessoas jurídicas com personalidade jurídica própria, mas subordinadas hierarquicamente à Administração central.

PROFESSOR JUNIOR TAVARES

➔ DIREITO CONSTITUCIONAL

21- Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, compete privativamente ao Presidente da República

A) sancionar, promulgar e fazer publicar as leis e emendas à Constituição, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução.

B) nomear os Ministros de Estado, após aprovação pelo Senado Federal.

C) editar medidas provisórias e decretos-lei, com força de lei.

D) celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional, podendo essa atribuição ser delegada aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.

E) conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.

22- A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguinte(s) órgão(s):

A)Polícia federal, Polícia Penal

B)Polícia rodoviária federal e polícia ferroviária federal.

C)Polícias civis e polícias militares e corpos de bombeiros militares.

D)Todas as alternativas acima estão corretas.

23- Considere situação hipotética em que o Presidente da República renuncia ao cargo no início do mandato. Assumindo o Vice-Presidente, há processo de impeachment que reconhece a existência de crime de responsabilidade. Considerando que a vacância de ambos os cargos ocorreu no primeiro ano do período presidencial, assinale a alternativa correta.

A)Na hipótese do enunciado, haverá eleição indireta para ambos os cargos no prazo de 30 dias depois de aberta a última vaga.

B)Na hipótese do enunciado, competirá ao Congresso Nacional eleger o Presidente da República, no prazo de 30 dias.

C)Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, haverá eleição 90 dias depois de aberta a última vaga.

D)Na situação narrada, assumirá o Presidente do Senado Federal até o final do mandato.

E)Diante da hipótese narrada, assumirá definitivamente o Presidente da Câmara dos Deputados.

24- Em uma situação hipotética, José das Couves e Fulano de Tal são eleitos em 2018, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da República. No entanto, em setembro de 2021, ambos vêm a falecer em trágico acidente aéreo. Pelas regras constitucionais atualmente vigentes,

A)deve ser realizada eleição em noventa dias.

B)assume a Presidência da República o Presidente da Câmara dos Deputados, tendo como vice o Presidente do Supremo Tribunal Federal.

C)deve ser realizada eleição, pelo Congresso Nacional, em trinta dias.

D)assume a Presidência da República o Presidente do Supremo Tribunal Federal, até completar o período de seus antecessores.

E)deve ser realizada eleição direta em sessenta dias.

25- Com base nas disposições constitucionais acerca de princípios, direitos e garantias fundamentais, julgue o item a seguir.

O presidente da República, embora nomeie os ministros que compõem o Supremo Tribunal Federal, não interfere na função jurisdicional desse órgão.

CERTO ERRADO

26- Divulgado o resultado final de um concurso público para o preenchimento de vagas em cargo público de natureza civil, da administração direta federal, os aprovados foram nomeados.

Considerando essa situação hipotética e a legislação pertinente, julgue o item a seguir.
O cargo público em questão poderia ter sido criado por lei ou por decreto do presidente da República.
CERTO ERRADO

27- Julgue o item a seguir, relativo à organização administrativa do Estado e aos poderes da República Federativa do Brasil.
O presidente da República ficará suspenso de suas funções nos crimes de responsabilidade, após instauração do processo pelo Senado Federal.
CERTO ERRADO

28- Tão logo foi noticiado o falecimento de um Ministro do Supremo Tribunal Federal, o Presidente da República recebeu comunicado, exarado por associação de classe, de que, escolhido o candidato pela Câmara dos Deputados e aprovado o nome pelo Senado Federal, ele seria nomeado pelo Presidente da República.
À luz da sistemática constitucional, o referido procedimento está errado, porque
A)a escolha e a nomeação competem ao Presidente da República, enquanto a aprovação cabe ao Senado Federal.
B)a escolha e a aprovação competem ao Presidente da República, enquanto a nomeação cabe ao Senado Federal.
C)a escolha compete ao Presidente da República, a aprovação à Câmara dos Deputados e a nomeação ao Senado Federal.
D)a escolha e a aprovação competem ao Senado Federal, enquanto a nomeação cabe ao Presidente da República.
E)a escolha compete ao Presidente da República, enquanto a aprovação e a nomeação cabem ao Senado Federal.

29- No que se refere à organização dos poderes, julgue o item que segue.
A Constituição Federal de 1988 prevê que atos do presidente da República contra probidade na administração são crimes de responsabilidade.
CERTO ERRADO

30- No que se refere à organização dos poderes, julgue o item que segue.
A concessão de indulto é competência indelegável do presidente da República.
CERTO ERRADO

31- Nos termos da Constituição Federal, às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem,
A)ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.
B)com exclusividade, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.
C)ressalvada a competência da União, as atribuições estaduais de polícia judiciária e administrativa.
D)com exclusividade, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais.
E)ressalvada a competência da União, as atribuições estaduais de polícia judiciária e administrativa e a apuração de infrações penais.

32- Nos termos da Constituição Federal, a segurança pública é responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Os governos federal, estaduais e municipais têm o compromisso de realizar investimentos para melhorar esta área através de atribuições específicas.
Analise as afirmações a seguir, assinalando (V) para as VERDADEIRAS e (F) para as FALSAS.
( ) A Polícia Federal destina-se a prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência.
( ) Os municípios poderão constituir guardas municipais destinados à proteção dos seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.
( ) As polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia

judiciária e a apuração de infrações penais, exceto dos militares.
( ) O Governo Federal, através do poder executivo, é o responsável pela criação da guarda municipal para a proteção de bens, serviços e instalações.
( ) Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.
Marque a opção que apresenta a sequência CORRETA.
A) V – V – F – V – F.
B) V – F – F – V – F.
C) V – V – V – F – V.
D) F – F – F – V – F.
E) F – F – V – F – V.

33- Com relação ao Poder Executivo na CF, julgue o item.
Além de suas funções básicas de administração, o Poder Executivo conserva, como atividades típicas, a legislação, de que é exemplo a medida provisória, e o julgamento, ilustrado pelas hipóteses de contencioso administrativo.
CERTO ERRADO

34- Em meio a medidas de contenção de despesas e reorganização dos órgãos da Administração federal, o Presidente da Repú-blica pretende extinguir cargos e funções vagos, em todos os Ministérios. Para atingir esse fim específico, à luz da Constituição Federal, o Presidente da República
A)poderá editar decreto, independentemente de lei que o autorize.
B)poderá editar decreto, desde que lei prévia o autorize.
C)deverá editar medida provisória, com força de lei.
D)deverá remeter mensagem ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa.
E)não possui competência.

35- A Constituição Federal atribui ao Presidente da República competência privativa para
A)exercer, com o auxílio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, a direção superior da Administração federal.
B)vetar propostas de emendas à Constituição, total ou parcialmente.
C)sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução.
D)permitir, nos casos previstos em lei ordinária, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente.
E)celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Senado Federal.

36- O Presidente da República foi acusado da prática de crime de responsabilidade perante o Senado Federal. Em resposta, afirmou que a acusação não poderia ser endereçada à referida Casa Legislativa.
À luz da sistemática constitucional, a defesa apresentada pelo Presidente da República deve ser:
A)acolhida, pois a acusação deveria ter sido endereçada ao Supremo Tribunal Federal;
B)rejeitada, pois o Senado Federal deve receber a acusação para que o processo se inicie no Supremo Tribunal Federal;
C)acolhida, pois a acusação deveria ter sido endereçada ao Superior Tribunal de Justiça;
D)rejeitada, pois o Senado Federal deve receber a acusação para que o processo se inicie na Câmara dos Deputados;
E)acolhida, pois a acusação deveria ter sido endereçada à Câmara dos Deputados.

37- A segurança viária, nos termos da Constituição Federal,
A)compreende a educação, engenharia e fiscalização de trânsito, bem como a execução de atividades de polícia judiciária e apuração de infrações penais em matéria de trânsito, além de outras atribuídas em lei aos agentes de trânsito.
B)compete, no âmbito dos Municípios, às guardas municipais, que poderão cumular com essa outras atividades destinadas à proteção de bens, serviços, instalações municipais e de polícia ostensiva e preservação da ordem pública.

C)é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio nas vias públicas, competindo, no âmbito dos Estados, aos respectivos órgãos ou entidades executivos e seus agentes de trânsito.
D)compreende atividades previstas em lei, que assegurem ao cidadão o direito à mobilidade urbana eficiente, de competência, no âmbito da União, das polícias rodoviária e ferroviária federal.
E)compete, no âmbito da União, à polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e estruturado em carreira.

38- Ao presidente da República cabe
I- a chefia de Estado e a de governo.
II- manter relações com Estados estrangeiros, bem como acreditar seus representantes diplomáticos.
III- permitir que forças estrangeiras transitem em território nacional ou nele permaneçam.
Assinale a opção correta.
A)Apenas o item I está certo.
B)Apenas o item II está certo.
C)Apenas o item III está certo.
D)Todos os itens estão certos.

39- De acordo com a CF, julgue o próximo item a respeito do Poder Executivo.
É possível que os ministros de Estado, o procurador-geral da República e o advogado-geral da União recebam delegação de atribuições para exercerem matéria privativa do presidente da República.
CERTO ERRADO

40- Atente ao que se diz a respeito dos órgãos de segurança pública do Brasil, previstos na Constituição Federal de 1988, e assinale com V o que for verdadeiro e com F o que for falso.
( ) A Polícia Federal é mantida pela União e tem por destinação, dentre outras, prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
( ) Nas rodovias federais, a Polícia Federal fiscaliza, prioritariamente, veículos que transportam cargas.
( ) As Polícias Civis Estaduais incumbem-se, ressalvada a competência da União, das funções, dentre outras, de apuração de infrações penais, inclusive infrações militares.
( ) As Polícias Militares Estaduais são subordinadas aos governadores dos estados e são responsáveis pelo policiamento ostensivo e preventivo, e pela manutenção da ordem pública. A sequência correta, de cima para baixo, é:
A) V, F, F, V.
B) F, V, F, V.
C) V, F, V, F.
D) F, V, V, F.

➔ DIREITOS HUMANOS

41- É correto afirmar que consta do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, que a pena de morte não deverá ser imposta em casos de crimes cometidos por pessoas menores de 21 (vinte e um) anos nem aplicada a pessoas em estado de doença grave.
CERTO ERRADO

42- É direito previsto no Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos:
A)A vedação da prisão para quem não puder cumprir uma obrigação contratual.
B)Jovens e adultos presos podem ser agrupados, ao passo que os idosos ficarão separados, devendo ser julgados o mais breve possível.
C)Pessoas processadas serão sempre separadas das pessoas condenadas, recebendo tratamento distinto, condizente com sua condição de pessoa não condenada.
D)A vedação da pessoa se submeter a experiências médicas ou científicas, ainda que com seu livre consentimento.

43- O Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos possibilita a adoção de medidas de restrição e suspensão de quaisquer direitos em situações excepcionais que ameacem a existência do Estado democrático.
CERTO ERRADO

44- No tocante ao direito de liberdade, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos estabelece que

A)Ninguém poderá ser obrigado a executar trabalhos forçados ou obrigatórios, ainda que por ordem da justiça.
B)Nenhuma pena de restrição da liberdade poderá ultrapassar o prazo de trinta anos.
C)Ninguém poderá ser preso apenas por não poder cumprir com uma obrigação contratual.
D)Qualquer pessoa vítima de prisão decorrente de aplicação da lei penal terá direito à fiança.
E)A soltura de pessoas presas preventivamente não poderá estar condicionada a garantias que assegurem o seu comparecimento aos atos do processo.

45- O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos somente considera justificável que os Estados-partes signatários restrinjam o direito de reunião pacífica caso
I. haja interesse da segurança nacional.
II. haja interesse da segurança ou ordem públicas.
III. seja necessário para proteção da saúde ou a moral públicas.
IV. haja falta de autorização da autoridade competente.
V. seja necessário para proteção dos direitos e liberdades das demais pessoas.
Está correto o que se afirma APENAS em
A) II, III e IV.
B) I, II, III e V.
C) II e V.
D) I, II e IV.
E) I e III.

46- Assinale a alternativa correta em relação ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos.
A) Dispõe que qualquer condenado à morte terá o direito de pedir indulto ou comutação da pena.
B) Reconhece o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequadas, assim como a uma melhoria contínua de suas condições de vida.
C) Proíbe a pena de morte em qualquer hipótese para menores de 21 anos e para as mulheres grávidas.
D) Estabelece que o ensino superior deve ser tornado acessível a todos em plena igualdade, em função das capacidades de cada um, por todos os meios apropriados e nomeadamente pela instauração progressiva da educação gratuita.
E) Reconhece expressamente o direito de todas as pessoas à segurança social, incluindo os seguros sociais.

47- Segundo o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, qualquer pessoa acusada de infração penal goza de presunção de inocência até que a sua culpabilidade tenha sido legalmente estabelecida, tendo direito, pelo menos, às seguintes garantias:
I. Ser prontamente informada, numa língua que ela compreenda, de modo detalhado, acerca da natureza e dos motivos da acusação apresentada contra ela.
II. Ser julgada em no máximo um ano.
III. Fazer-se assistir de um intérprete, se não compreender ou não falar a língua utilizada no tribunal.
IV. Comunicar com um advogado da sua escolha e dispor do tempo, no mínimo dez dias, para a preparação da defesa.
É correto o que se afirma APENAS em
A) I e III.
B) I e II.
C) II e III.
D) III e IV.
E) II e IV.

48- O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, de 1966, garante o direito do homem e da mulher de contrair casamento e constituir família, porém, a fim de evitar confrontos de caráter cultural com alguns dos Estados-membros não tratou da dissolução dessa união.
CERTO ERRADO

49- O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, de 1966 prevê que a pena de morte não deverá ser imposta sob nenhuma hipótese, salvo em situação de guerra.
CERTO ERRADO

50- O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos garante o direito de autodeterminação dos povos, exprimindo, assim, uma tomada de consciência universal sobre a urgência de se superar o colonialismo e o imperialismo.
CERTO ERRADO

51- O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos reconhece, sem restrições, o direito de reunião pacífica.
CERTO ERRADO

52- O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos já apresenta uma preocupação com os imigrantes clandestinos, estabelecendo que estes também têm o direito de circular livremente no território de um Estado.
CERTO ERRADO

53- O Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos prevê que qualquer pessoa presa ou encarcerada em virtude de infração penal deverá ser conduzida, sem demora, a presença do juiz ou de outra autoridade habilitada por lei a exercer funções judiciais e terá o direito de ser julgada em prazo razoável ou de ser posta em liberdade.
CERTO ERRADO

54- O Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos não prevê, expressamente, a proibição por lei de qualquer apologia do ódio nacional, racial ou religioso que constitua incitamento a discriminação, a hostilidade ou a violência.
CERTO ERRADO

55- Está em consonância com o disposto no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos que ninguém poderá ser privado do direito de entrar em seu próprio país, exceto se estiver sendo formalmente acusado de terrorismo.
CERTO ERRADO

56- Está em consonância com o disposto no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos que não haverá penas restritivas de direitos.
CERTO ERRADO

57- Está em consonância com o disposto no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos que toda pessoa que for presa e possuir diploma de curso superior terá direito a cela especial e separada dos demais presos.
CERTO ERRADO

58- Está em consonância com o disposto no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos que se, depois de perpetrado o delito, a lei estipular a imposição de pena mais leve, o delinquente não poderá dela beneficiar-se.
CERTO ERRADO

59- Está em consonância com o disposto no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos que ninguém poderá ser obrigado a executar trabalhos forçados ou obrigatórios.
CERTO ERRADO

60- Com relação à pena de morte, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos dispõe que
A) Obriga todos os Estados que ainda a apliquem a tomarem medidas para a sua abolição.
B) Não deverá ser imposta em casos de crime cometido por menores de 18 anos, nem aplicada a mulheres em estado de gravidez.
C) É vedada sua imposição a pessoas maiores de 60 anos e a pessoas portadoras de deficiências físicas.
D) Pode ser adotada livremente, desde que devidamente aprovada pelo respectivo Parlamento.
E) É totalmente vedada a sua adoção, ficando os Estados que ainda a adotem obrigados a suspendê-la de imediato.

➔ DIREITO PENAL PARTE GERAL

61- Julgue o item que se segue, relativo à imputabilidade penal.

A embriaguez completa provocada por caso fortuito é causa de inimputabilidade do agente.
CERTO ERRADO

62- Julgue o item que se segue, relativo à imputabilidade penal.
Pessoas doentes mentais, que tenham dezoito ou mais anos de idade, mesmo que sejam inteiramente incapazes de entender o caráter ilícito da conduta criminosa ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, são penalmente imputáveis.
CERTO ERRADO

63- Atualmente muito se tem discutido nos veículos de comunicação em relação a uma possível redução da maioridade penal. Para fins práticos, segundo a legislação atual, a maioridade penal começa:
A)À zero hora do dia em que a pessoa completa dezoito anos de idade;
B)À hora correspondente a de seu nascimento, no dia do décimo oitavo aniversário;
C)Á meia-noite do dia do décimo oitavo aniversário;
D)Ao meio-dia dia do décimo oitavo aniversário, na hipótese de ser desconhecida a hora exata do nascimento;
E)Ao meio-dia dia do décimo oitavo aniversário em qualquer hipótese.

64- Sobre a imputabilidade penal, marque a alternativa INCORRETA:
A)Tem sua pena diminuída o Agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
B)Não exclui a imputabilidade penal a embriaguez voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos.
C)Não excluem a imputabilidade penal, a emoção ou a paixão.
D)Os menores de 18(dezoito) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.
E)É isento de pena o Agente que, por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

65- No estudo da culpabilidade, que para alguns atua como requisito do crime e, para outros, como pressuposto da pena, algumas questões não oferecem controvérsia. A esse respeito, assinale a afirmativa INCORRETA.
A)A emoção e a paixão não excluem a imputabilidade.
B)A coação moral resistível e a obediência hierárquica excluem a culpabilidade por não ser exigível outro comportamento.
C)A legislação penal vigente adotou o critério biológico puro com relação aos menores de 18 anos, havendo presunção absoluta de sua inimputabilidade.
D)São causas de exclusão da imputabilidade a doença mental, a menoridade e a embriaguez completa acidental.
E)O erro de proibição pode excluir ou atenuar a culpabilidade.

66- Marcelo, pessoa com 27 (vinte e sete) anos de idade, agrediu e feriu uma criança de 10 (dez) anos de idade. Ocorre que Marcelo, em virtude de perturbação de saúde mental, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
Está correto afirmar que Marcelo:
A)deve ser responsabilizado penalmente, sem qualquer benefício, porque a agressão foi dolosa
B)é isento de pena, porque ele é inimputável, ficando sujeito à aplicação de medida de segurança.
C)pode ter a pena reduzida de um a dois terços.
D)deve ser responsabilizado penalmente, sem qualquer benefício, porque era maior de 18 (dezoito) anos.
E)é isento de pena, uma vez que a criança maltratada só tinha dez anos de idade.

67- Assinale a alternativa que completa corretamente o texto a seguir:

Bernardo, gerente de banco, teve sua família sequestrada. Diante disso, foi obrigado pelos sequestradores a subtrair dinheiro do cofre da agência bancária em que trabalha e entregar a eles. Bernardo não deve ser responsabilizado criminalmente, por ausência de_____.

A) antijuridicidade;
B) culpabilidade;
C) tipicidade;
D) ilicitude;
E) punibilidade.

68- Acerca da imputabilidade penal, julgue o item a seguir.
A doença mental e o desenvolvimento mental incompleto ou retardado, por si só, afastam por completo a responsabilidade penal do agente.
CERTO ERRADO

69- Acerca da imputabilidade penal, julgue o item a seguir.
A embriaguez completa, culposa por imprudência ou negligência — aquela que resulta na perda da capacidade do agente de entender o caráter ilícito de sua conduta —, no momento da prática delituosa, não afasta a culpabilidade.
CERTO ERRADO

70- São causas de inimputabilidade previstas no Código Penal, além de doença mental e desenvolvimento mental incompleto ou retardado:
A)emoção e paixão; embriaguez completa, decorrente de caso fortuito ou força maior; idade inferior a 18 anos.
B)idade inferior a 16 anos; embriaguez voluntária; coação irresistível.
C)idade inferior a 18 anos; embriaguez completa, decorrente de caso fortuito ou força maior.
D)idade inferior a 21 anos; embriaguez completa, decorrente de caso fortuito ou força maior; legítima defesa.
E)emoção e paixão; idade inferior a 18 anos; embriaguez preordenada.

71- No dia 25 de fevereiro de 2014, na cidade de Ariquemes, Felipe, nascido em 03 de março de 1996, encontra seu inimigo Fernando na rua e desfere diversos disparos de arma de fogo em seu peito com intenção de matá-lo. Populares que presenciaram os fatos, avisaram sobre o ocorrido a familiares de Fernando, que optaram por transferi-lo de helicóptero para Porto Velho, onde foi operado. No dia 05 de março de 2014, porém, Fernando não resistiu aos ferimentos causados pelos disparos e veio a falecer ainda no hospital de Porto Velho. Considerando a situação hipotética narrada e as previsões do Código Penal sobre tempo e lugar do crime, é correto afirmar que, em relação a estes fatos, Felipe será considerado:
A)inimputável, pois o Código Penal adota a Teoria da Atividade para definir o tempo do crime, enquanto que o lugar do crime é definido pela Teoria da Ubiquidade;
B)inimputável, pois o Código Penal adota a Teoria da Atividade para definir o tempo do crime, enquanto que o lugar é definido pela Teoria do Resultado;
C)imputável, pois o Código Penal adota a Teoria do Resultado para definir tanto o tempo quanto o lugar do crime;
D)imputável, pois o Código Penal adota a Teoria da Ubiquidade para definir o momento do crime, enquanto que a Teoria da Atividade determina o lugar;
E)inimputável, pois o Código Penal adota a Teoria da Atividade para definir tanto o tempo quanto o local do crime.

72- Beltrano e Ciclano saem juntos para comemorar o sucesso obtido em concurso público. Beltrano não pode ingerir em hipótese alguma bebida alcoólica. Entretanto, Ciclano coloca as escondidas álcool no refrigerante de Beltrano. Ao tomar o refrigerante, Beltrano perde a capacidade de se comportar conforme o direito e de entender inteiramente o caráter ilícito de seus atos. Totalmente fora de si, Beltrano quebra uma garrafa na cabeça de Ciclano que falece. Considerando o exposto, e correto afirmar:
A)Beltrano está isento de pena porque no momento que ceifou a vida de Ciclano encontra-se em situação de inimputabilidade.
B)Beltrano não cometeu nenhum crime, visto que está amparado pela excludente de estado de necessidade.

C)Beltrano responderá por homicídio, pois a embriaguez em nenhuma hipótese o isenta de pena.
D)Beltrano responderá por homicídio visto que deveria ser mais cuidadoso para não ingerir bebida alcoólica.
E)Beltrano está isento de pena porque agiu sob coação irresistível.

73- Assinale a alternativa correta em relação à menoridade.
A)É causa que exclui o crime.
B)É causa de diminuição da pena.
C)É causa que exclui a culpabilidade.
D)Permite a aplicação da atenuante da menoridade.
E)Permite imediatamente a liberdade mediante fiança.

74- A respeito do princípio da legalidade, da relação de causalidade, dos crimes consumados e tentados e da imputabilidade penal, julgue os itens seguintes.
É isento de pena o agente que, por embriaguez voluntária completa, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato.
CERTO ERRADO

75- Marcos Alexandre, nascido às 22:00 do dia 15 de julho de 1990, subtrai no dia 15 de julho de 2008, às 10:00 horas a bolsa de Marinilda Peixoto, sendo imediatamente detido por Agente Policial, que o conduz a Delegacia de Polícia. Ao prestar seu depoimento, declara Marcos Alexandre ser menor de idade, uma vez que somente completaria os 18 anos após as 22:00 horas do referido dia 15 de julho de 2008. Com relação ao fato narrado é correto afirmar:
A)Marcos Alexandre é considerado menor de idade, até as 22:00 horas do dia 15 de julho de 2008
B)Marcos Alexandre é considerado maior de idade, se o depoimento tiver sido prestado após as 22:00 horas do dia 15 de julho de 2008
C)Marcos Alexandre é considerado maior de idade, porque praticou o ato no dia em que completou 18 anos
D)Marcos Alexandre é considerado maior de idade, a partir do dia 16 de julho de 2008
E)Marcos Alexandre é considerado menor de idade, uma vez que a maioridade penal se alcança aos 21 anos

76- A respeito do direito penal, julgue os itens que se seguem.
Em relação à menoridade penal, o Código Penal adotou o critério puramente biológico, considerando penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos de idade, ainda que cabalmente demonstrado que entendam o caráter ilícito de seus atos.
CERTO ERRADO

77- Joaquim, mediante um soco desferido contra o rosto da frágil Maria, obrigou-a a assinar um cheque no valor de R$ 5.000,00, utilizando-o para saldar uma dívida em um comércio, sabendo que não existia tal importância no banco. O cheque foi depositado e devolvido. Assim, Maria:
A)praticou o crime de estelionato (fraude no pagamento por meio de cheque).
B)não praticou crime, pois estava sob coação física irresistível.
C)não praticou crime, pois estava sob coação moral irresistível.
D)não praticou crime, pois estava sob estado de necessidade.
E)não praticou crime, pois estava sob legítima defesa.

78- No tocante à culpabilidade, à ilicitude e às suas respectivas excludentes, julgue os itens que se seguem.
Em sede de inimputabilidade penal, basta simplesmente que o agente padeça de alguma enfermidade mental e que a referida doença seja comprovada mediante prova pericial para isenção de pena ou de culpabilidade.
CERTO ERRADO

79- No tocante à culpabilidade, à ilicitude e às suas respectivas excludentes, julgue os itens que se seguem.
A coação irresistível, que constitui causa de exclusão da culpabilidade, é a coação moral, porquanto a coação física atinge diretamente a

voluntariedade do ato, eliminando, se irresistível, a própria conduta.
CERTO ERRADO

80- Julgue os itens seguintes, com relação ao direito penal, em especial, a tipicidade, ilicitude, culpabilidade e punibilidade.
A culpabilidade apresenta-se quando a conduta do agente é contrária ao direito.
CERTO ERRADO

➔ DIREITO PENAL PARTE ESPECIAL

81- Ficou comprovado que houve assassinato, pela única razão de menosprezo à condição de mulher, praticado por Samuel contra sua vizinha Maria de Fátima, de trinta anos de idade, que possuía um filho ao qual deu à luz dois meses exatos antes do crime. Com base nas disposições da Lei no 13.104/2015 (Lei do Feminicídio), nesse caso, o crime de feminicídio
A)está caracterizado e a pena prevista em lei será aumentada de um terço até a metade.
B)não está caracterizado, pois não houve violência doméstica.
C)está caracterizado em sua modalidade simples, não havendo aumento de pena.
D)está caracterizado e a pena prevista em lei será aumentada de um a dois terços.
E)está caracterizado e a pena prevista em lei será aumentada de um sexto a um terço.

82- O indivíduo que mata um integrante do sistema prisional, no exercício da função ou em decorrência dela, em razão dessa condição, comete crime de:
A)tortura.
B)homicídio culposo.
C)homicídio qualificado.
D)feminicídio.
E)homicídio simples.

83- Maria, foi morta por seu companheiro Gilmar motivado por razões de sua condição de sexo feminino, com o menosprezo e discriminação à condição feminina e violência doméstica e familiar. A tipificação penal para este crime é
A)homicídio culposo.
B)homicídio qualificado à traição, por se tratar de companheiro.
C)feminicídio.
D)genocídio.
E)homicídio simples.

84- Sobre o crime de homicídio, assinale a alternativa correta.
A)Incorre na pena prevista para o homicídio aquele que auxilia alguém a matar-se, por exemplo, emprestando-lhe arma de fogo.
B)Constitui hipótese de qualificadora do homicídio ter este sido cometido de forma premeditada.
C)inexistindo, no Código Penal, a previsão para a modalidade culposa do homicídio, apenas incide na pena a ele cominada aquele que o pratica com dolo, direto ou eventual.
D)É qualificado o homicídio quando o agente o pratica para ocultar outro crime.
E)É isento de pena quem pratica o homicídio sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima.

85- Considera-se causa de diminuição de pena, o fato do agente ter praticado o homicídio:
A)Por motivo fútil.
B)Com uso de veneno, fogo, asfixia ou outro meio insidioso ou cruel.
C)Impelido por relevante valor moral ou social.
D)Com recebimento de recompensa.
E)À traição ou emboscada.

86- Em relação ao crime de homicídio, observada a jurisprudência majoritária dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que
A)o homicídio somente pode ser praticado a título de dolo direto ou eventual, não sendo admitida a forma culposa.
B)se trata de crime enquadrado como hediondo, sempre que for homicídio qualificado, podendo, ainda, o homicídio simples, em algumas hipóteses legais, ser enquadrado como crime hediondo.
C)se trata de crime previsto em lei como hediondo, mesmo em se tratando de homicídio privilegiado.

D)o homicídio simples, em qualquer hipótese legal, se enquadra como crime hediondo.
E)apenas o homicídio qualificado se enquadra legalmente como crime hediondo.

87- "A", querendo causar a morte de "B", descarrega contra este sua arma de fogo, atingindo--o por seis disparos. "B", socorrido por populares e levado ao pronto--socorro, é submetido à cirurgia de emergência e sobrevive.
Diante do exposto, "A" poderá responder pelo crime de:
A)homicídio culposo tentado, pois "B" somente não morreu por circunstâncias alheias à vontade de "A".
B)lesão corporal dolosa, uma vez que "B", apesar de ser atingido, não morreu.
C)lesão corporal dolosa e homicídio doloso tentado, pois "B" somente não morreu por circunstâncias alheias à vontade de "A".
D)homicídio doloso consumado, pois "B" somente não morreu por circunstâncias alheias à vontade de "A".
E)homicídio doloso tentado, pois "B" somente não mor-reu por circunstâncias alheias à vontade de "A".

88- O autor de homicídio praticado com a intenção de livrar um doente, que padece de moléstia incurável, dos sofrimentos que o atormentam (eutanásia), perante a legislação brasileira,
A)não cometeu infração penal.
B)responderá por crime de homicídio privilegiado.
C)responderá por homicídio qualificado pelo motivo torpe.
D)responderá por homicídio simples.
E)responderá por homicídio qualificado pelo motivo fútil.

89- Após com animus necandi esfaquear por diversas vezes seu vizinho somente pelo fato dele ter vibrado com o gol do seu time de coração, Juliano se arrepende e leva a vítima para o hospital sendo a mesma salva por força do atendimento médico realizado. Todavia, em razão das lesões causadas, a vítima ficou impossibilitada de exercer suas ocupações habituais por 40 dias, o que foi reconhecido por laudo médico complementar. Diante deste quadro, Juliano deverá:
A)responder por tentativa de homicídio simples.
B)responder por tentativa de homicídio qualificado pelo motivo fútil.
C)responder por lesão corporal de natureza grave.
D)responder por lesão corporal simples.
E)ser absolvido, por ter desistido de prosseguir no crime.

90- Manoel estava cortando uma laranja com um canivete em seu sítio, distraído, quando seu primo, Paulo, por mera brincadeira, veio por trás e deu um grito. Em razão do susto, Manoel virou subitamente, ferindo Paulo no pescoço, provocando uma lesão que o levou a óbito. Logo, Manoel:
A)não praticou crime, pois agiu por ato reflexo.
B)praticou o crime de homicídio culposo.
C)praticou o crime de homicídio doloso por dolo direto.
D)praticou crime de homicídio doloso por dolo eventual.
E)praticou crime de lesão corporal seguida de morte.

91- Considere a seguinte situação hipotética.
Patrício, penalmente capaz, matou Joaquim por ter olhado de forma libidinosa para a sua namorada e foi processado por crime de homicídio qualificado por motivo fútil. A defesa de Patrício requereu a redução da pena sob o argumento de que o réu teria agido por motivo de relevante valor moral.
Nessa situação hipotética, a qualificadora por motivo fútil, se reconhecida, será incompatível com a tese da defesa de homicídio privilegiado.
CERTO ERRADO

92- Determinado motorista, embriagado, que percorria, a 150 km/h, trecho de movimentada via pública onde a velocidade máxima permitida era de 50 km/h, atropelou e feriu gravemente um pedestre que

circulava pela calçada. Única vítima, o pedestre faleceu cinco dias após o acidente, em consequência das lesões sofridas com o atropelamento.
Nessa situação hipotética, o motorista deverá ser responsabilizado pelo crime de
A)lesão corporal grave.
B)lesão corporal culposa.
C)lesão corporal seguida de morte.
D)homicídio culposo.
E)homicídio doloso.

93) Pedro, esposo ciumento, ao chegar em casa, surpreendeu sua esposa, Maria, na cama com outro homem. Maria, ao ser apanhada em flagrante, ofendeu verbalmente Pedro, com palavras de baixo calão. Em choque, o marido traído, completamente enraivecido e sob domínio de violenta emoção, desferiu dois tiros de revólver, matando Maria e ferindo seu amante. O laudo de exame cadavérico atestou não só o óbito de Maria, mas também que ela estava grávida de dois meses, circunstância desconhecida por Pedro. Com base na situação hipotética acima apresentada, julgue os itens a seguir, a respeito dos crimes contra a pessoa.
Por ter cometido homicídio logo após injusta provocação da vítima, tendo agido sob domínio de violenta emoção, Pedro estará isento de pena.
CERTO ERRADO

94- João, movido por motivo torpe, procurou Pedro, uma criança de nove anos de idade, e o agrediu a socos, pontapés e pedradas, causando-lhe ferimentos graves. No mesmo contexto, vendo que Pedro continuava vivo, deferiu-lhe um tiro na cabeça, ocasionando-lhe a morte. João responderá por
A) lesão corporal agravada
B) lesão corporal seguida de morte.
C) homicídio qualificado.
D) homicídio simples.

95- Sobre o homicídio culposo, é correto afirmar que:
A)não admite perdão judicial.
B)admite a compensação das culpas do agente e da vítima.
C)admite as formas tentada e consumada.
D)sua pena é aumentada se o agente foge para evitar a prisão em flagrante.
E)não admite concorrência de culpas, mas sua pena é aumentada se coexistirem condutas culposas por parte da mesma pessoa.

96- João, com a intenção de matar, desferiu golpes de faca em seu irmão José. Antes de desferir o golpe fatal, atendendo aos apelos de sua mãe que implorava para que poupasse a vida de José, João parou de agredir o irmão. Por insistência de sua mãe, João socorreu José, que sobreviveu com lesões corporais que, embora tenham causado risco de vida, se regeneraram em vinte dias.
Sobre a situação hipotética, assinale a alternativa correta.
A) João responderá por lesões corporais graves em razão da desistência voluntária.
B) João responderá por tentativa de homicídio com redução de pena pelo arrependimento posterior.
C) João responderá por lesões corporais leves em razão da desistência voluntária.
D) João responderá por tentativa de homicídio.
E) João não responderá por crime.

97- A policial Michele Putin, na noite de 14 de março de 2018, quando retornava para sua casa, após liderar uma exitosa operação contra o tráfico de entorpecentes na comunidade de "Miracema do Norte", foi abordada por dois homens armados e friamente assassinada. Num fenomenal trabalho investigatório, a Polícia Civil logrou êxito em identificar os assassinos como sendo os irmãos Jorge e Ernesto Petralha, apurando que tal homicídio se deu em represália pelas prisões ocorridas quando da citada operação policial.
Diante desse quadro, podemos asseverar que os assassinos responderão por:
A) Feminicídio, conduta tipificada no art. 121, § 2°, VI CP.
B) Homicídio funcional, conduta tipificada no art. 121, § 2°, VII CP.

C) Homicídio qualificado por motivo fútil, conduta tipificada no art. 121, § 2°, II CP.
D) Homicídio qualificado por motivo torpe, conduta tipificada no art. 121, § 2°, II CP.

98- A pena no homicídio culposo é aumentada de 1/3 (um terço),
I. Se o crime resulta de inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício.
II. Se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima.
III. Se o agente foge para evitar prisão em flagrante.
IV. Se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (quatorze) ou maior de 60 (sessenta) anos.
V. Se o crime for praticado por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança, ou por grupo de extermínio.
Está correto o que se afirma APENAS em
A) I, II e IV.
B) II, III e IV.
C) I, II e III.
D) II, III e V.
E) I, III e V.

99- Com relação aos crimes em espécie, julgue o item que se segue, considerando o entendimento firmado pelos tribunais superiores e a doutrina majoritária.
Situação hipotética: João, penalmente imputável, dominado por violenta emoção após injusta provocação de José, ateou fogo nas vestes do provocador, que veio a falecer em decorrência das graves queimaduras sofridas. Assertiva: Nessa situação, João responderá por homicídio na forma privilegiada-qualificada, sendo possível a concorrência de circunstâncias que, ao mesmo tempo, atenuam e agravam a pena.
CERTO ERRADO

100- João decide agredir fisicamente Pedro, seu desafeto, provocando-lhe vários ferimentos. Porém, durante a luta corporal, João resolve matar Pedro, realizando um disparo de arma de fogo contra a vítima, sem contudo, conseguir atingi-lo. A polícia é acionada, separando os contendores. Diante do caso hipotético, João responderá
A) apenas por lesões corporais.
B) apenas por tentativa de homicídio.
C) por rixa e disparo de arma de fogo.
D) por lesões corporais consumadas e disparo de arma de fogo.
E) por lesões corporais consumadas e homicídio tentado.

“Eu faço da dificuldade a minha motivação. A volta por cima vem na continuação”.

PROFESSOR JUNIOR TAVARES

GABARITO RODADA 08

ADMINISTRATIVO

1- A	2- ERRADO	3- E	4- CERTO	5- ERRADO
6- D	7- E	8- E	9- D	10- D
11- D	12- C	13- A	14- A	15- C
16- A	17- A	18- B	19- C	20- B

CONSTITUCIONAL

21- E	22- D	23- C	24- C	25- CERTO
26- ERRADO	27- CERTO	28- A	29- CERTO	30- ERRADO
31- A	32- C	33- ERRADO	34- A	35- C
36- E	37- C	38- D	39- CERTO	40- A

DIREITOS HUMANOS

41- ERRADO	42- A	43- ERRADO	44- C	45- B
46- A	47- A	48- ERRADO	49- ERRADO	50- CERTO
51- ERRADO	52- ERRADO	53- CERTO	54- ERRADO	55- ERRADO
56- ERRADO	57- ERRADO	58- ERRADO	59- CERTO	60- B

DIREITO PENAL- PARTE GERAL

61- CERTO	62- ERRADO	63- A	64- A	65- B
66- C	67- B	68- ERRADO	69- CERTO	70- C
71- A	72- A	73- C	74- ERRADO	75- C
76- CERTO	77- C	78- ERRADO	79- CERTO	80- ERRADO

DIREITO PENAL – PARTE ESPECIAL

81- A	82- C	83- C	84- D	85- C
86- B	87- E	88- B	89- C	90- A
91- CERTO	92- E	93- ERRADO	94- C	95- D
96- A	97- B	98- C	99- CERTO	100- B

PROFESSOR JUNIOR TAVARES

QUESTÕES RODADA 09

➔ ADMINISTRATIVO

01- Assinale a alternativa INCORRETA acerca do que preconiza o Direito Administrativo sobre a organização administrativa.

A) Órgão Público pode ser definido como pessoa jurídica de natureza pública, com personalidade jurídica própria e com atribuições para atuar em prol do interesse público.

B) As Secretarias de Estado são órgãos públicos que integram a administração direta.

C) As áreas em que poderão atuar as fundações públicas são definidas e estabelecidas por lei complementar.

D) As empresas públicas e as sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado.

E) Um ministério criado no âmbito da União é órgão sem personalidade jurídica própria, sendo componente da administração direta.

02- Na descentralização, o Estado distribui algumas de suas atribuições para outras pessoas, físicas ou jurídicas. A descentralização administrativa pode ocorrer por serviços ou por colaboração. A respeito da delegação por colaboração, é correto afirmar:

A) Transfere a titularidade e execução do serviço por prazo. Indeterminado e possui controle finalístico.

B) O controle é rígido e amplo e transfere a titularidade e execução do serviço.

C) Transfere a titularidade e execução do serviço por lei e por prazo indeterminado.

D) Transfere apenas a execução do serviço por contrato por tempo determinado e por ato unilateral por tempo indeterminado.

E) O controle se dá por tutela ou supervisão e transfere apenas a execução do serviço por contrato por tempo indeterminado.

03- No que tange as fundações públicas regidas pelo direito público, é INCORRETO afirmar que:

A) Também são denominadas autarquias fundacionais.

B) Gozam de prazos dilatados para manifestação em juízo.

C) Seus contratos administrativos devem decorrer de procedimento licitatório, na forma da lei.

D) Seus atos administrativos gozam de presunção de legitimidade.

E) Seus atos constitutivos devem ser inscritos junto ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

04- Analise as assertivas abaixo concernentes a Organização Administrativa.

I - As empresas públicas possuem regime de direito público.

II - As autarquias são pessoas jurídicas de direito público, hierarquicamente subordinadas aos entes federativos.

III - O capital da empresa pública é integralmente público, sem participação de particulares.

IV - Sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a entidade da administração indireta.

V – As empresas públicas deverão ser constituídas pela forma de sociedade anônima.

A quantidade de itens CORRETOS é igual a:

A) 1.
B) 2.
C) 3.
D) 4.
E) 5.

05- Com relação à organização da Administração Pública brasileira, assinale a alternativa correta.

A) A sociedade de economia mista será criada por lei específica e será constituída como sociedade limitada ou como sociedade anônima.

B) A autarquia poderá ser criada com personalidade jurídica de direito público ou com personalidade jurídica de direito privado, no interesse da Administração.

C) Toda empresa pública estará sujeita a supervisão ministerial.
D) A sociedade de economia mista poderá ser criada com personalidade jurídica de direito público.
E) A empresa pública será criada por lei específica e será constituída, obrigatoriamente, como sociedade anônima.

06- Entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios". A entidade da administração indireta conceituada é uma:
A) Autarquia.
B) Empresa pública.
C) Fundação pública.
D) Sociedade de economia mista.

07- Assinale a opção correta a respeito da administração pública direta e indireta.
A) As autarquias são criadas por lei com personalidade jurídica de direito público, não por destinação para o exercício de atividade econômica, mas sim de atividades típicas da administração pública.
B) As entidades da administração indireta criadas diretamente por lei específica são pessoas jurídicas de direito privado.
C) As sociedades de economia mista têm por destinação a exploração de atividade econômica e jamais podem atuar como prestadora de serviços públicos.
D) São de direito privado as empresas públicas, mas as sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito público.
E) Todo órgão, em Função do seu escalão hierárquico, goza de personalidade jurídica.

08- Observe os conceitos trazidos pela doutrina de Direito Administrativo para as seguintes entidades que integram a Administração indireta:
I- Pessoa jurídica de direito público que desenvolve atividade típica de Estado, com liberdade para agir nos limites da lei específica que a criou;
II- Pessoa jurídica de direito privado, criada por autorização legal, sob a forma de sociedade anônima, cujo controle acionário pertença ao Poder Público, tendo por objetivo, como regra, a exploração de atividades gerais de caráter econômico e, em algumas ocasiões, a prestação de serviços públicos.
As definições expostas tratam, respectivamente, de:
A) Fundação pública e empresa pública;
B) Sociedade de economia mista e empresa pública;
C) Concessionária e empresa pública;
D) Autarquia e sociedade de economia mista;
E) Fundação pública e autarquia.

09- Por ser dotada de personalidade jurídica de direito público e integrar a administração pública indireta, a empresa pública não pode explorar atividade econômica.
CERTO ERRADO

10- A descentralização administrativa consiste na distribuição interna de competências agrupadas em unidades individualizadas.
CERTO ERRADO

11- As autarquias são pessoas jurídicas criadas por lei e possuem liberdade administrativa, não sendo subordinadas a órgãos estatais.
CERTO ERRADO

12- Em se tratando de acumulação proibida de cargos públicos, assinale a alternativa INCORRETA.

A) É possível a acumulação de vencimentos oriundos de cargo efetivo com proventos da inatividade quando se tratar de cargos, de empregos ou de funções acumuláveis na atividade, na forma permitida pela Constituição Federal.
B) Quando houver comprovação de compatibilidade de horários e permissão da lei para que os cargos ocupados sejam acumuláveis, a acumulação é considerada lícita.

C) Considera-se acumulação proibida de cargos, de empregos ou de funções públicas a percepção de vencimento de cargo em comissão com proventos da inatividade.
D) A proibição de acumular cargo, emprego ou função pública estende-se às empresas públicas do município.

13- O empregado público possui função pública, ainda que não ocupe cargo público.
CERTO ERRADO

14- A função pública engloba o feixe de atribuições desempenhadas por determinado agente.
CERTO ERRADO

15- Agentes Públicos são todas as pessoas físicas incumbidas de exercer alguma função estatal, seja de forma definitiva ou de forma transitória, esses agentes desempenham suas funções nos órgãos aos quais estão vinculados, vale ressaltar que, os cargos e as funções são independentes dos agentes. Em relação aos agentes públicos, assinale a alternativa CORRETA:
A) Agentes honoríficos: são os agentes públicos que se vinculam à Administração Pública Direta ou às Autarquias por relações profissionais. Sujeitam-se à hierarquia funcional; são funcionários públicos com regime jurídico único (estatutários); Respondem por simples culpa ou dolo pelos atos ilícitos civis, penais ou administrativos que praticarem; Funcionários de para-estatais: não são agentes administrativos, todavia seus dirigentes são considerados funcionários públicos; Funcionários das Fundações Públicas: são agentes administrativo.
B) Agentes Credenciados: são particulares que, por delegação do Estado, executam atividade ou serviço público, em nome próprio, por conta e risco, mas sempre sob a fiscalização da administração pública. Apesar de colaborarem com o Poder Público, os agentes delegados não são considerados servidores públicos, pois não atuam em nome do Estado. A remuneração que recebem não é paga pelos cofres públicos, mas sim pelos usuários do serviço. São os concessionários e permissionários de serviços públicos, os leiloeiros, os tradutores públicos, entre outros.
C) Agentes políticos: exercem atribuições constitucionais. Ocupam os cargos dos órgãos independentes (que representam os poderes do Estado) e dos órgãos autônomos (que são os auxiliares imediatos dos órgãos independentes). Exs.: Presidente da República, Senadores, Governadores, Deputados, Prefeitos, Juízes, Ministros, etc. Exercem funções e mandatos temporários; Não são funcionários nem servidores públicos, exceto para fins penais, caso cometam crimes contra a Administração Pública.
D) Agentes delegados: os agentes credenciados são os que recebem a incumbência da administração para representá-la em determinado ato ou praticar certa atividade, mediante remuneração do Poder Público credenciante. Como exemplo, podemos citar quando é atribuída a alguma pessoa a tarefa de representar o Brasil em determinado evento internacional.
E) Agentes administrativos: so cidadãos requisitados ou designados, em função da sua honra, de sua condição cívica para, transitoriamente, colaborarem com o Estado mediante a prestação de serviços específicos, não possuindo qualquer tipo de vínculo com a administração, atuando usualmente sem remuneração. Enquanto desempenham a função pública, ficam momentaneamente inseridos na hierarquia do órgão. Exemplos de agentes honoríficos são os jurados, mesários eleitorais e os membros dos Conselhos Tutelares.

16- Acerca das normas gerais adotadas na realização de concursos públicos, assinale a alternativa correta.
A) Candidatos com até 75 anos de idade poderão inscrever-se.
B) Os concursos terão a validade de até cinco anos.
C) Os requisitos previstos no edital serão comprovados no ato da posse.
D) A participação de sindicatos ou conselhos de classe na comissão organizadora é proibida.
E) A publicação de edital, na vigência do prazo de validade de concurso anterior,

para o mesmo cargo é permitida, se ainda houver candidato aprovado e não convocado para a investidura.

17- Os agentes públicos são classificados pela doutrina em diversas categorias, dentre as quais estão os agentes políticos. Sobre os agentes políticos, assinale a alternativa CORRETA.
A) Agente político é apenas aquele investido pelo voto popular.
B) Os agentes políticos serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.
C) Os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais, Distritais e Municipais não são considerados agentes políticos.
D) São considerados agentes políticos o Presidente da República, os Governadores e os Prefeitos, não recaindo esta condição sobre os seus respectivos vices.
E) Não é possível a imputação de responsabilidade aos agentes políticos nos casos de irregularidades grosseiras, avaliadas sob enfoque amplo, ocorrida na condução de assuntos de sua competência.

18- O estágio probatório consiste em um período em que o servidor será avaliado quanto a sua aptidão e capacidade para o desempenho do cargo. São fatores avaliados durante o estágio probatório:
A) Assiduidade, subordinação, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade.
B) Assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade.
C) Disciplina, capacidade de iniciativa, assiduidade, efetividade e responsabilidade.
D) Capacidade de iniciativa, assiduidade, disciplina, produtividade e probidade.
E) Assiduidade, honestidade, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade.

19- Sobre os agentes públicos, é INCORRETO afirmar:
A) Empregado público é a pessoa física que desempenha a função de órgão no âmbito de pessoa estatal com personalidade de direito público, submetido ao regime de direito do trabalho, com as modificações próprias do regime de direito público.
B) Será celetista o empregado que desempenhar função em autarquia, sendo submetido a regime estatutário e ao estágio probatório, com as modificações próprias do regime de direito público.
C) Servidor público é uma pessoa física que atua como órgão de uma pessoa jurídica de direito público mediante vínculo jurídico de direito público, caracterizado pela investidura em posição jurídica criada por lei.
D) Os servidores com regime jurídico especial têm previsão na Constituição Federal, em seu artigo 37, IX, observada a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.
E) Empregados privados de empresas estatais têm amparo no direito do trabalho que disciplina o relacionamento jurídico entre as empresas estatais e seus empregados. A Constituição Federal exige que a contratação seja feita mediante concurso público.

20- A aposentadoria compulsória do servidor público ocorre:
A) Aos 70 anos de idade para cargos e funções com insalubridade ou periculosidade comprovada e aos 75 anos para os demais casos.
B) Sempre aos 70 anos de idade.
C) Em regra aos 70 anos de idade e aos 75 anos de idade para os cargos de Ministros do STF, dos Tribunais Superiores (STJ, TST, TSE, STM) e do TCU.
D) Sempre aos 75 anos de idade.
E) Aos 75 anos de idade para os homens e aos 70 anos de idade para as mulheres.

➔ CONSTITUCIONAL

21- Tratando-se de processo referente a crime de responsabilidade cometido

por presidente da República, a Constituição Federal de 1988 exige que o juízo de admissibilidade seja realizado

A) Pela Câmara dos Deputados.
B) Pelo Senado Federal.
C) Pelo STF.
D) Pelo Congresso Nacional.

22- Considerando os dispositivos constitucionais a respeito do Poder Legislativo,

A) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, eleitos segundo o princípio majoritário.
B) Cada unidade da Federação com representação no Senado Federal elegerá 3 Senadores, com mandato de 8 anos.
C) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema majoritário, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.
D) O número de representantes de cada unidade da Federação na Câmara dos Deputados será estabelecido de forma paritária, por meio de lei complementar, no ano anterior às eleições, a fim de garantir o equilíbrio da Federação.
E) Cada Senador será eleito com 3 suplentes.

23- Considerando a disposição da Constituição Federal de 1988 acerca dos direitos, deveres e funções dos parlamentares, assinale a alternativa correta.

A) Os deputados e senadores não poderão, desde a expedição do diploma, ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.
B) Perderá o mandato o deputado ou senador que sofrer condenação criminal, imposta ou confirmada por decisão colegiada de 2° grau.
C) O deputado ou senador que seja investido no cargo de Secretário de Território perderá o seu mandato, vez que se trata de atribuição incompatível com o cargo.
D) As imunidades de deputados ou senadores podem ser suspensas, a qualquer tempo, mediante o voto de dois terços dos membros da Casa respectiva, caso deixe de comparecer à terça parte das sessões legislativas.
E) A renúncia de parlamentar submetido a processo que vise ou possa levar à perda do mandato, se protocolada antes da decisão final, terá os seus efeitos suspensos até as deliberações finais sobre a perda ou não do mandato.

24- Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é da competência exclusiva do Congresso Nacional

A) Resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
B) Autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a vinte dias.
C) Decretar o estado de defesa e o estado de sítio.
D) Decretar e executar a intervenção federal.

25- Sobre o Poder Legislativo, assinale a alternativa correta.

A) Nos termos da Constituição, a Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos em cada Estado pelo princípio majoritário.
B) O Senado Federal é composto por representantes do povo, assim como a Câmara dos Deputados é composta por representantes dos Estados.
C) De acordo com o texto constitucional, cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de quatro anos.
D) Compete privativamente ao Congresso Nacional, por dois terços de seus membros, autorizar a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República.
E) Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa do Congresso Nacional serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

26- No âmbito da administração pública, o controle financeiro é relacionado com a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial da administração pública.

Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, o Poder que os Tribunais de Contas auxiliam, externamente, no exercício desse controle.

A) Poder de Polícia.
B) Poder Executivo.
C) Poder Federal.
D) Poder Judiciário.
E) Poder Legislativo.

27- É da competência exclusiva do Congresso Nacional

A) Julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.
B) Aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato.
C) Autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
D) Avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.
E) Aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

28- No que se refere ao estatuto dos congressistas, é correto afirmar:

A) Regra geral, os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações, a não ser que seja questão que envolva a segurança nacional.
B) Os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Superior Tribunal de Justiça.
C) Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.
D) Os Deputados e Senadores não poderão, desde a posse, firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.
E) Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante por crime inafiançável, caso em que os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva para que resolva sobre a prisão.

29- Compete privativamente ao Senado Federal:

A) Conferir condecorações e distinções honoríficas, eleger membros do Conselho da República e elaborar seu regimento interno.
B) Aprovar, por maioria absoluta e por voto aberto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato.
C) Proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
D) Permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente.
E) Avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.

30- Segundo a CRFB, o período de 4 anos em que se exerce um mandato legislativo é denominado de

A) Sessão legislativa.
B) Mandato legislativo.
C) Interstício legislativo.
D) Legislatura.

31- Compete exclusivamente ao Congresso Nacional

A) Proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não

apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
B) Aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República.
C) Dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.
D) Suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
E) Sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

32- A respeito das normas constitucionais que regem a atividade dos Deputados Federais e Senadores,
A) Esses parlamentares, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Superior Tribunal de Justiça.
B) Recebida a denúncia contra algum desses parlamentares, por crime ocorrido após a diplomação, será dada ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto de dois terços de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação.
C) Esses parlamentares não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações, salvo em caso de investigação realizada por comissão parlamentar de inquérito.
D) A incorporação às Forças Armadas de algum desses parlamentares, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de prévia licença da Casa respectiva.
E) As imunidades desses parlamentares serão suspensas durante o estado de sítio.

33- Compete à Câmara dos Deputados autorizar a instauração de processo contra o presidente da República, e ao Senado Federal compete o seu processamento e julgamento, nos casos de crimes de responsabilidade.
CERTO ERRADO

34- O número de deputados e de senadores é definido em lei de acordo com o número de habitantes de cada Estado e do Distrito Federal.
CERTO ERRADO

35- No tocante ao Poder Legislativo, assinale a alternativa correta.
A) Possui como incumbência exclusiva a função legislativa.
B) No âmbito federal, o poder legislativo é caracterizado pelo unicameralismo.
C) O Senado Federal compõe-se de representantes do povo, eleitos segundo o princípio majoritário.
D) Os Deputados Federais são eleitos para uma legislatura, isto é, para 4 (quatro) sessões legislativas.
E) Cada Estado e o Distrito Federal elegerão 2 (dois) Senadores, com mandato de oito anos.

36- Zezinho de Souza, vereador do Município Alpha, desafeto do Promotor da Comarca, que o estaria investigando por suspeita de corrupção, deu entrevista na capital, em rádio estadual, criticando o representante do Parquet, chamando-o de preguiçoso e afirmando que o membro do Ministério Público gostaria de ganhar bem sem nada fazer.
Quanto à responsabilização do vereador pelo teor da entrevista, assinale a afirmativa correta.
A) O vereador goza de imunidade material, podendo emitir opiniões sem cometer qualquer ilícito, protegendo-se desta forma a independência do Poder Legislativo.
B) A imunidade material do vereador permite que, estando no exercício do mandato, emita opiniões, sem ser responsabilizado.
C) A responsabilidade civil existe, não afastada pela imunidade parlamentar, por que não estava na tribuna da Câmara Municipal.
D) O vereador só poderá ser processado com licença da Câmara Municipal e pela maioria absoluta dos votos dos vereadores, em sessão plenária única.
E) A imunidade material do vereador não o socorre, já que emitiu opinião ofensiva,

fora de sua circunscrição, de forma pessoal, em evidente retaliação.

37- Com relação ao funcionamento do Senado e de suas sessões legislativas, por força das normas constitucionais e regimentais, é correto afirmar que

A) A sessão especial se destina a discursos, comunicações, leitura de proposições e outros assuntos de interesse político e parlamentar.
B) O Regimento Interno só dispõe sobre sessões deliberativas e sessões especiais.
C) O Senador poderá fazer uso da palavra em todas as sessões pelo tempo que entender necessário.
D) A sessão legislativa compreende o período de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.
E) A sessão legislativa compreende o período de 2 de fevereiro a 22 de dezembro.

38- Dentre as medidas abaixo relacionadas previstas na Constituição da República Federativa do Brasil, assinale qual delas é de competência privativa do Senado Federal.

A) Processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República por crimes de responsabilidade.
B) Julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República.
C) Escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União.
D) Autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País quando a ausência for superior a quinze dias.
E) Autorizar o Presidente da República a declarar guerra e a celebrar paz.

39- O Tribunal de Contas, órgão dotado de prerrogativas especiais, atua como auxiliar do Poder

A) Executivo, na função de controle interno da Administração.
B) Legislativo, na função de controle externo da Administração.
C) Legislativo e do Poder Judiciário, respectivamente, na função de controle interno e externo da Administração.
D) Judiciário, exercendo função jurisdicional, no controle externo da Administração.
E) Legislativo, exercendo função administrativa, no controle interno da Administração.

40- Segundo a Constituição Federal de 1988, compete privativamente à Câmara dos Deputados

A) Aprovar previamente, após arguição pública, a escolha de Procurador-Geral da República.
B) Estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
C) Autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
D) Fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

➔ DIREITOS HUMANOS

41- O Decreto n° 678/1992, que promulgou a Convenção Americana de Direitos Humanos, dispôs

A) Sobre o efeito retroativo da promulgação, para a data de sua assinatura em São José da Costa Rica.
B) Que a Convenção, no País, deveria ser identificada como Pacto de São José da Costa Rica.
C) Que o conteúdo da Convenção foi incorporado ao ordenamento jurídico pátrio apenas parcialmente.
D) Não ser permitida a concessão de asilo político.
E) Não ser efeito automático da adesão à convenção as visitas e inspeções no país pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, dependendo tal diligência de anuência expressa do Estado.

42- Conforme previsão da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), estão compreendidos no direito de defesa a garantia de não ser obrigado a depor contra si mesmo, assim como de inquirir testemunhas que se façam

presentes perante o juízo e de obter o comparecimento, como testemunhas ou peritos, de outras pessoas que possam lançar luz sobre os fatos.
CERTO ERRADO

43- Com base na Convenção Americana de Direitos Humanos e no entendimento da Comissão e da Corte Interamericana de Direitos Humanos, conduta estatal que viole obrigação internacional poderá ser tolerada, caso obedeça às exigências do direito interno desse Estado.
CERTO ERRADO

44- A Convenção Americana de Direitos Humanos. Também conhecida como Pacto de San José da Costa Rica, embora assinada em 1969, foi ratificada pelo Brasil apenas em 1988, possivelmente em razão da resistência do regime militar em acolher os compromissos nela estipulados.
CERTO ERRADO

45- A Convenção Americana de Direitos Humanos. Também conhecida como Pacto de San José da Costa Rica, em seu bojo, dentre os direitos protegidos, destaca a proteção à família, embora se omita sobre o direito da criança.
CERTO ERRADO

46- No que diz respeito à força legal da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, assinale a opção correta:
A) Por consistir em Tratado de Direitos Humanos firmado antes de 1988, mas promulgado internamente pelo Brasil somente em 1992. o Tratado em questão atrai a incidência do § 2o do artigo 5o da Constituição, razão pela qual as normas protetivas nele previstas ostentam caráter supralegal.
B) Vigência da Constituição de 1988, mas promulgado internamente pelo Brasil somente em 2007, o Tratado em questão atrai a incidência do § 3o do artigo 5o da Constituição, razão pela qual as normas protetivas nele previstas ostentam caráter constitucional.
C) Por consistir em Tratado de Direitos Humanos firmado antes da vigência da Constituição de 1988, mas promulgado internamente pelo Brasil somente em 1992, o Tratado em questão atrai a incidência do § 3o do artigo 5o da Constituição, razão pela qual as normas protetivas nele previstas ostentam caráter supralegal.
D) Por se tratar de Tratado de Direitos Humanos firmado após a vigência da Constituição de 1988, mas promulgado internamente pelo Brasil somente em 2007, o Tratado em questão atrai a incidência do § 2o do artigo 5o da Constituição, razão pela qual as normas protetivas nele previstas ostentam caráter constitucional.
E) Sendo um Tratado de Direitos Humanos firmado antes da vigência da Constituição de 1988, mas promulgado internamente pelo Brasil somente em 1992, o Tratado em questão atrai a incidência do § 3o do artigo 5° “da Constituição, razão pela qual as normas protetivas nele previstas ostentam caráter constitucionalizado.

47- Sobre as garantias penais e processuais previstas na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, é correto afirmar que a duração razoável do processo, no que concerne à pessoa privada de sua liberdade, não encontra referência explícita na Convenção, ao contrário da necessária e imediata apresentação da pessoa a um juiz, expressamente mencionada.
CERTO ERRADO

48- Sobre as garantias penais e processuais previstas na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, determina a Convenção que todo processo penal deve ser público, sendo vedada qualquer espécie de sigilo, a fim de que a sociedade possa fiscalizar a correta aplicação das garantias processuais.
CERTO ERRADO

49- Segundo a CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (1969), toda pessoa acusada de um delito tem direito durante o processo às seguintes garantias mínimas:
A) O processo penal deve ser privado, de modo a preservar os interesses da justiça e da sociedade

B) O direito do acusado de ser assistido gratuitamente por um tradutor ou intérprete, caso não compreenda ou não fale a língua do juízo ou tribunal
C) A comunicação prévia e pormenorizada ao acusado da acusação formulada deve ser obrigatoriamente bilíngue (inglês e língua oficial do pais, no qual aconteceu o delito)
D) A concessão ao acusado do tempo e dos meios necessários à preparação de sua defesa será de 30 (trinta) dias corridos, a contar da publicação em órgão oficial
E) Toda pessoa terá o direito de ser ouvida, com as devidas garantias e dentro do prazo máximo de 7 (sete) dias, por um juiz ou Tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação penal formulada contra ela, ou na determinação de seus direitos e obrigações de caráter civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer outra natureza

50- A Convenção Americana de Direitos Humanos ("Pacto de San José da Costa Rica") prevê que não se pode restabelecer a pena de morte nos Estados que a hajam abolido.
CERTO ERRADO

51- A Convenção Americana de Direitos Humanos ("Pacto de San José da Costa Rica") prevê que não se deve impor a pena de morte à pessoa que, no momento da condenação, for maior de setenta anos.
CERTO ERRADO

52- Segundo a Convenção Americana de Direitos Humanos em nenhum caso pode a pena de morte ser aplicada por delitos políticos, nem por delitos comuns cometidos por menores de 21 anos de idade.
CERTO ERRADO

53- A Convenção Americana de Direitos Humanos ("Pacto de San José da Costa Rica") preleciona que o processo penal deve ser público, salvo no que for necessário para preservar os interesses da justiça.
CERTO ERRADO

54- Assinale a alternativa que está em harmonia com o disposto no Pacto de San José da Costa Rica.
A) As penas privativas da liberdade devem ter por finalidade essencial a proteção da sociedade contra os indivíduos que representam perigo à população e não demonstram estarem aptos ao convívio social.
B) Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida, sendo este um direito fundamental que deve ser garantido por todos os Estados Partes. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento do nascimento.
C) Os trabalhos ou serviços exigidos do preso em cumprimento de sentença devem ser executados sob vigilância e controle das autoridades públicas, e os que os executarem não devem ser postos à disposição de particulares, companhias ou pessoas jurídicas de caráter privado.
D) Ninguém deve ser detido por dívidas. Este princípio não limita os mandados de autoridade judiciária competente expedidos em virtude de inadimplemento de obrigação alimentar e de depositário infiel.
E) Não deverá haver penas de morte. E, nos países em que a pena de morte não tiver sido abolida, está deverá ser extinta gradualmente, no prazo de até 10 (dez) anos após a adesão ao Pacto pelo Estado Parte.

55- Quanto à posição hierárquica do Pacto de São José da Costa Rica, no ordenamento jurídico brasileiro, segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal — STF —, é correto afirmar que ele tem caráter supralegal.
CERTO ERRADO

56- A Convenção Americana sobre Direitos Humanos, estabelece que o direito à reunião não se submete à qualquer restrição.
CERTO ERRADO

57- A Convenção Americana sobre Direitos Humanos, estabelece que não trata de delitos ou de direitos políticos.
CERTO ERRADO

58- A Convenção Americana sobre Direitos Humanos, estabelece que a pena de morte não pode ser restabelecida nos Estados em que tenha sido abolida.
CERTO ERRADO

59- Acerca do pacto de São José da Costa Rica, assinale a alternativa correta.
A) Os menores de 18 anos não podem ser processados.
B) São vedados os trabalhos ou serviços normalmente exigidos de pessoa reclusa em cumprimento de sentença ou resolução formal expedida pela autoridade judiciária competente.
C) As penas privativas de liberdade devem ter por finalidade essencial a reforma e a readaptação social dos condenados.
D) Considera-se como trabalho forçado o serviço exigido em casos de perigo ou de calamidade que ameacem a existência ou o bem-estar da comunidade.
E) São proibidas as penas privativas de liberdade acompanhadas de trabalhos forçados, ainda que esses não afetem a dignidade nem a capacidade física e intelectual do recluso.

60- O Pacto de São José da Costa Rica prevê que são proibidas as penas privativas de liberdade acompanhadas de trabalhos forçados, ainda que esses não afetem a dignidade nem a capacidade física e intelectual do recluso.
CERTO ERRADO

➔ PENAL PARTE GERAL

61- Analise as seguintes hipóteses.

1) Agente que pratica o crime sob o estado de emoção ou paixão.
2) Agente que pratica o crime sob o estado de embriaguez culposa.
3) Agente que pratica o crime sob o estado de embriaguez fortuita completa.
4) Agente que, por desenvolvimento mental incompleto, era, ao tempo da ação, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato.

São causas que conduzem à inimputabilidade penal as descritas nos itens:
A) 1 e 2.
B) 1 e 3.
C) 2 e 4.
D) 2 e 3.
E) 3 e 4.

62- Conforme a ideia de imputabilidade penal, como condição para atribuir a alguém a aplicação de uma pena, só pode sofrer a sanção aquele que, ao tempo da infração penal, tinha capacidade e autodeterminação para a análise do fato. Sobre esse tema, o Código Penal estabelece:
A) A pena pode ser reduzida de dois terços, se o agente, por embriaguez voluntária, não possuía, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
B) É isento de pena o agente que, por embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos, era, ao tempo da ação ou da omissão, totalmente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
C) A pena pode ser reduzida de um terço, se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento
D) É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

63- São penalmente inimputáveis os.
A) Maiores de dezesseis anos
B) Menores de vinte e um anos.
C) Maiores de vinte e um anos.
D) Menores de dezoito anos.
E) Maiores de dezoito anos.

64- No que tange à imputabilidade penal, julgue os itens a seguir.

O índio, mesmo que integrado e adaptado ao meio civilizado, é penalmente inimputável.
CERTO ERRADO

65- Tendo agido na estrita obediência a ordem não manifestamente ilegal, pode, dentre outros, invocar em sua defesa a causa excludente da culpabilidade da obediência hierárquica o
A) Funcionário público em relação ao chefe ao qual é subordinado.
B) Empregado em relação ao seu empregador.
C) Fiel praticante de culto religioso em relação ao sacerdote.
D) Filho em relação ao pai.
E) Tutelado em relação ao tutor.

66- As situações que excluem a imputabilidade penal não abrangem
A) O desenvolvimento mental incompleto.
B) O desenvolvimento mental retardado.
C) A doença mental.
D) A emoção e a paixão não patológicas.
E) A dependência de substâncias entorpecentes.

67- Considera-se causa de exclusão da culpabilidade
A) O estrito cumprimento do dever legal.
B) A coação moral resistível.
C) A coação física.
D) O erro de proibição inevitável.
E) A semi-imputabilidade.

68- Acerca do direito penal, julgue o item subsequente.
Nos termos do Código Penal, é inimputável aquele que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
CERTO ERRADO

69- Acerca do direito penal, julgue o item subsequente.
A falta de consciência da ilicitude, se inevitável, exclui a culpabilidade.
CERTO ERRADO

70- O erro inevitável sobre a ilicitude do fato
A) Isenta o réu de pena.
B) Não isenta o réu de pena, mas implica na redução de um sexto a um terço.
C) Não isenta o réu de pena, mas constitui circunstância atenuante.
D) Não isenta o réu de pena, nem possibilita a atenuação da pena.
E) Exclui a ilicitude do fato.

71- Suponha que um holandês, maior de 18 anos de idade, tenha viajado para o Brasil para estudos e, por falta de conhecimento da legislação brasileira, tenha acendido, em praça pública, um cigarro de maconha, acreditando ser permitido o seu comportamento. Nessa situação, se flagrado pela polícia, o estrangeiro terá excluída a culpabilidade de sua conduta por erro de proibição.
CERTO ERRADO

72- Suponha que um indivíduo penalmente capaz, em estado de embriaguez completa, tenha praticado determinado crime, sendo, por consequência, processado criminalmente por sua conduta. Nessa situação, esse indivíduo deve ser absolvido, pois a embriaguez completa no momento do delito, por si só, é suficiente para excluir a culpabilidade do agente.
CERTO ERRADO

73- Analise as seguintes proposições.
I. No que pertine à inimputabilidade por menoridade, a Constituição Federal e o Código Penal Brasileiro adotaram o critério biopsicológico, razão pela qual os menores de 18 (dezoito) anos serão sempre inimputáveis.
II. A embriaguez, voluntária ou culposa, não exclui a culpabilidade, devendo o agente ser apenado normalmente.
III. Quanto às medidas de segurança, pode-se dizer que elas são aplicáveis exclusivamente aos inimputáveis por doença mental.
IV. Aquele que pratica crime sob os influxos de uma violenta emoção, decorrente de injusta provocação da vítima, não tem sua culpabilidade excluída.
São CORRETAS

A) I e II.
B) II e IV.
C) I e III.
D) II e III.
E) III e IV.

74- A respeito da culpabilidade, assinale a alternativa correta.
A) Ao definir a menoridade penal como causa de inimputabilidade, o Código Penal brasileiro adotou o critério biopsicológico, pois, além da menoridade propriamente dita, deverá ficar comprovado que, no momento do fato, o agente não tinha condições de entender o caráter ilícito de sua própria conduta.
B) Conforme previsão do Código Penal brasileiro, a coação moral irresistível é causa de inimputabilidade penal, ficando o agente isento de pena.
C) É isento de pena o agente que, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
D) É isento de pena o agente que, por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
E) Sobre a imputabilidade penal, o Código Penal brasileiro adotou o sistema denominado psicológico, o qual considera as condições psicológicas do agente no momento do fato, independentemente da existência de doença mental.

75- A embriaguez do agente pelo álcool ou substância de efeitos análogos:
A) Se voluntária ou culposa, não exclui a imputabilidade penal.
B) Se culposa, exclui a imputabilidade penal.
C) Exclui a imputabilidade penal, ainda que seja voluntária, mas desde que seja total.
D) Se parcial, ainda que culposa, gera redução da pena.
E) Não exclui a imputabilidade penal em nenhuma hipótese.

76- A capacidade de entender que uma conduta é ilícita e de se adequar conforme tal conduta é denominada:
A) Ilicitude.
B) Tipicidade.
C) Culpabilidade.
D) Imputabilidade.
E) Responsabilidade.

77- Arnaldo, gerente de banco, estava dentro de seu veículo juntamente com familiares quando foi abordado por dois indivíduos fortemente armados, que ameaçaram os ocupantes do veículo e exigiram de Arnaldo o fornecimento de determinada senha para a realização de uma operação bancária, o que foi por ele prontamente atendido. Nessa situação, o uso da senha pelos indivíduos para eventual prática criminosa excluirá a culpabilidade de Arnaldo.
CERTO ERRADO

78- De acordo com o Código Penal, aquele que pratica o fato em estrita obediência a ordem não manifestamente ilegal de superior hierárquico
A) Responde criminalmente como partícipe de menor importância.
B) Não comete crime, pois tem a ilicitude de sua conduta afastada.
C) Não é punido criminalmente.
D) Responde criminalmente como partícipe.
E) Responde criminalmente como coautor.

79- De acordo com o Estatuto Penal brasileiro, são elementos da culpabilidade a imputabilidade, a potencial consciência da ilicitude e a exigibilidade de conduta diversa.
Sobre a imputabilidade, assinale a alternativa correta.
A) O conceito de imputabilidade penal compreende a capacidade mental do indivíduo, considerando-se apenas a sua idade ao tempo do crime.
B) Entre as causas de exclusão da imputabilidade, encontra-se a embriaguez completa ou incompleta, mas sempre voluntária.
C) A legislação penal brasileira adotou o critério biopsicológico como aquele de

aferição da imputabilidade, independentemente da idade do infrator ao tempo do fato.
D) Ao agente que, em virtude da perturbação da saúde mental, não for inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, poderá ser imposta pena como sanção, porém com redução de 1 (um) a 2/3 (dois terços).
E) O agente que por embriaguez incompleta e voluntária não for, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato será isento de pena.

80- A respeito da culpabilidade, da ilicitude e de suas excludentes, julgue o item que se segue.
Situação hipotética: Um oficial de justiça detentor de porte de arma de fogo, ao proceder à citação de um réu em processo criminal, foi por este recebido a tiros e acabou desferindo um disparo letal contra o seu agressor. Assertiva: Nessa situação, a conduta do oficial de justiça está abarcada por uma excludente de culpabilidade representada pela inexigibilidade de conduta diversa.
CERTO ERRADO

➔ PENAL PARTE ESPECIAL

81- Marque a alternativa correta de acordo com o que dispõe o código penal brasileiro sobre o crime de peculato:
A) Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
B) Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.
C) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
D) Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.
E) Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função.

82- Com relação ao peculato, assinale a alternativa correta.
A) Não responde criminalmente o funcionário público que concorre culposamente para o crime de peculato praticado por outrem, por ausência de previsão legal.
B) O peculato é configurado no momento em que o funcionário dá às verbas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei.
C) O Código Penal prevê peculato culposo, mas autoriza extinção da punibilidade se houver reparação do dano antes de sentença irrecorrível.
D) Segundo legislação penal, o peculato culposo é punido com a mesma pena que o peculato doloso.
E) Nos termos do Código Penal, o peculato na modalidade dolosa é punido com pena de detenção e multa.

83- A conduta de "retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal", configura o crime de:
A) Corrupção ativa.
B) Prevaricação.
C) Condescendência criminosa.
D) Advocacia administrativa.
E) Corrupção passiva.

84- Gonçalo, funcionário público de determinada secretaria estadual, em razão da função por ele exercida, exige para si, de Marcelo, determinada vantagem indevida, não chegando, entretanto, a recebê-la. Tal conduta caracteriza, em tese, o crime de
A) Corrupção passiva consumada.
B) Tentativa de corrupção ativa.
C) Tentativa de prevaricação.
D) Concussão consumada.
E) Peculato consumado.

85- Qual tipo de crime contra a administração pública é semelhante à

corrupção passiva, diferenciando-se no constrangimento efetuado pelo funcionário público que exige a vantagem indevida, e a vítima, temendo a represália, cede à exigência?
A) Peculato.
B) Concussão.
C) Prevaricação.
D) Tráfico de influência.

86- João, Agente de Controle Urbano do Município de João Pessoa, patrocinou, indiretamente, interesse de José, seu amigo de infância, perante a Administração Pública Municipal, valendo-se da qualidade de funcionário público e influência no órgão. A conduta de João é considerada:
A) Atípica, não constituindo crime.
B) Crime de corrupção ativa.
C) Crime de corrupção passiva.
D) Crime de tráfico de influência.
E) Crime de advocacia administrativa.

87- Mévio, Agente de Controle Urbano, concorreu culposamente para que Tício, terceiro desempregado, se apropriasse indevidamente de dinheiro referente à infração imposta pelo Poder Municipal. Pode-se inferir que Mévio:
A) Não cometeu crime, mas apenas infração disciplinar.
B) Cometeu crime de corrupção passiva, na sua forma privilegiada.
C) Cometeu o crime de peculato culposo.
D) Cometeu o crime de prevaricação.
E) Não cometeu crime, tampouco infração disciplinar.

88- Ronaldo, que exercia função pública apenas temporariamente, sem receber remuneração, exige R$ 1.000,00 para dar prioridade na prática de ato de ofício que era de sua responsabilidade. Apesar da exigência, o fato vem a ser descoberto antes do pagamento da vantagem indevida e antes mesmo da prática com prioridade do ato de ofício.
Diante da descoberta dos fatos nos termos narrados, a conduta de Ronaldo configura:
A) Corrupção passiva, devendo a pena ser aplicada considerando a modalidade tentada do delito;
B) Concussão, devendo a pena ser aplicada considerando a modalidade consumada do delito;
C) Corrupção passiva, devendo a pena ser aplicada considerando a modalidade consumada do delito;
D) Concussão, devendo a pena ser aplicada considerando a modalidade tentada do delito;
E) Atipicidade em relação aos crimes contra a Administração Pública, tendo em vista que o agente não pode ser considerado funcionário público para fins penais.

89- O crime de corrupção ativa e o de corrupção passiva são considerados crimes próprios praticados contra a administração pública.
CERTO ERRADO

90- O crime de peculato pode ser praticado por quem exerce emprego público, ainda que sua atividade seja transitória ou sem remuneração.
CERTO ERRADO

91- Josias, funcionário do Tribunal, deixa, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo, mesmo tendo competência para responsabilizá-lo e também não levou o fato ao conhecimento de seu superior. Por sua conduta, Josias poderá sofrer eventual ação penal pelo crime de
A) Exercício funcional ilegal.
B) Peculato.
C) Concussão.
D) Prevaricação.
E) Condescendência criminosa.

92- José desatendeu ordem ilegal de funcionário Público e deixou o local em que tal ordem lhe fora dada. A conduta de José
A) Caracterizou o delito de desacato.
B) Caracterizou o delito de resistência no tipo legal fundamental.
C) Configurou o crime de desobediência.
D) Não tipificou os crimes de desobediência, desacato ou resistência.

E) Configurou o crime de resistência na forma agravada.

93- Em relação aos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral, assinale a alternativa correta.
A) Se o funcionário público se apropria de bem particular de quem tem a posse em razão do cargo, comete furto e não peculato, pois esse último só se configura em caso de subtração de bem público.
B) Ao contrário do furto, o peculato admite a figura culposa.
C) É pressuposto da prevaricação a obtenção de vantagem econômica.
D) Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, apenas quem exerce cargo, função ou emprego público de forma efetiva e remunerada.

94- O funcionário público que, valendo-se da facilidade que lhe proporciona a sua qualidade de funcionário, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, em proveito próprio ou alheio, pratica o crime de
A) Peculato apropriação.
B) Peculato furto.
C) Peculato culposo.
D) Peculato mediante erro de outrem.
E) Corrupção passiva.

95- Oficial de Justiça, "A", recebe uma mensagem de sua companheira solicitando que retarde a intimação de uma determinada decisão judicial para favorecer uma amiga próxima do casal. A fim de atender ao pedido de sua esposa, "A" retarda o ato de ofício. Considerando esta hipótese, "A" cometeu
A) Prevaricação.
B) Corrupção passiva.
C) Concussão.
D) Peculato.
E) Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento.

96- Marcos é servidor público e esqueceu a porta da repartição aberta. Durante a noite, um ladrão furtou um computador da repartição. Nesse caso,
A) Marcos não cometeu nenhum crime e, portanto, não receberá nenhuma punição.
B) Marcos não cometeu crime, mas responderá a processo administrativo para receber sanções disciplinares pela autoridade competente, bem como poderá ser responsabilizado pelo ressarcimento ao erário.
C) Marcos cometeu o crime de condescendência criminosa culposa e será punido com detenção de 15 dias a 1 mês.
D) Marcos cometeu o crime de concussão e será punido com reclusão de 2 a 8 anos.
E) Marcos cometeu o crime de peculato e será punido com detenção de 3 meses a 1 ano.

97- Assinale a alternativa que apresenta a descrição da conduta típica do crime de corrupção passiva.
A) Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.
B) Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.
C) Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
D) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

98- Praticado o peculato culposo, fica extinta a punibilidade do funcionário público que repara o dano antes
A) Do oferecimento da denúncia.
B) Da sentença irrecorrível.
C) Da conclusão da investigação penal.
D) De ser exonerado do serviço público.
E) Da conclusão do processo administrativo disciplinar.

99- Roberval, agente penitenciário, atendendo ao pedido de um amigo, retarda indevidamente a prática de ato

de ofício, infringindo dever funcional. Roberval:
A) Praticou crime de corrupção passiva.
B) Não praticou crime algum, mas apenas infração administrativa.
C) Praticou crime de prevaricação.
D) Praticou crime de corrupção passiva privilegiada.
E) Praticou crime de advocacia administrativa.

100- Quanto aos crimes praticados por funcionários públicos, analise as assertivas.
I - O funcionário público retarda ou deixa de praticar ato de ofício, ou o pratica, violando dever funcional para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
II - O agente, em razão de sua função, mesmo que ainda não tenha assumido ou fora dela (ex. afastado), solicita ou recebe, para si ou outrem, vantagem indevida ou promessa de vantagem em virtude de fazer ou deixar de fazer algo.
III - O agente exige para si ou para outrem, direta ou indiretamente, vantagem indevida, em razão da sua função, da função que irá assumir (nomeado, mas não empossado) ou mesmo estando fora dela (suspenso ou de licença).
IV - O funcionário público subtrai, concorre para que seja subtraído, desvia, ou se apropria de dinheiro, valor ou qualquer bem móvel, tanto público quanto particular, para proveito próprio ou alheio por deter a posse deles em função do seu cargo.
Os crimes descritos acima, são, de acordo com o Código Penal brasileiro, os seguintes:

A) I- peculato; II- corrupção passiva; III- concussão; e IV- prevaricação.
B) I- prevaricação; II- concussão; III- corrupção passiva; e IV- peculato.
C) I- prevaricação; II- corrupção passiva; III- concussão; e IV- peculato.
D) I- concussão; II- prevaricação; III- peculato; e IV- corrupção passiva.

"Não seja arrastado por seus problemas. Seja guiado por seus SONHOS."

PROFESSOR JUNIOR TAVARES

GABARITO RODADA 09

ADMINISTRATIVO

1- A	2- D	3- E	4- B	5- C
6- B	7- A	8- D	9- ERRADO	10- ERRADO
11- CERTO	12- C	13- CERTO	14- CERTO	15- C
16- C	17- B	18- B	19- B	20- D

CONSTITUCIONAL

21- A	22- B	23- E	24- A	25- E
26- E	27- A	28- E	29- E	30- D
31- E	32- D	33- CERTO	34- ERRADO	35- D
36- E	37- D	38- A	39- B	40- C

DIREITOS HUMANOS

41- E	42- CERTO	43- ERRADO	44- ERRADO	45- ERRADO
46- A	47- ERRADO	48- ERRADO	49- B	50- CERTO
51- ERRADO	52- ERRADO	53- CERTO	54- C	55- CERTO
56- ERRADO	57- ERRADO	58- CERTO	59- C	60- ERRADO

DIREITO PENAL- PARTE GERAL

61- E	62- D	63- D	64- ERRADO	65-A
66- D	67- D	68- CERTO	69- CERTO	70- A
71- ERRADO	72- ERRADO	73- B	74- D	75- A
76- D	77- CERTO	78- C	79- D	80- ERRADO

DIREITO PENAL – PARTE ESPECIAL

81- D	82-C	83- B	84- D	85- B
86- E	87- C	88- B	89- ERRADO	90- CERTO
91- E	92- D	93- B	94- B	95- B
96- E	97- B	98- B	99- D	100- C

PROFESSOR JUNIOR TAVARES

QUESTÕES RODADA 10

➔ ADMINISTRATIVO

01- Considere que determinado cidadão tenha sido convocado como mesário em um pleito eleitoral. Nessa situação hipotética, no exercício de suas atribuições, ele deve ser considerado agente político e, para fins penais, funcionário público.
CERTO ERRADO

02- Os ministros de Estado são considerados agentes políticos, dado que integram os mais altos escalões do poder público.
CERTO ERRADO

03- Os agentes políticos definem e implementam estratégias políticas para que o Estado atinja seus fins e sua investidura se dá, exclusivamente, mediante eleição.
CERTO ERRADO

04- O cargo público, cujo provimento se dá em caráter efetivo ou em comissão, só pode ser criado por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos.
CERTO ERRADO

05- Ana, regularmente aprovada em concurso público, foi nomeada para cargo efetivo. Neste caso, de acordo com a Constituição Federal brasileira, Ana adquirirá a estabilidade, dentre outros requisitos, somente após o efetivo exercício por
a) dois anos.
b) um ano.
c) seis meses.
d) três anos.
e) dezoito meses.

06- O conceito de agente público NÃO é coincidente com o de agente político, cabendo destacar que
a) os particulares que atuam em colaboração com a Administração, embora no exercício de função estatal, não são considerados agentes públicos.
b) todos aqueles que exercem função estatal em caráter transitório, sem vínculo com a Administração, não são considerados agentes públicos e sim agentes políticos.
c) apenas os ocupantes de cargos, empregos e funções na Administração pública podem ser considerados agentes públicos.
d) são exemplos de agentes políticos os Chefes do Executivo e seus auxiliares imediatos, assim entendidos Ministros e Secretários de Estado.
e) os detentores de mandato eletivo são os únicos que se caracterizam como agentes políticos.

07- Os agentes públicos subdividem-se em cinco espécies ou categorias bem diferenciadas, dentre elas, o agente
a) investigador.
b) corporativo.
c) integral.
d) supervisor.
e) delegado.

08- Em matéria de ingresso no serviço público, a Constituição da República de 1988 estabelece que é vedada, em qualquer caso, a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
CERTO ERRADO

09- Investido em um cargo, gozando de estabilidade, as circunstâncias pelas quais um servidor público poderá perder o cargo, no prazo mínimo estabelecido em lei, são:
a) Processo administrativo, desempenho insuficiente apurado por superiores em três anos consecutivos e inquérito policial.
b) Desempenho insuficiente apurado a partir de dois anos de estabilidade, processo administrativo e sentença judicial.
c) Processo administrativo, desempenho insuficiente apurado em avaliações de desempenho periódicas e sentença judicial.
d) Inquérito policial, aplicação de sanções administrativas e desempenho insuficiente apurado em dois anos consecutivos.
e) Inquérito judicial, processo administrativo, desempenho insuficiente apurado em

10- Conforme estabelece a Constituição Federal, a avaliação especial de desempenho é condição necessária para que
a) os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo ou emprego público adquiram estabilidade, sendo o primeiro após três anos de efetivo exercício e o segundo após dois anos de exercício, continuados ou não.
b) os titulares de cargo em comissão adquiram estabilidade, após cinco anos de exercício efetivo e ininterrupto.
c) os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo, em virtude de concurso público, adquiram estabilidade, após três anos de efetivo exercício.
d) os servidores temporários, desde que concursados, adquiram estabilidade, após dez anos de efetivo exercício, que pode ser interrompido apenas e tão somente nas hipóteses de afastamento decorrentes de doença laboral.
e) os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo, em virtude de concurso público ou não, adquiram estabilidade, após dois anos de efetivo exercício.

11- Corresponde à espécie agente político:
a) Dirigentes de empresas estatais.
b) Membros do Conselho Tutelar.
c) Membros do Ministério Público.
d) Agentes Comunitários de Saúde.
e) Mesário da Justiça Eleitoral.

12- Prefeitura municipal pretende preencher cargo efetivo de Assistente Social, que foi recentemente criado, por lei, junto aos quadros de sua Secretaria de Relações do Trabalho e Emprego. Para tanto, o município
a) deverá abrir concurso público de provas ou de provas e títulos a todos os candidatos que preencherem os requisitos previstos em lei.
b) deverá abrir concurso público de provas ou de provas e títulos que, no entanto, poderá, havendo justificativa para tanto, ficar restrito aos servidores que já pertençam ao quadro de pessoal da Administração municipal.
c) poderá abrir concurso público a todos os candidatos que preencherem os requisitos exigidos por lei ou poderá nomear livremente servidor público comissionado, desde que o faça justificadamente.
d) poderá contratar, desde que por prazo determinado, sem concurso público, servidor público temporário, faculdade que independe da existência de lei municipal disciplinando esse tipo de contratação.
e) poderá recrutar, em caráter precário e experimental, empregados de empresa pública municipal para desempenhar a função afeta ao cargo.

13- Jaime exerce o cargo remunerado de professor público em determinada instituição de ensino, no período matutino e, após aprovação em concurso público, nos termos da lei, pretende exercer também o mesmo cargo remunerado em uma outra instituição pública de ensino, no período noturno. Sua esposa, Rosa, exerce cargo público científico remunerado no período vespertino e tem interesse em prestar concurso para exercer também cargo remunerado de professora em uma instituição pública de ensino superior no período noturno. Com base apenas nas informações fornecidas e de acordo com a Constituição Federal, obedecidos os limites remuneratórios eventualmente aplicáveis, a acumulação de cargos pretendida é
A) vedada ao Jaime e à Rosa.
B) permitida apenas ao Jaime.
C) permitida apenas à Rosa.
D) permitida ao Jaime e à Rosa.
E) permitida ao Jaime e à Rosa, desde que se trate de cargos integrantes de Administrações de diferentes esferas da federação.

14- Considerando que Rita é servidora que ocupa cargo público efetivo e João é advogado, servidor de carreira não efetivo no serviço público, conforme o tratamento constitucional dado aos servidores públicos, levando em conta apenas os dados ora apresentados, é correto afirmar que
A) Rita pode exercer função de confiança e João pode exercer cargo em comissão nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, com atribuições

apenas de direção, chefia e assessoramento.
B) Rita e João podem exercer função de confiança e João pode exercer cargo em comissão nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, com atribuições apenas de direção, chefia e assessoramento.
C) João pode exercer função de confiança e Rita pode exercer cargo em comissão nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, com atribuições apenas de assessoramento.
D) João pode exercer função de confiança, e Rita e João podem exercer cargo em comissão nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, com atribuições apenas de chefia e assessoramento.
E) Rita e João podem exercer função de confiança e cargo em comissão nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, com atribuições apenas de chefia e assessoramento.

15- Paulo participou de processo seletivo para ingresso em carreira pública federal. O edital do concurso apresentava o quantitativo de dezoito vagas, e Paulo foi aprovado na décima terceira posição. O prazo de validade da seleção foi prorrogado uma vez e ele ainda não foi empossado.
Considerando essa situação hipotética, julgue o item a seguir.
Paulo deverá ser convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir o cargo.
CERTO ERRADO

16- Julgue o item acerca de função, cargo e empregos públicos.
As funções gratificadas, conhecidas por "funções de confiança", são de livre nomeação e exoneração, podendo ser desempenhadas por pessoas estranhas à Administração.
CERTO ERRADO

17- Em 2013, Maria foi aprovada em concurso público para o cargo de analista da secretaria de saúde de um estado. Em 2014, ela foi nomeada, tomou posse e entrou em exercício. Terminado o período de estágio probatório e realizada a avaliação especial de desempenho de Maria, ela passou a ser servidora estável. Em janeiro de 2018, o cargo ocupado por Maria foi extinto por desnecessidade.
Considerando-se as disposições constitucionais referentes à administração pública e aos servidores públicos, é correto afirmar que Maria
A) será reintegrada em novo cargo na secretaria de saúde do estado, recebendo remuneração equivalente ao cargo extinto, por ser servidora estável.
B) deverá ser reconduzida para outro órgão do Poder Executivo, caso não haja outro cargo disponível em seu órgão de origem, devendo receber remuneração equivalente ao cargo extinto.
C) perderá a estabilidade, devendo realizar nova avaliação de desempenho para outro cargo na secretaria de saúde do estado.
D) ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
E) será indenizada pela administração e aproveitada em outro cargo disponível, com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

18- A aposentadoria é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal Brasileira ao trabalhador que cumpre os requisitos exigidos pelas diferentes espécies de aposentadoria. Em relação aos servidores públicos titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, a Constituição Federal Brasileira assegura um regime especial de previdência.
Considerando as disposições constitucionais, atualmente em vigor, sobre o regime previdenciário destes servidores públicos, assinale a alternativa correta.
A) Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, poderão, excepcionalmente, exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

B) É assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, apenas dos servidores ativos e inativos, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
C) Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.
D) É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria, ressalvados, exclusivamente, os casos de servidores portadores de deficiência.
E) Os servidores poderão aposentar-se compulsória, voluntariamente ou em decorrência de invalidez permanente ou temporária, a depender da gravidade da incapacidade do trabalhador.

19- Conforme dispõe a Constituição Federal, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, na hipótese de:
A) Dois cargos de professor com outro técnico.
B) Dois cargos de professor.
C) De um cargo ou emprego privativo de profissional de saúde com outro técnico.
D) De um cargo técnico com outro científico.

20- Segundo a Constituição Federal, são estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. O servidor público estável só perderá o cargo:
I- Em virtude de sentença judicial, mesmo sem transitada e julgada;
II- Mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada defesa parcial;
III- Mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
Dos itens acima:
A) Apenas os itens I e II estão corretos.
B) Apenas os itens I e III estão corretos.
C) Apenas os itens II e III estão corretos.
D) Apenas o item III está correto.

➔ CONSTITUCIONAL

21- Adélia praticou uma infração penal e, após amplas investigações, a instituição com atribuição constitucional ajuizou uma ação penal em face dela.
Essa instituição é:
A) o Ministério Público;
B) a Defensoria Pública;
C) a Procuradoria-Geral do Estado;
D) a Polícia Judiciária;
E) o Poder Judiciário.

22-De acordo com o texto constitucional, assinale a alternativa correta acerca das Funções Essenciais à Justiça.
A) O Ministério Público da União compreende apenas o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Trabalho.
B) A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.
C) São princípios institucionais da Defensoria Pública a pluralidade, a divisibilidade e a independência funcional.
D) A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
E) É vedado, aos membros do Ministério Público, exercer a advocacia e qualquer outra função pública, inclusive de magistério.

23- Assinale a alternativa correta de acordo com o que dispõe a Constituição federal acerca do Poder Judiciário.
A) Lei complementar, de iniciativa do Congresso Nacional, disporá sobre o Estatuto da Magistratura.
B) A Justiça Militar não está vinculada ao Poder Judiciário.
C) São irrecorríveis as decisões do Tribunal Superior Eleitoral, salvo as que

contrariarem a Constituição Federal e as denegatórias de habeas corpus ou mandado de segurança.
D) É obrigatória a promoção do juiz que figure por três vezes alternadas em lista de merecimento.
E) Ao juiz titular, não é obrigatório residir na respectiva comarca, salvo por determinação do tribunal.

24- Sobre as funções essenciais à justiça e de acordo com as normas constitucionais, assinale a alternativa correta.
A) Em qualquer hipótese, o advogado, que é considerado indispensável à administração da justiça, tem garantida a inviolabilidade por seus atos e manifestações no exercício da profissão.
B) A unidade, a indivisibilidade e a interdependência funcional com o Ministério Público são princípios institucionais da Defensoria Pública.
C) Ao Ministério Público, incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
D) Incumbe à Advocacia-Geral da União, diretamente ou através de órgão vinculado, apenas a representação judicial da União.
E) A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

25- De acordo com a Constituição Federal, são princípios institucionais do Ministério Público:
A) a transparência, a pessoalidade e a autoexecutoriedade.
B) a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
C) a impessoalidade, a autonomia funcional e a autonomia administrativa.
D) a interdependência funcional com o poder judiciário, a autoexecutoriedade e a indivisibilidade.

26- Lei complementar, de iniciativa do _____, disporá sobre o Estatuto da Magistratura.
- A expressão que completa corretamente a lacuna acima é
A) Supremo Tribunal Federal.
B) Superior Tribunal de Justiça.
C) Tribunal Regional Federal.
D) Tribunais Estaduais.

27- São funções institucionais do Ministério Público, EXCETO:
A) Promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei.
B) Zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia.
C) Defender judicialmente os direitos e interesses das populações ribeirinhas.
D) Requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais.
E) Exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

28- À luz da Constituição Federal, o Ministério Público tem como função institucional, dentre outras,
A) representar a União na execução da dívida ativa de natureza tributária.
B) prestar orientação jurídica, bem como promover os direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.
C) promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição Federal.
D) exercer o controle interno da atividade policial, na forma de lei complementar.
E) representar a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

29- A respeito da isonomia na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item a seguir.
Não compete ao Poder Judiciário, a pretexto de assegurar a isonomia, estender reajuste salarial a categorias ou a seus integrantes.

CERTO ERRADO

30- A respeito dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e das funções essenciais à justiça, julgue o item subsequente.
Apesar de ser uma garantia assegurada aos membros do Ministério Público, a inamovibilidade poderá ser afastada por razões de interesse público, mediante decisão fundamentada do chefe da instituição.
CERTO ERRADO

31- No que se refere aos cargos de procurador-geral e procurador-geral da República e aos membros do Ministério Público, julgue o item que se segue.
O governador de estado nomeia o procurador-geral do Ministério Público do estado com base em lista tríplice composta por integrantes de carreira, sem necessidade de ato de autorização da respectiva assembleia legislativa.
CERTO ERRADO

32- Acerca das funções essenciais à justiça, julgue o próximo item.
O Ministério Público detém autonomia funcional e administrativa e pode propor ao Poder Legislativo tanto a criação e a extinção de cargos quanto a escolha do procurador-geral da República, a sua política remuneratória e os seus planos de carreira.
CERTO ERRADO

33- Acerca das funções essenciais à justiça, julgue o próximo item.
A composição de membros do Conselho Nacional do Ministério Público deve incluir dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada — um indicado pela Câmara dos Deputados, e o outro, pelo Senado Federal.
CERTO ERRADO

34- Acerca da organização dos poderes do Estado, julgue o item subsequente.
O Ministério Público é órgão do Poder Judiciário.
CERTO ERRADO

35- Antônio, Juiz de Direito, com o objetivo de colaborar para o crescimento do País, estava refletindo sobre a possibilidade de se filiar a um partido político e de se dedicar ao magistério superior, ministrando a disciplina "Ciência Política.
Considerando as vedações que recaem sobre os magistrados, Antônio:
A) pode exercer o magistério e, autorizado pelo Tribunal, filiar-se a partido político;
B) apenas não pode filiar-se a partido político;
C) não pode praticar nenhuma das condutas;
D) apenas não pode exercer o magistério;
E) pode praticar ambas as condutas.

36- No que concerne ao Poder Judiciário na CF, julgue o próximo item.
A vedação a férias coletivas e a possibilidade de delegação a servidores de atos de mero expediente, sem conteúdo jurisdicional, são previsões, relacionadas ao Poder Judiciário, que buscam concretizar o direito fundamental à razoável duração do processo.
CERTO ERRADO

37- No que concerne ao Poder Judiciário na CF, julgue o próximo item.
A autonomia financeira não isenta os tribunais da necessária observância dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
CERTO ERRADO

38- Acerca do que dispõe a Constituição Federal sobre as funções essenciais à Justiça:
A) Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.

B) A Advocacia-Geral da União é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita.
C) Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, não havendo, contudo, qualquer previsão acerca de sua autonomia funcional.
D) É função institucional da Advocacia-Geral da União defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.
E) Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe ao Ministério Público Federal, observado o disposto em lei.

39- A instituição prevista na Constituição Federal que, diretamente ou por meio de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo, é
A) a Presidência da República.
B) o Ministério Público.
C) a Advocacia-Geral da União.
D) o Conselho Nacional de Justiça.
E) a Defensoria Pública.

40- A respeito do que dispõe a Constituição Federal de 1988 (CF) sobre o regime jurídico da administração pública e o Poder Judiciário, julgue o item seguinte.
Um quinto das vagas de magistrados de todos os tribunais superiores é destinado a membros da advocacia, eleitos por meio de lista tríplice indicada pela Ordem dos Advogados do Brasil.
CERTO ERRADO

➔ DIREITOS HUMANOS

41- Informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir, acerca da Carta das Nações Unidas de 1945, e assinale alternativa com a sequência correta.

( ) É um dos propósitos das Nações Unidas desenvolver relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal.
( ) É um dos propósitos das Nações Unidas manter a paz e a segurança internacionais e, para esse fim, tomar, individualmente, medidas paliativas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios bélicos e em conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajuste ou solução das controvérsias ou situações que possam levar a uma perpetração da paz.
( ) É um dos propósitos das Nações Unidas conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião.
A) V – V – F.
B) F – F – V.
C) V – F – V.
D) F – V – F.

42- A característica que consiste no reconhecimento de que todos os direitos humanos possuem a mesma proteção jurídica, uma vez que são essenciais para uma vida digna corresponde à:
A) Indivisibilidade.
B) Universalidade.
C) Indisponibilidade.
D) Inalienabilidade.
E) Imprescritibilidade.

43- De acordo com o que dispõe a Declaração Universal dos Direitos Humanos, os direitos humanos são indivisíveis e englobam, exclusivamente, os direitos
A) Civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, não prevendo hierarquia entre eles.
B) Civis e políticos.
C) Coletivos e individuais, estes últimos hierarquicamente superiores.
D) Econômicos e sociais.
E) Privados e públicos, estes últimos hierarquicamente superiores.

44- Dentre os documentos reconhecidos internacionalmente e que limitaram o poder do governante em relação aos direitos do homem, encontra-se o mais remoto e pioneiro antecedente que submetia o Rei a um corpo escrito de normas, procurava afastar a arbitrariedade na cobrança de impostos e implementava um julgamento justo aos homens.
Esse importante documento histórico dos direitos humanos denomina-se
A) Talmude.
B) Magna Carta da Inglaterra.
C) Alcorão.
D) Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão da França.
E) Bill of Rights.

45- Na evolução dos direitos humanos, costumam-se classificar, geralmente, as gerações dos direitos em três fases (Eras dos Direitos), conforme seu processo evolutivo histórico.
Assinale a alternativa que representa, correta e cronologicamente, essa classificação.
A) Direitos civis; direitos políticos; direitos fundamentais.
B) Igualdade; liberdade; fraternidade.
C) Direitos individuais; direitos coletivos; direitos políticos e civis.
D) Direitos civis e políticos; direitos econômicos e sociais; direitos difusos.
E) Liberdades positivas; liberdades negativas; direitos dos povos.

46- Os direitos humanos são irrenunciáveis, de modo que podem até deixar de ser exercidos por seus titulares, os quais, no entanto, jamais podem renunciar a tais direitos.
CERTO ERRADO

47- A proteção a civis em conflitos armados é regra absoluta de direito internacional humanitário e deve prevalecer mesmo nos períodos em que civis venham a engajar-se diretamente em hostilidades.
CERTO ERRADO

48- Analise o texto abaixo: "A internacionalização dos direitos humanos constitui, assim, movimento extremamente recente na história, que surgiu a partir do pós-guerra, como resposta às atrocidades e aos horrores cometidos durante o nazismo. […] No momento em que os seres humanos se tornam supérfluos e descartáveis, no momento em que vige a lógica da destruição, em que cruelmente se abole o valor da pessoa humana, torna-se necessária a reconstrução dos direitos humanos, como paradigma ético capaz de restaurar a lógica do razoável. […] Diante dessa ruptura, emerge a necessidade de reconstruir os direitos humanos, como referencial e paradigma ético que aproxime o direito da moral." PIOVESAN, 2013, p. 190
O texto de Flávia Piovesan se refere ao processo de internacionalização dos direitos humanos no cenário global e sua reconstrução a partir do final da:
A) Guerra Fria.
B) Revolução Francesa.
C) Revolução Americana.
D) Primeira Guerra Mundial.
E) Segunda Guerra Mundial.

49- Os direitos humanos incluem o direito à vida e à liberdade, à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho e à educação, entre muitos outros. Todos merecem estes direitos, sem discriminação. Acerca dos direitos humanos, assinale a afirmativa INCORRETA.
A) São universais, o que quer dizer que são aplicados de forma igual e sem discriminação a todas as pessoas.

B) Devem ser vistos como de igual importância, sendo igualmente essencial respeitar a dignidade e o valor de cada pessoa.
C) São inalienáveis, e ninguém pode ser privado de seus direitos humanos. O que implica em não poder ser limitados em determinadas situações.
D) São indivisíveis, inter-relacionados e interdependentes, já que é insuficiente respeitar alguns direitos humanos e outros não. Na prática, a violação de um direito vai afetar o respeito por muitos outros.

50- Conceitualmente, os direitos humanos são os direitos protegidos pela ordem internacional contra as violações e arbitrariedades que um Estado possa cometer às pessoas sujeitas à sua jurisdição. Por sua vez, os direitos fundamentais são afetos à proteção interna dos direitos dos cidadãos, os quais encontram-se positivados nos textos constitucionais contemporâneos.
CERTO ERRADO

51- Sobre os direitos do homem, assinale a alternativa correta.
A) Os direitos de terceira dimensão são direitos transindividuais que extrapolam os interesses do indivíduo, focados na proteção do gênero humano. Evidencia-se nesse contexto a ideia de humanismo e universalidade.
B) Os direitos humanos de primeira dimensão buscam o respeito às liberdades individuais e têm como base histórica a Magna Carta de 1215 e o Tratado de Versalhes.
C) A doutrina é unânime em reconhecer que a expressão direitos humanos é sinônima da expressão direitos fundamentais, inexistindo distinção entre os termos.
D) Os direitos humanos de segunda dimensão colocam em perspectiva os direitos sociais, culturais e econômicos, bem como os direitos coletivos, sendo a Constituição de Weimar a primeira carta política a reconhecê-los.
E) Alguns doutrinadores já reconhecem a existência da quarta e quinta dimensões de direitos do homem. No primeiro caso, o foco seria o direito ao desenvolvimento e à paz. No segundo caso, os direitos estariam relacionados à engenharia genética e ao meio ambiente.

52- Com base nos direitos humanos, assinalar a alternativa CORRETA:
A) Toda pessoa tem direito de acesso, em condições de igualdade, às funções públicas do seu país.
B) Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos.
C) Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.
D) Todas as alternativas acima estão corretas.

53- Observe as características dos Direitos Humanos abaixo e marque a INCORRETA:
A)Inviolabilidade visa assegurar o não desrespeito aos direitos humanos praticada por lei infraconstitucional ou autoridade.
B) Interdependência é a previsão constitucional visando assegurar a eficácia de lei que se choque com os direitos fundamentais.
C) Inalienabilidade diz respeito aos direitos que não podem ser transferidos, mesmo mediante consentimento do seu detentor.
D) Universalidade, sendo aplicados a todos os indivíduos independentemente de sexo, raça e credo.
E) Imprescritibilidade, ou seja, não se perdem pelo tempo transcorrido.

54- São características dos direitos humanos:
A) Prescribilidade, ou seja, possuem prazo para sua vigência.
B) Universalidade, sendo destinado apenas a proteção das minorias éticas, as quais são historicamente perseguidas.
C) Irrenunciabilidade, em nenhuma hipótese é assegurado sua renúncia pelo detentor.
D) Efetividade, ou seja, o poder público deve garantir tais direitos, sendo vedado qualquer atuação coercitiva.
E) Inviolabilidade, onde apenas leis complementares podem tratar de matéria contrária aos Direitos Humanos.

55- Assinale a alternativa que indica o movimento que tornou mundialmente conhecidos os ideais representativos

dos direitos humanos reconhecidos e representados pela liberdade, igualdade e fraternidade.
A) Independência dos Estados Unidos da América.
B) Revolução Francesa.
C) Cristianismo.
D) Catolicismo.
E) Iluminismo.

56- Considerando o que a doutrina majoritária dispõe sobre o desenvolvimento e conquista dos direitos humanos, pode-se afirmar que esse desenvolvimento histórico, classificado por gerações de direitos, pode ser, cronologicamente, assim representado:
A) Direitos individuais; direitos coletivos e direitos sociais.
B) Direitos individuais, direitos coletivos e liberdades negativas.
C) Liberdades positivas, liberdades negativas e direitos sociais.
D) Direitos sociais; direitos de liberdade e direitos da fraternidade.
E) Direitos de liberdade; direitos sociais e direitos difusos.

57- O direito humanitário, a criação da Liga das Nações e a criação da Organização Internacional do Trabalho são apontados pela doutrina como antecedentes históricos do moderno direito internacional dos direitos humanos.
CERTO ERRADO

58- São características das normas relativas a direitos humanos
A) A efetividade e a transparência.
B) A imprescritibilidade e a individualidade.
C) A inviolabilidade e a dependência.
D) A inalienabilidade e a irrenunciabilidade.
E) A complementaridade e a finalidade.

59- Quando se fala em Direitos Humanos, considerando sua historicidade, é correto dizer que
A) Somente passam a existir com as Declarações de Direitos elaboradas a partir da Revolução Gloriosa Inglesa de 1688.
B) Foram estabelecidos, pela primeira vez, por meio da Carta Magna de 1215, que é a expressão maior da proteção dos Direitos do Homem em âmbito universal.
C) A concepção contemporânea de Direitos Humanos foi introduzida, em 1789, pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, fruto da Revolução Francesa.
D) A internacionalização dos Direitos Humanos surge a partir do Pós-Guerra, como resposta às atrocidades cometidas durante o nazismo.

60- O Direito Internacional Humanitário é menos abrangente que o Direito Internacional dos Direitos Humanos, tendo precedido historicamente este último.
CERTO ERRADO

➔ PENAL PARTE GERAL

61- Durante uma tragédia causada pela natureza, Júlio, que caminhava pela rua, é arrastado pela força do vento e acaba se chocando com uma terceira pessoa, que, em razão do choque, cai de cabeça ao chão e vem a falecer.
Sobre a consequência jurídica do ocorrido, é correto afirmar que:
A) a tipicidade do fato restou afastada por ausência de tipicidade formal, apesar de haver conduta por parte de Júlio;
B) a tipicidade do fato restou afastada, tendo em vista que não houve conduta penal por parte de Júlio;
C) o fato é típico, ilícito e culpável, mas Júlio será isento de pena em razão da ausência de conduta;
D) a conduta praticada por Júlio, apesar de típica e ilícita, não é culpável, devendo esse ser absolvido;
E) a conduta praticada por Júlio, apesar de típica, não é ilícita, devendo esse ser absolvido.

62- Quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo, ele comete o crime de forma:
A) agravada.
B) culposa.
C) punível.
D) dolosa.
E) tentada.

63- Três indivíduos que são amigos reúnemse para fazer uso de

narcóticos. Porém, em dado momento, os entorpecentes acabam e eles não têm mais dinheiro para reabastecer o vício. Um deles, chamado Ronaldo, propõe que se dirijam a um ponto de ônibus para roubar algum transeunte que lá esteja aguardando a chegada do veículo de lotação. Contudo, ao se aproximarem do referido ponto de ônibus, uma viatura policial passa por eles, inibindo-lhes a vontade de praticar o delito. Se o crime de roubo planejado pelo trio não chegou pelo menos a ser tentado, qual é a consequência penal para Ronaldo, aquele que havia sugerido a prática desse delito contra o patrimônio?

A) Nenhuma, pois tais atos são relativamente nulos.
B) Ele responderá por participação de menor importância.
C) Ele responderá por tentativa de roubo, nos termos do art. 14 do Código Penal.
D) Nenhuma, pois tais atos são impuníveis.
E) Ele responderá por roubo com aplicação de causa de diminuição de pena por arrependimento eficaz, nos termos do art. 15 do Código Penal.

64- Frederico decide escalar os muros de uma residência e a invade, tencionando subtrair computadores e celulares que encontrar em seu interior. Quando começa a acomodar os aparelhos em sua sacola, escuta os proprietários da residência abrirem o portão da garagem, anunciando seu retorno à moradia. Nesse momento, Frederico decide abandonar a empreitada e bate em retirada sem subtrair qualquer bem. Após pular novamente o muro para fugir pela calçada, é surpreendido por policiais em uma viatura, sendo prendido em flagrante. Supondo que Frederico seja futuramente denunciado por crime de furto, qual instituto jurídico melhor se aplicaria a ele em eventual sentença?

A) Aplicação da causa de diminuição de pena por "erro evitável sobre a ilicitude do fato" prevista no art. 21 do Código Penal, uma vez que o agente atuou sem a consciência da ilicitude do fato, quando lhe era possível, nas circunstâncias, ter ou atingir essa consciência.
B) Aplicação da regra da "desistência voluntária" prevista no art. 15 do Código Penal e consequente desclassificação da imputação de crime de "furto" para crime de "invasão de domicílio", pois o agente desistiu de prosseguir na execução do delito e responderá tão somente pelos atos praticados.
C) Absolvição própria por não constituir o fato infração penal, uma vez que não se consumou a subtração de coisa alheia móvel exigente para configuração do delito de furto.
D) Assunção da autoria e da materialidade do delito com aplicação de circunstância atenuante de ter o agente "procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após o crime, evitar-lhe ou minorar-lhe as consequências", conforme prescreve o art. 65, III, "b", do Código Penal.
E) Aplicação do instituto do "arrependimento posterior" previsto no art. 16 do Código Penal, porquanto o agente reparara o dano e restituíra a coisa, voluntariamente, antes do recebimento da denúncia pelo Juízo.

65- Considerando que crime é fato típico, ilícito e culpável, julgue o item a seguir.
Crime doloso é aquele em que o sujeito passivo age com imprudência, negligência ou imperícia.
CERTO ERRADO

66- Julia, primária e de bons antecedentes, verificando a facilidade de acesso a determinados bens de uma banca de jornal, subtrai duas revistas de moda, totalizando o valor inicial do prejuízo em R$15,00 (quinze reais). Após ser presa em flagrante, é denunciada pela prática do crime de furto simples, vindo, porém, a ser absolvida sumariamente em razão do princípio da insignificância.
De acordo com a situação narrada, o magistrado, ao reconhecer o princípio da insignificância, optou por absolver Julia em razão da:
A) atipicidade da conduta;
B) causa legal de exclusão da ilicitude;
C) causa de exclusão da culpabilidade;
D) causa supralegal de exclusão da ilicitude;
E) extinção da punibilidade.

67- Antônio, renomado cientista, ao desenvolver uma atividade habitual, em razão da pressa para entregar determinado produto, foi omisso ao não tomar todas as precauções no preparo de uma fase do procedimento laboratorial, o que acabou ocasionando dano à integridade física de uma pessoa.
Acerca dessa situação hipotética, julgue o item a seguir.
A omissão de Antônio é penalmente relevante porque foi esse comportamento que criou o risco de ocorrência do resultado danoso à integridade física.
CERTO ERRADO

68- Acerca dessa situação hipotética, julgue o item a seguir.
Embora não tenha desejado o resultado danoso, Antônio poderá ser punido devido à imperícia na execução do procedimento laboratorial.
CERTO ERRADO

69- O sonambulismo exclui o seguinte elemento do crime:
A) Fato típico.
B) Punibilidade.
C) Culpabilidade.
D) Antijuridicidade.

70- Paulo, sabendo que seu desafeto Pedro não sabia nadar e desejando matá-lo, jogou-o nas águas, durante a travessia de um braço de mar. Todavia, ficou com pena da vítima, mergulhou e a retirou, antes que se afogasse. Nesse caso, ocorreu:
A) desistência voluntária.
B) arrependimento eficaz
C) crime tentado
D) crime putativo.
E) crime impossível

71- As contravenções penais:
A) podem ser punidas com pena de detenção.
B) não prescrevem.
C) não são punidas na forma tentada.
D) constituem meros ilícitos administrativos.
E) estão inseridas na Parte Especial do Código Penal.

72- Qual das condutas referidas abaixo NÃO representa uma contravenção penal?
A) Praticar vias de fato contra alguém.
B) Não guardar com a devida cautela animal perigoso.
C) Perturbar alguém, o trabalho ou o sossego alheios com gritaria ou algazarra.
D) Recusar-se a receber, pelo seu valor, moeda de curso legal no país.
E) Entregar a direção de veículo automotor a pessoa não habilitada.

73- Mévio, segurança metroferroviário de uma companhia de metrô, em sua jornada de trabalho presenciou um indivíduo subtraindo a bolsa de uma senhora. Como estava sozinho, decidiu pedir ajuda a outros colegas com o objetivo de prender o transgressor. Infelizmente, não houve tempo hábil para tanto e o suspeito fugiu do local com a bolsa da vítima. Inconformado por não ter prendido o infrator, Mévio achou melhor não comunicar o episódio à autoridade competente.
Acerca desse caso hipotético, assinale a alternativa correta em relação ao comportamento adotado por Mévio.
A) Mévio não poderá ser responsabilizado criminalmente, já que envidou os esforços necessários para prender o transgressor.
B) Mévio poderá ser responsabilizado pelo crime de omissão de comunicação de crime.
C) No caso em tela, a conduta de Mévio constitui uma contravenção penal apenada com multa.
D) Caso o crime presenciado por Mévio fosse de ação penal privada, ainda assim haveria a obrigatoriedade de comunicar o crime à autoridade competente.
E) Mévio poderá ser responsabilizado administrativamente, mas a responsabilidade penal dele não será cogitada.

74- Anfrosina inumou o cadáver do seu filho recém-nascido em um cemitério, com infração das disposições legais, visando impedir

que terceiros tivessem conhecimento da sua vida irregular. Portanto:
A) obrou no delito de ocultação de cadáver.
B) obrou na infração penal de vilipêndio a cadáver.
C) praticou uma contravenção penal referente à Administração Pública.
D) praticou o crime de violação de sepultura.
E) não praticou infração penal.

75- Para as contravenções penais, a lei prevê a aplicação isolada ou cumulativa das penas de
A) prisão simples e detenção.
B) reclusão e detenção.
C) multa e prisão simples.
D) detenção e multa.
E) reclusão e prisão simples.

76- A diferença entre crime e contravenção penal consiste na aplicação de pena de reclusão ao primeiro e, ao segundo, pena de detenção ou multa.
CERTO ERRADO

77- Nos termos do Decreto-Lei n. 3.688/1941, tipifica-se como contravenção relativa à organização do trabalho a seguinte conduta:
A) recusar-se a receber, pelo seu valor, moeda de curso legal no país.
B) exercer profissão ou atividade econômica, ou anunciar que a exerce, sem preencher as condições a que por lei está subordinado o seu exercício.
C) provocar, abusivamente, emissão de fumaça, vapor ou gás, que possa ofender ou molestar alguém.
D) perturbar alguém o trabalho ou o sossego alheios, exercendo profissão incômoda ou ruidosa, em desacordo com as prescrições legais.
E) entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita.

78- Sobre as contravenções penais previstas no Decreto-Lei n. 3.688, de 3 de outubro de 1941, verifica-se que:
A) Admitem ação penal privada.
B) Não há reincidência quando o agente pratica uma contravenção depois de passar em julgado a sentença que o tenha condenado, no Brasil, por motivo de contravenção.
C) A tentativa de contravenção é punida na forma prevista pelo Código Penal.
D) Segundo a Constituição, as contravenções praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas são de competência da Justiça comum Federal.
E) A pena de prisão simples não pode ser cumprida em regime fechado, mesmo em caso de regressão de regime.

79- Constituem contravenções penais previstas no Decreto-Lei n° 3.688/1941:
I. Mendigar, por ociosidade ou cupidez.
II. Praticar vias de fato contra alguém.
III. Servir bebidas alcoólicas a criança ou adolescente.
IV. Fingir-se funcionário público.
Está correto o que se afirma em
A) I, II, III e IV.
B) I e III, apenas.
C) I e IV, apenas.
D) II e IV, apenas.
E) II, III e IV, apenas.

80-Se uma pessoa praticar vias de fato contra alguém, sem que o fato constitua crime, ela terá cometido contravenção penal. Entretanto, segundo a Lei das Contravenções Penais,

A) ela será considerada reincidente se tiver cometido crime no exterior, com sentença condenatória transitada em julgado.
B) ela será considerada reincidente se tiver cometido qualquer crime no Brasil, ainda que a sentença condenatória não tenha transitado em julgado.
C) ela responderá por tentativa de contravenção, se o fato ocorrer por circunstância própria da vontade dela.
D) se o fato ocorrer entre brasileiros e no exterior, a lei brasileira será aplicada e a pena, agravada.
E) ela será considerada reincidente se tiver cometido anteriormente contravenção penal no exterior.

➔ PENAL PARTE ESPECIAL

81- Considere que Arthur, funcionário público, tenha cometido infração no exercício do cargo e que Matheus, também funcionário público, superior hierárquico daquele, ao tomar conhecimento da infração, por indulgência, tenha deixado de responsabilizar seu subordinado, mesmo tendo competência para tanto. Neste caso, nos termos do Código Penal, é correto afirmar que Matheus cometeu
A) fato atípico.
B) crime de prevaricação
C) crime de corrupção passiva.
D) crime de condescendência criminosa.

82- Relativamente aos crimes contra a Administração Pública, analise as afirmativas a seguir.
I. Pratica concussão o funcionário público que facilita, com infração de dever funcional, a prática de contrabando ou descaminho.
II. De acordo com a legislação penal, os crimes contra a Administração Pública não admitem a modalidade culposa.
III. Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.
IV. A pena será aumentada quando o autor do crime contra a Administração Pública ocupar função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta.
Está correto o que se afirma em:

A) III e IV, somente.
B) I e II, somente.
C) III, somente.
D) I, II e III, somente.
E) nenhuma.

83- Astolfo é surpreendido na prática de crime de roubo e recebe ordem de prisão por dois policiais militares do Estado X que estão devidamente fardados e com viatura. Para evitar a prisão, Astolfo arremessa pedras em direção aos policiais ferindo a ambos que, ainda assim, conseguem prendê-lo com o uso da força necessária. Em relação à ação contra a execução de ordem legal praticada por Astolfo, sem prejuízo de outros crimes decorrentes da violência, ele poderá responder pelo crime de
A) Desacato.
B) Desobediência.
C) Resistência.
D) Obstrução à justiça.
E) Desinteligência.

84- Arquimedes, funcionário público, estando em gozo de férias, exigiu de Peterson a quantia de R$ 50.000,00 para não devassar a escrituração de sua empresa e autuá-lo por sonegação de impostos, quando reassumir seu cargo de fiscal de rendas. Arquimedes
A) cometeu crime de corrupção passiva.
B) cometeu crime de corrupção ativa.
C) cometeu crime de concussão.
D) cometeu crime de prevaricação.
E) não cometeu nenhum delito porque estava em gozo de férias.

85- Vitor atua como servidor de determinado cartório judicial de Tribunal de Justiça. Surpreso, ao verificar que o computador do cartório era avaliado em R$5.000,00, decide subtrair o bem, na parte da noite, utilizando-se, para tanto, da chave do cartório que permanecia em sua posse. Precisando de ajuda para impedir que as câmeras de segurança captassem sua ação, narra o seu plano criminoso para seu vizinho Caio, e este, sabendo que Vitor, em razão de sua função, tinha acesso ao local, confia na empreitada delitiva e aceita dela participar.
Após a subtração do computador da forma arquitetada, já do lado de fora do Fórum, Vitor e Caio são abordados e presos em flagrante.
A conduta de Vitor tipifica o crime de:
A) furto qualificado com a causa de aumento do repouso noturno, já que o delito foi praticado em concurso de pessoas, não podendo os agentes responderem por crimes diferentes;
B) peculato, enquanto a conduta de Caio se ajusta ao crime de furto qualificado em situação de repouso noturno, tendo em vista que o peculato é crime classificado como próprio;

C) furto qualificado, sem a causa de aumento do repouso noturno, assim como a de Caio, tendo em vista que o crime foi praticado por Vitor na condição de particular;
D) peculato, assim como a de Caio, apesar de o crime contra a Administração Pública ser classificado como próprio;
E) peculato, assim como a de Caio, tendo em vista que o crime de peculato não é classificado como próprio.

86- Nos termos do Código Penal, é correto afirmar que
A) o homicídio qualificado constitui crime apenado com detenção.
B) não é crime o uso de documento falso.
C) o crime de peculato admite modalidade culposa.
D) ofender a integridade corporal ou a saúde própria ou de outrem é considerado crime de lesão corporal.
E) subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel constitui crime de roubo.

87- O Agente de Controle Urbano que solicitar para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, incorrerá na prática do crime de:
A) peculato.
B) corrupção ativa.
C) concussão.
D) prevaricação.
E) corrupção passiva.

88- Caso o agente de controle urbano retarde ou deixe de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, incorrerá na prática do crime de:
A) prevaricação.
B) Condescendência criminosa.
C) corrupção passiva.
D) corrupção ativa.
E)peculato.

89- O servidor público que exige para outrem, indiretamente, fora da função, mas em razão dela, vantagem indevida
A) comete o crime de concussão.
B) não comete qualquer crime.
C) comete o crime de corrupção passiva.
D) comete o crime de prevaricação.
E) comete o crime de corrupção ativa.

90- No TRT do Estado X, Sinvaldo, servidor público, na função de chefe do setor de finanças, tomou conhecimento (e, posteriormente presenciou) que seu subordinado Demerval, também servidor público, rotineiramente, registrava o horário de almoço das 11 às 12 horas e se ausentava após esse horário para efetivamente almoçar, estendendo seu horário em duas horas todos os dias e contrariando as regras do órgão. Sinvaldo soube que isso ocorria há mais de um mês, no entanto, por indulgência, deixou de apurar a infração disciplinar e nem mesmo comunicou o fato a seus superiores. A conduta de Sinvaldo, estará sujeita ao previsto no crime de
A) condescendência criminosa.
B) corrupção ativa.
C) corrupção passiva.
D) concussão.
E) excesso de exação.

91- Tício, Agente de Controle Urbano, no exercício de sua atividade, apropriou-se de dinheiro público, de que tinha posse em razão do seu cargo. Diante desta situação, Tício responderá pelo crime de:
A) peculato.
B) corrupção passiva.
C) corrupção ativa.
D) furto mediante fraude.
E) concussão.

92- Abelardo, servidor público lotado na Vara do Trabalho de Porto Real/RJ, aproveita para apropriar para si, enquanto os demais servidores estavam em horário de almoço, um dos microcomputadores do tipo "laptop" que haviam sido ali depositados em Juízo após penhora de bens de parte reclamada em processo trabalhista, embora tivesse ele (Abelardo) a função de zelar e conservar tais objetos. Esse servidor cometeu qual crime, em tese, de acordo com o Código Penal Brasileiro?
A) Apropriação indébita (art. 168, CP).

B) Corrupção ativa (art. 333, CP).
C) Corrupção passiva (art. 317, CP).
D) Furto qualificado (art. 155, § 4º, CP)
E) Peculato (art. 312, CP).

93- Mauro, servidor lotado no Setor de Engenharia da Universidade Federal da qual faz parte, é convidado pelo Reitor da Instituição a ocupar a função gratificada de Chefe do respectivo setor, uma vez que Antônio, atual chefe, irá se aposentar no final de setembro de 2016. Mauro, que prontamente aceita o convite, já sabendo que, a partir de 1º de outubro de 2016, será o novo Chefe do Setor de Engenharia, aceita promessa para receber vantagem indevida, mesmo não tendo assumido o cargo, para ajudar Augusto, dono de uma construtora de renome no Estado, a sair vencedor de um processo licitatório que tem por objetivo a construção de um prédio de 5 andares.
Diante da situação, qual crime cometeu Mauro?
A) Corrupção passiva.
B) Peculato culposo.
C) Prevaricação.
D) Concussão.

94- João, Agente de Controle Urbano do Município de João Pessoa, patrocinou, indiretamente, interesse de José, seu amigo de infância, perante a Administração Pública Municipal, valendo-se da qualidade de funcionário público e influência no órgão. A conduta de João é considerada:
A) atípica, não constituindo crime.
B) crime de corrupção ativa.
C) crime de corrupção passiva.
D) crime de tráfico de influência.
E) crime de advocacia administrativa.

95- Mévio, Agente de Controle Urbano, concorreu culposamente para que Tício, terceiro desempregado, se apropriasse indevidamente de dinheiro referente à infração imposta pelo Poder Municipal. Pode-se inferir que Mévio:
A) não cometeu crime, mas apenas infração disciplinar.
B) cometeu crime de corrupção passiva, na sua forma privilegiada.
C) cometeu o crime de peculato culposo.
D) cometeu o crime de prevaricação.
E) não cometeu crime, tampouco infração disciplinar.

96- Não constitui crime contra a administração pública:
A) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa da lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal
B) Devassar o sigilo de proposta de concorrência pública, ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassa-lo
C) Iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadorias
D) Utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, conteúdo sigiloso de concurso público
E) Desobedecer à ordem legal de funcionário público

97- O diretor de uma empresa multinacional dirigiu-se a sua seção eleitoral a fim de solicitar a emissão da segunda via de seu título de eleitor. Ao chegar à seção, foi informado por um técnico judiciário de que o expediente havia se encerrado e de que, por isso, os funcionários não poderiam mais recebê-lo naquele dia. Descontente, o empresário exigiu ser atendido, afirmando ocupar posição social superior à do técnico e submetendo-o a tratamento vexatório, com o uso de palavras insultuosas.
Nessa situação hipotética, o empresário praticou crime tipificado como
A) resultante de preconceito.
B) desacato.
C) abuso de autoridade.
D) desobediência.
E) resistência.

98- O servidor público que se aproveita do cargo e função para desviar recursos públicos à sua própria conta corrente comete contra a Administração Pública o crime de:

A) corrupção ativa.
B) corrupção passiva.
C) peculato.
D) prevaricação.
E) tráfico de influência.

99- Assinale a alternativa que indica o crime praticado por particular contra a administração em geral, previsto no Código Penal, que se caracteriza por oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.

A) Tráfico de influência.
B) Corrupção ativa.
C) Usurpação de função pública.
D) Desobediência.
E) Sonegação fiscal.

100- São crimes praticados por funcionário público contra a Administração em geral:

I) Abandono _____.
II) Emprego irregular_____ou rendas públicas.
III) Facilitação_____ ou descaminho.
IV) Violação do sigilo_____de concorrência.
V) Peculato mediante erro _____.
Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas na ordem em que se apresentam.

A) de seção / de bens / de concorrência / de proposta / de outrem.
B) de função / de verbas / de contrabando / de proposta / de outrem.
C) de comissão / de verbas / de serviços / de fiscalização / próprio.
D) de função / de verbas / de contrabando / de proposta / próprio.
E) de função / de produtos / de contrabando / de documentos / de outrem.

"Não seja arrastado por seus problemas. Seja guiado por seus SONHOS."

PROFESSOR JUNIOR TAVARES

GABARITO RODADA 10

ADMINISTRATIVO

1- ERRADO	2- CERTO	3- ERRADO	4- CERTO	5- D
6- D	7- E	8- ERRADO	9- C	10- C
11-C	12- A	13- D	14- A	15- CERTO
16- ERRADO	17- D	18- C	19- B	20- D

CONSTITUCIONAL

21- A	22- B	23- C	24- C	25- B
26- A	27- C	28- C	29- CERTO	30- ERRADO
31- CERTO	32- ERRADO	33- CERTO	34- ERRADO	35- B
36- CERTO	37- CERTO	38- A	39- C	40- ERRADO

DIREITOS HUMANOS

41- C	42- A	43- A	44- B	45- D
46- ERRADO	47- ERRADO	48- E	49- C	50- CERTO
51- A	52- D	53- B	54- C	55- B
56- E	57- CERTO	58- D	59- D	60- CERTO

DIREITO PENAL- PARTE GERAL

61- B	62- D	63- D	64- B	65- ERRADO
66- A	67- CERTO	68- ERRADO	69- A	70- B
71- C	72- E	73- C	74- C	75- C
76- ERRADO	77- B	78- E	79- D	80- A

DIREITO PENAL – PARTE ESPECIAL

81- D	82- A	83- C	84- C	85- D
86- C	87- E	88- A	89- A	90- A
91- A	92- E	93- A	94- E	95- C
96- D	97- B	98- C	99- B	100- B